



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1518

Quarta-feira - 02 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Ibiam .....	114	Rio do Sul.....	236
Água Doce.....	3	Ilhota .....	115	Salto Veloso .....	243
Alto Bela Vista.....	4	Imbituba .....	117	Santa Rosa do Sul .....	261
Antônio Carlos .....	5	Ipumirim .....	119	Santa Terezinha do Progresso .....	263
Atalanta.....	5	Irineópolis .....	124	São Bento do Sul.....	263
Balneário Rincão .....	7	Itapiranga.....	124	São Domingos.....	264
Biguaçu .....	7	Itapoá.....	125	São João do Sul .....	267
Bom Jesus do Oeste .....	10	Jacinto Machado .....	135	São José.....	269
Bom Retiro .....	11	Joaçaba.....	138	São José do Cedro.....	271
Brusque.....	17	Lages .....	151	São Lourenço do Oeste.....	272
Caçador.....	19	Leoberto Leal .....	154	São Pedro de Alcântara.....	273
Camboriú.....	22	Lindóia do Sul .....	158	Schroeder.....	276
Campo Alegre .....	27	Luzerna .....	161	Serra Alta .....	290
Campos Novos .....	30	Macieira.....	181	Siderópolis.....	293
Canoinhas.....	31	Mafra .....	183	Sombrio.....	295
Capinzal .....	32	Maracajá .....	186	Timbé do Sul .....	303
Catanduas.....	36	Marema.....	186	Timbó .....	304
Caxambu do Sul.....	37	Massaranduba.....	187	Treze Tilias .....	306
Chapadão do Lageado .....	38	Meleiro .....	188	Trombudo Central.....	307
Cocal do Sul.....	39	Modelo .....	189	Tunápolis.....	309
Concórdia .....	39	Navegantes.....	189	Vargeão.....	311
Cordilheira Alta .....	41	Nova Trento .....	195	Vargem Bonita .....	311
Coronel Freitas.....	42	Novo Horizonte .....	196	Videira.....	313
Corupá .....	43	Orleans .....	197	Vitor Meireles.....	328
Curitibanos .....	43	Palhoça .....	198	Xavantina .....	329
Dionísio Cerqueira .....	44	Palmitos .....	199	Xaxim.....	332
Doutor Pedrinho.....	45	Papanduva.....	199		
Faxinal dos Guedes.....	45	Passos Maia .....	205	<b>Associações</b>	
Forquilha.....	46	Paulo Lopes .....	207	AMAVI.....	336
Fraiburgo.....	68	Penha.....	208		
Garopaba.....	79	Peritiba.....	212	<b>Consórcios</b>	
Garuva .....	105	Pinheiro Preto .....	213	AGIR .....	337
Gaspar .....	105	Pomerode .....	216	ARIS .....	340
Governador Celso Ramos .....	106	Ponte Serrada .....	220	CIGA .....	349
Guaramirim.....	107	Porto Belo.....	222	CIS/AMURES.....	350
Guarujá do Sul .....	109	Porto União.....	223		
Herval d'Oeste .....	110	Presidente Castello Branco.....	224		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Abdon Batista

## PREFEITURA

### Decreto Nº 62

#### DECRETO DE DECLARAÇÃO

Decreto no 62, de 27 de junho de 2014.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de emergência a área do município afetada por chuvas intensa, Cobrada 1.3.2.1.4.

Prefeito Municipal de Abdon Batista no uso das atribuições legais conferidas pelo Art 53 da Lei Orgânica do Município Abdon Batista, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO QUE:

- O volume de chuvas vem bem superior a media do mês em somente três dias.
- Acesso bloqueado entre o município de Abdon Batista e Campos Novos devido ao nível alto na ponte do rio Ibicui, divisa entre os municípios;
- As perdas econômicas no setor produtivo do município ou seja no setor agrícola e comercial devido ao volume alto de precipitação em poucos dias;
- em acordo com a Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - COMDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível 1;
- concorrem como critérios agravantes da situação o grande volume de precipitação ocorrido no mês de junho mais pontualmente entre os dias 25, 26 e 27 de julho de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como de nível 1.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art.6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Abdon batista 27 de junho de 2014.

Lucimar Antonio Salmoria

PREFEITO MUNICIPAL

Juliano Mecabo

Coordenador Municipal de Defesa Civil

# Água Doce

## PREFEITURA

### Portaria 190/2014

PORTARIA Nº 190/2014 de 30 de Junho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) GISLAINE BREZOLIN TONIAL, inscrito sob CPF nº 000.184.789-99 ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 30/06/2014 a 29/07/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 191/2014

PORTARIA Nº 191/2014 de 30 de Junho de 2014

"EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar ALINE LUZ DA SILVA MENDES, brasileira, casada, inscrita sob CPF nº 503.851.789-72, RG 5.008.969-0, a pedido do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Cultura, a partir de 30/06/2014, conforme requerimento em anexo, protocolo 330/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 192/2014

PORTARIA Nº 192/2014 30 de Junho de 2014

"CONCEDE LICENÇA REMUNERADA AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença remunerada por motivo de doença em pessoa da família, por 30 dias a funcionária Andreia Renata do Amaral e Silva, inscrita no CPF nº 008.770.499-47, conforme requerimento deferido e atestado anexo, a referida licença passa a contar da data de 27/06/2014 a 26/07/2014, podendo ser prorrogado por igual período mediante novo requerimento.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 27/06/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 30 de Junho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

### Portaria 193/2014

PORTARIA Nº 193/2014 de 01 de Julho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 061.172.499-50 ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Projetos, a partir de 01/07/2014 a 15/07/2014, período 13/14, restando 15 dias para serem usufruídos em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Julho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 194/2014**

PORTARIA Nº 194/2014 de 01 de Julho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) LUCIANDRO DE LUCA, inscrito sob CPF nº 029.331.069-65 ocupante do cargo em comissão de Auxiliar de Defesa Civil, a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Julho de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**Portaria 195/2014**

PORTARIA Nº 195/2014 de 01 de Julho de 2014

"CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário (a) BELMIR DOTTA, inscrito sob CPF nº 294.882.229-72 ocupante do cargo efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária, a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 01 de Julho de 2014  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
Diretor do Dpto de RH.

**Alto Bela Vista****PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 26/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2014

Modalidade: PREGÃO nº 18/2014

Alteração da data de abertura do Processo

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público que em virtude do feriado municipal no dia 04/07/2014, o prazo final para entrega dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos das empresas interessadas foi prorrogado para dia 08/07/2014 as 13h50min, sendo a sessão pública de credenciamento e abertura das propostas bem como os lances iniciarão a partir das 14horas do dia 08/07/2014. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 18 de junho de 2014.  
Catia Tessmann Reichert  
Prefeita Municipal.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Portaria N 308/2014**

PORTARIA Nº 308/2014.  
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FERIAS, por 30 dias a PAULO OLEGARIO SCHMITZ, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 02 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de julho de 2014.

**Portaria N 309/2014**

PORTARIA Nº 309/2014.  
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, CRISTIANY DECKER, do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 03 de julho de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de julho de 2014.

**Atalanta****PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 20/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 10/2014, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNE BOVINA TIPO COSTELA INTEIRA EM RIPA PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO AGRICULTOR E MOTORISTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 14 de julho de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 30 de junho de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**Portarias 102 A 109**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 102/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

**RESOLVE:**

Conceder licença para tratamento de saúde ao Servidor JOARES JOCHEM, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 13 de maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
13 de maio de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 103/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere a Lei nº 1177/2010 de 06 de outubro de 2010 em seu art. 9, inciso I e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar ANDRIELI CLAUDINO ALVES PAES contratada por prazo determinado, para o Cargo de Professora, a partir de 27 de maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta  
27 de maio de 2014  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº. 104/ 2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 1º, inciso I e VIII da Lei nº. 1177/2010,

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado a seguinte docente, conforme Edital nº 05/2013/ SMECE, a partir de 28 de maio de 2014.

Nome	Cargo	Nível	Classe
JANETE JOCHEM	Professor 10	I	A
LUCIANO	horas semanais		

ATALANTA (SC), 28 de maio de 2014.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 105//2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 36 da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar a Senhora LEILA REGINA BECKER, do cargo de Assistente Social, a partir de 02 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta,

02 de junho de 2014

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 106/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 7 da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Nomear para Cargo Comissionado de Assessor de Planejamento Agropecuário HORACIO JOSE DEMARCHI conforme anexo IV da Lei Complementar nº 014//2013 de 18 de setembro de 2013, a partir de 02 junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta

02 de junho de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 107/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 20 da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder progressão por Desempenho profissional, a Servidora ALESSANDRA ZANELATO TAVARES, a partir de 02 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta

02 de junho de 2014.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 108/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 231, Inciso II da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença para tratamento de saúde ao Servidor JONAS DE OLIVEIRA, conforme atestado médico arquivado em sua pasta, a partir da data de 06 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta

06 de junho de 2014

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 109/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 124/2013, que designa ADRIANA PEREIRA MONTEIRO, a ocupar função de Coordenadora da CEI Montão de Carinho.

Prefeitura Municipal de Atalanta

16 de junho de 2014

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA  
PORTARIA Nº 110/2014

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica Municipal ,

RESOLVE:

Designar a Senhora ELISANDRA STEINHEUSER JOCHEM, a ocupar Função de Coordenadora do CEI Montão de Carinho, a partir da data de 23 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Atalanta

23 de junho de 2013

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

**Dispensa de Licitação Nº1/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº1/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO MINIONIBUS ZERO KM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES.

Contratado: RENAULT DO BRASIL S.A.

Valor do Contrato: 102.500,00

Data assinatura: 01/07/2014

Prazo: 31/10/2014

Tarcísio Polastri

Prefeito Municipal.

**Balneário Rincão****PREFEITURA****Extrato de Aditivo - Sandrini&Botega****EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 001/SAMAE/2013; SANDRINI & BOTEGA LTDA, OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 001/SAMAE/2013, que prevê o termino em 16/06/2014, por mais 120 (Cento e vinte) dias, ou seja, até 16/10/2014, e acréscimo de serviços, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela SAMAE DE BALNEARIO RINCÃO e demais motivos constantes do Parecer Jurídico, favorável e com base nos Artigos 57 e 65, da Lei Nº. 8.666/93. ASSINATURA: 13/06/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente I e pela empresa o Sr. Anderson Sandrini Botega

**Extrato de Aditivo - Francisco****EXTRATO DE ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 004/FMS/2014; FRANCISCO HORTÊNCIO MOTTA; OBJETO Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 004/FMS/2013, conforme clausula sexta deste contrato, de acordo com o Parecer Jurídico Nº. 25 de 15/05/2014, pelo índice INPC/IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses (Maio/2013 a Maio/2014); ASSINATURA: 20 /06/2014; VIGÊNCIA15/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Francisco Hortencio Motta

**Biguaçu****PREFEITURA****Nota de Esclarecimento Nº. 01 - Pregão Presencial Nº. 34/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº. 01 AO EDITAL Nº. 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 434/2014

O aviso de licitação, divulgado em 26 de junho do corrente ano, mencionava como período de recebimento das propostas: 11/07/2014 até 01/07/2014, no entanto, este foi um equívoco, já vista que, muito embora o período seja o citado, este se inicia no dia 01/07/2014 e com término até 11/07/2014. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS)

(...)

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 11/07/2014, às 13h59min do dia 01/07/2014;

(...)

LEIA-SE no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS)

(...)

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 01/07/2014, às 13h59min do dia 11/07/2014;

(...)

As demais informações constantes no aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 01 de julho de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

**Nota de Esclarecimento Nº. 01 - Pregão Presencial Nº. 25/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

NOTA DE ESCLARECIMENTO Nº. 01 AO EDITAL Nº. 25/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 25/2014

O aviso de licitação, divulgado em 26 de junho do corrente ano, mencionava como período de recebimento das propostas: 09/07/2014 até 27/06/2014, no entanto, este foi um equívoco, já vista que, muito embora o período seja o citado, este se inicia no dia 27/06/2014 e com término até 09/07/20014. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 25/2014 - FMS)

(...)

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 09/07/2014, às 13h59min do dia 27/06/2014;

(...)

LEIA-SE no Aviso - ref. Aviso do Edital (Pregão Presencial nº. 25/2014 - FMS)

(...)

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 27/06/2014, às 13h59min do dia 09/07/2014;

(...)

As demais informações constantes no aviso de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 01 de julho de 2014.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde

### **Decreto Nº 089/2014**

DECRETO Nº 089/2014 DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE APROVADA E HOMOLOGADA PELO DECRETO Nº 66/2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 98 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 33, de 21 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados, PATRICK MACHRY, da função de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes; THIAGO VINÍCIUS NAHAS, da função de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes; VALÉRIA CRISTINA DA SILVA, da função de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes; JOHN KENNEDY LARA DA COSTA, da função de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes; CARLOS ALBERTO ARCEÑO, da função de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes; JULIANO CORAL DUTRA, da função de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes; PRISCILLA CARMINATTI, da função de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes; ISOLETE SCHLEMPER, da função de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes e LEO INÁCIO LOHN, da função de secretário do Conselho Municipal de Contribuintes;

Art. 2º Ficam nomeados DIEGO GARCIA CRISTOFOLINI, para ocupar o cargo de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de

Contribuintes, representante dos Contribuintes pela Associação Comercial e Industrial de Biguaçu - ACIBIG e Núcleo de Contabilistas de Biguaçu; CARLOS ALBERTO ARCEÑO, para ocupar o cargo de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes, representante dos Contribuintes pela Associação Comercial e Industrial de Biguaçu - ACIBIG e Núcleo de Contabilistas de Biguaçu; JESSICA CHAYANE FONSECA, para ocupar o cargo de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes, representante da Câmara de Vereadores; DIEGO MACEDO DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes, representante da Câmara de Vereadores; ANDRÉ SCHWEITZER, para ocupar o cargo de secretário geral do Conselho Municipal de Contribuintes; ISOLETE SCHLEMPER WALTER, para ocupar o cargo de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes, representante da Administração Municipal; LEO INÁCIO LOHN, para ocupar o cargo de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes, representante da Administração Municipal; DÉCIO PELEGRINI, para ocupar o cargo de Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Contribuintes, representante da Administração Municipal; LEANDRO TORQUATO, para ocupar o cargo de Conselheiro Suplente do Conselho Municipal de Contribuintes, representante da Administração Municipal.

Art. 3º O Conselho Municipal de Contribuintes de Biguaçu passa a funcionar com a seguinte composição:

I - PRESIDENTE: MARCELO KUHNEN;

II - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

a) Conselheiro Titular: ISOLETE SCHLEMPER WALTER;

b) Conselheiro Suplente: LEO INÁCIO LOHN;

c) Conselheiro Titular: DÉCIO PELEGRINI;

d) Conselheiro Suplente: LEANDRO TORQUATO;

III - REPRESENTANTES DOS CONTRIBUINTES - ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE BIGUAÇU - ACIBIG E NÚCLEO DE CONTABILISTAS DE BIGUAÇU:

a) Conselheiro Titular: DIEGO GARCIA CRISTOFOLINI;

b) Conselheiro Suplente: CARLOS ALBERTO ARCEÑO;

IV - REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

a) Conselheiro Titular: JESSICA CHAYANE FONSECA;

b) Conselheiro Suplente: DIEGO MACEDO DOS SANTOS;

V - SECRETÁRIO GERAL DO CONSELHO

Secretário: ANDRÉ SCHWEITZER;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de junho de 2014.  
José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária



**Decreto Nº 090/2014**

DECRETO Nº 090/2014 DE 01 DE JULHO DE 2014.

Institui, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo MUNICIPAL no dia 04 de julho de 2014, data de jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a realização do jogo da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, no dia 04 de julho de 2014, às 17 h, e visando minimizar os transtornos para a população, agilizar o deslocamento e garantir a segurança das pessoas;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos e as entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal, no dia 04 de julho de 2014, das 9 h às 15 h.

Parágrafo único. O servidor público municipal impedido, por qualquer motivo, de executar suas atividades no horário de que trata o artigo anterior, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, com justificativa prévia e formalizada.

Art. 2º Ficam excluídos das disposições do art. 1º deste Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, cumprem turno especial de trabalho, como as atividades finalísticas da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal da Educação.

Parágrafo Único. Cabe aos titulares dos órgãos e das entidades, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de julho de 2014.

José Castelo Deschamps  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária**Resolução Nº 014/2014**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
RESOLUÇÃO Nº 14/2014

Dispõe sobre a aprovação dos Termos de Aceites do MDS para o cofinanciamento federal para a expansão e qualificação da oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC e para oferta do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho no âmbito do SUAS.

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação da Plenária na Reunião Extraordinária de 27 de junho de 2014.

- A ATA nº 14/2014.

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do cofinanciamento federal para a expansão e qualificação da oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC.

Art. 2º Aprovar o Termo de Aceite para oferta do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho que integra as ações do Plano Brasil Sem Miséria.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de junho de 2014.

Simone Pereira Marçal.

Presidente do CMAS/Biguaçu

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 151/2014 de 01 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 151/2014, DE 01 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA SRA. CLAISA ROESSLER BOHRER AO CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. CLAISA ROESSLER BOHRER, portadora do CPF sob nº. 049.724.029-70, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, para ocupar o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 755/2010 de 08 de dezembro de 2010, sendo sua contratação a partir de 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de Julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### Contrato Adm Nº 57/2014

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 057/2014

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1092/2014

Objeto: Execução de Quadra Coberta com 852,04me.

Valor: R\$ 506.624,78 (Quinhentos e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos).

Vigência: 27 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de junho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 152/2014 de 01 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 152/2014, DE 01 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA SRA. SÔNIA DE SOUZA GONÇALVES AO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. SÔNIA DE SOUZA GONÇALVES, portadora do CPF sob nº. 022.462.549-73, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 755/2010 de 08 de dezembro de 2010, sendo sua contratação a partir de 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de Julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 153/2014 de 01 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 153/2014, DE 01 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA SRA. TATIANE RIBEIRO LOPES AO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENSINO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. TATIANE RIBEIRO LOPES, portadora do CPF sob nº. 077.163.089-12, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, com carga horária de 40 horas semanais, aprovada em Concurso Público nº 001/2014, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, sendo sua contratação a partir de 01/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 01 de Julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### Resultado Habilitação TP 02/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

A Comissão de Julgamento de Processo Licitatório torna público no julgamento da documentação (envelope nº 1) relativa à Habilitação da Tomada de Preço 02/2014, cujo objeto é contratação de empresa para construção de edificação de uma escola de um pavimento com seis salas de aula, projeto piloto do FNDE-Projeto Espaço Educativo Urbano II, decidiu:

a) HABILITAR AS EMPRESAS: Base Pré-Fabricados Ltda. ME e Caprixo Construtora Ltda.

b) INABILITAR A EMPRESA: Construlacer Comércio e Construções Lacerdópolis Ltda. ME. Fica designado o dia 07/07/2014 às 10h00min para o comparecimento das empresas habilitadas na primeira fase do certame, para a segunda fase do mesmo, abertura da Proposta de Preço (envelope nº2).

Bom Retiro, 01 de julho de 2014.

Comissão de Julgamento de Processo Licitatório

### 578.06.14 - P. Comissão Sindicância

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 578/14 de 30.06.14

Designa Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar responsabilidade de servidor em fato ocorrido na data de 08.09.2009 (acidente de trânsito envolvendo o veículo ambulância Fiat Ducato MC TCA AMB, placas MFA-8525), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 136 da Lei Complementar 01/03 de 02 de dezembro de 2003;

#### RESOLVE:

Art. 1º- Designar Comissão de Sindicância para apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, os fatos constantes no Processo n.º 001/2014, requerido pelo Ministério Público através do ofício nº 0483/2014/PJ/BOM datado de 10 de junho de 2014.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos servidores: Marilu de Almeida, Assistente Administrativo, matrícula nº 53856-1, Ana Paula Cabral, Telefonista, matrícula nº 5197-7, Iris Kapitula Bosquetti, Assessora de Departamento, matrícula 10.571-6.

Art. 3º - A Presidência da Comissão de Sindicância ficará a cargo do servidor Marilu de Almeida.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 579.06.14 - P. Exon. Mariana M. Pinto

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 579/14 de 30.06.14

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

#### RESOLVE:

Conceder exoneração a servidora Mariana Machado Pinto, do Cargo de Profissional de Enfermagem - Padrão I - Nível - 9 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 218/2012 de 08.03.2012, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 30 de junho de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 580.06.14 - P. Férias Vitorino L. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 580/14 de 30.06.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao Funcionário Vitorino Lídio da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 30 de junho com término no dia 29 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 581.06.14 - P. Lic. Trat. Saúde Rosa O. V. Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 581/14 de 30.06.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores

Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 26 de junho de 2014 a funcionária Rosa Olívia Vieira Ferreira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**582.06.14 - P.Des. Eliane Leandro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 582/14 de 30.06.14

Designa Técnico de Enfermagem Socorrista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Eliane Leandro, para atuar como Técnico de Enfermagem Socorrista, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, no período de 30 de junho com término no dia 31 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 04/2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I, Nível 3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**583.06.14 - P.Des. Natália H. Oliveira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 583/14 de 30.06.14

Designa Técnico de Enfermagem Socorrista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Natália Henrique de Oliveira, para atuar como Técnico

de Enfermagem Socorrista, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, no período de 30 de junho com término no dia 31 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 04/2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I, Nível 3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**584.06.14 - P.Des. Mariza Ap. Emerichs**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 584/14 de 30.06.14

Designa Técnico de Enfermagem Socorrista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Mariza Aparecida Emerichs, para atuar como Técnico de Enfermagem Socorrista, com carga horária de escala de 12 horas ininterruptas por 36 de descanso, no período de 30 de junho com término no dia 31 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 04/2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I, Nível 3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**585.06.14 - P. Exon. Mauricio J. Goedert**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 585/14 de 30.06.14

Exonera Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

**Resolve:**

Exonerar o servidor Mauricio José Goedert, do Cargo de Farmacêutico/Bioquímico - Padrão I - Nível - 9 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Temporário do Município, através da Portaria n.º 411/14 de 08.05.14, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 30 de junho de 2014. Tendo em vista a criação de novo cargo, com carga horária de 40 horas.



Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**586.06.14 - P. Des. Farm. Mauricio J. Goedert**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 586/14 de 30.06.14

Designa Farmacêutico - Bioquímico Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar em caráter emergencial Mauricio José Goedert, para exercer o cargo de Farmacêutico - Bioquímico - Nível - 12, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014. Obs: Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**587.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Eliane C. Pereira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 587/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

Resolve:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Eliane Capistrano Pereira, ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**588.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Elizabeth F. Carvalho**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 588/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

Resolve:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Elizabeth Ferreira de Carvalho, ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**589.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Maria M. S. Gorges**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 589/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

Resolve:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Maria Margarete da Silva Gorges, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**590.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Maria V. S. Gerber**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 590/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Maria Verônica da Silva Gerber, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**591.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Angelita Motta**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 591/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Angelita Motta, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**592.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Berenice Schlemper**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 592/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Berenice Schlemper, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**593.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Ivonete H. Garcia**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 593/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Ivonete Hinckel Garcia, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**594.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Maria F. A. Kull**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 594/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Maria de Fátima Antunes Kull, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**595.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Mariza Barbosa**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 595/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Mariza Barbosa, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**596.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Roseli Alves**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 596/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Roseli Alves, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**597.06.14 - P. Lic. Atribui Grat. Zita S. Loch**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 597/14 de 30.06.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

**Resolve:**

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Zita Simiano Loch, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 30 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de junho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**598.07.14 - P. Férias Pecunia Neiva R. D. Moretti**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 598/14 de 01.07.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2011 (Dois Mil e Onze) a 2012 (Dois Mil e Doze) a funcionária Neiva Regina Deinani Moretti, Ocupante do cargo de Contadora - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 069/2014 de 01 de julho de 2014, para gozá-las a contar do dia 01 de julho com término no dia 30 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
01 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 01 de julho de 2014.

ALBINO GANÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**055.14 - Decreto Remanejamento Educ.Rec.01.01**

Decreto N.º 55/2014 de 01.07.2014

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por anulação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado os recursos orçamentários na Prefeitura Municipal de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.018.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 40.000,00  
SubTotal R\$ 40.000,00  
Total da Suplementação R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.01- SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.018.2012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 01.01 - Recursos 25% Educação R\$ 40.000,00  
SubTotal R\$ 40.000,00  
Total Geral das Anulações R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

# Brusque

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato 084/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 084/2014

ESPÉCIE: aq. ferramentas e equipamentos. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 023/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.4490529900.6 0000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 26/06/2014; VALOR: 66.450,00. CONTRATADA: Comercio de Material Elétrico São Jose Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 26 de junho de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

### Extrato do Contrato 086/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 086/2014

ESPÉCIE: fornecimento de sacolões mensais para os servidores do samae. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 024/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 201 4.80.02.2293.3390300700000.20000; VIGÊNCIA: até 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 27/06/2014; VALOR: R\$ 109.907,40. CONTRATADA: L & e Comércio Varejista Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 27 de junho de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

### Portaria Nº 071/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 071/2014

O Prefeito Municipal de Brusque em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

#### RESOLVE

1) Exonerar ROGÉRIO LAZAROTTO, do cargo de provimento em comissão de Diretor.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/06/2014, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 26 de junho de 2014

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ROGÉRIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

### Extrato Primeiro Termo Aditivo, Contrato Nº 057/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 057/2013, entre o Município de Brusque e a empresa Mercantil Catarinense de Equipamentos, em 03/06/2014. Objeto: prorrogação do serviço de manutenção ordinária. Valor: R\$ 247.999,80. Fundamento legal: artigo 57, II, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 026/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gilmar Vilamoski e Heimo Zwang.

### Extrato Quarto Termo Aditivo, Contrato Nº 042/2012

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 042/2012, entre o Município de Brusque e a empresa IPM Informática Pública Municipal Ltda, em 21/05/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 27/05/2014 a 26/11/2015. Origem: Inexigibilidade nº 010/2012. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Aldo Luiz Mees.

### Extrato Quarto Termo Aditivo, Contrato Nº 108/2012

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 108/2012, entre o Município de Brusque e a empresa IPM Informática Pública Municipal Ltda, em 16/05/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 19/05/2014 a 18/11/2014. Origem: Inexigibilidade nº 021/2012. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Aldo Luiz Mees.

### Extrato Quarto Termo Aditivo, Contrato Nº 143/2011

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 143/2011, entre o Município de Brusque e a empresa IPM Informática Pública Municipal Ltda, em 21/05/2014. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 28/05/2014 a 27/11/2015. Origem: Inexigibilidade nº 019/2011. Fundamento legal: art. 57, inciso II, da lei 8.666/93. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Aldo Luiz Mees.

### Extrato Sexto Termo Aditivo, Contrato Nº 069/2012

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 069/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Catedral Construções Cíveis, em 28/05/2014. Objeto: supressão dos serviços de obra de drenagem pluvial nas bacias Azambuja e Nova Brasília. Valor: R\$ 92.484,76. Origem: Dispensa nº 022/2012 Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva e José Angelo Turra.

### Extrato Sétimo Termo Aditivo, Contrato Nº 069/2012

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 069/2012, entre o Município de Brusque e a empresa Catedral Construções Cíveis, em 28/05/2014. Objeto: acréscimo quantitativo e alteração qualitativa. Valor: R\$ 898.813,81. Origem: Dispensa nº 022/2012 Fundamento legal: artigo 58 e 65, § 1º, da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva e José Angelo Turra.

**Extrato Contrato Nº 002/2014**

Espécie: Contrato nº 002/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Paulo Nazareno Bernardo Me, em 10/06/2014. Objeto: aquisição de bonecos gigantes. Valor: R\$ 12.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 026/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Eudez Pavesi e Geziel Bernardes Pinto..

**Extrato Contrato Nº 054/2014**

Espécie: Contrato nº 054/2014, entre o Município de Brusque e o Jornal Município Dia a Dia Editora Ltda Epp, em 26/03/2014. Objeto: assinatura do Jornal Município Dia a Dia. Valor: R\$ 75.600,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 011/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Cláudio José Schlindwein.

**Extrato Contrato Nº 055/2014**

Espécie: Contrato nº 055/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Teresa Colombo Equipamentos Rodoviários Ltda Epp, em 04/06/2014. Objeto: aquisição de extrusor de perfis de concreto. Valor: R\$ 17.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 026/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 06 meses. Signatários: Gilmar Vilamoski e João Luiz Colombo Neto.

**Extrato Contrato Nº 060/2014**

Espécie: Contrato nº 060/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Souza Demolições Ltda Me, em 17/06/2014. Objeto: locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Valor: R\$ 95.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 035/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Pedro Santino de Souza.

**Extrato Contrato Nº 061/2014**

Espécie: Contrato nº 061/2014, entre o Município de Brusque e a Empresa de Terraplenagem Zucco Ltda, em 17/06/2014. Objeto: locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Valor: R\$ 700.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 035/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Andrei Ricardo Zucco.

**Extrato Contrato Nº 062/2014**

Espécie: Contrato nº 062/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem NH Ltda Epp, em 17/06/2014. Objeto: locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Valor: R\$ 272.400,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 035/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Nelmir José Hasckel.

**Extrato Contrato Nº 063/2014**

Espécie: Contrato nº 063/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Boeing Terraplanagem e Construtora Ltda, em 17/06/2014. Objeto: locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Valor: R\$ 1.030.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 035/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Jone João Piazza.

**Extrato Contrato Nº 064/2014**

Espécie: Contrato nº 064/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Eletro Tecnica Centro Sul Ltda Epp, em 17/06/2014. Objeto: locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Valor: R\$ 149.800,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 035/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: Arnaldo Francisco da Silva e Jone João Piazza.

**Extrato Contrato Nº 065/2014**

Espécie: Contrato nº 065/2014, entre o Município de Brusque e Rosi Viagens e Turismo Ltda Me, em 10/06/2014. Objeto: serviço de agência de viagem para aquisições de passagens aéreas internacionais. Valor: R\$25.545,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme Processo Administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Amilton José Erthal.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 027/2014**

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 027/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Sinalblu Indústria e Comércio Ltda, em 17/06/2014. Objeto: aquisição de materiais sinalização viária. Valor: R\$ 1.787.088,00. Origem: Pregão nº 036/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Arnaldo Francisco da Silva.

**Portaria Nº 073/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 073/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

**RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

André Visconti, matrícula 1811.2-01, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;

Elisane Martins Nunes, matrícula 2160.1-00, ocupante do cargo de Telefonista;

Leandro Bolognini, matrícula 239.9-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório;

Osmar Pacheco, matrícula 812.5-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;

Oto João Lombardi, matrícula 825,7-00, ocupante do cargo de Motorista;

Reinaldo Mellão, matrícula 807.9-00, ocupante do cargo de Agente de Leitura e Inspeção;

Rosangela de Mello, matrícula 805.2-00, ocupante do cargo de Assistente Administrativo;



Pelo período de 07/07/2014 até 26/07/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 07/07/2014.

Brusque, 01 de julho de 2014.

Rogério Ristow  
Diretor Presidente  
SAMAE

### **Portaria Nº 074/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 074/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

#### **RESOLVE**

Conceder Férias aos servidores:

Vanessa Constans Setraghi Becker, matrícula 2098.2-00, ocupante do cargo de Telefonista;

Pelo período de 07/07/2014 até 05/08/2014.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 07/07/2014.

Brusque, 01 de julho de 2014.

Rogério Ristow  
Diretor Presidente  
SAMAE

## **Caçador**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato do Relatório Final do Processo Administrativo Nº 03/2014**

EXTRATO DO RELATÓRIO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014.

Processo Administrativo a fim de apurar a efetiva realização de despesa não empenhada e não paga, bem como apuração da legitimidade da despesa com a locação de imóvel, de propriedade de Carmem Lucia Thomé Fabiani e outros sem cobertura contratual, consistente em uma casa de alvenaria, com 310,00m², situada na Av. Santa Catarina, nº 400, Centro, nesta Cidade de Caçador, para o funcionamento da farmácia central da Secretaria Municipal de Saúde. Comissão designada através da Portaria nº 24.050, de 16/06/2014. Conclusões: a) Pelo pagamento das despesas referentes aos aluguéis vencidos no dia 10 do mês de abril e 10 de maio de 2014, correspondentes aos meses que a Secretaria Municipal de Saúde utilizou o imóvel e não pagou, por indenização ao particular, nos termos do art. 59 da Lei nº 8.666/1993, mediante prévio reconhecimento, pela Senhora Secretária Municipal de Saúde; b) Pela observação do princípio da ordem cronológica das datas de exigibilidades das obrigações decorrentes de licitações, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/1993; c) Encaminhe-se cópia deste relatório à contabilidade do Município para que adote as providências ora recomendadas para o pagamento dos credores, bem como para que verifique a existência de disponibilidade orçamentária; d) Seja encaminhado para o departamento de expediente, o extrato do presente relatório final para providenciar sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 26 de junho de 2014.  
Luciana Marta Debarba Cereza  
Presidente,

Maria Aparecida Boscatto  
Membro,

Adriana Carneiro Schmitz  
Secretária

#### **Aviso de Licitação PR 19-2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - ATENÇÃO BÁSICA - CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/07/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 16/07/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de junho de 2014.  
REJANE SERAFINI  
Secretária de Saúde

**Aviso de Licitação PR 04-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAÇADOR  
Fundo Municipal de Assistência Social  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E NOTEBOOK DESTINADOS A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL. DE CAÇADOR - SC  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 15h40min do dia 16/07/2014.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 16/07/2014.  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de junho de 2014.  
Beatriz Ribeiro dos Santos,  
Secretária Municipal de Assistência Social

**Aviso de Licitação PR 65-2014 - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de SEMENTES, HERBICIDAS, INSETICIDAS E MATERIAIS DESTINADOS AO CULTIVO DE MUDAS NO HORTO FLORESTAL, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E FUNDEMA DE CAÇADOR, SC.  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 15/07/2014.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 15/07/2014.  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 6.047**

DECRETO nº 6.047, de 30 de junho de 2014.  
Estabelece horário especial de expediente da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para os Servidores Públicos Municipais, lotados nas diversas Secretarias Municipais, no dia 04/07/14, sexta-feira, das 07:00 às 13:00hs, devido ao jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol.

Art. 2º Fica excluído do horário especial de expediente o Pronto Atendimento que atenderá normalmente, e as Unidades Básicas de Saúde que atenderão das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 15:30

min.

Art. 3º Em caso de classificação do Brasil para a etapa subsequente, aplica-se, automaticamente, as mesmas regras deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de junho de 2014  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.

**Decreto Nº 6.048**

DECRETO Nº 6.048, de 30 de junho de 2014.  
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENCHENTE - COBRADE 1.2.1.0.0.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, CONSIDERANDO:

I - as chuvas continuadas que assolaram o Município de Caçador entre os dias 25 e 28 de junho de 2014, que segundo informação da EPAGRI houve uma precipitação de 233,10 mm, sendo que a média para o mês é de 120mm e que o acumulado deste é 414,4mm;

II - que em decorrência das chuvas que provocaram danos, tanto na área urbana quanto na área rural, tendo como resultado pessoas desabrigadas, desalojadas, afetadas, bem como estradas, rodovias, pontes, rede pluvial e residências danificadas;

III - que os danos públicos e privados ultrapassarão dez milhões de reais;

IV - que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), é favorável à declaração de Situação de Emergência;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como alagamentos (COBRADE - 1.2.1.0.0) conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa

Civil - COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo Único - Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias, prorrogáveis por mais 90 dias.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de junho de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Dispensa de Licitação 05-2014 - FMS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DISPENSE Nº 04/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, torna público a DISPENSE de licitação nº 04/2014 para Locação de Imóvel, Localizado na Av. Barão do Rio Branco nº 550, apto 101, Edifício Guilherme na cidade de Caçador -SC, para Acomodação de tres Médicos Cubanos, que estão atuando em Caçador pelo programa mais médicos, para o período de 12 (dode) meses, pelo valor Total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), nos termos do Artigo 24, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Maiores Informações

poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Av. Santa Catarina 195 - Centro, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)

Caçador, 27 de julho de 2014.  
REJANE SERAFINI  
Secretária Municipal de Saúde

# Camboriú

## PREFEITURA

### Homologação da Tomada de Preços 006/2014 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2014 - PMC

A Prefeita Municipal Luzia Lourdes Coppi Mathias, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº8.666/93, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações; resolver; HOMOLOGAR A presente licitação.

Processo Licitatório 99/2014

Licitação TP 006/2014

Data da Homologação 23/06/2014

Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PASSEIOS, RAMPAS, TRAVESSIAS, SINALIZAÇÃO, COM O OBJETIVO DE COMPLEMENTAR E QUALIFICAR O ACESSO AO SISTEMA DE TRANSPORTE; MELHORIA DOS ENTORNOS DOS TERMINAIS: CALÇADAS (LARGURA, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO, RAMPAS DE ACESSO) ELIMINAÇÃO/REMANEJAMENTO DE BARREIRAS (TELEFONES PÚBLICOS, ÁRVORES, LIXEIRAS, EXTINTORES DE INCÊNDIO, PLACAS DE COMUNICAÇÃO), CONFORME PROJETO EM ANEXO.

Licitante Vencedor MINAS ENGENHARIA LTDA EPP - R\$344.843,53

Camboriú, 23 de Junho de 2014  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### PR 61/14 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE MACADAME COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 12M3, INCLUINDO MANUTENÇÃO, MOTORISTA E COMBUSTÍVEL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 11 (Onze) de Julho de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 01 de Julho de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Resumo dos Contratos Nº 0400763-94/14 E 0400762-80/14

#### RESUMO DE CONTRATO

Contrato nº 0400763-94/14

Agente Financeiro: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Tomador: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC

Data: 20/03/2014

Prazo: 240 (duzentos e quarenta) meses

Valor: R\$ 5.221.922,57 (Cinco milhões, duzentos e vinte e um mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos)

Objeto: CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE, ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC, DESTINADO À EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC, NO ÂMBITO DO PRÓ-TRANSPORTE

Contrato nº 0400762-80/14

Agente Financeiro: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Tomador: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC

Data: 08/05/2014

Prazo: 240 (duzentos e quarenta) meses

Valor: R\$ 12.610.234,03 (Doze milhões, seiscentos e dez mil, duzentos e trinta e quatro reais e três centavos)

Objeto: CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE, ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC, DESTINADO À EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ/SC, NO ÂMBITO DO PRÓ-TRANSPORTE

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1220/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1220/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADD1097	54945645E	6599/2	20/05/2014	230 * V
HRG6021	54948822E	6599/2	29/04/2014	230 * V
IMV1883	54948828E	5045/0	29/04/2014	162 * V
LWX8051	54946642E	5169/1	10/04/2014	165
LYG3636	54948578E	5169/1	11/05/2014	165
LYO5304	54623888E	5169/1	30/05/2014	165
MAM8971	54946648E	6599/2	27/05/2014	230 * V
MAX5592	54948998E	6599/2	04/05/2014	230 * V
MBG9327	54949803E	5010/0	28/05/2014	162 * I
MBG9327	54949804E	5061/0	28/05/2014	163 c/c 162 * I
MBG9327	54949805E	6637/1	28/05/2014	230 * IX
MBG9327	54949806E	6580/0	28/05/2014	230 * IV
MBG9327	54949807E	6912/0	28/05/2014	232
MCN9771	54949127E	6599/2	29/04/2014	230 * V
MDU9756	54949101E	6599/2	26/04/2014	230 * V
MEE3779	54948825E	6556/1	29/04/2014	230 * I
MER2897	54948235E	5029/2	26/04/2014	162 * II
MER2897	54948236E	6912/0	26/04/2014	232
MFJ2370	54623132E	5010/0	05/01/2014	162 * I
MGM0558	54949680E	5010/0	29/05/2014	162 * I
MGM0558	54949681E	5061/0	29/05/2014	163 c/c 162 * I
MGM0558	54949682E	6637/2	29/05/2014	230 * IX
MHE3357	54948565E	6637/2	24/04/2014	230 * IX
MHG7241	54949717E	6599/2	29/05/2014	230 * V
MHG7241	54949718E	6637/2	29/05/2014	230 * IX
MHG7241	54949719E	6912/0	29/05/2014	232



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHJ3891	54948920E	7340/0	02/05/2014	252 * IV
MIH8829	54948965E	6599/2	02/05/2014	230 * V
MIX4278	54949404E	6599/2	03/05/2014	230 * V
MIZ6402	54949130E	6912/0	01/05/2014	232
MJK1211	54949660E	6920/0	13/05/2014	233
MMA7591	54949078E	6912/0	04/05/2014	232
MMJ1711	54949027E	6599/2	29/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1221/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1221/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADD1097	54945646E	5452/1	20/05/2014	181 * VIII
DCW4457	54948466E	5185/1	08/04/2014	167
DCW4457	54948467E	7366/2	08/04/2014	252 * VI
DFS1948	54948533E	7366/2	30/04/2014	252 * VI
EDP2499	54623163E	5738/0	23/04/2014	186 * II
IMV1883	54948829E	5185/1	29/04/2014	167
IMV1883	54948830E	7366/2	29/04/2014	252 * VI
ION7291	54949077E	6050/1	04/05/2014	208
LWX8051	54946641E	5452/1	10/04/2014	181 * VIII
LXT3555	54949587E	6050/1	02/05/2014	208
MAC4749	54949565E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
MCC6853	54948474E	5185/1	08/04/2014	167
MCN7222	54949224E	5525/0	01/05/2014	181 * XV
MCN7222	54949225E	5568/0	01/05/2014	181 * XIX
MCY5908	54949572E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
MET6066	54948895E	5185/1	17/04/2014	167
MEW0867	54949152E	5568/0	05/05/2014	181 * XIX
MFM1697	54949563E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
MGG4565	54948726E	5541/6	23/04/2014	181 * XVII
MHG7241	54949720E	5835/0	29/05/2014	195
MHQ1248	54623935E	7366/2	11/04/2014	252 * VI
MIN7105	54949056E	6050/1	27/04/2014	208
MIW2201	54949142E	5720/0	02/05/2014	186 * I
MIX2911	54949558E	5568/0	02/05/2014	181 * XIX
MJD5177	54623886E	5541/1	25/04/2014	181 * XVII
MJM8937	54949588E	6050/1	20/05/2014	208

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJU4188	54623939E	7366/2	28/04/2014	252 * VI
MKD2843	54949153E	5568/0	05/05/2014	181 * XIX
MMA7401	54946117E	5460/0	26/04/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 8.428 de 01 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.428 DE 01 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, em especial as Leis Complementares Municipais nº 006/02 e 088/12; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000153, Registro no Sistema sob nº 181300, na função Gratificada - Chefe do Serviço da Educação Infantil, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.269,54 (um mil, duzentos sessenta e nove reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará na remuneração da Servidora e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função gratificada.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.429 de 01 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.429 DE 01 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, em especial as Leis Complementares Municipais nº 006/02 e 088/12; Decreta:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092, Registro no Sistema sob nº 295640, na função Gratificada - Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.269,54 (um mil, duzentos sessenta e nove reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de julho de 2014.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará na remuneração da Servidora e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função gratificada.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de julho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 e 3.386 em: 01/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Despacho Pad 05/2014

DESPACHO

Vistos e examinados os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2014, ACATO o relatório da Comissão Processante e DECIDO, com base no art. 268, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2.002, aplicar a penalidade de suspensão ao servidor LÉRCIO PERICLES VIRMOND, com fulcro no art. 225 da LC 006/2002.

Em cumprimento ao art. 271 da LC 006/2002, afixe-se cópia desta decisão no mural da Prefeitura Municipal, e publique-se nos termos da lei.

Campo Alegre (SC), 16 de maio de 2.014.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

**1ª Alteração Pregão Eletrônico 59/2014****MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC****1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014 - PREGÃO ELETRÔNICO**

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, considerando o pedido de esclarecimento da empresa OK DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, com a alteração de informações na descrição do item objeto do instrumento. Sendo assim, **ALTERAM-SE** do edital epigrafado, o Anexo I e Anexo III, conforme segue:

*Passando a vigorar conforme segue:*

**ANEXO I**

(Processo Licitatório nº. 59/2014, modalidade Pregão Eletrônico)

**MODELO PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

ITEM 01			
Veículo automotor <b>AMBULÂNCIA</b> , tipo furgão, 4 portas, motor de no mínimo <del>2.299</del> <b>2.287</b> cilindradas. Diesel S10 e S50. Tração dianteira, 6 marchas, tanque de combustível de no mínimo 70 litros.			
<b>DIMENSÕES:</b>			
Mínimo de <del>2.600</del> <b>2.450</b> mm altura exterior.			
Mínimo de 5.500mm comprimento exterior.			
<b>EQUIPAMENTOS:</b>			
02 tomadas 12V no painel, protetor de cárter, portas traseiras com abertura 180°, <i>airbag</i> , freios as disco nas 4 rodas com ABS, ar quente, ar condicionado cabine + salão de atendimento, revestimento interno em material lavável, piso nivelado em compensado naval de no mínimo 10mm de espessura antiderrapante e lavável, divisória original com janela de comunicação com vidros deslizantes entre os compartimentos (cabine do motorista e salão de atendimento), isolamento termo acústico em EPS de alta densidade com 30mm de espessura, janela lateral direita com vidros deslizantes serigrafados na cor branca com filetes, janela de comunicação com vidros deslizantes temperados instalado na divisória, iluminação interna com 2 luminárias de dupla intensidade com lâmpadas em LED. Circuito elétrico com cabos anti-chamas super dimensionados, que não emanem gases conforme norma ABNT NBR 14561:2000, relés, fusíveis térmicos e disjuntores, para proteção do sistema.			
<b>MOBILIÁRIO:</b>			
Armário superior instalado na lateral esquerda, com portas em acrílico.			
<b>SUORTE DE SORO E PLASMA:</b>			
Suporte para soro e plasma próximo à cabeceira da maca.			
<b>SISTEMA DE OXIGÊNIO:</b>			
Suporte metálico para cilindro de oxigênio de 16 litros, com sistema de cintas de poliéster e catraca ajustável, painel de oxigênio com régua tripla completa, com fluxometro, umidificador, chicote, máscara e aspirador com frasco.			
<b>BANCO BAÚ:</b>			
Banco baú para 03 pessoas, confeccionado em compensado e revestido em fórmica texturizada, com assento basculante e encosto em espuma, com cintos de segurança, banco do atendente com assento, encosto e apoio de cabeça com espuma anatômica, com cintos de segurança.			
<b>MACA:</b>			
Maca retrátil com estrutura de alumínio, rodízios, trilhos, cabeceira regulável com travas de fixação, colchonete em espuma revestido em couro com cintos de segurança.			
<b>SINALIZADOR:</b>			
Sinalizador acústico visual, tipo barra em LED com sirene eletrônica – 1 tom na cor vermelha.			
<b>GRAFISMO:</b>			
Grafismo padrão ambulância, sendo: palavra AMBULÂNCIA invertida no capô, palavra AMBULÂNCIA normal na traseira, cruzes vermelhas nas portas dianteiras.			
<b>QUANTIDADE:</b>	<b>01</b>	<b>UNIDADE:</b>	<b>UNIDADE</b>
<b>MARCA:</b>		<b>MODELO:</b>	
<b>VALOR:</b>	<b>R\$</b>		

Validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO (ou identificação da empresa) E ASSINATURA:



**ANEXO III**  
(Processo Licitatório nº. 59/2014, modalidade Pregão Eletrônico)

**VALOR ESTIMADO**

<b>VALOR ESTIMADO PARA O ITEM 01</b>			
<p>Veículo automotor <b>AMBULÂNCIA</b>, tipo furgão, 4 portas, motor de no mínimo <del>2.299</del> <b>2.287</b> cilindradas. Diesel S10 e S50. Tração dianteira, 6 marchas, tanque de combustível de no mínimo 70 litros.</p> <p><b>DIMENSÕES:</b> Mínimo de <del>2.500</del> <b>2.450</b>mm altura exterior. Mínimo de 5.500mm comprimento exterior.</p> <p><b>EQUIPAMENTOS:</b> 02 tomadas 12V no painel, protetor de cárter, portas traseiras com abertura 180°, <i>airbag</i>, freios as disco nas 4 rodas com ABS, ar quente, ar condicionado cabine + salão de atendimento, revestimento interno em material lavável, piso nivelado em compensado naval de no mínimo 10mm de espessura antiderrapante e lavável, divisória original com janela de comunicação com vidros deslizantes entre os compartimentos (cabine do motorista e salão de atendimento), isolamento termo acústico em EPS de alta densidade com 30mm de espessura, janela lateral direita com vidros deslizantes serigrafados na cor branca com filetes, janela de comunicação com vidros deslizantes temperados instalado na divisória, iluminação interna com 2 luminárias de dupla intensidade com lâmpadas em LED. Circuito elétrico com cabos anti-chamas super dimensionados, que não emanem gases conforme norma ABNT NBR 14561:2000, relés, fusíveis térmicos e disjuntores, para proteção do sistema.</p> <p><b>MOBILIÁRIO:</b> Armário superior instalado na lateral esquerda, com portas em acrílico.</p> <p><b>SUORTE DE SORO E PLASMA:</b> Suporte para soro e plasma próximo à cabeceira da maca.</p> <p><b>SISTEMA DE OXIGÊNIO:</b> Suporte metálico para cilindro de oxigênio de 16 litros, com sistema de cintas de poliéster e catraca ajustável, painel de oxigênio com régua tripla completa, com fluxometro, umidificador, chicote, máscara e aspirador com frasco.</p> <p><b>BANCO BAÚ:</b> Banco baú para 03 pessoas, confeccionado em compensado e revestido em fórmica texturizada, com assento basculante e encosto em espuma, com cintos de segurança, banco do atendente com assento, encosto e apoio de cabeça com espuma anatômica, com cintos de segurança.</p> <p><b>MACA:</b> Maca retrátil com estrutura de alumínio, rodízios, trilhos, cabeceira regulável com travas de fixação, colchonete em espuma revestido em couro com cintos de segurança.</p> <p><b>SINALIZADOR:</b> Sinalizador acústico visual, tipo barra em LED com sirene eletrônica – 1 tom na cor vermelha.</p> <p><b>GRAFISMO:</b> Grafismo padrão ambulância, sendo: palavra AMBULÂNCIA invertida no capô, palavra AMBULÂNCIA normal na traseira, cruzes vermelhas nas portas dianteiras.</p>			
<b>QUANTIDADE:</b>	<b>01</b>	<b>UNIDADE:</b>	<b>UNIDADE</b>
<b>VALOR ESTIMADO:</b>		<b>R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).</b>	

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor, inclusive a data de recebimento e abertura das propostas.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 01 de julho de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso PP 06/2014 Fhja

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 14/07/2014 às 14h e 30min na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, CARGAS P13 E P45. PARA USO NO SETOR DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 01 de julho de 2014.  
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio  
Iracema Trucolo Wilpert  
Administradora

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### Ext Ct232014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO - 23/2014  
PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014  
DATA DE ASSINATURA: 30 de Junho de 2014

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto

CONTRATADA: Bradesco S/A.

VALOR: R\$ 1,00 (Hum real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros)

PRAZO: De 01/07/2014 à 30/06/2015.

Campos Novos - SC., 30 de junho de 2014.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

### Ext Ct242014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO - 24/2014  
PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014  
DATA DE ASSINATURA: 30 de Junho de 2014

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto

CONTRATADA: Caixa Econômica Federal

VALOR: R\$ 1,00 (Hum real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros)

PRAZO: De 01/07/2014 à 30/06/2015.

Campos Novos - SC., 30 de junho de 2014.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

### Ext Ct252014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO - 25/2014  
PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014  
DATA DE ASSINATURA: 30 de Junho de 2014

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto

CONTRATADA: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Campos Novos - SICOOB Credicampos.

VALOR: R\$ 1,00 (Hum real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros)

PRAZO: De 01/07/2014 à 30/06/2015.

Campos Novos - SC., 30 de junho de 2014.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

### Ext Tp102014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844  
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 20/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº 10/2014, tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

2-OBJETO: Aquisição de Tubos conexões em PVC de Água/Esgoto/ferro fundido e Conexões Especiais, materiais a serem repostos no estoque do almoxarifado do SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00 hs do dia 15/07/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites [www.samaecn.com.br](http://www.samaecn.com.br) e [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br)

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

#### Ext Ct262014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA  
CONTRATO CNO - 26/2014  
PROCESSO INEXIGIBILIDADE - 02/2014  
DATA DE ASSINATURA: 30 de Junho de 2014

OBJETO: Prestação de Serviços na arrecadação de faturas de água/Esgoto

CONTRATADA: Banco do Brasil S/A  
VALOR: R\$ 1,00 (Hum real) por recebimento de documento com código de barras Padrão FEBRABAN Através do sistema de débito Automático e também através dos caixas nas agências bancárias, e por recebimento de documentos com código de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com outros bancos (lotéricos e outros)

PRAZO: De 01/07/2014 à 30/06/2015.

Campos Novos - SC., 30 de junho de 2014.  
JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
Diretor do SAMAE

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Pauta de Reunião - Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas - 6ª Sessão Ordinária - 2014

PAUTA DE REUNIÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS  
SESSÃO ORDINÁRIA

Data: 04 (quatro) de julho de 2014.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões 1 - Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, serão discutidos e julgados os seguintes processos:

(1)

Numero do recurso: 0017/2014

Numero do protocolo: 3304/2014

Recorrente: 1º Tabelionato de Notas e Protestos da Comarca de Canoinhas

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

(2)

Numero do recurso: 0018/2014

Numero do protocolo: 3351/2014

Recorrente: Marcos Sussenbach

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

(3)

Numero do recurso: 0016/2013

Numero do protocolo: 3676/2014

Recorrente: Encoplac - Engenharia, Construção e Planejamento Ltda

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 01 de julho de 2014.

GERSON JOSE SZCZYGIEL DUMKE

Secretário Geral

DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente

#### PORTARIA Nº. 481/2014

PORTARIA Nº. 481/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeada IEDA MARIA DOBROCHINSKEI ALBERTI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Controle Interno, junto ao Gabinete, a partir de 01/07/2014, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 30 de junho de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 30/06/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## Capinzal

### PREFEITURA

#### FMAS Processo Licitatório Nº 0015/2014 - Dispensa de Licitação Nº 0001/2014

Processo Licitatório Nº 0015/2014

Dispensa de Licitação Nº 0001/2014

KELVIS BORGES, Gestor, do Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0015/2014 conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria para capacitação e planejamento para servidores da Assistência Social, com Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

#### FORNECEDOR

Item	Qdade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Assessoria para capacitação e planejamento para servidores Assistência Social, conforme detalhamento: Planejamento e reordenamento dos serviços de Proteção Social Básica - CRAS; Planejamento e reordenamento dos serviços de Proteção Social Especial - CREAS; Planejamento das ações do Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social; Estudo e revisão das duas minutas de projetos relativos ao reordenamento da legislação municipal dos benefícios socioassistenciais e, da Política, do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social; e Encontro de apresentação das minutas de projeto de Lei.	IRACI DE ANDRADE	7.700,00	7.700,00
Total						7.700,00

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME	001
7.700,00 (sete mil e setecentos reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 53 - Manutenção do IGD SUAS - Índice de Gestão Descentr  
Órgão: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL  
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária  
Programa: 195 - ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA - PROTEÇÃO  
Projeto/Atividade: 2.106 - Manutenção do IGD SUAS - Índice de Gestão Descentr  
Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica  
Recurso: 52 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 01 de Julho de 2014  
KELVIS BORGES  
PREFEITO MUNICIPAL

### Decreto 092/2014

DECRETO Nº 092, DE 27 DE JUNHO DE 2014

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4 - COBRADE, conforme IN/MI 01/2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e:

CONSIDERANDO que chuvas intensas e intermitentes ocorridas desde o dia 23 de junho de 2014, provocaram alagamentos e deslizamentos em toda a área Central, nos Loteamentos e Interior do Município.

CONSIDENRANDO a precipitação do grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, resultou em significativos danos e prejuízos constantes no Formulário de Informações de Desastre - FIDE, anexo;

CONSIDERANDO a reunião da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, conforme Ata nº 03/2014, cópia anexa;

CONSIDERANDO o Parecer nº 02/2014, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando que a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e

demais documentos anexados a este decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como 1.3.2.1.4 - Chuvas Intensas.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, estão autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente de defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedade particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível as áreas desapropriadas serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta (180) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de junho de 2014.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino



**FMAS Contrato 0017/2014**

Contrato Nº: 0017/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada: IRACI DE ANDRADE 67882102920 - ME

Valor: 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência: Início: 01/07/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0015/2014

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 0001/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria para capacitação e planejamento para servidores da Assistência Social, com Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

**FMAS Termo Aditivo 0001/2014**

Contrato Nº: TA 0001/2014 C3

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada: LUIZ ADRIANI DE ANDRADE EPP

Valor: 1.420,33 (um mil quatrocentos e vinte reais e trinta e três centavos)

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 28/02/2015

Processo Licitatório Nº 0005/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0003/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescentando o valor do contrato original em R\$ 1.420,33 (um mil quatrocentos e vinte reais e trinta e três centavos), conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

**FMAS Termo Aditivo 0001/2014**

Contrato Nº: TA 0001/2014 C5

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada: P.V ALIMENTOS &amp; TRANSPORTES LTDA ME

Valor: 12.405,37 (doze mil quatrocentos e cinco reais e trinta e sete centavos)

Vigência: Início: 16/06/2014 Término: 28/02/2015

Processo Licitatório Nº 0005/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0003/2014

Recursos: Dotação:

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º,

da lei 8.666/93; acrescentando o valor do contrato original em R\$ 12.405,37 (doze mil quatrocentos e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

**Decreto 096/2014**

DECRETO Nº 096, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Dispõe sobre horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, por ocasião da Copa do Mundo de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a realização do Campeonato Mundial de Futebol no Brasil, no período de 12-06-2014 a 13-07-2014, evento que representa um fenômeno de alcance mundial, com forte repercussão no território nacional;

CONSIDERANDO, que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol ocorrerão no mesmo horário do expediente da Prefeitura Municipal de Capinzal;

CONSIDERANDO, ainda, que a modificação antecipada do horário de expediente especial, com pequena variação da respectiva carga horária diária, não acarretará prejuízos aos munícipes;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, das 7 horas às 13 horas, nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa do Mundo de 2014.

§ 1º Excetuam-se deste horário as Escolas e as Creches da Rede Municipal de Ensino, sendo que o horário das aulas serão normais até às 15h e 30min.

§ 2º O atendimento emergencial a saúde, após às 13 horas, será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores.

Art. 2º As audiências e reuniões designadas para os dias a que se refere o art. 1º poderão ser remanejadas, observando-se a conveniência da Administração Pública.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data sua publicação.

Capinzal, em 30 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

**Decreto 098/2014**

DECRETO Nº 098, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 104/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 183/2014, anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 104/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na construção de muro de contenção utilizando cortina de concreto armado em terreno urbano, na Rua Carmelo Zóccoli e Rua Frei Tito de Olivetto, nesta cidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino

**Decreto 099/2014**

DECRETO Nº 099, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 0014/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 184/2014, anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 14/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de adequação do espaço físico do Centro de Convivência Comunitário - CCC, da Localidade de Vila União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino

**Decreto 100/2014**

DECRETO Nº 100, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 0106/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 0008/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 185/2014, anexo;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 0106/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 0008/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na reforma no Ginásio de Esportes Municipal Dileto Bertaiolli.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de junho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças Interino

**Termo de Homologação Edital 013/2014**

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL Nº 013/2014

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital nº 013, de 25 de junho de 2014, para preenchimento de vagas para o cargo de Professor de Matemática, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal e publicada no DOM/SC edição nº 1517, de 01 de julho de 2014.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal, SC, em 01 de julho de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**SIMAE****Extrato de Contrato Nº Cao/29/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/29/2014

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: LASKE &amp; FEYH S/S DE ADVOCACIA

CNPJ DO CONTRATADO: 00.532.330/0001-28

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA EM JUÍZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

VALOR: R\$ 2.350,00 (DOIS MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 01/07/2014

VIGÊNCIA: 01/07/2014 A 30/06/2015

SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

**Catanduvras****PREFEITURA****Lei Complementar Nº 109/2014, de 18 de Junho de 2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2014, de 18 de junho de 2014.

"DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO AMBULANTE, CAMELÔ E FEIRANTE NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Comércio Ambulante, Camelô de Banca, e através de Feira Livre, somente poderá ser exercido no município, mesmo em terreno particular, mediante prévia autorização da Prefeitura, das autoridades Sanitárias e Policiais, conforme o caso, e mediante o pagamento prévio de taxa de licença, conforme disciplina o Código Tributário Municipal.

§ 1º É vedada a instalação de Camelô de Banca; a instalação de Feira Livre; bem como utilização de veículo para tal finalidade, para a comercialização de produtos cuja origem de fabricação não seja do município de Catanduvras-SC.

§ 2º A comercialização de produtos oriundos de pirataria ou falsificação, importará na imediata cassação do alvará da Prefeitura.

§ 3º É vedada a prestação de serviços de qualquer natureza, de forma ambulante, no município de Catanduvras-SC.

Art. 2º O art. 244 do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 17, de 17 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 244. A taxa de licença para o Comércio Ambulante será cobrada antecipadamente à concessão da Licença, com base na Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, conforme a tabela a seguir:

PERÍODO DA LICENÇA	VALOR	QUANTIDADE DE UFRM
Por dia	R\$ 89,00	33,09
Por mês	R\$ 600,00	223,04

§ 1º Quando efetuado o comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor até duas (2) toneladas, será a taxa acrescida de cinquenta por cento (50%).

§ 2º Quando efetuado o comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor acima de duas (2) toneladas, será a taxa acrescida de oitenta por cento (80%)."

Art. 3º Fica acrescido ao Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 17, de 17 de dezembro de 2001, o Art. 241-A, com a seguinte redação:

"Art. 241-A. A taxa de licença para o comércio na modalidade Camelô de Banca, e Feira Livre, fica fixada nos seguintes valores:

I - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por dia; e

II - R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês.

Parágrafo único. Os valores das taxas constantes do presente artigo serão reajustados anualmente pelo mesmo índice de aumento da UFRM - Unidade Fiscal de Referência do Município”.

Art. 4º As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 37, III, “b” do Código Tributário Municipal.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 18 de junho de 2014.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella  
Secretário Municipal da Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

#### **Extrato do Contrato de Rateio Nº 0002/2014**

CONTRATO DE RATEIO Nº 0002/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: I - REGIN; II - Simples Nacional.

PAGAMENTO: R\$ 660,00 mensais.

CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Despesas correntes: 45% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70; 50% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70.

Despesas de capital: 5% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70.

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 13 de junho de 2014.

Gisa Aparecida Giacomini  
Prefeita de Catanduvas

## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### **Decreto 106/2014**

DECRETO N. 106/2014

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

#### **DECRETA:**

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhora SALETE DOS SANTOS MORAIS, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 12R.4.193.938 e, inscrito no CPF/MF sob n. 060.799.699-47, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado junto à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 01 de Julho de 2014

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Portaria Nº 255 de 01.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 255/2014

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC e de acordo com o disposto na Lei Complementar n. 40, de 15.05.2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do servidor, ROBERTO LEANDRO BATISTA, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 01.07.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de julho de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Contas 2012 Aprovadas

#### CONTAS APROVADAS

As contas do Prefeito José Bráulio Inácio, relativas ao exercício de 2.012, se encontram na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores para análise e também a disposição dos cidadãos.

O Tribunal de Contas através do Parecer Técnico, pronunciou-se pela aprovação das referidas contas. A Comissão tem 60 (sessenta) dias para análise das mesmas.

Chapadão do Lageado, 02 de julho de 2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER  
Presidente

### Portaria N.017/2014 de 01/07/2014

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Vereadores de Chapadão do Lageado  
PORTARIA Nº017/2014 de 01/07/2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais em virtude da realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2014,

#### RESOLVE:

Estabelecer o seguinte expediente da Câmara de Vereadores:

Dia 04 de julho de 2014, das 13h às 16h30min;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 01 de julho de 2014.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER  
Presidente



**Cocal do Sul****PREFEITURA****Aviso Pregão Presencial Nº 31/Pmcs/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/PMCS/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 62/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 31/PMCS/2014, que objetiva a contratação de empresa especializada para o serviço de organização e execução de eventos esportivos, incluindo os serviços de arbitragem e o fornecimento de premiação, para a realização da programação esportiva denominada 16º Jogos Inter-bairros de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será as 09h00min do dia 15 de julho de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 01 de julho de 2014.  
Ademir Magagnin  
Prefeito Municipal

**Concórdia****PREFEITURA****Extrato Contrato Nº 255/2014 -PMC**

Contrato Nº: 255/2014  
Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada: MS REDES INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP  
Licitação: Pregão Presencial 73/2014  
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cabeamento estruturado com fornecimento de materiais, na nova sede da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.  
Vigência: Início: 30/06/2014 Término: 29/08/2014  
Assinatura: 30/06/2014  
Valor R\$: 33.800,00 (Trinta e Três Mil e Oitocentos Reais)

Dotação: 41 - 06.001.2012.344905193000000.01010000

**EXTRATO 1º TA CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 16/2013 -PMC**

Contrato Nº: CC 16/2013  
Aditivo Nº: 1 TA/2014  
Tipo Aditivo: Prazo  
Contratante: MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada: ESPORTE CLUBE CANARINHO  
Licitação: Inexigibilidade 9/2013  
Objeto: Concessão de direito real de uso da área de terras de 12.623,56m², do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 952, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio Engano, com área total de 35.605,76m², neste Município, registrado nº 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 5.442, Livro nº 2 ? ?U?.  
Vigência: Início: 30/06/2014 Término: 16/12/2043  
Assinatura: 30/06/2014  
Valor R\$: 0,00 (Zero)

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 27/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Stórchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso X, do Artigo 24, homologada em 01 de julho de 2014, para Locação de imóvel para o desenvolvimento de atividades pedagógicas com os alunos da Escola Básica Municipal Melvin Jones, em favor da empresa MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, no valor total de R\$ 16.560,00(dezesseis mil quinhentos e sessenta reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

**Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 29/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 29/2014

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Elisa Tebaldi Borsatti, Diretora de Finanças, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso II, do Artigo 24, homologada em 01 de julho de 2014 para pagamento de despesas com passagens de servidores, na realização de cursos e treinamentos, durante o exercício de 2014, a favor da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE S/A, no valor total estimado de R\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2014 - PMC - Concessão**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2014 - PMC  
CONCESSÃO

Objeto: Seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão de uso de instalação predial para exploração do serviço de restaurante durante a realização da XXIX Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL, em conformidade com o disposto na Lei nº 3.999, de 17 de outubro de 2008, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: MAIOR OFERTA.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 15/07/2014.

Abertura: dia 15/07/2014, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 01 de julho de 2014.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 24/2014- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014- PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para ampliação da Escola Básica Municipal Ângelo Ary Biesuz, situada em Linha São Paulo, no Município de Concórdia - SC., conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/07/2014.

Abertura: dia 21/07/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de junho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

**Edital de Concorrência Nº 8/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 8/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em instalação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de serviço de adequações na rede de distribuição de energia elétrica, objetivando a construção da rua coberta, de acordo com os Memoriais Descritivos e Projetos Básicos, constantes no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 04/08/2014.

Abertura: dia 05/08/2014, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 01 de julho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação de Credenciamento Nº 46/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2014

A Presidente do Conselho do Fundo Municipal de Assistência ao Servidor torna público que ratificou o ato da senhora Tania Maria Turcatel, encarregada do Semas, que declarou INEXIGÍVEL a Licitação, nos termos do artigo 25, Caput da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações para o credenciamento de Empresa para prestação de serviços aos segurados nominados na Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor da empresa: L. E. G. M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S, no valor total estimado de R\$20.000,00(vinte mil reais).

Concórdia, SC, 1º de julho de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Presidente do SEMAS

**Adendo 01 ao Edital de Tomada de Preço Nº 6/2014 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 6/2014 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução obra de pavimentação asfáltica em CAUQ e drenagem Pluvial nas ruas Goiás e Irã, neste Município, através do regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados na seguinte forma:

Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO, dos interessados não cadastrados até às 16h00min do dia 18/07/2014.

Envelope 01 - DOCUMENTAÇÃO dos interessados cadastrados até as 16h00min do dia 23/07/2014.

O Envelope 02 - Proposta de Preços dos interessados cadastrados e não cadastrados, até a data de 23/07/2014 às 16h00min.

A abertura dos envelopes se dará às 14h00min do dia 24/07/2014. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 01 de julho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 3/2014 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2014 - FMS

Objeto: Registro de preços para possível aquisição, de material de consumo médico e odontológico para atender as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no(s) anexo(s) "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 21/07/2014.

Início da Sessão: dia 21/07/2014, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 02 de julho de 2014.

Alessandro Vernize

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Decreto N. 304/2014**

DECRETO Nº 304, DE 30 DE JUNHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.113/2014,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de até R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.20 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Administração Fazenda e Planejamento.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 07

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.1.001 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 14

Fonte de Recursos: 01.58 - Vinculados - R\$ 47.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006 - Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Modalidade de Aplicação: 319000 - 105

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Educação Básica..

Modalidade de Aplicação: 449000 - 28

Fonte de Recursos: 01.58 - Vinculados - R\$ 47.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 - Pagamento dos Encargos Gerais do Município.

Modalidade de Aplicação: 329000 - 126

Fonte de Recursos: 01.00 - Ordinários - R\$ 90.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), os quais serão utilizados para suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária.

Modalidade de Aplicação: 449000

Fonte de Recursos: 11.66 - Vinculados - R\$ 4.400,00

Art. 4º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 3º, no valor de R\$ 4.400,00 (quatro mil, e quatrocentos

reais) serão utilizados o excesso de arrecadação na fonte 1166 Vigilância e Promoção da Saúde de incentivo financeiro para qualificação das ações de vigilância, prevenção e controle da dengue.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 30 de junho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### **Publicação de Contrato Nº 61/2014**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 61/2014

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA  
Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS ALBERTO GUOLLO, AMAZONAS, CEARÁ, GAL OSÓRIO, GOIÁS, MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, PARÁ, PARAÍBA, PAULO VARNIER, PIAUÍ, RICARDO BERNARDI E RUA SÃO PAULO, NUM TOTAL DE 33.448,50 M²  
Valor: R\$ 1.454.135,85 (Um milhão quatrocentos e cinquenta e quatro mil e cento e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)  
Vigência: 31/12/2014

## Corupá

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato 117/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO 117/14

Processo de licitação nº 047/14

Modalidade Carta Convite nº 008/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.659/0001-69, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, município de São José, Estado de Santa Catarina  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSAS PONTES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC, COM APLICAÇÃO DE TECNOLOGIA LED, conforme especificações e memoriais anexos.  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 148.380,71 (Cento e Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Oitenta Reais e Setenta e Um Centavos).

Data da Assinatura: 30/06/2014

Data da Vigência: 90(noventa) dias.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DE CONTRATO 118/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

#### EXTRATO DE CONTRATO 118/14

Processo de licitação nº 047/14

Modalidade Tomada de Preço nº 004/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.659/0001-69, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, município de São José, Estado de Santa Catarina  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A INSTALAÇÃO DE 191 LÂMPADAS COM TECNOLOGIA DE DIODOS EMISSORES DE LUZ (LEDs), EM SUBSTITUIÇÃO A ILUMINAÇÃO EXISTENTE NAS PRINCIPAIS RUAS DO CENTRO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 797.652,43 (Setecentos e Noventa e Sete Mil e Seiscentos e Cinquenta e Dois Reais e Quarenta e Três Centavos).

Data da Assinatura: 30/06/2014

Data da Vigência: 04(quatro) meses.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 192/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 17/07/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 17/07/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 01 de julho de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### **Aditivo de Contrato: 7º Aditivo Contrato Nº 082/2011 E 5º Aditivo Contrato Nº 050/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 082/2011.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Construtora Oliveira Ltda..

Objeto: Executar serviços com fornecimento de materiais para a construção da terceira etapa do. Projeto Turístico Ambiental da Integração - PTAI- Sendo; aterro para regularização de área, construção de muros de pedras, pavimentação em piso cimentado estampado, construção de deck, mirante e mirante atracadouro origem: Concorrência 116/2011 PMDC -Vigência 01/07/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 30/06/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 050/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Davi Casagrande - ME

Objeto: Fornecimento de materiais e instalação de iluminação pública Parque Turístico Ambiental da Integração. Dionísio Cerqueira sc.- PTAI - Conforme projeto e memorial descritivo Origem: Concorrência 148/2012 PMDC -Vigência 01/07/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 30/06/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial Pmdc Nº 089/2014 E Hmdc Nº 012/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 012/2014. Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para uso no Hospital Municipal Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 16/07/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 02/07/2014.

Deliziane L. dos Santos

Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 089/2014. Objeto: Aquisição de

Móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, Materiais de Informática para a Administração Municipal.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 17/07/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 01/07/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****Extrato do Edital de Carta Convite Nº. 033/2014**

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Carta Convite nº. 033/2014

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade CARTA CONVITE, tipo "Menor Preço Global", objetivando a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO A FAMÍLIAS CARENTES ATENDIDAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO PARA O ANO DE 2014, atendendo a Lei Federal nº. 8.666/93 Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 10/07/2014. Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 10/07/2014, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: [compras@doutorpedrinho.sc.gov.br](mailto:compras@doutorpedrinho.sc.gov.br) e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 01 de Julho de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****Extrato Contrato\_ 01352014 - Porto Sul - Centro de Eventos**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0135/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Porto Sul Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: Contratação de empresa para construção de centro de eventos e cultura de Faxinal dos Guedes, com área de 2.478,20 m², incluindo materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 5.767.262,49 (cinco milhões setecentos e sessenta e sete mil duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0027/2014, na Modalidade Concorrência Pública nº 0003/2014.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de julho de 2014.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### Ata do Edital de Tomada de Preço Nº. 133/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 133/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 133/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO CULTURAL DE FORQUILHINHA, COM ÁREA DE 514,53 M², LOCALIZADO NA AVENIDA PROFESSOR EURICO BACK, BAIRRO SATURNO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, POR MEIO DO POR MEIO DO PROCESSO Nº. 01400.030780/2014-14, PROPOSTA SICONV 001026/2013 E CONVÊNIO Nº. 782460/2013 CELEBRADO ENTRE ESTA MUNICIPALIDADE E O MINISTÉRIO DA CULTURA.

Às nove horas do dia primeiro do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 133/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CADORE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CONSTRUTORA NELGUI, CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME, e PONTO CERTO CONSTRUÇÃO LTDA ME, protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com os representantes presentes e a Engº. Sra. Lilian Bitencourt. As empresas TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, NELGUI, CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA ME apresentaram a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Abertos os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados foram: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, R\$ 678.952,02 (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e cinquenta e dois reais e dois centavos); ENGETON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, R\$ 668.906,24 (seiscentos e sessenta e oito mil novecentos e seis reais e vinte e quatro centavos); FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, R\$ 644.124,00 (seiscentos e quarenta e quatro mil cento e vinte e quatro reais); CADORE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, R\$ 611.771,76 (seiscentos e onze mil setecentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos); CONSTRUTORA NELGUI, R\$ 644.747,41 (seiscentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e um centavos); CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME, R\$ 590.155,72 (quinhentos e noventa mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos); e PONTO CERTO CONSTRUÇÃO LTDA ME, R\$ 599.624,99 (quinhentos e noventa e nove mil seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e nove centavos). A proposta de menor valor global, pertencente à empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME. foi conferida pela comissão de licitação, a mesma certificou-se que a

proposta apresentada está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora a empresa CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME. Os representantes das empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso sofrendo assim, a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 01 de julho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA

Membro da Comissão

LILIAN BITENCOURT

Engenheira Civil

FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

Fabio Bortoluzzi Bratti

CADORE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Vilson Cadorin

CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME

Everton João de Souza

PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA ME

Miguel Machado

### Decreto Nº. 089, de 30 de Junho de 2014.

DECRETO Nº. 089, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

ESTABELECE EXPEDIENTE EM REGIME ESPECIAL AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL NO DIA 04/07/2014 EM VIRTUDE DO JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei nº 992, de 26 de agosto de 2003,

CONSIDERANDO a realização da Copa do Mundo de Futebol que se realizará no Brasil no período de 12/06/2014 a 13/07/2014;

CONSIDERANDO o jogo da Seleção Brasileira no dia 04/07/2014, com a Seleção da Colômbia, pelas quartas de finais da Copa do Mundo de Futebol,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido expediente em regime especial aos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, em turno único no dia 04/07/2014, das 07h00min às 13h00min, para o funcionamento dos serviços administrativos das repartições públicas municipais, com exceção das seguintes Secretarias e servidores que poderão ser liberados uma hora antes do início do jogo:

I - Secretaria Municipal de Saúde, com funcionamento das Unidades de Saúde, Ambulatório das Especialidades, NASF, Farmácia Central, Almoxarifado e CAPS;

II - Secretaria de Educação, com funcionamento das Escolas, Centros de Educação Infantil e Espaço Educacional Caminhos do Saber;

III - Secretaria de Ação Social, com funcionamento do CREAS e CRAS;

Art. 2º Não se aplica o disposto no art. 1º deste Decreto ao Pronto Atendimento Municipal e aos demais servidores que prestam serviços essenciais e inadiáveis.

Art. 3º Cabe a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 4º Caso a Seleção Brasileira de Futebol se classifique para as semifinais, fica estendido o expediente em regime especial aos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, disposto nos artigos 1º, 2º e 3º deste Decreto, para o dia 08/07/2014.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de junho de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração

#### **Extrato de Contrato PMF Nº. 133/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 133/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - CAPRIXO CONSTRUTORA LTDA ME

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa especializada para construção do Centro Cultural de Forquilha, com área de 514,53 m², localizado na Avenida Professor Eurico Back, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, por meio do Processo nº. 01400.030780/2014-14, Proposta Siconv 001026/2013 e Convênio nº. 782460/2013 celebrado entre esta municipalidade e o Ministério da Cultura.

VALOR - R\$ 590.155,72 (quinhentos e noventa mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 26/06/2015.

DOTAÇÃO - 0801.1021.4490 (130) (131) - Convênio Ministério da Cultura.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 133/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 01 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº. 85, de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº. 85, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com os artigos 269 e 484, da Lei Municipal nº. 494/98,

DECRETA:

Art. 1º Aos contribuintes que apresentaram até o dia 10/04/2014 reclamação ou recurso questionando o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 2014, fica prorrogado o vencimento:

I - Em parcela única, até 18/07/2014, com desconto previsto na alínea "a" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 133, de 31 de dezembro de 2013.

II - Parcelado em 4 (quatro) vezes:

a) 1ª parcela até 18/07/2014;

b) 2ª parcela até 18/08/2014;

c) 3ª parcela até 18/09/2014;

d) 4ª parcela até 18/10/2014.

Art. 2º Os demais tributos e taxas serão recolhidos na forma definida pela legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de junho de 2014.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 23 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Extrato de Contrato Nº. 124/PMF/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 124/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - RAFAEL DA SILVA BORGES

OBJETO - Contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte de passageiros com veículos tipo vans, para atender as necessidades da Secretaria de Ação Social do Município Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA - 31/10/2014.

DOTAÇÃO - 1301.2024.3390 (209).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 131/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 24 de junho de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 52/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 52/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 92/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA/SC;

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 92/PMF/2014 o valor de R\$ 334,42 (trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit	Preço Total
18	112	Lata	Extrato de tomate - 340 gramas	Bonare	R\$ 1,42	R\$ 159,04
24	37	Unid.	Fermento Químico	Royal	4,74	R\$ 175,38

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 26 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMF Nº. 126/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 126/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPSUL

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a Execução de Concurso Público para provimento efetivo de Cargos do Município de Forquilha/SC, em conformidade com o Anexo Único deste Contrato.

VALOR - R\$ 99.850,76 (noventa e nove mil oitocentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos).

VIGENCIA - Este Contrato de Prestação de Serviços vigorará por 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei em havendo interesse público por parte do Município de Forquilha.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 99/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de junho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Lei Nº 1.993, de 01 de Julho de 2014.**

LEI Nº 1.993, DE 01 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA Poder Executivo realizar acordo judicial nos autos da Ação de Desapropriação Direta nº 166.14.001019-4, que tramita na Vara Única da Comarca de Forquilha E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte

Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar acordo judicial nos autos da Ação de Desapropriação Direta nº 166.14.001019-4, que tramita na Vara Única da Comarca de Forquilha, podendo dar em pagamento ao terreno objeto da ação de desapropriação, com 2.373,60m², dentro de uma área maior, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, sob o nº 26.425, de propriedade de Diocese de Criciúma - Paróquia Sagrado Coração de Jesus, especificado no Anexo I desta Lei, os seguintes imóveis:

a) Um terreno urbano, situado no bairro Clarissa, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado no lado impar da Rua Irmã Hilda Skrzypczyk, de esquina com a Rua Irmã Apolinária Kammer, correspondente ao lote 01A, da quadra E, do desmembramento PMF/Clarissa, com a área de 612,56m² (seiscentos e doze metros e cinquenta e seis decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte: 30,40metros com a Rua Irmã Apolinária Kammer; Sul: 30,40metros com o lote 01B, quadra E; Leste: 20,15metros com a Prefeitura Municipal de Forquilha e Oeste: 20,15metros com a Rua Irmã Hilda Skrzypczyk, especificado no Anexo II desta Lei, de propriedade do Município de Forquilha;

b) Um terreno urbano, situado no bairro Nova York, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado a Rua 140, encravado, correspondente a área 01, do desmembramento PMF/Nova York, com a área de 338,25m² (trezentos e trinta e oito metros e vinte e cinco decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte: 45,00metros com área remanescente do Município de Forquilha; Sul: 15,00metros com loteamento Nova York e 30,00metros com a Diocese de Criciúma - Paróquia Sagrado Coração de Jesus; Leste: 18,55metros com área remanescente do Município de Forquilha e Oeste: 16,55metros com a Diocese de Criciúma - Paróquia Sagrado Coração de Jesus e 2,00metros com área remanescente do Município de Forquilha, especificado no Anexo III desta Lei, de propriedade do Município de Forquilha.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e desmembrar as áreas de terra especificadas nos Anexo II e III desta Lei.

Art. 3º Ficam sob responsabilidade do Município de Forquilha o pagamento das custas judiciais e dos encargos e emolumentos para registro da transferência dos imóveis.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de julho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

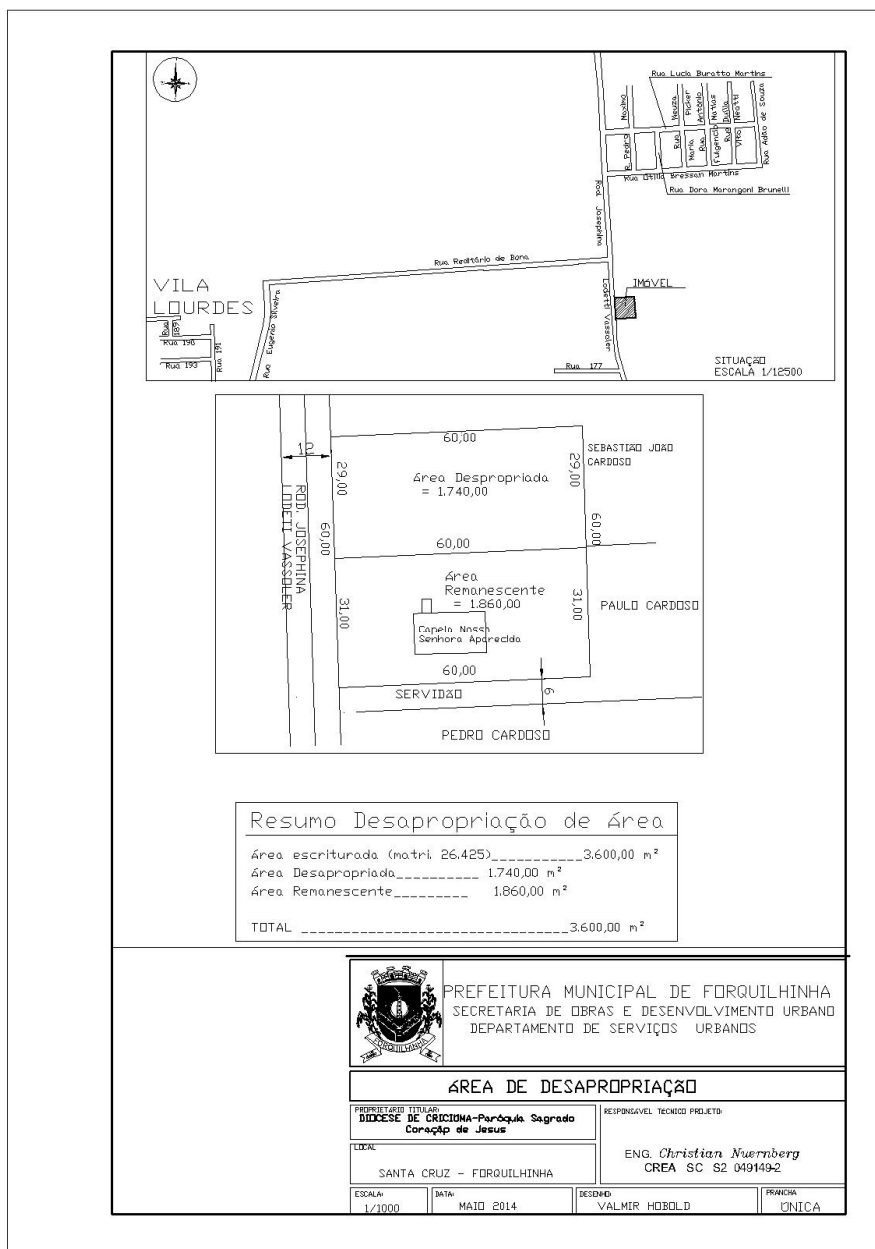
ANEXO I DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.

ANEXO II DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.

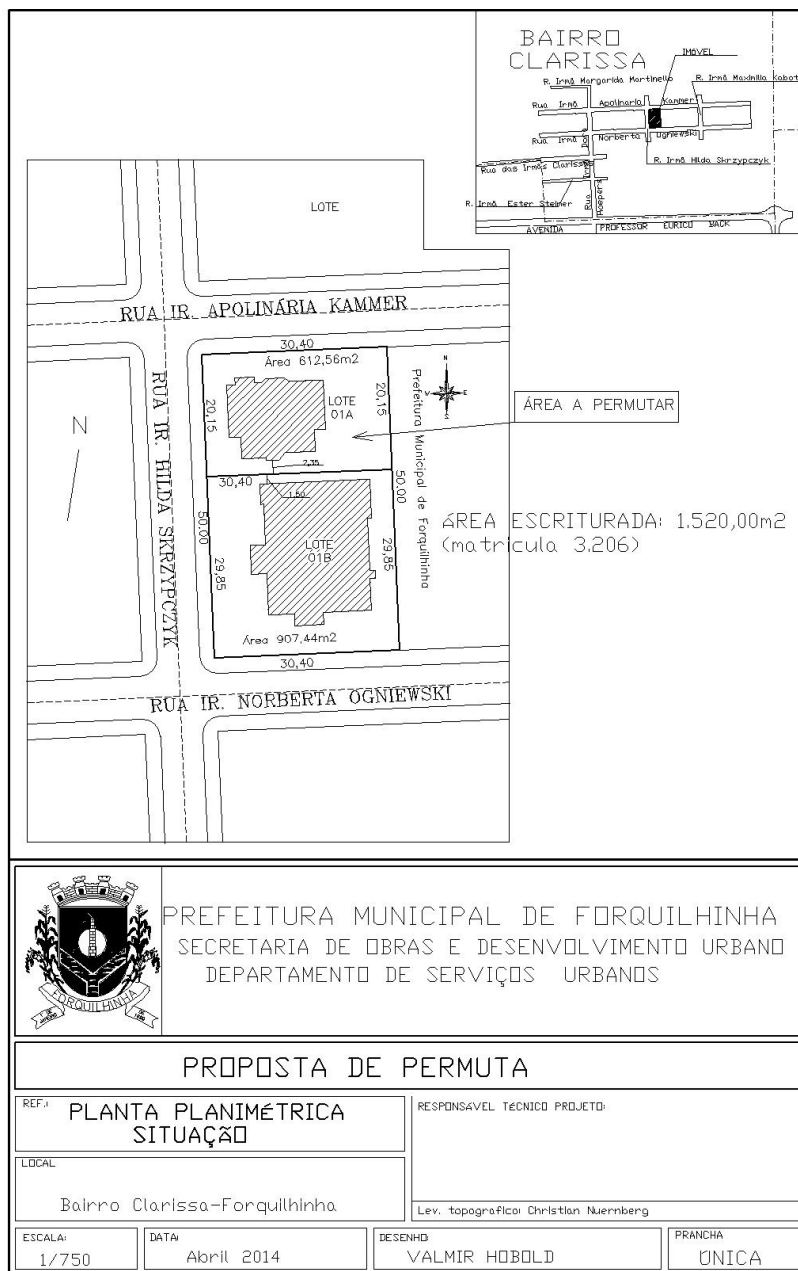
ANEXO III DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.



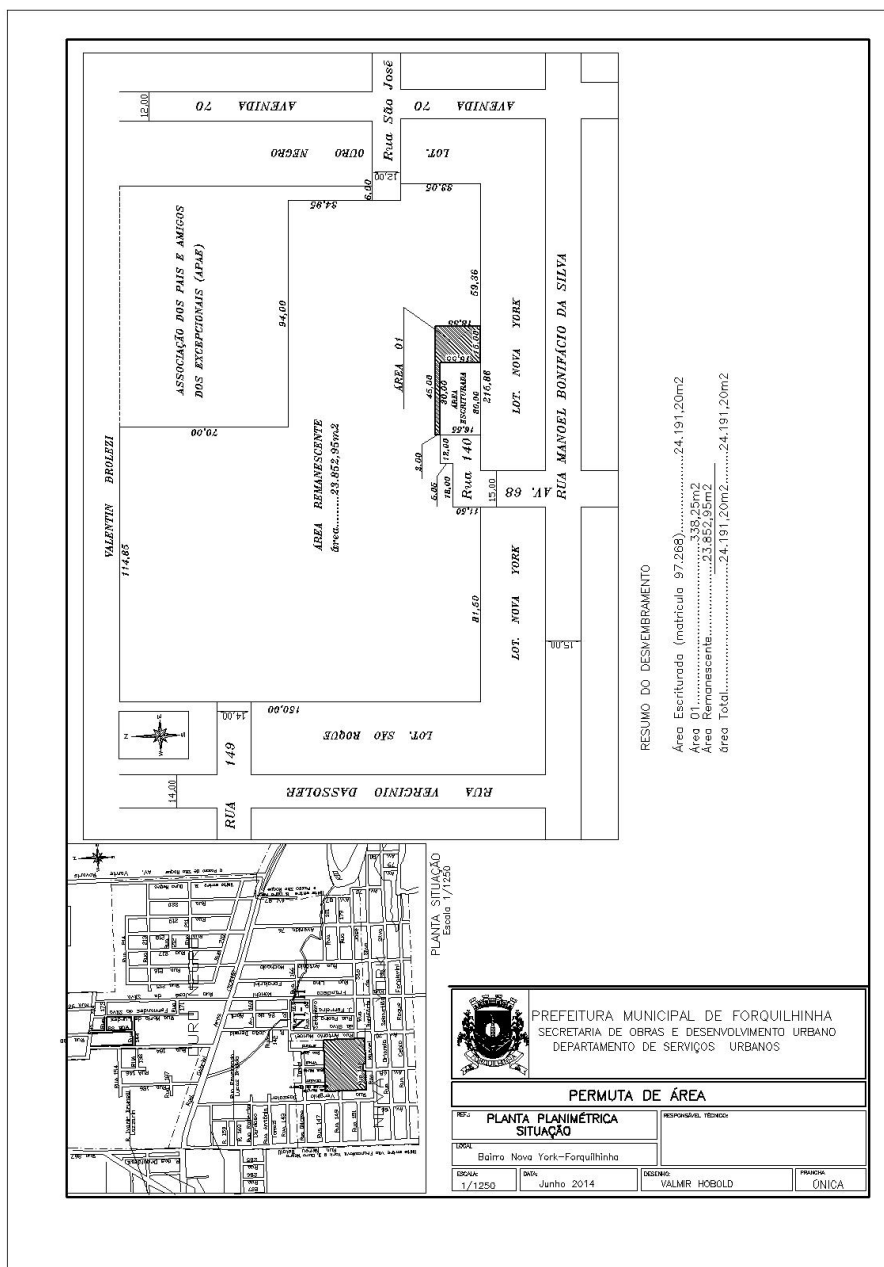
## ANEXO I DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.



**ANEXO II DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.**



## ANEXO III DA LEI Nº 1.993, DE 01 JULHO DE 2014.



Ata de Registro de Preços Nº: 22/2014 - Pregão Presencial 129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 1/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	PLACA DE REDE PCI 10/100	UNI	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	INTELBRA	0	16,7900
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Intelbras	0	18,9500
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENCORE	0	19,9000
2	PLACA DE REDE 100/1000 Mbps	UNI	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENCORE	0	27,4000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TP-LINK	0	30,2100
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Intelbras	0	33,9500
3	Placa de Rede sem Fio Pci 802.11 B/G/N	UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Encore	0	40,6300
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	D-LINK	0	49,0800
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	DLINK	0	56,0000
4	SWITCH 24 PORTAS 10/100 Mbps tamanho 1U	UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	PIXEL	0	123,0000
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	174,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TP-LINK	0	180,3700
5	Switch 24 portas 100/1000 Mbps tamanho 1U	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	327,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TP-LINK	0	507,8700

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 2/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
6	SWITCH 8 PORTAS 10/100 Mbps c/fonte de alimentação automática		LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Intelbras	0	738.0000
		UNI	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	33.9000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	D-LINK	0	34.0000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Link One	0	39.5000
7	BATERIA DE LITHIUM CR2032 3V		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SAMSUNG	0	1.1300
		UNI	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	MOX	0	1.2300
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ELGIN	0	1.4500
		UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	TP Link	0	63.8000
8	Access Point 802.11 B/G/N com antena integrada, 5 portas 100 Mbps, fonte de alimentação automática		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	75.0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TP-LINK	0	98.9800
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SEAGATE	0	125.0000
		UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Knup	0	35.7500
9	HD 40 GB 3,5" com conexão IDE		DAT INFORMATICA LTDA (8992)	TP-LINK	0	37.2500
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	39.9000
		UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Knup	0	35.7500
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	TP-LINK	0	37.2500
10	Adaptador de Rede sem Fí Usb 802.11 B/G/N com antena integrada		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	39.9000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Knup	0	35.7500
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	TP-LINK	0	37.2500
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	39.9000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 3/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
11	Placa Mãe com Som,Vídeo,Rede Onboard para Processador 775	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ASUS	0	214,8000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	MSI	0	215,0000
12	Placa Mãe com Som,Vídeo,Rede Onboard para Processador 1155	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	PC WARE	0	142,8000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	MSI	0	143,0000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	ASROCK	0	157,0000
13	Placa Mãe com Som,Vídeo,Rede Onboard para Processador 1156	UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	INTEL	0	248,0000
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	AS ROCK	0	249,0000
14	Placa Mãe com Som,Vídeo,Rede Onboard para Processador 1150	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	AS ROCK	0	208,8000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	AS ROCK	0	209,0000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	ASUS	0	244,0000
15	Cabo DVIXDVI 1,8 M	MT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	PLUS CABLE	0	3,4600
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	PLUS CABLE	0	19,0000
16	Cabo USB 05 Metros	MT	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	KOLKE	0	6,3000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Slo	0	9,3200

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 4/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015				
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
17	Cabo USB 2.0, Padrão Impressora	MT	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	PLUS CABLE	0	9,9000	3	
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	KOLKE	0	2,0000	1	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	DUEX	0	2,5800	2	
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	PLUS CABLE	0	3,5000	3	
18	Cabo Extensor USB 2.0 de 1,8M	MT	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	KOLKE	0	2,7500	1	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	PLUS CABLE	0	3,4600	2	
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	PLUS CABLE	0	4,9000	3	
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	MD.9	0	7,6500	1	
19	Cabo VGA para Monitor LCD	MT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	STOCK	0	11,7500	2	
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	STO	0	14,6000	3	
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	HELLERMAN	0	5,1500	1	
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Nova	0	7,0000	2	
20	Cinta Hellerman 20 CM Pacote com 50	MT	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	HELLERMAN	0	9,9000	3	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MULTITOC	0	0,2200	1	
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)					
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)					
21	Conector RJ45	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)					

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 5/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	ESTABILIZADOR 1000 VA conforme normas ABNT		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	FURUKAWA-	0	0,3900	2
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Multitoc	0	0,5000	3
		UNI	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	C2M	0	130,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BMI	0	175,8900	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENERMAX	0	198,0000	3
23	ESTABILIZADOR 300 VA conforme normas ABNT	UNI	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ENERMAX	0	57,9000	1
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Enermax	0	58,0000	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENERMAX	0	68,0000	3
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	C2M	0	68,0000	4
		UNI	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	BMI	0	91,9000	1
24	ESTABILIZADOR 500 VA conforme normas ABNT		LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Enermax	0	92,0000	2
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	C2M	0	105,0000	3
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	C2M	0	12,5000	1
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TDA	0	16,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 6/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Fonte ATX 24 Pinos 350W		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ENERMAX	0	18.3300	3
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	LEADERSHIP	0	32.0000	1
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Blue Case	0	47.0000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	DUEX	0	49.0800	3
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	DUEX	0	95.0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	WISE CASE	0	109.3500	2
28	Fonte ATX 24 Pinos 750W		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	WISECASE	0	129.0000	3
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	WISECASE	0	158.8000	1
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Wise Case	0	159.0000	2
29	GABINETE ATX 4 BAIAS COM FONTE 450W 24 PINOS		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	VAIP	0	73.6800	1
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	WISECASE	0	76.0000	2
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Wise Case	0	85.0600	3
30	GRAVADOR DE DVD SATA		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	LG	0	51.9000	1
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	LG	0	52.0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 7/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	GRAVADOR DE DVD USB EXTERNO		LJ INFORMATICA LTDA (9130)	LG	0	57,1000	3
		UNI	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	LG	0	74,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	LG	0	74,2000	2
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	LG	0	85,0000	3
32	HD Sata 1TB 7200 RPM	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SEAGATE	0	208,8000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	HITACHI	0	208,9800	2
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	HITACHI	0	213,0000	3
		UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	HITACHI	0	280,6400	1
33	HD Sata 2 TB 7200 RPM		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SEAGATE	0	309,0000	2
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Seagate	0	368,0000	3
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SEAGATE	0	699,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	seagate	0	796,2500	3
34	HD Sata 4 TB 7200 RPM	UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Seagate	0	189,0000	1
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)				
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)				
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)				
35	HD Sata 500 GB 7200 RPM		LJ INFORMATICA LTDA (9130)				
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)				
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)				
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)				



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 8/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
36	HD USB 2.0 Externo 1 TB 7200 RPM		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SEAGATE	0	190,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	WESTERN DK	0	191,0000
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SAMSUNG	0	238,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MATSUNICHI	0	266,7900
37	HD USB 2.0 Externo 2 TB 7200 RPM		DAT INFORMATICA LTDA (8992)	SEAGATE	0	265,0000
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	SEAGATE	0	307,0000
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SEAGATE	0	328,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TOSHIBA	0	526,2200
38	HD USB 2.0 Externo 500 GB 7200 RPM		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MATSUNICHI	0	184,3800
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SAMSUNG	0	209,0000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	WD	0	232,0000
		UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Markvision	0	58,5000
39	Memória DDR PC400 01 GB		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	MARKVISION	0	75,0000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	MARKVISION	0	84,0000

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 9/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
40	Memória DDR2 02 GB 667 Mhz	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	MARKVISION	0	99,0000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	KINGSTON	0	106,5000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARKVISION	0	114,3900
41	Memória DDR3 02 GB 1333 Mhz	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	MARKVISION	0	85,9000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARKVISION	0	86,0000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	VETEKE	0	98,0000
42	Memória DDR3 04 GB 1333 Mhz	UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	MARKVISION	0	127,5000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARKVISION	0	141,4500
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	MARKVISION	0	154,0000
43	Memória DDR3 08 GB 1333 Mhz	UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	MARKVISION	0	256,5000
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	MARKVISION	0	285,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MARKVISION	0	293,9700
44	MODEM ADSL	UNI	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Planet	0	38,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TP-LINK	0	55,6500

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 10/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	MONITOR LED 18"		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	TP LINK	0	59,0000	3
		UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	AOC	0	334,5000	1
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	SAMSUNG	0	335,0000	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	PHILIPS	0	379,0000	3
46	MONITOR LED 21,5"		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	AOC	0	452,0000	1
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	AOC	0	452,5000	2
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	LG	0	529,0000	3
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SAMSUNG	0	649,0000	1
47	MONITOR LED 23"		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SAMSUNG	0	671,1500	2
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	BRIGHT	0	5,1500	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MAXPRINT	0	6,7700	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	LEADERSHIP	0	8,9000	3
48	MOUSE OPTICO COM SCROLL USB		DAT INFORMATICA LTDA (8992)	BRIGHT	0	5,4000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MAXPRINT	0	8,0600	2
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	BRIGHT	0	5,4000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	MAXPRINT	0	8,0600	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 11/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
50	Nobreak 1800VA com Certificação Inmetro		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	LEADERSHIP	0	8,9000
		UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SMS	0	897,5000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	SMS	0	897,9000
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENERMAX	0	899,9000
51	Nobreak 1400Va com Certificação Inmetro		DAT INFORMATICA LTDA (8992)	SMS	0	938,0000
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENERMAX	0	529,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	TS-SHARA	0	553,7800
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	SMS	0	562,0000
52	Nobreak 700VA com Certificação Inmetro		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ENERMAX	0	249,0000
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENERMAX	0	249,3000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	SMS	0	329,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	SANDISK	0	17,0000
54	PEN DRIVE 8 GB		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SANDISK	0	17,9000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	SANDISK	0	18,7500

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 12/16

Número do Registro de Preços: 22/2014      Data do Registro: 25/06/2014      Válido até: 25/06/2015						
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
55	PEN DRIVE 16 GB	UNI	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SANDISK	0	26,9000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	KINGSTON	0	27,0000
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	KINGSTON	0	29,0000
56	PEN DRIVE 32GB	UNI	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	KINGSTON	0	51,9000
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	SANDISK	0	52,0000
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Kingston	0	55,7700
57	PLACA DE VIDEO PCI-E 1 GB	UNI	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Power Color	0	101,5000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	NVIDIA	0	101,9700
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	POWERCOLO	0	104,0000
58	PLACA DE VIDEO PCI-E 512MB	UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	G-FORCE	0	96,5000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	NVIDIA	0	101,9700
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	GFORCE	0	113,0000
59	Placa PCI com Duas Portas Seriais DB9	UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	FEASSO	0	34,0000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ENCORE	0	41,7000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 13/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Placa PCI com Porta Paralela		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENCORE	0	43,0000	3
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	FEASSO	0	34,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	ENCORE	0	41,7000	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	ENCORE	0	43,0000	3
61	Processador Socket 775, 2.8 Ghz, 2 Mb Cache	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	INTEL	0	169,0000	1
62	Processador Socket 1155, 3.06 Ghz, 3 Mb Cache	UN	LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Intel	0	245,0000	1
63	Processador Socket AM3, 3.08 Ghz, 8 Mb Cache		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	INTEL	0	289,0000	2
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	INTEL	0	392,0000	3
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	AMD	0	380,8000	1
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	AMD	0	381,0000	2
64	Processador Socket LGA, 3.04 Ghz, 8 Mb Cache		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	AMD	0	467,2800	3
		UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	INTEL	0	949,0000	1
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	BRIGHT	0	13,0000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	COLETEX	0	13,2000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014**

Página: 14/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra:		A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Teclado Padrão ABNT Ps/2		GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	LEADERSHIP	0	13,4000	3
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	BRIGHT	0	11,9000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	COLETEX	0	14,7600	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	LEADERSHIP	0	15,9000	3
67	Camera Ip com conexão de rede 100 Mbps e conexão Sem Fio 802.11 B/G/N campativel com software de gerenciamento D-Link D-ViewCam	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	D-LINK	0	200,9000	1
			DAT INFORMATICA LTDA (8992)	DCS	0	213,0000	2
68	Camera Ip com Visão Noturna, conexão de rede 100 Mbps e conexão Sem Fio 802.11 B/G/N campativel com software de gerenciamento D-Link D-ViewCam	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	DLINK	0	300,2000	1
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	D Link	0	300,3000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	D-LINK	0	301,0000	3
		UN	DAT INFORMATICA LTDA (8992)	BRIGHT	0	12,5000	1
69	CAIXAS DE SOM PARA PC		ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME (8044)	COLETEX	0	13,5300	2
			LJ INFORMATICA LTDA (9130)	Bright	0	14,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 15/16

Número do Registro de Preços: 22/2014		Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Gabinete ATX p/ rack 3Ux19 Pol, cor preto, 525mm, c/ fonte ATX 350W	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA. (8144)	NILKO	0	598,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2014

Página: 16/16

Número do Registro de Preços: 22/2014					Data do Registro: 25/06/2014		Válido até: 25/06/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Administração Municipal de Forquilha/SC										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014  
PROCESSO Nº 129/2014

- (8044) - ORLEANS INFORMATICA LTDA-ME
- (8144) - GOLD COMPUTADORES LTDA.
- (8992) - DAT INFORMATICA LTDA
- (9130) - LJ INFORMATICA LTDA

Forquilha, 25 de Junho de 2014.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Aviso do Pregão Presencial 0014\_2014 - Rp 06/2014-Sf

Aviso do Pregão Presencial nº 0014/2014 - SF  
Registro de Preços nº 0006/2014  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de horas de retroescavadeira traçada para prestação de serviços à SANE-FRAI durante os meses de julho a dezembro de 2014. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 14.07.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: HYPERLINK "http://www.fraiburgo.sc.gov.br" www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 30 de Junho de 2014.  
Eloi Regalin  
Presidente da SANEFRAI

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0082/2014-PMF Rp 0044

Aviso de Pregão Presencial Nº 0082/2014 - PMF  
Registro de Preços Nº 0044/2014 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de cestas básicas de alimentos para doação às famílias carentes do Município de Fraiburgo, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.295/98 e Decreto Municipal nº 0139 de 26 de setembro de 2007, durante o período de agosto a novembro de 2014: Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 15.07.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 16 de junho de 2014.  
Ivo Biazolo  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 0169/2014

DECRETO Nº 169, DE 01 DE JULHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0014.1.016 - Aquisição de Veículos para Secretaria de Saúde		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0400 (129)	R\$	6.000,00
Total	R\$	6.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 01 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0170/2014

DECRETO Nº 170, DE 01 DE JULHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 8.334,39 (oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00 - Secretaria de Ação social		
11.01 - Fundo Municipal de Assistência social		
08.244.0021.2.047 - Manutenção do CRAS		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0.514 (299)	R\$	8.334,39
Total	R\$	8.334,39

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

11.00 - Secretaria de Ação social		
11.01 - Fundo Municipal de Assistência social		
08.244.0021.2.047 - Manutenção do CRAS		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0.514 (267)	R\$	8.334,39
Total	R\$	8.334,39

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 01 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0171/2014

DECRETO Nº 171, DE 01 DE JULHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Nº 2210, de 05 de dezembro de 2013 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONT-STN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

#### DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2014, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0014.1.016 - Aquisição de Veículos para Secretaria de Saúde		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	30.000,00
0.1.9410 (128)		
10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura		
26.782.0018.2.041 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	500.000,00
0.1.9264 (298)		
Total	R\$	530.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta dos Convênios TR 2097 e TR 1525, Celebrados entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto, respectivamente a Aquisição de Veículo para Secretaria de Saúde e Recuperação e Abertura de Estradas Vicinais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 01 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0172/2014

DECRETO Nº 172, DE 01 DE JULHO DE 2014.  
ALTERA O ARTIGO 1º. DO DECRETO 0013, DE 26 DE JANEIRO DE 2005 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 1º, do Decreto n. 0013, de 26 de janeiro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica aprovado nos termos das plantas e memoriais descritivos, o desmembramento do lote 0001 da quadra 284, matriculado no CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 7323, de propriedade de Agrícola Fraiburgo S/A, conforme abaixo descrito:

a) a área desmembrada com 287.039,74m², será cadastrada neste município como lote nº 0002-000 da quadra 284;

b) a área remanescente com 287.039,74m², permanecerá como lote 0001-000 da quadra 284.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, 01 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Extrato 0006 Agente Operacional

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0006 DE 01 DE JULHO DE 2014.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área de saneamento do Município de Fraiburgo, através da SANEFRAI, para a função pública de Agente Operacional. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 07 de julho a 10 de dezembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.  
ELÓI REGALIN  
Presidente da SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Lei Complementar Nº 174/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 01 DE JULHO DE 2014.  
PRORROGA O PRAZO PARA PARCELAMENTO DE DÉBITOS E DÍVIDAS, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA A LEI COMPLEMENTAR Nº 163 DE 5 DE JUNHO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O prazo para apresentação do requerimento de

parcelamento de débitos e dívidas de que trata o caput do Artigo 3º da Lei Complementar Municipal no 163/2013 fica prorrogado até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 01 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0168/2014**

DECRETO Nº 168, DE 28 DE JUNHO DE 2014.  
DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO, AFETADA POR CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### **CONSIDERANDO:**

- ocorrência de chuvas intensas ocorridas nos últimos dias, atingindo o município e toda região, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre.

- a ocorrência de alagamentos e enxurradas que afetaram grande parte das estradas do interior do município - que somam mais de 1.300 km - afetando a estrutura de diversas pontes, inclusive em áreas urbanas, colocando em risco a população usuária desse sistema viário.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de chuvas intensas nos últimos dias no Município de Fraiburgo, classificado e codificado como COBRADE 1.3.2.1.4.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 28 DE JUNHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 1288/2014**

PORTARIA N.º 1.288, DE 01 DE JULHO DE 2014.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0781/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.776.859-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1289/2014**

PORTARIA N.º 1.289, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0783/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora MARIA SALETE SCHNEIKER, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE JISSELA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 020.080.589-48, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1290/2014**

PORTARIA N.º 1.290, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0782/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANACI APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 802.521.419-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1291/2014**

PORTARIA N.º 1.291, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0780/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de IZALINA SANTOS FIGUEIREDO DO AMARAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 646.845.559-68, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1292/2014**

PORTARIA N.º 1.292, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0779/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1293/2014**

PORTARIA N.º 1.293, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0778/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE ORTIZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.654.709-65, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1294/2014**

PORTARIA N.º 1.294, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0777/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FATIMA APARECIDA WELER DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 671.227.609-87, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1295/2014**

PORTARIA N.º 1.295, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0776/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora MARIA ROSENIL DA SILVA DIAS, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIELI DE FATIMA GOIS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.882.029-18, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1296/2014**

PORTARIA N.º 1.296, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0775/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora VALDIRA MOTTER SAVIAN, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILENE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 701.334.509-10, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 1297/2014**

PORTARIA N.º 1.297, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0774/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA APARECIDA ANDREIS BATISTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.977.939-70, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1297/2014**

PORTARIA N.º 1.297, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0774/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA APARECIDA ANDREIS BATISTA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.977.939-70, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1298/2014**

PORTARIA N.º 1.298, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0773/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANICE DE FATIMA ZANCANARO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 044.330.749-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1299/2014**

PORTARIA N.º 1.299, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0771/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora MARIZETE GLÓRIA PRIGOL AMARAL, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NICÉLI GOMES SCOLARO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 304.895.209-87, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 1300/2014**

PORTARIA N.º 1.300, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0770/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUZA APARECIDA MOTTA VACARI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 927.801.999-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1301/2014**

PORTARIA N.º 1.301, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0772/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora LUCILA MARIA FRANCHIN, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANE MARIA GRÄFF, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 996.254.749-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1302/2014**

PORTARIA N.º 1.302, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0768/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora CLEUSA APARECIDA MARCONDES, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NOELI PRATES SILVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.561.279-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1303/2014**

PORTARIA N.º 1.303, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0767/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 933.503.689-72, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1304/2014**

PORTARIA N.º 1.304, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0766/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JACIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.489.399-42, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1305/2014**

PORTARIA N.º 1.305, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0765/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.528.909-32, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1306/2014**

PORTARIA N.º 1.306, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0764/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora VITÓRIA APARECIDA DE ALMEIDA, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIÂNI RUTE DA LUZ WEIRICH, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 290.414.258-45, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1307/2014**

PORTARIA N.º 1.307, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0763/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de OLIVETE MARIZE FUNK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.244.939-22, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1308/2014**

PORTARIA N.º 1.308, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0761/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LAURA BOTTCHE PORTELA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 684.401.709-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1309/2014**

PORTARIA N.º 1.309, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0760/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.192.653.17, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1310/2014**

PORTARIA N.º 1.310, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0758/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA THIBES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 310.118.539-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1311/2014**

PORTARIA N.º 1.311, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0757/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILVA TEREZINHA VERONEZE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 687.871.039-15, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1312/2014**

PORTARIA N.º 1.312, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0756/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora GERSI APARECIDA FERREIRA, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSENI DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.851.549-37, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1313/2014**

PORTARIA N.º 1.313, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0784/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a Servidora JURACI DOS SANTOS PADILHA, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANE DE FATIMA DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.505.549-29, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1314/2014**

PORTARIA N.º 1.314, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0785/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARGARETE DA SILVA MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.778.899-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1315/2014**

PORTARIA N.º 1.315, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0787/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA STOEKLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.890.399-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 1316/2014**

PORTARIA N.º 1.316, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0759/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CILCE LARIÉTE MELLO CORDEIRO RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.502.389-13, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1317/2014**

PORTARIA N.º 1.317, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0762/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSELI FATIMA DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 463.561.779-34, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1318/2014**

PORTARIA N.º 1.318, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010 de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0786/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIA ADRIANA MELO DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.562.799-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de agosto de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1319/2014**

PORTARIA N.º 1.319, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 11 de abril de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício n.º 048/2014 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EZEQUIEL DA SILVA SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 093.055.349-70, contratada em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de julho de 2014 até 18 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de julho de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0009A/2014-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0009A/2014- PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de cobertura da quadra poliesportiva de 19x33 m, ao lado da Escola São Miguel localizada na Av. Michelle Simonetti, esquina com a Guido Brandt, nº 510, sobre o Lote 0001 da Quadra 402 no bairro São Miguel, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve somente a participação da empresa A.R.G INDUSTRIAL LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 27 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0009A/2014-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0009A/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de cobertura da quadra poliesportiva de 19x33 m, ao lado da Escola São Miguel localizada na Av. Michelle Simonetti, esquina com a Guido Brandt, nº 510, sobre o Lote 0001 da Quadra 402 no bairro São Miguel, nesta cidade, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: A.R.G INDUSTRIAL LTDA, com o valor Global de R\$ 183.234,04 (cento e oitenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e quatro centavos) ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 27 de junho de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

**Garopaba****PREFEITURA****Portaria N.º 509/2014.**

PORTARIA N.º 509, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, do servidor CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, matrícula funcional n.º 00751, Professor, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 01/03/2001, da Secretaria de Educação para a Secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/06/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 510/2014.**

PORTARIA N.º 510, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula n.º 3693, para exercer as funções do cargo comissionado de ASSISTENTE DE DIREÇÃO, do Gabinete do Prefeito, com Gratificação Especial de 80% do cargo ocupado, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE



**Portaria N.º 511/2014.**

PORTARIA N.º 511, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELAS ATRIBUIÇÕES DO SETOR DE JUNTA MILITAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e demais legislação vigente, o Servidor CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, Professor, CPF n.º 022.666.119-92, para responder interinamente e sem ônus, pelas atribuições do cargo de Chefe da Divisão de IGP e Junta Militar, da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 02/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 512/2014.**

PORTARIA N.º 512, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) FRANCIELI DE ALMEIDA DIAS, Contrato n.º 082/2014, em 04/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 513/2014.**

PORTARIA N.º 513, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JOÃO BATISTA PACHECO DE SOUZA, CPF n.º 578.384.109-91, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR DE LIMPEZA PÚBLICA DE SERVIÇOS URBANOS, da na Secretaria de Infra Estrutura, a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 514/2014.**

PORTARIA N.º 514, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/06/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 515/2014.**

PORTARIA N.º 515, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora ROSILEI DE PAULO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 5118, contribuinte do Regime Geral de Previdência,

contrato temporário, pelo período de 16 (dezesesseis) dias, a partir de 01/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 516/2014.**

PORTARIA N.º 516, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, Matrícula Funcional n.º 4734, referente a 2013/2014, no período de 01/06/2014 à 30/06/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 517/2014.**

PORTARIA N.º 517, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora VALMES ADRIANA ESTEVÃO, Matrícula Funcional n.º 5074, referente à 2013/2014, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 518/2014.**

PORTARIA N.º 518, DE 03 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 0017, referente à 2010/2011, no período de 20/06/2014 à 19/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 519/2014.**

PORTARIA N.º 519, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora MARIA ODETE ADELINO CARVALHO, Matrícula Funcional n.º 0747, referente a 2006/2011, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 520/2014.**

PORTARIA N.º 520, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor REGINALDO LEMOS, Matrícula Funcional n.º 5036, referente à 2013/2014, no período de 07/07/2014 a 05/08/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 521/2014.**

PORTARIA N.º 521, DE 04 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSÂNGELA BERNARDINA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 0788, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 05/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 522/2014.**

PORTARIA N.º 522, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ELI BOTZAN MARIA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0760, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 06/05/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/05/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 523/2014.**

PORTARIA N.º 523, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/06/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 524/2014.**

PORTARIA N.º 524, DE 05 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA AMORIM BOTELHO, Servente, matrícula funcional n.º 5384, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 04/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 04/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 525/2014.**

PORTARIA N.º 525, DE 05 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ANGÉLICA DE AMORIM CONSTANTE, Professora, matrícula funcional n.º 5357, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 526/2014.**

PORTARIA N.º 526, DE 05 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A RENÚNCIA DO(A) SENHOR(A) ROZANE FÁTIMA TORRES KOCH DAS FUNÇÕES DE CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 1.533, de 02 de junho de 2011,

RESOLVE,

Art. 1º. Acolher a RENÚNCIA, do(a) Senhor(a) ROZANE TORRES KOCH, CPF n.º 459.437.610-04, das funções de Conselheiro Tutelar, em 31/05/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância da função acima especificada, na forma prevista no Inciso I, art. 36, da Lei Municipal n.º 1.533/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 527/2014.**

PORTARIA N.º 527, DE 05 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 300/2014 e suspensas através da Portaria n.º 368/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor LUIZ CARLOS GASPARG, Matrícula Funcional n.º 4999, no período de 09/06/2014 à 18/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 528/2014.**

PORTARIA N.º 528, DE 06 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/06/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do Servidor ALEXANDRE DA ROSA, Matrícula Funcional n.º 5037, concedidas através da Portaria n.º 478/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/06/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 529/2014.**

PORTARIA N.º 529, DE 06 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,



RESOLVE,  
Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 09/06/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do Servidor JOSÉ NILTON SANSEVERINO, Matrícula Funcional n.º 4152, concedidas através da Portaria n.º 445/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 530/2014.**

PORTARIA N.º 530, DE 09 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIANA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0794, referente à 2013/2014, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 531/2014.**

PORTARIA N.º 531, DE 09 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 05 (cinco) dias, concedidos através da Portaria n.º 298/2014 e suspensas através da Portaria n.º 365/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor THIAGO QUATRIN TOSETTO, Matrícula Funcional n.º 4968, no período de 09/06/2014 à 13/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 532/2014.**

PORTARIA N.º 532, DE 09 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 459/2014, da Servidora KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 0746.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 533/2014.**

PORTARIA N.º 533, DE 10 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,  
Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, ao conselheiro tutelar MARIANNA MEDEIROS, CPF n.º 051.735.629-51, referente à 2013, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 534/2014.**

PORTARIA N.º 534, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Motorista, matrícula funcional n.º 0434, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 14/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 535/2014.**

PORTARIA N.º 535, DE 10 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ELI BOTZAN MARIA, Merendeira, matrícula funcional n.º 0760, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, com redução da carga horária pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 09/06/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 09/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 536/2014.**

PORTARIA N.º 536, 10 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, CLECI MARIA DOS SANTOS, CPF n.º 578.549.639-91, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM do quadro de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 01/07/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 537/2014.**

PORTARIA N.º 537, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professora, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 13/06/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 538/2014.**

PORTARIA N.º 538, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 11/06/2014, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor JOÃO LUIZ GREGÓRIO, Matrícula Funcional n.º 3770, concedidas



através da Portaria n.º 449/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 539/2014.**

PORTARIA N.º 539, DE 11 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JORGE LUÍS GONÇALVES REIMBRECHT, Matrícula Funcional n.º 3736, referente à 2012/2013, no período de 16/06/2014 à 15/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 540/2014.**

PORTARIA N.º 540, DE 11 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DILMA ANICETO DA SILVA, Merendeira, matrícula funcional n.º 4384, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, REMOÇÃO NEGADA, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 541/2014.**

PORTARIA N.º 541, DE 11 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO ELEITO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, o(a) Senhor(a) MARIA DE FÁTIMA VEDDY, CPF n. 240.891.680-15, candidato(a) selecionado(a) através de Processo Eletivo, para a função pública de conselheiro tutelar, a ser empossado(a) em 02/06/2014, como membro tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Garopaba.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 542/2014.**

PORTARIA N.º 542, DE 12 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, Matrícula Funcional n.º 4054, referente a 2013/2014, no período de 23/06/2014 à 22/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 543/2014.**

PORTARIA N.º 543, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO, matrícula n.º 5052, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/07/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 544/2014.**

PORTARIA N.º 544, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JEAN NASCIMENTO PACHECO, Matrícula Funcional n.º 4238, referente a 2012/2013, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 545/2014.**

PORTARIA N.º 545, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NERI JOELSO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0003, referente a 2013/2014, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 546/2014.**

PORTARIA N.º 546, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 4700, referente a 2013, no período de 02/07/2014 à 31/07/2014.

Art. 2º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 547/2014.**

PORTARIA N.º 547, DE 13 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora BRUNA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3552, referente à 2013/2014, no período de 15/07/2014 à 29/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 548/2014.**

PORTARIA N.º 548, DE 13 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora CELIANE GONÇALVES CARLSEN, Matrícula Funcional n.º 3648, referente à 2012/2013, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 550/2014.**

PORTARIA N.º 550, DE 13 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA ESTÁCIO ANDRÉ, Matrícula Funcional n.º 0816, referente à 2013/2014, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 551/2014.**

PORTARIA N.º 551, DE 13 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 27 (vinte e sete) dias, concedidos através da Portaria n.º 028/2014 e suspensas através da Portaria n.º 141/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora ROSÁLIA DA SILVEIRA LOURENÇO, Matrícula Funcional n.º 0401, no período de 01/07/2014 à 28/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 552/2014.**

PORTARIA N.º 552, DE 13 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOÃO BATISTA SOARES, Matrícula Funcional n.º 0173, referente a 2013/2014, no período de 01/07/2014 a 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 553/2014.**

PORTARIA N.º 553, DE 13 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSANGELA BERNARDINA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 0788, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 14/05/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 555/2014.**

PORTARIA N.º 555, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora FRANCINI INÁCIO PEDRO, Matrícula Funcional n.º 4624, referente à 2013/2014, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 556/2014.**

PORTARIA N.º 556, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 20

(vinte) dias, concedidos através da Portaria n.º 194/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora DANIELA MARIA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 3693, no período de 14/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 557/2014.**

PORTARIA N.º 557, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LIONI FILISBINA FONSECA, Merendeira, matrícula funcional n.º 3682, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 06/06/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 558/2014.**

PORTARIA N.º 558, DE 16 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MÁIRA GONÇALVES CARNEIRO FONTOURA DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 4893, referente à 2013/2014, no período de 16/07/2014 à 14/08/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 559/2014.**

PORTARIA N.º 559, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) OSANA VIEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 5382, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 02/06/2014, sendo encaminhado(o) após o décimo quinto dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 560/2014.**

PORTARIA N.º 560, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009, referente a 2013/2014, no período de 17/06/2014 à 16/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 561/2014.**

PORTARIA N.º 561, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, Matrícula Funcional n.º 4301, referente a 2012/2013, no período de 10/07/2014 à 08/08/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 562/2014.**

PORTARIA N.º 562, DE 16 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/06/2013, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor SILVIO DE SOUZA NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 4712, concedidas através da Portaria n.º 476/2014, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/06/2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 563/2014.**

PORTARIA N.º 563, DE 17 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da

Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 826/2010 e suspensas através da portaria 827/2010, do Servidor CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 0723.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 564/2014.**

PORTARIA N.º 564, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 482/2014 do Servidor CARLOS ALBERTO DO NASCIMENTO, Matrícula Funcional n.º 0723.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 565/2014.**

PORTARIA N.º 565, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO AFONSO ROCHA ANDRIOTTI, Matrícula Funcional n.º 0435, referente à 2012/2013, no período de 23/06/2014 à 22/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 566/2014.**

PORTARIA N.º 566, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora NATALIA RAQUEL NERI, Matrícula Funcional n.º 4658, referente à 2012/2013, no período de 16/06/2014 à 30/06/2014.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 16/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 567/2014.**

PORTARIA N.º 567, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora EDILENE DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 5153, referente à 2012/2013, no período de 02/07/2014 à 31/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 568/2014.**

PORTARIA N.º 568, DE 17 DE JUNHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL RIBEIRO ROYA, Matrícula Funcional n.º 5003, referente à 2013/2014, no período de 16/06/2014 à 30/06/2014.



Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 16/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 569/2014.**

PORTARIA N.º 569, DE 17 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidos através da Portaria n.º 601/2013 e suspensas através da Portaria n.º 612/2013, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora PATRÍCIA SCHOTT, Matrícula Funcional n.º 3705, no período de 30/07/2014 à 09/08/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 570/2014.**

PORTARIA N.º 570, DE 18 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 13/06/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 571/2014.**

PORTARIA N.º 571, DE 18 DE JUNHO DE 2014.  
ALTERA A PORTARIA N.º 544, DE 02 DE JULHO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 01/06/2014, a gratificação especial de 60% (sessenta por cento) para 70% (setenta por cento) do cargo ocupado, concedida através da portaria n.º 544/2013, a servidora GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, matrícula funcional n.º 5146.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 573/2014.**

PORTARIA N.º 573, DE 23 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, professora, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 13/06/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 574/2014.**

PORTARIA N.º 574, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 328/2012 e suspensas através da portaria 393/2012, do Servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 575/2014.**

PORTARIA N.º 575, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 503/2013 e suspensas através da portaria 598/2013, do Servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 576/2014.**

PORTARIA N.º 576, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º

1.120/2007, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONVERTER EM PECÚNIA, nos termos do art. 111, da Lei Municipal n.º 1000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009, 10 (dez) dias de férias, referente às férias concedidas através da Portaria n.º 462/2014 e suspensas através da portaria 471/2014, do Servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 578/2014.**

PORTARIA N.º 578, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor IDIRLEI ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0124, referente à 2013/2014, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 579/2014.**

PORTARIA N.º 579, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ALICE LOBO, matrícula n.º 0084, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal da Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/07/2014.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005,

as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 580/2014.**

PORTARIA N.º 580, DE 24 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 12/06/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/06/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 581/2014.**

PORTARIA N.º 581, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/07/2014.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 582/2014.**

PORTARIA N.º 582, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora INACIA LOPES DO NASCIMENTO BENTO, Agente Comunitária de Saúde, matrícula funcional n.º 5180, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 149 (cento e quarenta e nove) dias, a partir de 20/06/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 20/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 585/2014.**

PORTARIA N.º 585, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de junho de 2014:

MATRICULA	NOME
5258	Alessandro Predebon
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
3552	Bruna da Silva
5255	Carini Martins
3648	Celiane Gonçalves Carlsen
5269	Daiane Cristina Leopoldo
5270	Elis Margreth Eliseu Hilário
5293	Fabiula Rodrigues Garcia
5538	Luciane dos Santos
5304	Lucinei Teixeira Gonçalves
5629	Mara Isa Yarenhuk
3759	Maria Aparecida dos Santos
5294	Maria Raimunda Miranda
5298	Marlene Batista Abreu
5271	Raquel Xavier
3643	Rozilda de Amorim
5522	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Teresinha dos Santos
5287	Vanessa Márcia Tabaczinski

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 586/2014.**

PORTARIA N.º 586, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ZENAIDE PEREIRA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0093, referente a 2007-2012, no período de 01/07/2014 à 30/07/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 587/2014.**

PORTARIA N.º 587, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 12/06/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/06/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 588/2014.**

PORTARIA N.º 588, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ADRIANO CORREIA DE BORBA, Contrato n.º 056/2013, em 30/06/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Portaria N.º 589/2014.**

PORTARIA N.º 589, DE 25 DE JUNHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,



Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora JOSILENE SOUZA DIAS RIBEIRO, Matrícula Funcional n.º 4730, referente à 2013/2014, no período de 30/06/2014 à 09/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 296/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 296/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: GILSI MANOEL VALENTIM  
Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ONIBUS - 40 HORAS  
Valor: R\$ 1.047,34 mensais

Vigência: a contar de 03/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 295/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 295/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: AILTON GONÇALVES SEBASTIÃO  
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS  
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 297/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 297/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: MARA ISA YARENHUK  
Objetivo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 40 HORAS  
Valor: R\$ 947,6 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 298/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 298/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: EDEMIR SANTIAGO  
Objetivo: ENGENHEIRO ELETRICISTA - 40 HORAS  
Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 299/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 299/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: JOSÉ CARLSEN  
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS  
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 300/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 300/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: JOEL LINHARES  
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS  
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 301/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 301/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: OSVALDO DE SOUZA  
Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS  
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 302/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 302/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: MARIA APARECIDA MACHADO BATISTA  
Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS  
Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

#### **Extrato de Contrato de Trabalho - 303/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 303/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
Contratado: CLESIO MARQUES INACIO  
Objetivo: ELETRICISTA - 40 HORAS  
Valor: R\$ 1.603,45 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 304/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 304/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDINEI JOSE DE ABREU

Objetivo: ELETRICISTA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.603,45 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 305/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 305/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MANOEL DE SOUZA NETO

Objetivo: ELETRICISTA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.603,45 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 307/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 307/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADUCIO INACIO VIEIRA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 306/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 306/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIZA REGINA MULLER CARVALHO DA ROSA

Objetivo: PSICÓLOGO CREA - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.682,10 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 308/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 308/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RICARDO JOSE CARDOSO

Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.225,86 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 309/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 309/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MANOEL MARQUES

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 310/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 310/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NIVALDO JOSE DA SILVA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 311/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 311/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IRIS TEIXEIRA GONÇALVES

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 312/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 312/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: AMILTON DE ARAUJO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 313/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 313/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JAISON ELIO PEREIRA

Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.225,86 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.



**Extrato de Contrato de Trabalho - 314/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 314/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSILEI DE PAULO

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 04/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 315/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 315/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PETER HEIDRICH

Objetivo: ODONTOLOGO -ESF - 40 HORAS

Valor: R\$ 3.328,50 mensais

Vigência: a contar de 09/06/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 316/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 316/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA

Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.225,86 mensais

Vigência: a contar de 16/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 317/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 317/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ODILON GOMES DE ASSUMPTÃO FILHO

Objetivo: UROLOGISTA - 10 HORAS

Valor: R\$ 2.299,79 mensais

Vigência: a contar de 18/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho -318/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 318/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NILTON FERREIRA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 319/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 319/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CANDIDO NASCIMENTO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 320/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 320/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANTONIO PEDRO DE SOUZA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO- 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 321/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 321/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO VIEIRA LOURENÇO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO- 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 322/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 322/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARCIA MARQUES DE CAMPOS

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS

Valor: R\$ 786,18 mensais

Vigência: a contar de 16/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 323/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 323/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSANGELA DOTTO CARLOS

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 HORAS

Valor: R\$ 755,99 mensais

Vigência: a contar de 23/06/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 324/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 324/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANA LUCIA CORVETA DA SILVA

Objetivo: MÉDICO PEDIATRA - 20 HORAS

Valor: R\$ 4.856,15 mensais

Vigência: a contar de 17/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 325/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 325/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RODRIGO PEREIRA DO AMARAL

Objetivo: MÉDICO ORTOPEDISTA - 10 HORAS

Valor: R\$ 2.299,79 mensais

Vigência: a contar de 17/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 326/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 326/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CRISTIANE FERNANDA MAY PITELLI

Objetivo: MÉDICO CARDIOLOGISTA - 20 HORAS

Valor: R\$ 4.856,15 mensais

Vigência: a contar de 18/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 328/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 328/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GUILHERME FREDERICO WEEGUE

Objetivo: MEDICO ESF/PROVAB - 40 HORAS

Valor: R\$ 1.621,99mensais

Vigência: a contar de 02/06/2014 pelo período de 12 (doze) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Extrato de Contrato de Trabalho - 327/2014**

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado n.º 327/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIEGO ALVAREZ NARANJO

Objetivo: MÉDICO ESP. EM CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO - 20 HORAS

Valor: R\$ 4.856,15 mensais

Vigência: a contar de 18/06/2014 pelo período de 06 (seis) meses prorrogável, conforme legislação vigente.

**Decreto N.º 088**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**
**DECRETO N.º 088 DE 01 DE JULHO DE 2014.**
**ANULA SALDOS DE EMPENHO, DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA,**

**Art. 1º.** Fica determinada, a anulação dos saldos de empenho a pagar da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**, abaixo relacionado:

Empenho				Credor/Contrato de Dívida				Fonte de Rec.	Saldo
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA									
Orgao:		GABINETE DO PREFEITO							
0000019/13	2/1/2013		BRASIL TELECOM S/A				0.1.00		328,77
0002045/13	25/6/2013		AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME				0.1.00		32,00
0003293/13	7/10/2013		O S CORREIA - ME (K PRICHO)				0.1.00		500,00
0003322/13	9/10/2013		CELESC DISTRIBUICAO S/A				0.1.00		12,13
Total do Órgão:									872,90
Orgao:		GABINETE DO VICE- PREFEITO							
0003696/13	5/11/2013		MULTIBAN LOC. DE BENS MOVEIS LTDA (PIPI MOVEL)				0.1.00		0,01
Total do Órgão:									0,01
Orgao:		SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
0000020/13	2/1/2013		BRASIL TELECOM S/A				0.1.00		2.854,36
0000021/13	2/1/2013		BRASIL TELECOM S/A				0.1.00		384,41
0000221/12	31/12/2012		CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA ESTADO DE SC				0.1.00		60,00
0000933/13	26/3/2013		BANCO DO BRASIL				0.3.60		119,02
0004191/13	10/12/2013		Albgraf Formulários Contínuos Ltda				0.1.00		337,50
0004282/13	18/12/2013		EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT				0.1.00		32,61
Total do Órgão:									3.787,90
Orgao:		SECRETARIA DE FAZENDA							
0000502/13	6/2/2013		AQUINPEL SUP.PARA				0.1.00		998,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CGC 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

			ESCRIT. INF. E PAPELARIA LTDA							
0003295/13	7/10/2013		MACRO MUNDY ATACADO LTDA ME					0.1.00	81,24	
0004189/13	10/12/2013		ANCS - INFORMATICA LTDA EPP					0.1.00	28,10	
0004190/13	10/12/2013		J.P CAVEDON SOARES					0.1.00	15,50	
Total do Órgão:									1.122,84	
Orgao:		SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA								
0000011/13	2/1/2013		CELESC DISTRIBUICAO S/A					0.1.00	1.027,70	
0000011/13	31/12/2013		CELESC DISTRIBUICAO S/A					0.1.00	3,18	
0000908/13	21/3/2013		AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME					0.1.00	184,00	
0000909/13	21/3/2013		AQUAGAS COMERCIO DE GAS LTDA-ME					0.1.00	16,00	
0001077/13	27/3/2013		NITROSEMEN - PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA					0.1.00	67,00	
0001083/13	27/3/2013		NITROSEMEN - PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA					0.1.00	716,11	
0002845/13	28/8/2013		CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRU					0.1.00	10.000,00	
0003029/13	12/9/2013		Albgraf Formulários Contínuos Ltda					0.1.00	50,00	
0003298/13	7/10/2013		CJ LEAL - EPP (LEAL INSTALADORA)					0.1.00	164,22	
0003299/13	7/10/2013		CJ LEAL - EPP (LEAL INSTALADORA)					0.1.00	19,94	
0004254/13	13/12/2013		ASTEROIDE PEREIRA - ME					0.1.00	63,46	
Total do Órgão:									12.311,61	
Orgao:		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO								
0000024/13	2/1/2013		BRASIL TELECOM S/A					0.1.01	706,45	
0000025/13	31/12/2013		BRASIL TELECOM S/A					0.1.01	537,47	
0003714/13	6/11/2013		CIAUTO - CENTRO DE INSPECAO AUTOMOTIVA LTDA					0.1.01	2.190,00	
0004436/13	23/12/2013		SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA					0.1.15	2.759,29	
0004459/13	31/12/2013		COLIGADA CONSTRUÇÕES CIVIL EIRELI - ME					0.1.19	1,00	
Total do Órgão:									6.194,21	
Orgao:		SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO								

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CGC 82.836.057/0001-90



## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

0000014/13	31/12/2013		CELESC DISTRIBUICAO S/A					0.1.00	76,06
0001873/12	16/5/2012		ALEMAO SONORIZACAO LTDA - ME					0.1.00	495,00
0001977/12	31/12/2012		CELESC DISTRIBUICAO S/A					0.1.00	28,77
0003247/13	1/10/2013		CORSUL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DO SUL LTDA					0.1.00	19,11
0003358/13	11/10/2013		C. FREITAS LEITE					0.1.00	40,32
0003667/13	4/11/2013		ZOOM TECNOLOGIA					0.1.00	311,78
0003682/13	4/11/2013		JAIR ANTONIO ZANATTA LTDA					0.1.00	99,80
Total do Órgão:									1.070,84
Orgao:		SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA							
0001180/13	11/4/2013		MARIA HELENA RODRIGUES DE AGUIAR - ME (PATYMAR)					0.1.00	0,71
0001565/12	24/4/2012		LIBERATO & LIMA SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO LTDA					0.1.00	1.286,00
0001694/13	23/5/2013		BOB MAQUINAS HIDROMECANICA GARCIA LTDA					0.1.00	670,00
0001721/13	24/5/2013		ASTEROIDE PEREIRA - ME					0.1.00	1.000,00
0002706/13	20/8/2013		NEGRO & ANDREADIS LTDA (ELETROLAR GAROPABA)					0.1.00	64,78
0002928/13	31/12/2013		BANCO DO BRASIL					0.1.64	17,22
0003063/13	18/9/2013		CELESC DISTRIBUICAO S/A					0.1.00	718,00
0003263/13	3/10/2013		M & L EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA					0.1.00	13,06
0003759/13	11/11/2013		ASTEROIDE PEREIRA - ME					0.1.17	79,86
0003872/13	26/11/2013		LUMINOSOS COMUNICACAO VISUAL LTDA					0.1.00	20,00
0004216/13	12/12/2013		FAZENDA ITAPEVA LTDA					0.1.00	5.998,68
0004253/13	13/12/2013		ASTEROIDE PEREIRA - ME					0.1.17	80,00
Total do Órgão:									9.948,31
Orgao:		ENCARGOS GERAIS							
0003067/13	18/9/2013		BANCO DO BRASIL SA - BNDES - PRÓ- VIAS					0.1.00	88,54
0003142/12	31/8/2012		PASEP					0.1.16	648,20
Total do Órgão:									736,74
Orgao:		SECRETARIA DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE							
0002336/13	11/7/2013		J.P CAVEDON					0.1.00	10,00

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CGC 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA**

			SOARES						
0003654/13	31/10/2013		BANCO DO BRASIL					0.1.00	2.972,59
0003654/13	31/12/2013		BANCO DO BRASIL					0.1.00	39,77
0003898/13	27/11/2013		NARBAL ALVES O CHAVEIRO - ME					0.1.00	200,00
0004465/13	31/12/2013		INSS					0.1.00	21,20
Total do Órgão:									3.243,56

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/07/2014, de acordo com a Lei  
Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100  
e-mail [garopaba@garopaba.sc.gov.br](mailto:garopaba@garopaba.sc.gov.br) [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br) CGC 82.836.057/0001-90



**Decreto N.º 089**

DECRETO N.º 089, DE 01 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 119.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
119.000,00

12365281.018 - Construção, Ampliação de Escolas para a Educação Infantil  
89.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas  
89.000,00

12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental  
20.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas  
20.000,00

12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil  
10.000,00

4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas  
10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 012 de 01 de Julho de 2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

13ª Legislatura - 2013 a 2016

PORTARIA Nº 012 DE 01 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rogério Linhares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal nº 1000/2005, à Servidora Giovana da Silva Defreyn, Matrícula Funcional nº 091, referente a 2013/2014, no período de 01/07/2014 à 31/07/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de julho de 2014.

Rogério Linhares

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

Rua Professor Antônio José Botelho, 113 - Centro - Garopaba/SC  
CEP: 88.495-000 Fone: (48) 3254-3279

## Garuva

### PREFEITURA

#### Aviso de Chamada Pública Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SECRETARIA DE ESTRATÉGIAS RURAIS  
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA  
CHAMADA PÚBLICA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Objeto: Credenciamento para cessão de autorização de uso a título precário e oneroso de espaço para exploração comercial (Praça de Alimentação, Comercio em geral, Artesanato e Lazer) na XXI FESTA DO COLONO DE GARUVA - SC - Ano 2014, aos interessados do ramo pertinente, durante todo o período do evento, ou seja, de 25/07/2014 a 27/07/2014.

PERIODO DE INSCRIÇÃO: 07/07/2014, ENTRE 09:00 E 10:00H na Sala de Licitações da PMG

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 30 de junho de 2014.  
LUIS CARLOS BEHLAU WEBER  
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

#### Aviso de Alteração de Edital FMS Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório FMS nº 008/2014  
Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços

Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de 10 (dez) bicicletas elétricas e 22 (vinte e duas) bicicletas aro "26", para atender as necessidades do Programa Saúde da Família.

Devido a alterações na descrição do item 01, o Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes do processo em epígrafe será dia 15/07/2014 às 09:00 horas. A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 01 de julho de 2014.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Portaria RH 45/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 45/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a ) MARCIA ZEN DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados III, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 30/07/2007 a 04/08/2012, devendo folgar 02 meses a partir de 01/07/2014 a 29/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de julho de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### Portaria RH 46/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 46/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a ) MARIA DAS GRACAS DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 12/02/1995 a 11/02/2000, devendo folgar 02 meses a partir de 01/07/2014 a 29/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de julho de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

**Portaria RH 47/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 47/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) JUCARA PEREIRA JUNKES, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 03/04/2006 a 03/04/2011, devendo folgar 02 meses a partir de 03/07/2014 a 01/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

# Governador Celso Ramos

**PREFEITURA****Novo Aviso de Licitação Pregão 40-2014****NOVO AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 040/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, COMISSIONADOS, CONTRATADOS, ESTAGIÁRIOS, INCLUSIVE AQUELES QUE VIEREM A SEREM ADMITIDOS FUTURAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, COM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, MEDIANTE A ABERTURA DE CONTAS JUNTO A INSTITUIÇÃO VENCEDORA, COM A POSSIBILIDADE DE CRÉDITO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE NO BANCO VENCEDOR DO CERTAME, FICANDO FACULTADO A REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CASO OFEREÇAM CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS DO QUE AS OFERTADAS PELA LICITANTE VENCEDORA.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/07/2014 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/07/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 01 de Julho de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

# Guaramirim

## PREFEITURA

### Aviso Licitação 532014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 53/2014  
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto: AQUISIÇÃO DE GRAMA SÃO CARLOS (AXONAPUS COMPRESSUS) E GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA) EM PLACAS (TAPETE) PRONTA PARA PLANTIO.

Entrega dos Envelopes: 14/07/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 14/07/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 01/07/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria Nº. 279/2014

PORTARIA Nº. 279/2014  
CONCEDE LICENÇA SAÚDE a Dirlene Mara Medeiros da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde a Dirlene Mara Medeiros da Silva, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 13 de junho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de junho de 2014.

Guaramirim/SC, 01 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 280/2014

PORTARIA Nº. 280/2014  
RETORNA DE LICENÇA SAÚDE Fernanda Salvador De Bem Kuntz.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença saúde Fernanda Salvador De Bem Kuntz, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 01 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 281/2014

PORTARIA Nº 281/2014  
CONCEDE LICENÇA a Silvana de Fatima dos Santos Bachmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 7º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de familiar a Silvana de Fatima dos Santos Bachmann, na função de Merendeira, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 26 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26 de maio de 2014.

Guaramirim/SC, 01 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### Contrato N. 32/2014 - Edital N. 51/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
EXTRATO DE CONTRATO 32/2014

Processo de Licitação: 051/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão presencial

Objeto: Aquisição de caminhões, equipamentos e maquinários para a secretaria municipal de infraestrutura, através de recursos do programa BADESC cidades, juro zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.952.689/0001-80, estabelecida na ROD SC 453 KM 55 s/nº, município de Videira, Estado de Santa Catarina. Valor: R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), referente ao item 04.

Data da Assinatura: 27/06/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 1º/07/2014

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**Contrato N. 33/2014 - Edital N. 51/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DE CONTRATO 33/2014

Processo de Licitação: 051/2014 - PMG

Modalidade: Pregão presencial

Objeto: Aquisição de caminhões, equipamentos e maquinários para a secretaria municipal de infraestrutura, através de recursos do programa BADESC cidades, juro zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada BMC HYUNDAI S/A, inscrita no CNPJ sob o no 14.168.536/0001-25, estabelecida na ROD Presidente Dutra, KM 315 s/nº, município de Itatiaí, Estado de Rio de Janeiro.

Valor: R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), referente ao item 08.

Data da Assinatura: 27/06/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 1º/07/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**Contrato N. 34/2014 - Edital N. 51/2014 PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DE CONTRATO 34/2014

Processo de Licitação: 051/2014 - PMG

Modalidade: Pregão presencial

Objeto: Aquisição de caminhões, equipamentos e maquinários para a secretaria municipal de infraestrutura, através de recursos do programa BADESC cidades, juro zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada W.BREITKOPF COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.636.754/001-05 estabelecida na ROD BR-470, KM 62,5 nº 8000, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 1.145.300,00 (um milhão e cento e quarenta e cinco mil e trezentos reais), referente aos itens 01,02 e 03.

Data da Assinatura: 27/06/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 1º/07/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**Contrato N. 35/2014- Edital N. 51/2014 PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DE CONTRATO 35/2014

Processo de Licitação: 051/2014 - PMG

Modalidade: Pregão presencial

Objeto: Aquisição de caminhões, equipamentos e maquinários para a secretaria municipal de infraestrutura, através de recursos do programa BADESC cidades, juro zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS METAL TRUCK LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o no 12.596.900/0001-22 e inscrição Estadual nº 256.213.216, estabelecida na rua Augusto Laffin, nº 215 Valor: R\$ 131.800,00 (cento e trinta e um mil e oitocentos reais), referente aos itens 06 e 07.

Data da Assinatura: 27/06/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 1º/07/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**Contrato N. 36/2014 - Edital N. 51/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DE CONTRATO 36/2014

Processo de Licitação: 051/2014 - PMG

Modalidade: Pregão presencial

Objeto: Aquisição de caminhões, equipamentos e maquinários para a secretaria municipal de infraestrutura, através de recursos do programa BADESC cidades, juro zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada COPAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 10.841.444/0001-03, estabelecida na rua Doutor João Collin, n. 1285, America, sala 03, Joinville-SC, CEP 89.204-001

Valor: R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), referente ao item 09.

Data da Assinatura: 27/06/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 1º/07/2014

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**Contrato N. 37/2014 - Edital N. 51/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO DE CONTRATO 37/2014

Processo de Licitação: 051/2014 - PMG

Modalidade: Pregão presencial

Objeto: Aquisição de caminhões, equipamentos e maquinários para a secretaria municipal de infraestrutura, através de recursos do programa BADESC cidades, juro zero.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada MZ BRASIL INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 11.089.285/0001-03 estabelecida na AV. Tancredo Neves, nº 3500 Bairro Santo Onofre, Estado do Paraná.

Valor: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), referente ao item 11.

Data da Assinatura: 27/06/2014 Vigência: 31/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 1º/07/2014  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

## Guarujá do Sul

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação - PL 41 Pref / PL 13 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Guarujá do Sul  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 41/2014 - Pregão Presencial Nº. 22/2014.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática para serem utilizados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com recursos do Salário Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 16/07/2014 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura ).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 01 de julho de 2014.  
Jose Carlos Foiatto,  
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Fundo Municipal de Saúde

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº. 13/2014 - Pregão Presencial Nº. 10/2014

Objeto: Aquisição de veículo automotor zero km tipo van para ser utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul no transporte de pacientes.

Propostas e Habilitação: 17/07/2014 ( Documentos as 08:15 / Abertura as 08:30 ). Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 01 de julho de 2014.  
Vera Lurdes Segat,  
Gestora do FMS.



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 808/2014

PORTARIA Nº 808/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LOVANE OSTROWSKI SIMON (Matr. 3592), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de julho de 2012 e 02 de julho de 2013, para serem gozadas a contar de 01 de julho de 2014 a 30 de julho de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Julho de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 3.048/2014.

LEI Nº 3048/2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO E A ALIENAR A TERCEIROS, MEDIANTE LICITAÇÃO, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa no patrimônio e a alienar a terceiros, mediante processo licitatório na modalidade de Leilão, os bens móveis inservíveis para o serviço público municipal abaixo especificados:

I - 01 (um) Caminhão Volkswagen VW 13.130, ano/modelo 1985/1985, placas MBQ 6147, chassi nr. VO12142, Renavam nr. 552652075, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 6623, avaliado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - 01 (um) Automóvel Volkswagen Gol 1000 16V, ano/modelo 2002/2002, placas MBK 9113, chassi 9BWCA05X92T144234, Renavan nr. 780944518, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 8206, avaliado em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

III - 01 (um) Automóvel Volkswagen Cross Fox, ano/modelo 2005/2006, placas MFG 2151, chassi 9BWKB45ZX64065513, Renavan nr. 875760970, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 5498, avaliado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);

IV - 01 (uma) Motoniveladora Komatsu 6D523A ano 1997, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 6649, avaliada em R\$

15.000,00 (quinze mil reais);

V - 01 (uma) Motoniveladora HWB 140 ano 1976, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 6632, avaliada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

VI - 01 (uma) Carregadeira de esteira Komatsu D 55 S, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 1348, avaliada em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);

VII - 01 (uma) Pá carregadeira Michigan 75, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 6693, avaliada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

VIII - 01 (um) Trator Valmet 68 4 X 2, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 6704, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

IX - 01 (um) Trator Valmet 68 4 X 2, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 6710, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

X - 01 (um) Automóvel Volkswagen Kombi, ano/modelo 2003/2004, placas MHA 3540, chassi 9BWGB07X34P001755, Renavan nr. 820088170, com inscrição no patrimônio municipal sob o nr. 7856, avaliado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 27 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

### Lei Nº 3.049/2014.

LEI Nº 3049/2014.

"AUTORIZA REALIZAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso com a Associação Hervalense dos Produtores de Alfafa - AHPA, objetivando a Cessão de Uso de Equipamentos Agrícolas, conforme descreve abaixo:

01 (um) Distribuidor de calcário, patrimônio nr. 6712;

01 (uma) Segadeira, patrimônio nr. 6732;

03 (três) Enfardadeiras, patrimônios nr. 6709; 6733 e 10183.

Parágrafo Único - Os bens patrimoniais de que trata o caput deste artigo tem por finalidade o uso nos serviços da Associação Hervalense dos Produtores de Alfafa - AHPA, sediada no Município de Herval d'Oeste (SC), através de seus associados e demais interessados na utilização dos bens patrimoniais.

Art. 2º O Prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 05

(cinco) anos a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período se for de interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 27 de junho de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

**Ata Julgamento Proposta Concorrência Nº 001/2014**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 1/2014 - CC</b>
<b>CNPJ:</b> 82.939.430/0001-38 <b>Rua Nereu Ramos, 389</b> <b>C.E.P.:</b> 89610-000 - Herval d'Oeste - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 10/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 24/2014 <b>Data do Processo:</b> 04/04/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM CBUQ DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 1 de Julho de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 3246, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 24/2014, Licitação nº 1/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Todas as licitantes foram notificadas da sessão publica, porém nenhum representante das mesmas fez-se presente sessão. Iniciado os trabalhos, foi levado ao conhecimento dos demais membros da comissão do julgamento do recurso administrativo, quanto a inabilitação da empresa Planaterra, na qual manteve-se a decisão pela inabilitação. Na sequência foram abertos os envelopes de propostas das empresas habilitadas. As propostas foram julgadas em conformidade com o edital e as empresas habilitadas tiveram suas propostas classificadas, que após analisadas obteve-se o resultado descrito abaixo, abre-se prazo de cinco dias úteis para possível interposição de recursos quanto as propostas, em conformidade com o artigo 109 inciso I alínea "b" decorrido o prazo, o processo será encaminhado ao senhor prefeito municipal para que a seu juízo homologue o resultado apresentado.

**LOTE: 1****Participante: 108 - SETEP CONSTRUÇÕES S/A.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Recapeamento em CBUQ Avenida Santos Dumont	UN	1,00		0,0000	191.937,06	191.937,06
2	Recapeamento em CBUQ Rua 4 de fevereiro	UN	1,00		0,0000	30.350,28	30.350,28
3	Recapeamento em CBUQ Rua 5 de maio	UN	1,00		0,0000	69.217,89	69.217,89
4	Recapeamento em CBUQ Rua Amandio Sperb	UN	1,00		0,0000	77.554,21	77.554,21
5	Recapeamento em CBUQ Rua Dom Pedro I	UN	1,00		0,0000	103.872,69	103.872,69
6	Recapeamento em CBUQ Rua Guido Sabei	UN	1,00		0,0000	29.379,68	29.379,68
7	Recapeamento em CBUQ Rua João Chiconatto	UN	1,00		0,0000	35.626,69	35.626,69
8	Recapeamento em CBUQ Rua João Vacari	UN	1,00		0,0000	60.118,89	60.118,89
9	Recapeamento em CBUQ Rua Minas Gerais	UN	1,00		0,0000	64.222,12	64.222,12
10	Recapeamento em CBUQ Rua Orlando Vendramini	UN	1,00		0,0000	49.691,41	49.691,41
11	Recapeamento em CBUQ Rua São Pedro	UN	1,00		0,0000	62.279,69	62.279,69

**Total do Participante ----->** 774.250,61

**LOTE: 2****Participante: 3728 - VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Recapeamento em CBUQ Rua André Szeremetta	UN	1,00		0,0000	56.828,50	56.828,50
13	Pavimentação Asfáltica em CBUQ Rua Anna Fiorin	UN	1,00		0,0000	142.841,65	142.841,65
14	Pavimentação Asfáltica em CBUQ Rua Antonio Furtado Neto	UN	1,00		0,0000	54.610,41	54.610,41
15	Recapeamento em CBUQ Rua José Rupp	UN	1,00		0,0000	89.733,99	89.733,99
16	Recapeamento em CBUQ Rua Julio Dariva	UN	1,00		0,0000	50.324,22	50.324,22
17	Pavimentação Asfáltica em CBUQ Rua Paulo de Brito	UN	1,00		0,0000	93.964,26	93.964,26
18	Pavimentação Asfáltica em CBUQ Travessa Primavera	UN	1,00		0,0000	17.315,55	17.315,55

**Total do Participante ----->** 505.618,58

**LOTE: 3****Participante: 3728 - VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	Recapeamento em CBUQ Rua Alvorada	UN	1,00		0,0000	50.647,69	50.647,69

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**

CNPJ: 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos, 389  
C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC

**CONCORRÊNCIA  
Nr.: 1/2014 - CC**

Processo Administrativo: 10/2014  
Processo de Licitação: 24/2014  
Data do Processo: 04/04/2014

Folha: 2/2

**LOTE: 3****Participante: 3728 - VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
20	Recapeamento em CBUQ Rua Blumenau	UN	1,00		0,0000	67.698,74	67.698,74
21	Recapeamento em CBUQ Rua Carlos Gomes	UN	1,00		0,0000	249.434,02	249.434,02
22	Recapeamento em CBUQ Rua Vitória	UN	1,00		0,0000	44.200,79	44.200,79
23	Recapeamento em CBUQ Rua Voluntários da Pátria	UN	1,00		0,0000	92.036,89	92.036,89

**Total do Participante -----> 504.018,13****Total Geral -----> 1.783.887,32**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Herval d'Oeste, 1 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

RUBENS ANTONIO CORREIA - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
GEISA TROMBETTA BERNARDI - ..... - Membro  
GILMAR CARMO KICH - ..... - Membro

# Ibiam

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2657/2014

DECRETO Nº 2.657, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

"DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE IBIAM, AFETADA POR CONSTANTES CHUVAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso VII da Lei Orgânica do Município; pelo Art. 7º do Decreto Federal Nº 7257 de 04 de Agosto de 2010; pela Lei Estadual Nº 10.925 de 22 de Setembro de 1998; pelo Decreto Estadual Nº 3924 de 11 de Janeiro de 2006 e pela Resolução Nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil, e;

Considerando as fortes chuvas ocorridas no Município durante o mês de Junho, e que ainda perduram nesta data, com precipitações pluviométricas muito acima do normal, chegando a cobrir pontes, alagamentos, provocando estragos nas estradas rurais e danificando pontes e pontilhões.

Considerando as perdas irreparáveis na agricultura, pecuária leiteira, suinocultura e avicultura, causando prejuízos, como prova o Documento - Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN;

Considerando a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução Nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população afetada, e o despreparo da Defesa Civil local, frente ao desastre;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre de precipitações pluviométricas e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo Único: Esta situação de anormalidade é válida para todas as áreas do Município, comprovadamente afetada pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto.

Art. 2º. Fica autorizada e confirmada a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Respostas aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a Convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de Campanhas de Arrecadação de Recursos, junto a Comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência a população afetada pelo desastre.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Único: O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC,  
26 DE JUNHO DE 2014.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E DA FAZENDA

### Processo 039

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Médicos de Clínico Geral e de Pediatra para o ano de 2014.  
Entrega dos envelopes: 17/07/2014 até às 08:30 horas

Abertura dos envelopes: 17/07/2014 às 08:45 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário  
Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044, ou no site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

Ibiam, 01 de Julho de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

### Processo 040

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2014  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2014  
Sistema de Registro de Preços - SRP 014/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços, visando futuras possíveis aquisições com pedidos parcelados de Seções de Fisioterapia, para atendimento no Município de Ibiam, para o período de 12 meses.  
Entrega dos envelopes: 17/07/2014 até às 13:30 horas

Abertura dos envelopes: 17/07/2014 às 13:45 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário  
Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044.

Ibiam, 01 de Julho de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiam

**Ilhota****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 009/2014 - FMS**

Extrato de Contrato nº 009/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 009/2014 - FMS

Processo: Pregão Presencial nº 003/2014 - FMS

Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde.

Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 8.921,00 (oito mil novecentos e vinte e um reais)

Assinatura: 26/02/2014

Vigência: Da assinatura até 31/12/2014

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 023/2014 - FMS**

Extrato de Contrato nº 023/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 023/2014 - FMS

Processo: Pregão Presencial nº 011/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: CASA DENTAL VICENTE E SOUZA LTDA.

Valor: R\$ 9.354,75 (nove mil trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)

Assinatura: 24/06/2014

Vigência: 31/12/2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 027/2014 - PMI**

Extrato de Contrato nº 027/2014 - PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 027/2014 - PMI

Processo: Licitação Tomada de Preços nº 002/2014 - PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BASE E CAPA ASFÁLTICA DA ESTRADA GERAL BAÚ CENTRAL.

Fornecedor: CRESTANI CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 63.024,18 (sessenta e três mil vinte e quatro reais e dezoito centavos)

Assinatura: 26/06/2014.

Vigência: 60 dias após assinatura.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 026/2014 - PMI**

Extrato de Contrato nº 026/2014 - PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 026/2014 - PMI

Processo: Pregão Presencial nº 010/2014 - PMI

Objeto: FORNECIMENTO DE LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE.

Fornecedor: GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA EM GESTÃO DE SERVIÇOS.

Valor: R\$ 460.803,60 (quatrocentos e sessenta mil oitocentos e três reais e sessenta centavos)

Assinatura: 26/06/2014.

Vigência: 12 meses após assinatura.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

**Portaria 462/2014**

PORTARIA Nº462, DE 02 DE JUNHO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO, EM VISTA DA NECESSIDADE DE CONCRETIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA - SC.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em vista da necessidade de alienar bens móveis inservíveis do patrimônio público, na modalidade leilão, em conformidade com o art. 109, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Art. 1º. Designar os seguintes funcionários para comporem a



Comissão de Vistoria e Avaliação com o fim especial de vistoriar e avaliar bens móveis inservíveis destinados a leilão:

Irineu Fernando Nicolette Raimundo  
José Olair Marques  
Delcio Dário Custódio

Art. 2º. Cabe à Comissão constituída no art. 1º desta Portaria vistoriar, organizar em lotes e avaliar os bens móveis inservíveis, bem como elaborar Termo de Avaliação e encaminhá-lo à Comissão Permanente de Licitação para que esta realize o leilão público, seguindo as normas estabelecidas nas leis invocadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota-SC, em 02 de junho de 2014.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

### Decreto 18 2014

DECRETO Nº 18 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município de Ilhota para efeito de alienação, e dá outras providências.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, da Lei Orgânica do Município;

Considerando que laudo de constatação verificou que os bens patrimoniais constantes do anexo a este Decreto foram julgados inservíveis;

Considerando que referidos bens, quando passíveis de reparação ou conserto tem custo de recuperação superior ao valor de mercado do respectivo bem restaurado;

Considerando que o Balanço Patrimonial deve refletir a exata situação dos bens municipais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados como inservíveis para a Administração Municipal, para efeito de alienação através de leilão, os bens relacionados pela Comissão nomeada pela Portaria nº. 462/2014, constante do Anexo I, que passa a integrar o presente Decreto.

Art. 2º. Fica autorizada a baixa patrimonial dos bens constantes no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA,  
em 25 de junho de 2014.  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### ANEXO I

### LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA 2014

A Comissão de Avaliação Patrimonial nomeada pela Portaria nº.462/2014, constatou que os bens abaixo relacionados são inservíveis para o serviço público municipal.

### VEÍCULOS

PLACA	DESCRIÇÃO	ANO	CHASSI
LZQ 7865	ÔNIBUS SCANIA/ F113 HL	1991	9BSFU4X2ZM3403945
AEU 3994	CAMINHÃO M. BENZ/L1214	1994	9BM384004RB026985
LWU 1441	CAMIONETA D20 CUSTOM S	1988	9BG244NNJJC027288
MGK 8354	AUTOMÓVEL GM/ CLASSIC LIFE	2009	9BGSA19109B269537
MGK 8534	AUTOMÓVEL GM/ CLASSIC LIFE	2009	9BGSA19109B264033
MGK 8424	AUTOMÓVEL GM/ CLASSIC LIFE	2009	9BGSA19109B264299
MBP 6696	AUTOMÓVEL FIAT PALIO WEEKEND ELX	2002	9BD17302424031198
MGK 8714	AUTOMÓVEL GM/ CLASSIC LIFE	2009	9BGSA19109B266133

### SUCATAS E SUCATEADOS:

- informática diversos: 6 CPU's, 3 monitores, 1 impressora, 10 computadores e itens diversos de acessórios.

- escola/escritório diversos: 1 telefone, 4 mesas de professor, 2 mesas, 1 cadeiras giratória, 1 cadeira com dois lugares, 1 cadeira de escritório, 30 cadeiras pequenas, 10 mesas pequenas, 2 cômodas, 1 estante, 50 cadeiras, 80 carteiras, 2 traves de futebol, 25 colchões, portas.

- copa/cozinha diversos: 1 microondas, 1 batedeira, 1 espremedor de frutas, 14 vassouras, 2 rodos.

- aparelhos diversos: 13 DVD's, 1 aparelho parabólica, 2 mimeógrafos, 1 guilhotina, 1 lava jato, 1 som portátil, 1 TV, 1 frigideira, 1 máquina cobertura jinji, 5 máquinas overlock, 1 máquina taquara, 1 máquina reta, 2 máquinas zig zag.

- veículos: Fiat Fiorino, sem placa, sem chassi, sem documento  
Ford Fiesta, sem placa, sem chassi, sem documento.

### Decreto 19/2014

DECRETO Nº 19 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de leiloeiro para realização de leilão dos bens declarados como inservíveis para a Administração Municipal de Ilhota, e dá outras providências.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.12, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 82, também da lei Orgânica do Município de Ilhota, que regulamenta a alienação de bens, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, especialmente o art. 17, § 6º e da IN 113/10, que dispõe sobre o processo de concessão de matrícula, seu cancelamento e a fiscalização da atividade de Leiloeiro Público Oficial e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162, com escritório a Rua Acadêmico Nilo Marchi, nº 164, centro, na cidade de Rio do Sul/SC, matriculado regularmente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, JUCESC, como Leiloeiro convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilões dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelo Decreto nº 18, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º.O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e a sua atuação não implicará em qualquer ônus ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA,  
em 26 de junho de 2014.  
Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### Extrato do Quarto Termo Aditivo do Contrato 28-2012 FME

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 28-2012 FME

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato do Quarto Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato 28-2012 FME.

Objeto: Construção de Espaço Educativo Infantil, Creche FNDE - Pró Infância - Tipo "C", conforme moldes do FNDE, sito a Rua Delfino B. Rosa, esquina com Rua Floriania C. Silva, bairro Pedra de Amolar, Município de Ilhota/SC, Área do Terreno 2.160,88m<sup>2</sup>

Contratado(a): ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA.

Aditivo de Prazo: 30/06/2014 à 31/12/2014

Ilhota SC, 30 de junho de 2014.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

### Lista Parcial Processo Seletivo Simplificado Edital PMI/Cersp/Seduc/11/2014

Professor de Educação Física

INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
10601/2014	Ana Lúcia da Silva Marques	14/11/1974	9,40
10446/2014	Anderson Luís De Andrade	02/02/1985	6,20
10636/2014	Adriana Teixeira Fraga	19/11/1978	6,00
10844/2014	Gisele Abrahão Costa	10/11/1984	6,00
10866/2014	Elder Vieira Emídio	07/07/1984	0,60
10382/2014	Natália Figueiredo Ramos	27/11/1993	Zero Pontos

Professor De Inglês

INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
10245/2014	Larissa M.Floriano	08/08/1989	1,20

Professor Educação Especial

INSCRIÇÃO	NOME	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO
10373/2014	Andreza Correa Pacheco	21/07/1979	10,40
10656/2014	Rita De Cássia V.Fortunato	11/11/1957	9,60
10578/2014	Maria Helena da Silva Luciano	04/05/1964	9,00
10901/2014	Silvana Manoel	28/07/1984	6,80
10421/2014	Manuela Soares D'avila	01/05/1989	6,40
10915/2014	Maria Gisele Freitas Simião	08/07/1982	6,00
10644/2014	Dejane Garcia Valginski	16/04/1972	2,20
10767/2014	Jadna P.Moraes Gonçalves	04/11/1980	2,00
10769/2014	Geize Pires	04/05/1983	2,00
10796/2014	Rosicléia Pinto Dos S.Ferreira	03/12/1973	1,80
10823/2014	Daniela Francisco Ramos	30/01/1986	1,60
10156/2014	Rafaela Vieira Adriano	10/02/1989	1,40
10785/2014	Cirlene da Silva Flor	23/09/1978	1,20
10847/2014	Sebastiana Bento Gonçalves	07/11/1961	0,80

10121/2014	Darlene Gonçalves Vieira	16/09/1985	0,60
------------	--------------------------	------------	------

**Extrato: FUNREBOM 2014/17 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/17 A00  
Contratada: JOSIANE PIRES  
C.N.P.J: 10.639.547/0001-95

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A ESCADA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.  
Valor: R\$5.380,00 Prazo:31/12/2014  
Fundamento: Processo nº. 13/2014 Dispensa 06/2014  
Imbituba, 26 de junho de 2014.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba  
Contratante

Josiane Pires  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: Alienação 2004/38 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: ALIENAÇÃO 2004/38 A00  
Contratada: AD FOODS INDUSTRIA E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME  
C.N.P.J: 10.767.821/0001-01

Objeto: ALTERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA.  
Imbituba, 12 de junho de 2014.

Antonio Clésio Costa  
Secretario Municipal da Sedes  
Contratante

Ad Foods Industria e Produtos Alimenticios Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: Alienação 2004/39 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: ALIENAÇÃO 2004/39 A00  
Contratada: VIEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA  
C.N.P.J: 08.176.258/0001-55

Objeto: ALTERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA CONTRATADA.  
Imbituba, 13 de maio de 2014.

Antonio Clésio Costa  
Secretario Municipal da Sedes  
Contratante

Viemaq Equipamentos Ltda  
Representante Legal  
Contratada

**Lei Nº 4.420.2014**

LEI Nº 4.420, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Terezinha de Nova Brasília e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Terezinha de Nova Brasília, inscrita no CNPJ sob o nº 02.656.110/0001-31, a importância de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no exercício de 2014. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo. Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2014.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Dorvalino Pedro de Mello Filho  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública- Interino

# Ipumirim

## PREFEITURA

**Decreto 2073/2014 de 01 de Julho de 2014.**

DECRETA MUDANÇA DE HORARIO NO EXPEDIENTE PUBLICO PARA O JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - S/C, no uso de suas atribuições legais, estabelece o calendário de mudanças de horário no expediente publico para o jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

**DECRETA**

Art. 1º - Fica decretado mudança no horário no expediente publico para o jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo.

Dia 4 de Julho de 2014

Matutino - Normal

Vespertino - Encerramento as 16h00min.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzira efeitos a partir de 01 de Julho de 2014.

Ipumirim, 01 de Julho de 2014.

**Portaria Nº. 249/2014 de 01 de Julho de 2014.**

EXONERA CARGO COMISSIONADO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

IVO SERAFIN, Matrícula 2251-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.143.829-0 e do CPF 430.292.649-04, com nomeação para o cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, constante no , nível salarial CC - 030, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 133/2014, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de julho de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de julho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 250/2014 de 01 de Julho de 2014.**

NOMEIA NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 112 da Lei Complementar nº 018/2005 de 23 de dezembro de 2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências,

**CONTRATA**

ADENIR ANTONIO FALABRETTI, sob a Matrícula 2298-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.1.143.414 e do CPF sob o nº. 437.554.109-15, nomeado no cargo comissionado de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES - DIRE - NIVEL - 030, constante do Anexo I-D Secretaria Municipal De Transportes da Lei Complementar 018/2005, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-030, da Lei supra mencionada.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01.07.2014.

Ipumirim - SC, 01 de Julho de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**Portaria Nº. 251/2014 de 01 de Julho de 2014.**

TRANSFERE SERVIDORA PUBLICA POR APOSENTADORIA PARA O QUADRO DE INATIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**TRANSFERE**

CARMEN GUIZZARDI ZAT, Matrícula 700-5 e 534-5 com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.3.183.167 e do CPF sob o nº,501.638.769-91 com nomeação para o cargo de Professora, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor "Latu Sensu", , com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendido o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Julho de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Julho de 2.014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 252/2014 de 01 de Julho de 2.014.**

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

**RESOLVE.**

Art. 1º - Conceder à MILANIA MARIA ZUCHI, ocupante do cargo de Enfermeira, portadora da cédula de identidade nº. 3.747.935 e CPF sob o nº. 024.222.759-74, admitida por concurso público pela portaria 381/2010 de 03 de setembro de 2010, gratificação de função de 80% (oitenta por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legitima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario a presente portaria



produzira efeitos retroativos a partir de 01 de Julho de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Julho de 2.014.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº.253/2014 de 01 de Julho de 2.014.**

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

RESOLVE.

Art. 1º - Conceder à ADRIANA BORTOLANZA, ocupante do cargo de Enfermeira, portadora da cédula de identidade nº. 3.743.420-9 e CPF sob o nº. 031.925.839-40, admitida por concurso público pela portaria 253/2011 de 06 de julho de 2011, gratificação de função de 50% (cinquenta por cento) sobre o piso salarial do município. Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contratio a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 01 de Julho de 2014.

Ipumirim - SC, 01 de Julho de 2.014.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### **Decreto No 2074**

DECRETO No 2074 DE 01 DE JULHO DE 2014.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por CHUVAS INTENSAS - 1.3.2.1.4.

O Senhor Valdir Zanella, Prefeito do município de Ipumirim, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI, do artigo 87 da Lei Orgânica do Município, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil e pelo art. 2º da Instrução Normativa nº 01 de 24 de agosto de 2012.

CONSIDERANDO:

I - Que as chuvas intensas (318 milímetros) ocorridas durante 96 horas entre os dias 25 a 28 de junho, atingiu o território do Município de Ipumirim, e mais diretamente nas áreas descritas e georreferenciadas constantes no Formulário de Informações do Desastre - FIDE;

II- Que em decorrência dos seguintes danos e prejuízos: 09 (nove) pessoas desalojadas, 4.845 (quatro mil oitocentas e quarenta cinco) pessoas afetadas e prejuízos econômicos públicos e privados que totalizam R\$ 2.468.420,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e vinte reais).

III - Que o parecer da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do

município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto revoga o Decreto 2059, e entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito,  
aos 01 dias do mês de julho de 2014.  
Valdir Zanella  
Prefeito Municipal

**Ata de Reunião de Julgamento do PL 42, PP 23 -2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 42/2014 <b>Data do Processo:</b> 12/06/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de uma Pá Carregadeira & Retroescavadeira nova, ano de fabricação 2014, fabricação nacional adquirido com recursos da SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara, conforme convênio nº. TR 1696/2014 e conforme características anexas ao edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 29/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 27 de Junho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 42/2014, Licitação nº 23/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.2 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº MARIO JOSÉ SARTORI procurador da empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA. A empresa acima transcrita não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observada a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

**Participante: 6082 - MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Retroescavadeira e pá carregadeira, de fabricação nacional, nova, ano de fabricação 2014, tração e direção nas quatro rodas, com peso operacional de no mínimo 7,500 kg, potência mínima do motor de 93HP, mínimo de 04 marchas à frente e 04 à ré, pá carregadeira com capacidade mínima 1,2m3, equipada com pneus novos mod. 17.5 x25 12 lonas, dianteiro e traseiro, gabine fechada com ar condicionado e proteção ROPS/FOPS.	UN	1,00		0,0000	290.000,00	290.000,00

**Total do Participante ----->** 290.000,00

**Total Geral ----->** 290.000,00



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 42/2014 Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 27 de Junho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO

- ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 42, PP 23-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 23/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 42/2014 Data do Processo: 12/06/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal Em Exercício, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 42/2014  
b ) Licitação Nr.: 23/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 27/06/2014  
e ) Objeto da Licitação: Aquisição de uma Pá Carregadeira & Retroescavadeira nova, ano de fabricação 2014, fabricação nacional adquirido com recursos da SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara, conforme convênio nº. TR 1696/2014 e conforme características anexas ao edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA (6082)**

1 Retroescavadeira e pá carregadeira , de fabricação nacional,nova, ano de fabricação 2014, tração e direção nas quatro rodas, com peso oeracional de no mínimo 7,500 kg, potencia mínima do motor de 93HP, mínimo de 04 marchas á frente e 04 a ré, pá carregadeira com capacidade mínima 1,2m3, equipada com pneus novos mod. 17.5 x25 12 lonas, dianteiro e traseiro, gabine fechada com ar condicionado e proteção ROPS/FOPS.	UN	1,00	0,0000	290.000,00	290.000,00
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	------	--------	------------	------------

**Total do Fornecedor: 290.000,00**

**Total Geral: 290.000,00**

Ipumirim, 27 de Junho de 2014.

-----  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

**Irineópolis****PREFEITURA****Decreto Nº 2612/2014**

Decreto nº 2.612 /2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme artigo 13. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 10.000,00(Dez mil reais), conforme discriminação seguinte:

09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA  
2.018 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO  
4.4.90.00.00.00.00.01.140  
Aplicações Diretas (119)  
R\$ 10.000,00

**T O T A L R\$ 10.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito citado acima serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício na respectiva fonte de recursos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 30 de junho de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****Decreto Nº 118, de 30 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 118, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Estabelece horário especial em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e considerando a realização dos jogos do Brasil no evento da Copa do Mundo/2014;

**D e c r e t a:**

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente das atividades dos servidores municipais, em turno único das 07h00min às 13h00min, nos dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo/2014.

Art. 2º O funcionamento vespertino das atividades nas escolas e creches municipais será até as 15h30min.

Art. 3º Excetua-se do presente Decreto os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 30 de junho de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### Termo Aditivo Nº 38/2014

TERMO ADITIVO N.º 38/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 59/2011. (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CNPF/MF nº: 791.929.639-00 e CI.RG nº 2195991 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, Itapoá/SC, e, de outro lado, a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro: Atiradores, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.073.536/0001-64 e Inscrição Estadual: 253.637.244, representada neste ato por Diretor Executivo, o Sr. MÁRCIO ANDRÉ SAVI, portador do CNPF/MF nº 039.090.359-06 e do CI.RG nº 2.697.721-4 e por Diretor Operacional, o Sr. MÁRIO LUIZ PEGORARO, portador do CNPF/MF nº 639.147.519-91 e do CI.RG nº 11/R 2.142,752, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo à Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA N.º 01/2011 - PROCESSO Nº 55/2011, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo complementa a quantidade do objeto da licitação em 1.100 toneladas, conforme segue:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS - MUNICÍPIO DE ITAPOÁ					
DESCRIPTIVO	UNID	QTDE	R\$ POR TON.	R\$ POR TEMPORADA	
TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL, EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES	BAIXA TEMPORADA	TON.	1.100	222,45	244.695,00
TOTAL GERAL		1.100	TOTAL R\$ POR ANO		244.695,00

### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "do preço" acrescentando o valor de R\$ 244.695,00 (duzentos e quarenta e quatro mil seiscientos e

noventa e cinco reais).

### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 59/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 59/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 26 de junho de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SERRANA ENGENHARIA LTDA MÁRCIO ANDRÉ SAVI
CONTRATANTE JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRATADA SERRANA ENGENHARIA LTDA MÁRIO LUIZ PEGORARO
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

### Secretaria de Saúde: Termo de Convocação 001/2014 - Edital Nº 019/2014 Médico 20 Horas

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 019/2014 MÉDICO 20 HORAS

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata TALITA RECHETELO STRANO para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão) ;
7. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação ;
8. Uma foto recente ;
9. Comprovante de residência;
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma);
11. Registro no CRM/SC;
12. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
13. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
14. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
16. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
17. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
18. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade);

19. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);  
20. Tipagem sanguínea;  
21. Laudo médico;  
22. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 01 de Julho de 2014.

**Decreto Municipal Nº 2228/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Crédito Adicional Especial por Anulação Parcial de Dotação.**

DECRETO MUNICIPAL NO 2228/2014

Data: 26 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 535/2014, de 26 de junho de 2014,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional especial por anulação parcial de dotação, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme abaixo:  
Suplementação

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

206010012.2149 Festa do Agricultor

33390 Aplicações Diretas (532) FR 30000 R\$ 20.000,00

Anulação

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (491) FR 30000 R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**Decreto Municipal Nº 2229/2014 - Dispõe Sobre A Abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação.**

DECRETO MUNICIPAL NO 2229/2014

Data: 30 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 6º, inciso IV, da Lei Municipal nº 501/2013 - LOA 2014 e considerando CI 70/14, da Divisão de Orçamento,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação da DR 10.000 - Recursos ordinários, perfazendo o montante de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais):

Suplementação

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

01.01 Câmara Municipal de Itapoá

010310001.2001 Manutenção da Câmara Municipal

33390 Aplicações Diretas FR 10000 R\$ 33.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 30 de junho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**Lm Nº 535/2014 - Autoriza O Poder Executivo Municipal Abrir Crédito Adicional Especial por Anulação Parcial de Dotação.**

LEI MUNICIPAL Nº 535/2014

Data: 26 de junho 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL especial POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial por anulação parcial de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:  
Suplementação

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

206010012.2149 Festa do Agricultor

33390 Aplicações Diretas (532) FR 30000 R\$ 20.000,00

Anulação

03.00 GABINETE DO PREFEITO

03.01 Gabinete do Prefeito

041220002.2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito

34490 Aplicações Diretas (491) FR 30000 R\$ 20.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de junho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº. 07, de 1º de Julho de 2014.**

RESOLUÇÃO Nº. 07, DE 1º DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a Estrutura Administrativa e o Plano de Carreira do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e pelo art. 39, do Regimento Interno, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele promulga a seguinte:

**RESOLUÇÃO:**

Art. 1º A Estrutura Administrativa e o Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Itapoá observará ao disposto nesta Resolução e em seus respectivos anexos.

Art. 2º O Regime Jurídico aplicado aos Servidores do Poder Legislativo do Município de Itapoá é o disposto na Lei que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Itapoá.

Art. 3º A organização do pessoal do Poder Legislativo do Município de Itapoá fica assim constituída:

I - Quadro Permanente de Cargos;

II - Quadro de Cargos em Comissão e de Funções de Confiança.

§ 1º O Quadro Permanente de Cargos é constituído por cargos de provimento efetivo.

§ 2º O Quadro de Cargos em Comissão e de Funções de Confiança é integrado por todos os cargos de provimento de confiança criados por esta Resolução.

§ 3º A ação administrativa do Poder Legislativo do Município de Itapoá tem por finalidade a execução de suas funções constitucionais, baseada nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tendo por objetivos principais:

I - dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo, para que possa exercer suas tarefas constitucionais;

II - dotar o Poder Legislativo de infraestrutura capaz de proporcionar os meios adequados, seguros e legais para a plena execução de suas atividades;

III - oferecer aos Vereadores os meios materiais e legais de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades parlamentares.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - Plano de Carreira: Conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos Servidores.

II - Cargo: É criado por Resolução em número certo e com denominação própria, constituindo no conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um Servidor, mediante retribuição pecuniária padronizada.

III - Categoria Funcional: Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

IV - Carreira: É o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os Servidores poderão ascender através de classe, mediante promoção.

V - Padrão: É a identificação numérica do valor do vencimento da Categoria Funcional.

VI - Promoção: É a passagem do Servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

VII - Vencimento: Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

VIII - Remuneração: Vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei;

IX - Grupo Ocupacional: Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

X - Referência: Graduação horizontal ascendente, existente em cada nível.

XI - Progressão Funcional: Deslocamento do Servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo.

XII - Quadro de Pessoal - Conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado dos Servidores.

XIII - Função - É a atribuição ou o conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional.

XIV - Servidor Público - É a pessoa legalmente investida em cargo ou emprego público, criado por Resolução.

Art. 5º Cargos são de provimento efetivo ou comissão.

Art. 6º Os Cargos de Provimento Efetivo formam carreiras.

Parágrafo único. Os Cargos de Carreira são os que possibilitam a movimentação de seus ocupantes, mediante promoção.

Art. 7º Considera-se Função de Confiança, para os efeitos desta Resolução, a que corresponder às atribuições de chefia, direção ou assessoramento.

Art. 8º Os Cargos em Comissão são regidos pelo critério de confiança, de acordo com o art. 37 de Constituição Federal, sendo de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Legislativo.

Art. 9º A estrutura básica do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo é constituída do serviço de Administração Geral.

Art. 10. Fica definido o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, com respectiva denominação, número de cargos, e padrão de vencimento:

Denominação	Nº de cargos	Padrão
Copeiro	1	1
Técnico em contabilidade	1	3
Agente Administrativo I	5	2
Agente Administrativo II	3	4
Agente Legislativo	1	4

§1º Faz parte integrante desta Resolução, como anexo I, as especificações do Quadro Permanente de Cargos.

§ 2º A lotação nos cargos será estabelecida através de Portaria.

Art. 11. Fica assim definido o Quadro de Cargos em Comissão e as Funções de Confiança do Poder Legislativo, com denominação, número de cargos e padrão de vencimentos:

Denominação	Número de Cargo e Função	Padrão
Secretário Geral	1	7
Assessor de Imprensa	1	5
Procurador Jurídico	1	7
Diretor Administrativo	1	6
Diretor Legislativo	1	6
Controlador Interno	1	7
Assessor Parlamentar	9	5

§ 1º Os Cargos em Comissão definidos no caput terão seus vencimentos correspondentes aos valores definidos no quadro anterior como padrão e suas atribuições discriminadas no anexo II.

§ 2º O provimento dos cargos previstos nesta Resolução dependerá da necessidade e da disponibilidade orçamentária e financeira da Câmara Municipal de Itapoá, atendidos, ainda, os limites com despesa de pessoal previstos em Lei.

§ 3º O provimento das Funções de Confiança é privativo de servidores públicos efetivos.

Art. 12. Fica criada a Estrutura Organizacional do Poder Legislativo do Município de Itapoá, constante no anexo III desta Resolução.

Art. 13. O Procurador Jurídico, o Controlador Interno, o Secretário Geral, o Assessor de Imprensa e os Assessores Parlamentares



ficam subordinados diretamente ao Presidente da Mesa Diretora, sendo os cargos de Procurador Jurídico, Controlador Interno e Secretário Geral designados pelo Presidente da Mesa, e os Assessores Parlamentares designados pelos Vereadores.

Parágrafo único - O cargo de Controlador Interno será ocupado por servidor público efetivo, com comprovada experiência em funções pertinentes à Administração Pública, bem como formação técnica nas áreas de economia, ciências contábeis, administração ou direito.

I - Fica assegurado ao responsável pela Auditoria Interna, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos e informações relacionadas aos setores fiscalizados.

II - É vedado divulgar fatos e informações de que tenha tomado conhecimento, em razão do exercício de sua atribuição.

Art. 14. Os departamentos Administrativo e Legislativo ficam subordinados diretamente ao Secretário Geral, sendo dirigidos por funcionários nomeados pelo Presidente da Mesa para os cargos de Diretor Administrativo e Diretor Legislativo, recebendo remuneração compatível com a dos diretores das secretarias do Poder Executivo, definidos em lei específica.

Art. 15. O Departamento Administrativo divide-se em setores, abaixo especificados, coordenados por chefes de setores, nomeados pelo Presidente da Mesa, que receberão, a título de função gratificada, os valores definidos com FG-03, constante de tabela própria, e suas atribuições estão definidas no anexo IV:

I - Chefe do Setor de Patrimônio;

II - Chefe do Setor de Informática;

III - Chefe do Setor Contábil-Financeiro;

IV - Chefe do Setor de Recursos Humanos;

V - Chefe do Setor de Compras e Almoxarifado.

Art. 16. O Departamento Legislativo divide-se em setores, abaixo especificados, coordenados por chefes de setores, nomeados pelo Presidente da Mesa, que receberão, a título de função gratificada, os valores definidos com FG-03, constante de tabela própria, e suas atribuições estão definidas no Anexo IV:

I - Chefe do Setor Legislativo;

II - Chefe do Setor de Arquivo e Controle Documental;

III - Chefe do Setor Parlamentar e Eventos.

Art. 17. A Investidura em cargos de provimento efetivo se dará por Edital de Concurso e a seleção através de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único. A habilitação exigida para a posse de cada cargo está descrita no Anexo I, parte integrante desta Resolução.

Art. 18. Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao Servidor pelo efetivo exercício do cargo, que corresponde ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias.

§ 1º A revisão geral da remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo será realizada juntamente com os demais servidores públicos do Município, por Lei de iniciativa do Poder Executivo, sempre na mesma data, sem distinção de índice, conforme lei municipal específica.

§ 2º O vencimento é irredutível.

Art. 19. As Funções Gratificadas, a critério do Chefe do Poder Legislativo, serão concedidas a servidores públicos do quadro permanente, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de execução e controle, de acordo com o Anexo IV, parte integrante desta Resolução, e serão reajustados no mesmo percentual aplicado ao salário base.

Parágrafo único. O Servidor Efetivo, quando ocupar Cargo em Comissão, poderá optar pela remuneração deste ou pelo de seu cargo, acrescida de gratificação de função, no ato de atribuição, em até 20% (vinte por cento), calculados sobre o valor do vencimento fixo e vantagens a ele incorporadas.

Art. 20. O Servidor perderá:

I - a remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo sob licença médica ou justificativa aceita pela chefia imediata.

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a quinze

minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata.

Art. 21. Salvo por imposição legal, por autorização do Servidor ou por ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais.

Parágrafo único. Mediante autorização do Servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da administração e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos, no limite máximo de 30% (trinta por cento).

Art. 22. A capacitação do Servidor Efetivo, gera um adicional na sua remuneração equivalente ao percentual definido nas disposições desta Resolução.

§ 1º O percentual devido deve ser aplicado sobre o salário-base equivalente ao salário de Secretário Geral, padrão 7, e o resultado somado à remuneração do Servidor.

§ 2º O adicional previsto nesta Resolução é uma verba permanente, devendo sobre a mesma incidir os impostos previstos na legislação vigente, inclusive tributos previdenciários.

§ 3º O incentivo à capacitação dos Servidores Públicos Efetivos gera o adicional anual em sua remuneração conforme tabela abaixo:

I) A "área de conhecimento" é aquela relacionada como atribuição típica do cargo de carreira previstas no Anexo I desta Resolução.

II) A titulação ou certificado para comprovação da conclusão de curso deve ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos em via original ou em cópia autenticada no cartório competente.

III) A documentação comprobatória de curso que tenha gerado benefício previsto nesta Resolução não tem validade para os próximos anos;

IV) A sobra de horas havidas em determinado curso feito em um exercício não se acumula para o exercício seguinte no caso do Servidor já ter se beneficiado desta Resolução.

§ 4º O aperfeiçoamento dos Servidores por formação acadêmica gera os adicionais na remuneração aos Servidores Públicos Efetivos, conforme tabela de percentuais de incentivo à capacitação abaixo:

I) A formação exigida para a efetivação do Cargo Efetivo, do quadro permanente, não gera o direito ao adicional;

II) O adicional pela formação das classes "A" até "F", previstas neste parágrafo, será acumulativo, mediante requerimento ao Departamento de Recursos Humanos, acompanhado da documentação comprobatória da formação acadêmica, em via original ou cópia autenticada em cartório.

III) A acumulação prevista no inciso II ficará limitada a um curso para as classes "A", "B", "E" e "F", a dois cursos para a classe "C" e a três cursos para a classe "D".

IV) Os Servidores ficam limitados a apresentar um curso da classe "D" por ano.

§ 5º Tem validade a titulação entregue no prazo estipulado em edital expedido pelo Departamento de Recursos Humanos.

I) O prazo máximo que deve constar no edital é o dia 10 de novembro de cada exercício.

II) Toda documentação de comprovação de titulação será analisada pela Comissão de Avaliação de Titulação, a ser instituída e nomeada para essa finalidade específica, via decreto da Mesa Diretora;

III) Após homologação pela Comissão, o adicional previsto passará a ser pago a partir do mês de janeiro do exercício subsequente.

§ 6º Cursos e títulos de formação já utilizados para progressão anterior não poderão ser utilizados para efeitos desta Resolução.

§ 7º A comprovação da formação relativa à escolaridade não tem prescrição, mas o Servidor somente terá direito ao adicional a partir da vigência desta Resolução, não cabendo nenhum direito retroativo.

Art. 23. Incorpora-se ao patrimônio do Servidor, passando a integrar a sua remuneração, a expressão monetária da Progressão Funcional, até o limite máximo de 73,84% (setenta e três vírgula oitenta e quatro por cento) do vencimento inicial do cargo, o

anuênio, a razão de 2% (dois por cento) ao ano, até o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento, e o adicional de capacitação definido no art. 22 desta Resolução.

§ 1º Nenhuma outra gratificação será incorporada ao vencimento do Servidor.

§ 2º Excetuam-se da vedação a que se refere o § 1º deste artigo, os Servidores efetivos ou estáveis, aos quais fica assegurada a percepção das vantagens adquiridas até a data da publicação desta Resolução.

Art. 24. A progressão funcional consiste na movimentação no cargo, da referência onde está situada para a referência imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo, de acordo com o Anexo V, parte integrante desta Resolução.

§ 1º A progressão funcional ocorrerá automaticamente a cada dois anos, sendo a primeira, após o término do estágio probatório.

§ 2º Os Servidores que já tiverem o direito adquirido por lei anterior, a progressão expressa naquela lei ascenderá à sua progressão, iniciando a contagem de tempo para as próximas progressões, de acordo com esta Resolução, a partir do 1º (primeiro) dia após o período aquisitivo contemplado.

Art. 25. Cada cargo terá 15 (quinze) classes designadas pelas letras B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P, sendo a última o final da carreira.

Art. 26. Cada cargo se situa dentro da série, inicialmente na classe B, e a ela retorna quando vago.

Art. 27. As promoções obedecerão ao critério conjunto de tempo de exercício em cada classe.

Art. 28. O tempo de exercício na classe imediatamente anterior, para fins de promoção para a seguinte, obedecerá ao estabelecido em lei específica, que será de dois anos de interstício entre uma classe e outra.

Art. 29. A aprovação no estágio probatório dar-se-á por avaliação através da demonstração positiva do serviço no exercício de seu cargo, e se evidencia pelo desempenho de forma eficiente das atribuições que lhe são cometidas.

I - A avaliação de desempenho será apurada, considerando-se:

a) Assiduidade e pontualidade, de acordo com os registros de controle de ponto do Servidor; e

b) Disciplina e eficiência.

§ 1º A avaliação deve medir o desempenho do Servidor no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios comportamentais, estratégicos e operacionais:

I - Qualidade do trabalho;

II - Produtividade no trabalho;

III - Iniciativa;

IV - Aproveitamento em programas de capacitação;

V - Assiduidade;

VI - Pontualidade; e

VII - Uso adequado dos equipamentos de serviço.

§ 2º Os critérios de que trata este artigo poderão ser adaptados e/ou modificados em função da natureza do cargo do Servidor.

§ 3º A Avaliação de Desempenho será cumulativa e realizada anualmente nos três anos do estágio probatório, através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 30. Suspende-se a contagem de tempo para fins de promoção quando ocorrer:

I - Licença ou afastamento sem direito à remuneração;

II - Licença para tratamento de saúde quando exceder 90 (noventa) dias, contadas as prorrogações, exceto quando decorrer de acidente de trabalho;

III - Licença para tratamento de saúde em pessoa da família por mais de 90 (noventa) dias, mesmo quando em prorrogação.

Art. 31. A promoção terá vigência a partir do mês seguinte àquele em que completar o tempo de exercício exigido.

Art. 32. O Poder Legislativo promoverá o aperfeiçoamento de seus Servidores, no sentido de melhor prepará-los para as funções que lhe são afetas e, ainda, na medida do possível, outras funções para atender nos casos improrrogáveis na ausência de outros

Servidores, com o objetivo de promover o aprimoramento dos serviços públicos e torná-los aptos a desenvolver suas funções.

Art. 33. Fica Autorizada a contratação de Servidor por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da lei municipal específica.

§ 1º O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado.

§ 2º Nas contratações por prazos determinados serão observados os níveis de vencimento do cargo.

Art. 34. São partes integrantes desta Resolução, os Anexos I a V, cujos os valores serão fixados por lei complementar e que serão atualizados anualmente, de acordo com as leis que vierem a modificá-los, em função de Revisões Gerais Anuais, Aumentos Reais e Reajustes.

Art. 35. Revoga-se a Resolução Legislativa nº. 17, de 14 de abril de 2010, a Resolução Legislativa nº 24, de 22 de março de 2011, a Resolução Legislativa nº 25, de 29 de junho de 2011, a Resolução Legislativa nº 01, de 14 de janeiro de 2013, e a Resolução Legislativa nº 03, de 26 de março de 2013.

Art. 36. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá/SC,

1º de julho de 2014.

Osni Ocker

Presidente

ANEXO I (art. 10, §1º)

Especificações das atribuições dos cargos de provimento efetivo

CARGO: COPEIRO

Padrão: 1

ATRIBUIÇÕES:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - proceder, quando devidamente autorizado, a aquisição de produtos alimentícios e materiais de limpeza, destinados ao consumo da copa e cozinha;

III - fazer cafezinho e chá;

IV - servir cafezinho, água e chá aos Vereadores e funcionários;

V - atender com presteza aos Vereadores, funcionários e outras pessoas que comparecerem à Câmara, no que diz respeito às suas atribuições;

VI - solicitar, com antecedência, a quem de direito, a aquisição dos produtos necessários à execução das atribuições estabelecidas, a fim de atender aos requisitos de conservação e higiene;

VII - dispor, adequadamente, dos resíduos e lixo da copa e cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos;

VIII - limpar e zelar pela boa conservação dos móveis, utensílios e outros materiais pertencentes à Câmara Municipal;

IX - anotar, em formulário próprio, a quantidade recebida e a consumida de gêneros alimentícios e de materiais de limpeza, para subsidiar controles e levantamentos estatísticos;

X - realizar tarefas correlatas que forem determinadas pelo superior imediato.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais ou 30 horas quando o Poder Legislativo de Itapoá assim o definir.

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:

Instrução: Ensino Fundamental Completo.

Idade: mínima de 18 anos

RECRUTAMENTO: Concurso Público.

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Padrão: 3 - referente a 10 horas semanais

ATRIBUIÇÕES:

I - executar serviços contábeis e interpretar legislação referente a contabilidade pública;

II - executar a escrituração analítica de atos ou fatos administrativos;

III - escriturar contas correntes diversas;

IV - organizar boletins de receita e despesas;  
 V - elaborar "slips" de caixa;  
 VI - escriturar mecânica ou manualmente livros contábeis;  
 VII - levantar balancetes patrimoniais e financeiros;  
 VIII - conferir balancetes auxiliares;  
 IX - examinar processos de prestação de contas;  
 X - operar com máquinas de contabilidade em geral;  
 XI - examinar empenho, verificando a classificação e a existência de saldo nas dotações;  
 XII - informar processos relativos a despesa;  
 XIII - interpretar legislação referente a contabilidade pública;  
 XIV - efetuar cálculos de reavaliação do ativo e depreciação de bens móveis;  
 XV - organizar relatórios de atividades, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres;  
 XVI - elaborar os relatórios de gestão fiscal e de prestação de contas, elaborar os relatórios exigidos no respectivo regulamento da profissão;  
 XVII - auxiliar o trabalho da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na análise de matérias financeiras, orçamentárias e de natureza fiscal;  
 XVIII - Encaminhar ao responsável pelo Setor de Patrimônio cópia das notas fiscais dos bens adquiridos;  
 XIX - executar outras tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: Horário: 30 horas semanais.

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:

Instrução: Ensino Médio - Técnico em Contabilidade ou Superior em Contabilidade.

Idade: mínima de 18 anos

Habilitação: Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade

RECRUTAMENTO: Concurso Público

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO I

Padrão: 2

ATRIBUIÇÕES:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;  
 II - auxiliar o Secretário Geral, nos itens de sua competência;  
 III - redigir, digitar ofícios, atas, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, decretos, resoluções, declarações, indicações e requerimentos;  
 IV - zelar pela limpeza e conservação das máquinas e computadores;  
 V - prestar esclarecimentos sobre os serviços de sua competência, quando solicitado;  
 VI - digitar contratos a serem firmados pela Câmara;  
 VII - manter registro numérico da correspondência;  
 VIII - auxiliar na elaboração de relatórios administrativos mensais e anuais que lhe forem solicitados;  
 IX - auxiliar no levantamento de tempo de serviço para concessão de vantagens;  
 X - operar computador, auxiliando na inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como nas consulta e divulgação dos registros acumulados;  
 XI - auxiliar na implementação dos sistemas de dados eletrônicos, interligando os setores da Câmara;  
 XII - auxiliar na manutenção do sistema de computação da Secretaria e da Câmara;  
 XIII - auxiliar na pesquisa de atualização dos trabalhos informatizados da Câmara, bem como na adequação dos equipamentos ao ritmo de trabalho e de atualização necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara;  
 XIV - auxiliar em todas as atividades da Secretaria que lhe forem solicitadas;  
 XV - auxiliar na organização e no sistema de protocolo e arquivos;  
 XVI - executar outras tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais ou 30 horas quando o Poder Legislativo de Itapoá assim o definir.

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO

Instrução: Ensino Médio Completo.

Idade: mínima de 18 anos

RECRUTAMENTO: Concurso Público.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO II

Padrão: 4

ATRIBUIÇÕES:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;  
 II - auxiliar o Secretário Geral, nos itens de sua competência;  
 III - redigir, digitar ofícios, portarias, cartas, memorandos, certidões, atestados, informações, decretos, resoluções e declarações;  
 IV - zelar pela limpeza e conservação das máquinas e computadores;  
 V - prestar esclarecimentos sobre os serviços de sua competência, quando solicitado;  
 VI - digitar contratos a serem firmados pela Câmara;  
 VII - manter registro numérico da correspondência;  
 VIII - elaborar relatórios administrativos mensais e anuais que lhe forem solicitados;  
 IX - orientar levantamento de tempo de serviço para concessão de vantagens;  
 X - operar computador, operando o programa de inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;  
 XI - implementar os sistemas de dados eletrônicos, interligando os setores da Câmara;  
 XII - manter o sistema de computação da Secretaria e da Câmara em perfeitas condições de funcionamento;  
 XIII - manter permanente pesquisa de atualização dos trabalhos informatizados da Câmara, bem como adequar os equipamentos ao ritmo de trabalho e de atualização necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos da Câmara;  
 XIV - orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da Secretaria;  
 XV - executar outras tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais ou 30 horas quando o Poder Legislativo de Itapoá assim o definir.

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:

Instrução: Ensino Médio Completo.

Idade: mínima de 18 anos

RECRUTAMENTO: Concurso Público.

CARGO: AGENTE LEGISLATIVO

PADRÃO: 4

ATRIBUIÇÕES:

I - Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;  
 II - Auxiliar o Procurador Jurídico nos itens de sua competência;  
 III - Redigir, digitar ofícios, portarias, cartas, memorandos, projetos de lei, emendas, decretos, resoluções, leis, declarações e emendas atribuídas ao Departamento Jurídico;  
 IV - Prestar esclarecimentos sobre os serviços de sua competência, quando solicitado;  
 V - Manter registro numérico da correspondência dirigida ao seu superior;  
 VI - Secretariar reuniões e redigir atas quando requerido;  
 VII - Elaborar relatórios anuais de toda atividade legislativa desenvolvida na Câmara, solicitados pelo Presidente;  
 VIII - Operar computador para realização das tarefas que lhe forem confiadas, ficando responsável pelo programa de inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e informação dos registros acumulados das atividades que lhe forem confiadas;  
 IX - Manter permanente pesquisa de atualização das alterações legais que importem ou influenciem diretamente o Poder Legislativo;  
 X - Receber até o início das sessões o pedido de licença dos vereadores e suplentes, registrá-los e dar-lhes o devido encaminhamento;



XI - Manter controle dos prazos regimentalmente impostos para o cumprimento dos encaminhamentos que lhe forem confiados;  
XII - Responsável pelo registro no Livro de Precedentes Regimentais, de projetos de lei, decretos, portarias, etc.;  
XIII - Auxiliar, orientar e coordenar todas as atividades jurídicas da Secretaria;  
XIV - Responsável pela organização e supervisão do sistema de protocolo e arquivos;  
XV - Executar outras tarefas correlatas.  
CONDIÇÕES DE TRABALHO: 40 horas semanais ou 30 horas quando o Poder Legislativo assim definir.  
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:  
- Instrução: ensino médio completo.  
- Idade: mínimo de 18 (dezoito) anos completos.  
RECRUTAMENTO: Concurso público.

#### ANEXO II (Art. 11, §1º)

Das atribuições dos cargos de provimento em comissão

##### CARGO: SECRETÁRIO GERAL

Padrão: 7

##### ATRIBUIÇÕES:

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;  
II - auxiliar e prestar assessoramento técnico à elaboração das leis em geral;  
III - auxiliar e assessorar as Bancadas, Comissões Permanentes, Temporárias e Vereadores, sempre que solicitado;  
IV - auxiliar e redigir correspondência sujeita a qualquer aspecto legislativo;  
V - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente;  
VI - auxiliar e elaborar pareceres sobre consultas formuladas pelo Presidente e Vereadores, referentes a assuntos diversos;  
VII - auxiliar e redigir minutas de projetos de lei, decretos, resoluções e atos normativos da competência da Mesa Diretora, em conformidade com as normas legais e de interesse da Câmara;  
VIII - interpretar normas legais e administrativas diversas, quando solicitado;  
IX - assessorar nas licitações públicas que envolvam interesses da Câmara;  
X - orientar na organização da coletânea da legislação federal, estadual e municipal, aplicável à Câmara Municipal;  
XI - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente da Câmara;  
XII - exercer a supervisão geral, orientar, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos da Câmara Municipal;  
XIII - elaborar relatórios anuais de todas as atividades administrativas desenvolvidas na Câmara, apresentando-o ao Presidente até o dia 30 de dezembro;  
XIV - elaborar, com assessoramento do serviço de Contabilidade, encaminhado-a à Presidência, a proposta orçamentária para o exercício vindouro e a prestação de contas do exercício anterior, nos prazos determinados;  
XV - ordenar a despesa autorizada, o empenho e o pagamento das contas, satisfeitas as exigências legais;  
XVI - propor a realização de sindicância para a apuração sumária de faltas ou irregularidades verificadas na Câmara de Vereadores;  
XVII - promover o aperfeiçoamento dos serviços afetos à Supervisão Geral;  
XVIII - dirigir e controlar os serviços administrativos, legislativo e financeiro da Câmara;  
XIX - assinar correspondências administrativas e certidões, quando determinado pelo Presidente;  
XX - fazer-se presente, quando convocado, às Sessões Plenárias, às da Mesa e das Comissões;  
XXI - encaminhar ao Presidente, pedido de cedência das instalações da Câmara;  
XXII - baixar instruções e ordens de serviço, a pedido do Presidente para a boa execução dos trabalhos das unidades sob sua

supervisão;  
XXIII - despachar com o Presidente todo o expediente dos serviços que dirige;  
XXIV - abonar faltas de funcionários;  
XXV - exarar despachos interlocutórios e outros no âmbito de suas atribuições;  
XXVI - superintender para que o atendimento às Sessões Plenárias transcorra dentro das previsões regimentais;  
XXVII - representar, administrativamente, o Presidente, quando designado;  
XXVIII - proceder às licitações quando determinado pelo Presidente;  
XXIX - adquirir manter o estoque de material a ser utilizado pela Câmara Municipal;  
XXX - aplicar medidas disciplinares urgentes e propor a aplicação daquelas que excedam a sua competência, com a devida anotação no respectivo registro funcional;  
XXXI - supervisionar as atividades de pessoal, material, arquivo, portaria, expediente, datilografia, comunicações, telefonia, serviços gerais, segurança, contabilidade, tesouraria, material e patrimônio;  
XXXII - prestar permanente assistência administrativa, no campo de sua competência, à Mesa Diretora da Câmara e demais Vereadores;  
XXXIII - supervisionar o cadastro financeiro e funcional dos servidores, com registro permanente de todas as ocorrências da vida mesmo;  
XXXIV - promover medidas relativas ao processo seletivo e ao aperfeiçoamento de pessoal;  
XXXV - controlar exames médicos para os fins indicados na legislação de pessoal;  
XXXVI - organizar a escala de férias dos servidores administrativos;  
XXXVII - executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo Presidente.  
CONDIÇÕES DE TRABALHO:  
Horário: à disposição da Presidência  
Outras: o exercício da função poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, bem como viagens e frequência em cursos de especialização.  
REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:  
Instrução: formação em nível superior.  
Idade: mínima de 21 anos  
RECRUTAMENTO: de livre nomeação do Presidente da Mesa.

##### CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO

Padrão: 6

##### ATRIBUIÇÕES:

I - providenciar a organização do serviço administrativo da Câmara Municipal;  
II - coordenar as atividades a serem desempenhadas pelos setores contábil-financeiro, de patrimônio, de recursos humanos, de informática e de compras e almoxarifado.  
CONDIÇÕES DE TRABALHO:  
Horário: à disposição da Presidência  
Outras: o exercício da função poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, bem como viagens e frequência em cursos de especialização.  
REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:  
Instrução: formação em nível de ensino médio.  
Idade: mínima de 18 anos  
RECRUTAMENTO: de livre nomeação do Presidente da Mesa.

##### CARGO: DIRETOR LEGISLATIVO

Padrão: 6

##### ATRIBUIÇÕES:

I - providenciar a organização do serviço legislativo da Câmara de Vereadores;  
II - coordenar as atividades a serem desempenhadas pelos setores

de atividade parlamentar e eventos, legislativo e de arquivo e controle documental.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Horário: à disposição da Presidência

Outras: o exercício da função poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, bem como viagens e frequência em cursos de especialização.

**REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:**

Instrução: formação em nível de ensino médio.

Idade: mínima de 18 anos

RECRUTAMENTO: de livre nomeação do Presidente da Mesa.

**CARGO: ASSESSOR DE IMPRENSA**

Padrão: 5

**ATRIBUIÇÕES:**

I - encaminhar, para distribuição à imprensa, a resenha das atividades do Presidente, da Mesa Diretora, dos Vereadores e da Câmara em geral;

II - elaborar noticiário referente a tramitação, discurso e votação de projetos;

III - elaborar noticiário sobre fatos relevantes relacionados com a tramitação de proposições e atuação da Câmara;

IV - noticiar os trabalhos das Comissões de trabalho da Câmara;

V - organizar e manter, sempre atualizado, arquivo único de imprensa, contendo não só todas as matérias encaminhadas à publicação, pelos Vereadores, como também as que de qualquer forma, se relacionam com o trabalho da Câmara e seus integrantes;

VI - redigir pronunciamentos, saudações, discursos e mensagens, quando solicitado pelo Presidente ou Mesa Diretora;

VII - assistir o Presidente e a Mesa Diretora, quando em missão especial fora da Câmara, em cobertura jornalística, quando solicitado;

VIII - levar ao conhecimento do diretor Geral, as matérias para publicação nos órgãos de imprensa; executar outras tarefas correlatas.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Horário: à disposição da Presidência

Outras: o exercício da função poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, bem como viagens e frequência em cursos de especialização.

**REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:**

Instrução: Ensino Médio Completo

Idade: mínima de 18 anos

RECRUTAMENTO: Indicação do Presidente (Cargo em Comissão ou Função de Confiança).

**CARGO: PROCURADOR JURÍDICO**

Padrão: 7

**ATRIBUIÇÕES:**

I - cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - representar extrajudicialmente a Câmara de Vereadores sempre que solicitado pela Mesa Diretora;

III - prestar assessoramento técnico-jurídico à elaboração das leis em geral;

IV - assessorar juridicamente as Bancadas, Comissões Permanentes, Temporárias e Vereadores, sempre que solicitado;

V - redigir correspondência sujeita a qualquer aspecto jurídico legal;

VI - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente;

VII - apresentar relatório anual sobre as atividades exercidas pela Assessoria;

VIII - elaborar pareceres sobre consultas formuladas pelo Presidente e Vereadores, referentes a assuntos de natureza jurídico-administrativa e fiscal;

IX - estudar e redigir minutas de projetos de lei, decretos, resoluções e atos normativos da competência da Mesa Diretora, bem como documentos contratuais de qualquer espécie, em conformidade com as normas legais e de interesse da Câmara;

X - interpretar normas legais e administrativas diversas, quando solicitado;

XI - ajuizar as ações da Câmara, compondo e redigindo toda e qualquer ação em que figure a Câmara Municipal como autora e defesas quando réu;

XII - estudar assuntos de direito, de ordem geral ou específica, de modo a habilitar a Câmara a solucionar problemas de administração;

XIII - assessorar nas licitações públicas que envolvam interesses da Câmara;

XIV - orientar na organização da coletânea da legislação federal, estadual e municipal, aplicável à Câmara de Vereadores;

XV - executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente da Câmara.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Horário: à disposição da Presidência

Outras: o exercício da função poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, bem como viagens e frequência em cursos de especialização.

**REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:**

Instrução: Curso Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Idade: mínima de 18 anos

Habilitação: Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil

RECRUTAMENTO: Indicação do Presidente (Cargo em Comissão ou Função de Confiança).

**CARGO: ASSESSOR PARLAMENTAR:**

Padrão: 5

**ATRIBUIÇÕES:**

I - Assessorar o parlamentar na elaboração de discursos, defesa de propostas e pronunciamentos ordinários em suas atividades;

II - Coordenar a representação social e política do parlamentar;

III - Preparar e encaminhar o expediente do parlamentar;

IV - Coordenar o fluxo de informações e as relações públicas de interesse do Vereador;

V - Receber, encaminhar e assessorar o parlamentar na resposta de correspondências a este destinadas;

VI - Organizar e manter atualizado arquivo de atos, fatos, e de interesse direto ou indireto do parlamentar;

VII - Representar o parlamentar em compromissos a que este não possa comparecer;

VIII - Organizar e administrar a agenda de compromissos do parlamentar;

IX - Exercer funções de relações com outros órgãos, grupos sociais e políticos organizados;

X - Prestar assistência pessoal ao Parlamentar;

XI - Preparar, registrar, publicar e expedir os atos do Presidente;

XII - Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Horário: à disposição do Parlamentar

Outras: o exercício da função poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, bem como viagens e frequência em cursos de especialização.

**REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:**

Idade: mínima de 18 anos.

RECRUTAMENTO: de livre nomeação do Parlamentar.

**CARGO: CONTROLADOR INTERNO**

Padrão: 7

**ATRIBUIÇÕES:**

I - Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;

II - Realizar os atos a seu cargo, em obediência aos princípios constitucionais;

III - Propor aos chefes do Poder Legislativo, atualização e adequação das normas de controle interno;

IV - Programar e organizar auditorias nos setores da Câmara de Vereadores, manifestando-se sobre os resultados e sugerindo instauração de Processo Administrativo, em caso de identificação de

irregularidade;

V - Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal;

VI - Acompanhar os limites constitucionais e legais (Lei de Responsabilidade Fiscal);

VII - Sugerir aos chefes do Poder Legislativo, a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para a melhoria no desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Câmara de Vereadores;

VIII - Buscar assegurar a boa gestão dos recursos públicos;

IX - Apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração pública em obediência aos princípios regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil;

X - Exercer outras atividades legais e administrativas inerentes ao cargo e as que lhe forem delegadas.

#### CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: à disposição da Presidência.

#### REQUISITOS PARA O PROVIMENTO:

Ser servidor efetivo, com comprovada experiência em funções pertinentes à administração pública, bem como formação técnica nas áreas de economia, ciências contábeis, administração ou direito.

Instrução: técnica ou superior nas áreas de economia, ciências contábeis, administração ou direito.

Idade: mínima de 21 anos.

RECRUTAMENTO: de livre nomeação do Presidente da Mesa Diretora.

#### Anexo III

#### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER LEGISLATIVO

##### ANEXO IV

Atribuições das funções gratificadas

CÓDIGO : FG

##### Chefe do Setor de Patrimônio

O Setor de Patrimônio, cabe-lhe a coordenação e controle entre outros inerentes à área, o seguinte:

I - A verificação do devido cadastro pelo contador dos bens patrimoniais no ato da aquisição do bem.

II - A verificação junto ao responsável do Setor de Patrimônio o devido controle e verificação da condição do bem.

III - Observação do devido envio aos órgãos e setores competentes dos relatórios de controle patrimonial.

IV - Verificação da devida condição do bem, especialmente para a solicitação de sua baixa, bem como buscar a devida destinação quando em desuso.

##### Chefe do Setor de Informática

O Setor de Informática, cabe-lhe a coordenação e controle entre outros inerentes à área, o seguinte:

I - fazer cumprir o zelo pela limpeza e conservação das máquinas e computadores.

II - manutenção do site da câmara, bem como introduzir e alterar dados, matérias e notícias.

III - implementação e manutenção dos sistemas de informática e rede interna da Câmara.

IV - outras atividades inerentes ao cargo.

V - outras atribuições determinadas pelo chefe imediato.

##### Chefe do Setor Contábil-Financeiro

No Setor Contábil-Financeiro, cabe-lhe a coordenação e controle entre outros inerentes à área, o seguinte:

I - O assessoramento ao contador na elaboração de todos os instrumentos de planejamento, das peças orçamentárias, das prestações de contas relativas à Câmara Municipal, bem como do controle de execução dos mesmos.

II - A atuação direta na fiscalização do cumprimento dos objetivos e metas da administração, sinalizando sempre aos gestores os

desvios de execução orçamentária.

III - A orientação para o controle, a execução e acompanhamento dos orçamentos e a contenção ou liberação de despesas, assim como a demonstração da utilização dos recursos.

IV - Verificação do controle da movimentação de valores realizados pelo contador, visando um permanente equilíbrio financeiro e estabelecendo a relação harmoniosa entre receita e despesa.

V - Verificação da publicação e do encaminhamento pelo contador do relatório de gestão fiscal aos órgãos pertinentes.

VI - A verificação e informação dos valores contábeis e dos bens escriturados, bem como pelas informações permanentes sobre as dotações orçamentárias.

VII - Verificar o efetivo pagamento executado pelo contador, das despesas de acordo com as possibilidades de recursos e cronogramas de desembolso mediante determinação do Presidente da Câmara Municipal.

VIII - Verificar o devido processo de compras em cumprimento aos limites legais.

IX - Observar os devido processo de licitação quando couber.

##### Chefe do Setor de Recursos Humanos

O Setor de Recursos Humanos, cabe-lhe a coordenação e controle entre outros inerentes à área, o seguinte:

I - Verificar a realização dos procedimentos administrativos relativos ao recrutamento de pessoal, mediante concurso público ou nomeação, a avaliação de todos os servidores e estagiários da Câmara Municipal, bem como a verificação dos registros e atualizações das fichas funcionais.

II - Coordenação do recebimento e instrução dos processos administrativos recebidos, bem como pela elaboração de despachos a eles referentes.

III - Verificação da revisão e controle das efetividades da folha.

IV - Indicação, organização de cursos para a atualização e treinamento dos servidores da Câmara Municipal.

V - Recebimento de todos os documentos relativos à vida funcional do servidor, constituindo o seu histórico funcional e de proventos, responsabilizando-se pela guarda e arquivamento dos mesmos.

VI - Observar a devida confecção das Folhas de Pagamento e Encargos Sociais; conferência dos boletins de efetividade, e da legalidade das anotações deles constantes; elaboração, quantificação, cálculo e lançamento da folha de pagamento.

##### Chefe do Setor Legislativo

No Setor Legislativo, cabe-lhe a coordenação e controle entre outros inerentes à área, o seguinte:

I - a organização, o controle e o desenvolvimento de procedimentos que visem a realização das Sessões Legislativas ordinárias e extraordinárias, bem como das audiências públicas e demais eventos realizados pela Câmara de Vereadores.

II - coordenar o planejamento e atuação das seções que lhe são subordinadas.

III - Prover os Vereadores de todos os meios materiais e organizacionais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos, dos processos legislativos, e toda função inerente à atividade parlamentar.

IV - Elaboração de relatórios que mantenham o Presidente, os Diretores e os Assessores informados da regularidade ou não de todos os procedimentos vinculados à Direção Legislativa.

V - Controle de prazos para o cumprimento da função legislativa, especialmente no que concerne à sanção dos projetos de lei aprovados e demais prazos pertinentes à área.

VI - Realização de pesquisa legislativa para elaboração e controle de proposições mediante solicitações encaminhadas à Mesa Diretora.

VII - Elaboração de Requerimentos, Pedidos de Informações, Moções, Pedidos de Providências e outros necessários ao exercício das funções dos Vereadores.

VIII - Elaboração de Resoluções e demais documentos necessários ao bom andamento dos serviços.



IX - Registro em livros próprios de atas bem como toda a transcrição de documentos elencados no Regimento Interno.

X - Auxiliar a Mesa Diretora na realização das Sessões Legislativas, incluindo a leitura das pautas, dos Projetos de Lei, Pareceres, Mensagens e outros documentos integrantes dos Processos Legislativos, registro das manifestações e pedidos formulados no decorrer da Sessão Legislativa, mediante determinação da Mesa Diretora.

XI - Registro, coleta e organização das manifestações e atos das Sessões Legislativas e Audiências Públicas, objetivando a lavratura das respectivas Atas Legislativas, bem como lavratura das Atas Legislativas e encaminhamento para conclusão e apreciação pela Câmara de Vereadores.

XII - Elaboração, expedição e controle das correspondências oficiais da Câmara Municipal, bem como execução e controle da reprodução de documentos.

XIII - Remessa à Seção de Arquivo de todos os documentos decorrentes das Sessões Legislativa, Audiências Públicas e outros atos oficiais realizados no âmbito de atuação da Diretoria Legislativa.

XIV - Manutenção do sistema de arquivo, mediante organização, registro e controle de todos os documentos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores.

XV - Apresentação de relatórios, certidões e informações sobre os documentos Arquivados.

XVI - Registro e encaminhamento dos recebimentos e expedições das correspondências do Legislativo, incluindo seu controle e arquivamento.

XVII - Organização, manutenção e atualização do arquivo de Leis do Município, bem como manutenção de arquivo de Legislação Federal e Estadual relacionadas com a atuação da Câmara de Vereadores.

XVIII - Execução e controle dos serviços de Protocolo Geral da Câmara Municipal de Vereadores, encaminhamento dos documentos e processos administrativos mediante registro do Protocolo Geral.

**Chefia do setor de compras e almoxarifado**

A setor de compras é responsável pelo desenvolvimento das atividades inerentes à área, como:

I - Cumprir as Normas e Procedimentos para contratação de serviços e aquisição de materiais, conforme a legislação vigente.

II - Realizar os pedidos de compras autorizados e acompanhá-lo até a chegada do material e ou cumprimento dos contratos.

III - Encaminhar o pedido de reserva de verba para os pedidos de compras e contratos ao setor Contábil.

IV - Checar os prazos de entrega dos materiais e qualidade dos mesmos com as especificações da compra e ou contratos.

V - Acompanhamento das reservas de verba, empenhos, suplementação de verbas;

VI - Auxiliar no planejamento e previsão orçamentária anual.

VII - Analisar a documentação recebida, verificando se a compra está autorizada.

VIII - Controlar os volumes declarados na Nota Fiscal e no Manifesto de Transporte com os volumes a serem efetivamente recebidos.

IX - Proceder a conferência visual, verificando as condições de embalagem quanto a possíveis avarias na carga transportada e, se for o caso, apontando as ressalvas de praxe nos respectivos documentos.

X - Proceder a conferência quantitativa e qualitativa dos materiais recebidos.

XI - Decidir pela recusa, aceite ou devolução, conforme o caso.

XII - Providenciar a regularização da recusa, devolução ou da liberação de pagamento ao fornecedor.

XIII - Liberar o material desembaraçado para estoque no almoxarifado.

XIV - Zelar pela boa conservação do material armazenado na área de recebimento, assim como por suas estruturas de armazenagem.

XV - Organizar os materiais nas estruturas de armazenagem.

**Chefia do setor de arquivo e controle documental**

Ao Setor de arquivo e controle documental, cabe-lhe a coordenação e controle, entre outras inerentes à área, o seguinte:

I - Receber, controlar e organizar os documentos correntes (vigentes), intermediários (semi-ativos) e permanentes (arquivo morto), produzidos, recebidos ou acumulados.

II - Manter o cadastro e o controle dos usuários do sistema informatizado de protocolo e arquivo.

III - Atender e controlar consultas e empréstimos de documentos que estão sob sua custódia.

IV - Participar do processo de avaliação e destinação de documentos, procedendo aos descartes necessários e transferindo a documentação de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, conforme planos de destinação estabelecidos.

V - Zelar pelas condições de conservação do acervo documental produzido, recebido ou acumulado, enquanto estiverem sob sua custódia.

VI - Proceder às autuações de processos e os registros de documentos, dossiês ou expedientes da unidade e/ou órgãos.

VII - Controlar a tramitação e a distribuição de processos, documentos, dossiês ou expedientes no âmbito das unidades e/ou órgãos.

VIII - Efetuar o encerramento de processos, documentos, dossiês ou expedientes no âmbito das unidades e/ou órgãos.

IX - Proceder ao arquivamento de projetos, processos, documentos, dossiês ou expedientes no âmbito das unidades e/ou órgãos.

X - Conservar os documentos, mantendo o arquivo organizado e atualizado.

XI - Localizar documentos.

XII - Controlar a saída de documentos do arquivo.

**Chefia do setor parlamentar e eventos**

O Setor parlamentar e eventos é responsável pelo desenvolvimento das atividades inerentes à área, tais como:

I - Auxiliar o Diretor Legislativo.

II - Prestar assessoria aos vereadores.

III - Desenvolver conceitos para os eventos (solenidades, reuniões, etc.).

IV - Criar planos e documentação para os eventos.

V - Providenciar orçamentos para os eventos.

VI - Encontrar e organizar fornecedores, funcionários e voluntários.

VII - Reservar os locais e equipamentos dos eventos.

VIII - Promover e fazer o marketing dos eventos nas mídias.

IX - Acompanhar o desenrolar dos eventos.

## ANEXO V

### PROGRESSÃO FUNCIONAL

Nível/Tempo em anos	Percentual
I(Inicial)Admissão	0,0 %
II/02	4,14 %
III/04	8,44 %
IV/06	12,93 %
V/08	17,61 %
VI/10	22,47 %
VII/12	27,54 %
VIII/14	32,82 %
IX/16	38,31 %
X/18	44,04 %
XI/20	50,00 %
XII/20	55,96 %
XIII/20	61,92 %
XIV/20	67,88 %
XV(Teto)/20	73,84 %

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### Portarias Nº. 299 A 318 de 2014

PORTARIA Nº. 299 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora KAROLINE TRAMONTIN NICOLETI, portadora do CPF nº. 055.262.799-28, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Agricultura e Irrigação, nível DAS-2, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 300 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 263 de 23 de abril de 2014, período de contratação da servidora SUSAMARA CECONELLI, até 17/07/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 301 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 291 de 19 de maio de 2014, período de contratação da servidora VANDERLEIA MARCOLINO EUZEBIO, até 15/08/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 302 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora ANA PAULA LAUREANO RICARDO do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, lotada junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 303 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Séries Iniciais ANA PAULA LAUREANO RICARDO, portadora do CPF nº. 033.257.739-23, nível MAG ST 1A, para atuar na EMEB Santo Simão, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/06/2014 à 01/07/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 304 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Professora LUCILA BROGNI ALBURQUERQUE, portadora do CPF nº. 066.283.779-70, nível MAG 1A, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/06/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 305 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ALINE FRASSETO BORGES, portadora do CPF nº. 080.873.399-08, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 02/06/2014 à 01/08/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 306 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada o Professor LOURIVAL SOARES, portador do CPF nº. 215.902.579-87,

nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Albino Zanatta com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 02/06/2014 à 28/07/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 307 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora ISABEL BORGES, matrícula nº. 2695, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 02/06/2014 à 01/07/2014, período aquisitivo 09/02/2009 à 08/02/2014.

PORTARIA Nº. 308 DE 02 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Fica retificada a Portaria nº. 171 de 20 de fevereiro de 2014, em que trata da Admissão em Caráter Temporário (ACT) da Servidora Pública BRENDA JUST DE AGUIAR, onde se Lê: nível MAG LP 1A; Leia-se: nível MAG ST 1A.

PORTARIA Nº. 309 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora MARIA CONCEIÇÃO MATIAS BADA, portadora do CPF nº. 713.302.919-72, nível MAG 1A, para atuar na EMEB Santo Simão com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 04/06/2014 à 01/07/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 310 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Excedente a Auxiliar de Ensino de Educação Infantil JANDIRA MONTOVANI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 460.448.099-00, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 04/06/2014 à 19/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 311 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ISABEL SANTOS, portadora do CPF nº. 022.113. 819-60, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na APAE, no período de 11/06/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 312 DE 11 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 03 (três) meses a Servidora CARMEM LUCIA WEIS, matrícula nº. 992, ocupante do cargo de Professor, a serem gozadas no período de 02/06/2014 à 30/08/2014, período aquisitivo 21/03/2005 à 20/03/2010.

PORTARIA Nº. 313 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Interromper a pedido, e em consonância com o que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os efeitos da Portaria nº. 320, de 14 de agosto de 2013, que trata de Licença Sem Vencimentos da Servidora JULIANE FURLANETTO TROMBIM.

PORTARIA Nº. 314 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Licença saúde, conforme atestado médico, a Servidora Pública Municipal, por motivo de encaminhamento para benefício de auxílio doença junto a Previdência Social, conforme segue:

MAT.	NOME	CARGO
1006	ELENISE BARBOSA DE OLIVEIRA	Professora

PORTARIA Nº. 315 DE 24 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ROSIMERI FERREIRA	183	30/05/11 a 29/05/12	01/07/14 a 30/07/14
MARIA GORETI MANENTI	2336	08/03/12 a 07/03/13	01/07/14 a 30/07/14
MARIANI ROCHA	3483	01/04/13 a 31/03/14	01/07/14 a 30/07/14
KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI	2819	21/08/12 a 20/08/13	01/07/14 a 30/07/14
IVANOR CASA-GRANDE	2411	02/04/13 a 01/04/14	01/07/14 a 30/07/14
FLAVIO MATEUS DA SILVA	225	28/02/12 a 27/02/13	01/07/14 a 30/07/14
JOSÉ BORGES	955	15/10/10 a 14/10/11	02/07/14 a 31/07/14
CATIA DOS SANTOS PADILHA	3462	04/03/13 a 03/03/14	01/07/14 a 30/07/14

PORTARIA Nº. 316 DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Vinculada a Professora de Inglês MORGANA PATRICIO PIETSCH, portadora do CPF nº. 048.159.099-46, nível MAG LP 1A, para atuar na EMEB Arizona, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 25/06/2014 à 24/07/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 317 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor NARVARINO MANOEL ONORIO, matrícula nº. 1231, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem gozadas no período de 01/07/2014 à 30/07/2014, período aquisitivo 05/07/2002 à 04/07/2007.

PORTARIA Nº. 318 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor JOÃO PAULO TEIXEIRA DE SOUZA do cargo em (ACT) de Motorista, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

### Extrato do Contrato Nº 126/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP

Valor Global: R\$ 433.583,51 (quatrocentos e trinta e três mil quinhentos e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Vigência: Início: 01/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 008/2014/PMJM

Dotação: 1.039.4490.00 - 80 - 67/2014 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E 2.033.4490.00 - 80 - 82/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 1.039.4490.00 - 94 - 69/2014 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE RUA COBERTA LOCALIZADA NA RUA DONA HELENA CECHINEL, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento e demais quantitativos anexados ao Edital.

Jacinto Machado - SC, 1 de Julho de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito

**Termo de Homologação de Processo Licitatório N. 08/2014-TP**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
<b>CNPJ:</b> 82.960.758/0001-36 <b>Rua</b> Pool Jorge Zacca, nº 75 <b>C.E.P.:</b> 88950-000 - Jacinto Machado - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 81/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 83/2014 <b>Data do Processo:</b> 13/06/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Antonio João de Fáveri, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 83/2014  
b ) Licitação Nr.: 8/2014-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 01/07/2014  
e ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE RUA COBERTA LOCALIZADA NA RUA DONA HELENA CECHINEL, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento e demais quantitativos anexados ao Edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAÍ DELLA LTDA EPP (8844)**

1	CONSTRUÇÃO DE RUA COBERTA LOCALIZADA NA RUA DONA HELENA CECHINEL, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Orçamento e demais quantitativos em anexo ao Edital.	OBRA	1,00	0,0000	433.583,51	433.583,51
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------	------	--------	------------	------------

**Total do Fornecedor:** 433.583,51

**Total Geral:** 433.583,51

Jacinto Machado, 1 de Julho de 2014.

\_\_\_\_\_  
Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.601 de 25 de Junho de 2014. (Republicado)

DECRETO Nº 4.601 DE 25 DE JUNHO DE 2014. (REPUBLICADO)  
REGULAMENTA O § 1º DO ARTIGO 24, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2007 QUE FIXA NORMAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando de atribuições conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidos, para identidade visual dos veículos que executam serviço de transporte de passageiros em veículos de aluguel, nos termos, nos termos do art. 24, § 1º, da Lei Complementar nº 125/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 148/07, os seguintes padrões:

Faixa quadriculadas com largura máxima de 10 (dez) centímetros, sendo cada quadrado com dimensões iguais a 5 (cinco) centímetros, nas cores azul e amarelo, nos dois lados do veículo;

No para lama dianteiro deverá ser fixada a palavra TAXI;

Nas portas dianteiras deverá ser fixado o nome/identificação do ponto e seu respectivo telefone;

Nas portas traseiras deverá ser fixada a logomarca da Administração Municipal;

A parte traseira do veículo fica destinada para colocação de números de celulares;

As fontes utilizadas na plotagem dos veículos não deverão conter serifas.

Parágrafo Único - A altura máxima das escritas deverá ser de 10 (dez) centímetros.

Art. 2º. O prazo para adequação a nova identidade visual será de até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

Parágrafo Único - Os custos decorrentes da adequação dos veículos à identificação visual prevista neste decreto serão suportados pelos permissionários.

Art. 3. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no decreto nº 3.088/2007.

Joaçaba (SC), 25 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Homologação PL 42/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 42/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 31/2014/PMJ.

Objeto: a contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público para a admissão de servidores de provimento efetivo para preenchimento de vagas para a Administração Pública Municipal.

EMPRESAS VENCEDORAS:

GEORGIO ALMEIDA ME

VALOR R\$ 14.900,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Contrato 180/2014 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2014/PMJ

PL 42/2014/PMJ - PP 31/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: GEORGEO ALMEIDA - ME

OBJETO: a realização, pela CONTRATADA, de Concurso Público para a admissão de servidores de provimento efetivo para preenchimento de vagas para a Administração Pública Municipal.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

55 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 01/07/2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Homologação PL 7/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2014/FMAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 07/2014/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 06/2014/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.

Empresas Vencedoras:

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR R\$ 11.139,00

L.A. INFORMATICA E SUPRIM. P/ ESCRITORIO LTDA



VALOR R\$ 11.955,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 01 de julho de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Portaria N.º 2741**

PORTARIA Nº 2.741 DE 26 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CLEITON SLAVIERO, Operador de Máquinas, Classe “C-I”, para a Classe “C-II”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 26 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **Portaria N.º 2742**

PORTARIA Nº 2.742 DE 26 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MARCELO MANTOVANI, lotado(a) no(a) Divisão do Meio Ambiente, Engenheiro Agrônomo, Classe “D-I”, para o cargo de Engenheiro Agrônomo, Classe “D-II”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 26 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **Portaria N.º 2743**

PORTARIA Nº 2.743 DE 26 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). CAMILA BRANCO SGARIA, Professor nível I (Licenciatura Plena), em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo nº 134.615 de 16 de junho de 2014, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor nível II (Pós-Graduação) referência A-01.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **Portaria N.º 2744**

PORTARIA Nº 2.744 DE 26 DE JUNHO DE 2014

“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). RAQUEL TEODORO, Monitor Social, em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo nº 134.441 de 28 de maio de 2014, ficando enquadrada em função da nova titulação como Monitor Social Nível E-I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2745**

PORTARIA N.º 2.745 DE 26 DE JUNHO DE 2014

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAM, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 124.438 de 13 de abril de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2746**

PORTARIA N.º 2.746 DE 26 DE JUNHO DE 2014

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, Advogada, conforme requerimento protocolado sob n.º 126.416 de 23 de agosto de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2747**

PORTARIA N.º 2.747 DE 26 DE JUNHO DE 2014

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JOSE OTAVIO DALMEDICO, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 126.431 de 23 de agosto de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2748**

PORTARIA N.º 2.748 DE 26 DE JUNHO DE 2014

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) LEONARDO ANTONELLO, Professor Nível III (Mestrado), conforme requerimento protocolado sob n.º 127.065 de 16 de outubro de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2749**

PORTARIA N.º 2.749 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) VALDIR NISSOLA, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 126.457 de 27 de agosto de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2750**

PORTARIA Nº 2.750 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSELI WEBER, Técnico de Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no teste seletivo edital nº 001/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 20 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2751**

PORTARIA Nº 2.751 DE 26 DE JUNHO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) FERNANDA TROMBETTA, Técnico de Enfermagem - PSF, lotado(a) na Secretaria de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de junho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de junho de 2014  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2752**

PORTARIA Nº 2.752 DE 30 DE JUNHO DE 2014

"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) NERI SALETE ESTROVISPI, Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 064 de 19 de setembro de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal e Lei Complementar n.º 94 de 04 de março de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2014.  
RAFAEL LASKE  
Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 2753**

PORTARIA Nº 2.753 DE 30 DE JUNHO DE 2014

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) TERESINHA SCHAEGLER, do cargo de Monitor Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeitura MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

Ata Registro 5/2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 5/2014			Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fragmentadora de Papel com cesto de armazenagem de lixo com capacidade mínima de 50 litros, 270 mm de abertura na boca, capacidade para fragmentar 20 folhas por vez, capacidade de fragmentação de 95 kg/h, fragmentar partículas de, no máximo, 5 x 27 mm, velocidade de fragmentação de 5 m/min, botão liga/desliga e reversão, luz de indicação que a fragmentadora está pronta para uso e luz de indicação de que o cesto está cheio. Deverá possuir sensor de presença de papel e sensor de segurança para o cesto de armazenamento. Deverá fragmentar papel, cartões, CD's, clips e grampos. O nível de ruído não deverá ultrapassar 62 DB. Seu tempo de funcionamento deverá ser contínuo. Potência de no mínimo 300 W. O peso da máquina não deverá ultrapassar 35 kg, e as dimensões da mesma deverão ser de, no máximo, 390 x 290 x 900 mm (L x P x A). Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	MENNO	0	942.0000	1
2	Caixa de som amplificadora, alto falante de 12 polegadas e super tweeter, conexão Bluetooth, USB, FM digital e controle remoto. Alto falante com 01 falante de 12 polegadas Woofer, potência de, no mínimo, 80 watts, 04 canais, 02 entradas para microfone (para microfone de mão e de cabeça). Sistema microfone sem fio. Pés de borracha para apoio e alças para transporte. Alimentação bi-volt. Cor preta. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	lenox	0	850.0000	1
3	Tela para projeção retrátil, para fixação no teto, na parede ou em tripé. Acionamento manual, com mecanismo de travamento que possibilita o ajuste da altura da tela em várias posições. Formato quadrado com bordas. Sistema de molas semi-automáticas com alta precisão. Pintura eletrostática. Medidas: 2,00 x 2,00 m (A x L). Deverá vir acompanhada de alça para transporte, estojo para armazenagem e tripé com ajuste de altura. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	IEC	0	495.0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	FRAHM	0	1.281.0000	2
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	visograf	0	498.0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Número do Registro de Preços: 5/2014			Data do Registro: 01/07/2014			Válido até: 01/07/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
4	Fogão a gás GLP, com 06 bocas, sendo 04 queimadores pequenos e 02 queimadores família, acendimento automático, com mesa sobreposta em aço inox brilhante e sem furação, sobre tampas esmaltadas e botões sem anel, que facilitam a limpeza do produto. Dobradilha do forno balanceada, forno auto limpante e injetor de gás horizontal. Forno com capacidade mínima para 97 litros. Vidro total na porta do forno e puxador super distanciado em aço. Pés niveladores. Classificação "A". Cor branca. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	CONSUL	0	963.0000	1	
6	Aparelho de DVD para reprodução de CD, CD-R/RW, VCD, SVCD, JPEG, WMA, MP3. Com alta definição de imagem e fidelidade de som além de conectar MP3, MP4, pen drive. Display digital. Bi volt. Deverá dispor de decodificador de áudio digital. Deverá ter conexão para, no mínimo, 01 entrada USB, 01 saída HDMI, 01 saída de áudio digital coaxial, 01 saída de áudio estéreo e vídeo composto. Sistemas de cores: AUTO, PAL-M e NTSC. Deverá acompanhar os seguintes componentes: manual, controle remoto, certificado de garantia, cabo A&V, cabo USB e cabo HDMI. Cor preta. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PIESCRITÓRIO LTDA (6329)	muller	0	965.0000	2	
6	Aparelho de DVD para reprodução de CD, CD-R/RW, VCD, SVCD, JPEG, WMA, MP3. Com alta definição de imagem e fidelidade de som além de conectar MP3, MP4, pen drive. Display digital. Bi volt. Deverá dispor de decodificador de áudio digital. Deverá ter conexão para, no mínimo, 01 entrada USB, 01 saída HDMI, 01 saída de áudio digital coaxial, 01 saída de áudio estéreo e vídeo composto. Sistemas de cores: AUTO, PAL-M e NTSC. Deverá acompanhar os seguintes componentes: manual, controle remoto, certificado de garantia, cabo A&V, cabo USB e cabo HDMI. Cor preta. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PIESCRITÓRIO LTDA (6329)	philips	0	165.0000	1	
7	Câmera digital fotográfica, resolução de, no mínimo, 16 megapixels. Entrada para cartão de memória SD e XD. Zoom óptico de, no mínimo, 5X e zoom digital de, no mínimo, 4X. Lente do tipo grande angular de, no mínimo, 28 mm. Visor de, no mínimo, 3". Opção de gravação de vídeo. Resolução de vídeo em HD de, no mínimo, 720p. Estabilizador de imagem, redutor de olhos vermelhos e também a opção de gravação de áudio. Tecnologia WI-FI. A prova d'água. A câmera deverá ter, no mínimo, os seguintes modos de cena: retrato, fogos de artifício, neve, paisagem e praia. Cor preta. Deverá acompanhar os seguintes componentes: bateria, carregador de bateria, cabo de alimentação, cabo USB, manual, CD de instalação, alça para mão e estojo para armazenagem, 01 cartão SD e um XD de, no mínimo, 02 e 01 GB respectivamente. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	PHILCO	0	168.0000	2	
7	Câmera digital fotográfica, resolução de, no mínimo, 16 megapixels. Entrada para cartão de memória SD e XD. Zoom óptico de, no mínimo, 5X e zoom digital de, no mínimo, 4X. Lente do tipo grande angular de, no mínimo, 28 mm. Visor de, no mínimo, 3". Opção de gravação de vídeo. Resolução de vídeo em HD de, no mínimo, 720p. Estabilizador de imagem, redutor de olhos vermelhos e também a opção de gravação de áudio. Tecnologia WI-FI. A prova d'água. A câmera deverá ter, no mínimo, os seguintes modos de cena: retrato, fogos de artifício, neve, paisagem e praia. Cor preta. Deverá acompanhar os seguintes componentes: bateria, carregador de bateria, cabo de alimentação, cabo USB, manual, CD de instalação, alça para mão e estojo para armazenagem, 01 cartão SD e um XD de, no mínimo, 02 e 01 GB respectivamente. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	NILKO	0	452.0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 5/2014			Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	samsung	0	454,0000	2
8	Máquina de costura 10 pontos: básicos, utilitários, decorativos e pontos flexíveis. Caseador automático de 04 passos. Comprimento de ponto ajustável. Largura de ponto ajustável. Seleção simples de pontos. Pé calçador de encaixe. Braço livre. Enchedor automático de bobina. Calçador para pregar zíper. Calçador para caseado. Calçador para pregar botões. Abridor de casas e pincel de limpeza. Bobina (03 unidades). Embalagem de agulhas. Prendedor de carretel ou retrós. Guia de costura. Placa de cobertura dos dentes. Deverá pregar zíper e botão. Deverá acompanhar o equipamento: certificado de garantia, manual de instruções, calçador para caseado, calçador para pregar zíper, abridor de casas, calçador para pregar botões, 03 unidades de bobinas, embalagem de agulhas, prendedor de carretel e placa de cobertura dos dentes.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	SINGER	0	749,0000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	elgin	0	750,0000	2
9	Ventilador de coluna (coluna com, no mínimo, 40 cm), 03 velocidades e fabricado em aço inoxidável. Deverá possuir no mínimo 04 hélices com diâmetro aproximado de 40 cm, tensão bi volt, alimentação através de energia elétrica. Potência mínima de 50 W. As hélices deverão ser protegidas por grade protetora. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	VENTIDELTA	0	200,0000	1
			L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	britani	0	203,0000	2
10	Aquecedor de ambiente elétrico, com função desumidificador, com desligamento automático em caso de queda. O nível de potência deverá ser entre 800 e 1200 W, no máximo. Deverá possuir grade de proteção. Tensão bi volt. Alimentação através de energia elétrica. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	mondial	0	103,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	MONDIAL	0	105,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Mesa para refeitório com tampo retangular com borda em PVC fabricada em madeira do tipo pinus, acabamento em MDF de alta resistência, com tratamento antimicrobiano e com revestimento melamínico na cor branca. Medidas: 2,75 x 0,60 m. A mesa deverá vir acompanhada de 02 bancos retangulares fabricados em madeira do tipo pinus, acabamento em MDF, nas medidas: 2,75 x 0,60 m. Cor branca. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega.	CJ	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	dalprá	0	800,0000	1
13	Conjunto sofá de 02 e 03 lugares, fabricado em corino preto, almofadas do assento fixas. Pés em MDF na cor preto ou tabaco, estrutura de madeira originada de um processo ecologicamente correto. Braços. Almofadas de encosto fixas. Dimensões mínimas: 02 lugares = 0,92 x 1,59 x 0,90 m (A x L x P) 03 lugares = 0,92 x 2,28 x 0,90 m (A x L x P)	CJ	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	gazin	0	1.310,0000	1
14	Conjunto escolar adulto, com carteira e cadeira em PP, cor azul. Estrutura em tubo industrial 7/8, cor preta. Medidas: Carteira: 0,72 x 0,60 x 0,40 m (A x L x P). Cadeira: Assento: 0,40 x 0,38 m (L x P). Encosto: 0,40 x 0,19 m (L x P) Altura: 0,42 m do chão ao assento x 0,72 m do chão ao fim do encosto.	CJ	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329)	limplast	0	205,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	FRATELLI	0	1.315,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	MDP	0	330,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Microfone sistema sem fio, cabeça 16 frequências, bandas: 16 UHF, circuito: Phase Locked Loop (PLL), sistema de recepção: LL synthesized, modos de recepção: 16CH, canais simples, frequência sem diversidade - Stability: +/- 0.05%, sensibilidade de recepção: At 8 dBuV acima 80dB razão S/N, imagem & rejeição espúrias: 80 dB mínimo, seletividade: > 50dB - modo de modulação: FM, frequência IF: 1st: 56MHz 2nd: 10.7MHz, faixa dinâmica: >96dB, Tone Signal: 32.768KHz, resposta S/N: acima 94dB, em 48KHz desvio e 60dBuV entrada de antena, resposta: 50Hz to 15KHz(+/-3dB), T.H.D.: 1%(em 1KHz), alimentação: DC 12 ~ 18V, saída de áudio: balanceada XLR não-balanceada P10, consumo de corrente: 130mA +/- 10mA. Deverá acompanhar o equipamento: 01 receptor, 01 transmissor, 02 pilhas AA recarregáveis, recarregador de baterias. Garantia mínima de 01 ano a partir da entrega para o equipamento e de 05 anos para o compressor.	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRIÓRIO LTDA (6329)	Ienox	0	449.0000	1
17	Puff quadrado confeccionado em madeira originada de um processo ecologicamente correto, revestimento em corino preto. Enchimento em espuma. Dimensões: 0,42 x 0,40 x 0,40 m (A x L x P)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	SKP	0	576.0000	2
18	Filmadora Digital Full HD com resolução de, no mínimo, 8MP, alta tecnologia, conexões USB embutidas, saída de áudio/vídeo, saída mini e/ou normal HDMI, conexão mini USB e alimentação e memória interna de, no mínimo, 1GB. Wi-fi. Alimentação através de bateria e fonte de energia. Zoom óptico de, no mínimo, 30x. Monitor LCD de, no mínimo, 2,5". Memória expansível por cartões de memória. Modo de iluminação para os diversos períodos do dia (manhã, tarde, noite). Compatível com, no mínimo, os seguintes cartões de memória: SD/SDHC/SDXC. Deverá ter a função de máquina fotográfica. Possuir, no mínimo, os seguintes recursos de áudio: Dolby Digital 2.0 / Dolby Digital Stereo Creator / Microfone Zoom. Microfone embutido e estabilizador de imagem. A bateria deverá ter autonomia de, no mínimo, 01 hora. Deverá acompanhar junto a embalagem: tripé, adaptador, bateria, cabo HDMI, cabo de alimentação, cabo conector AV, cabo USB, manual do usuário, cartão de memória de, no mínimo, 4GB e estojo para acondicionamento.	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	SONY	0	1.418.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329) sony 0 1.420,0000 2

19 Armário em MDF, na cor branca, para ser embutido em parede de tijolos com as seguintes medidas: 210 cm de altura X 85 cm de largura X 40 cm de profundidade. O armário deverá ter duas portas com chave e 05 prateleiras com 1,5 cm de espessura. Puxadores em aço inoxidável. UN L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS P/ESCRITÓRIO LTDA (6329) exclusive 0 880,0000 1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6040)	DALPRA	0	888.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 01/07/2014		Válido até: 01/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos, destinados aos serviços, projetos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014  
PROCESSO Nº 7/2014

(6040) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA  
(6329) - LA INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PIESCRITÓRIO LTDA

Joaçaba, 1 de Julho de 2014.

**SIMAE****Portaria JHL 99/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 099/2014 02.07.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, por Concurso Público realizado conforme Edital nº JHL 001/2013 e reclassificação em 7º sétimo lugar, conforme processo protocolado sobre número 0665/2014 na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, a Sra: Carina Daiana Recalcatti, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotada na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente  
Joaçaba-SC, 02 de julho de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a reclassificação em 7º Lugar de Carina Daiana Recalcatti no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2013, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-181/2013 de 11/12/2013, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

**Lages****PREFEITURA****Extrato 4º Termo Aditivo ao Contrato 90/2012 FMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 90/2012 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa n.º 190 - Lages/SC - cep: 88.501-050.

De acordo com "CLAUSULA SÉTIMA DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, item 7.13 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares" e planilhas apresentadas pelo Engenheiro Fiscal da Obra, com anuência da Secretária Municipal de Saúde, Secretário Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável:

**DA SUPRESSÃO:**

Fica suprimido ao valor inicial contratado o valor de R\$ 3.230,77 (três mil duzentos e trinta reais e setenta e sete centavos).

**DO ADITIVO:**

Fica aditado ao valor inicial contratado o valor de R\$ 37.144,98 (trinta e sete mil cento e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos).

Lages, 27 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Rerratificação PP 65-2014 PML**

Prefeitura do Município de Lages

Estado de Santa Catarina

Secretaria da Administração

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO CABEAMENTO LÓGICO E FUSÃO DE FIBRA OPTICA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fizeram necessárias no Edital em comento. As alterações, encontram-se disponibilizadas no site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 30 de junho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATO 149/2014 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0149/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob n.º 20.082.259/0001-36 com sede a Rua Doutor Aujor Luz 791 - Bairro Santa Catarina, CEP 88512-400 - Lages/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Revitalização da Rua Emiliano Ramos (Via Gastronômica), nesta cidade, com fornecimento de material, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes da Requisição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 08 (oito) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 921.059,13 (novecentos e vinte e um mil, cinquenta e nove reais e treze centavos).

Lages, 27 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Dispensa de Licitação 38/2014 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 38/2014

**ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 38/2014, com a empresa CONSTRUTETO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, sob CNPJ n.º 20.082.259/0001-36 com sede a Rua: Dr. Aujor Luz, nº 791 - Bairro Santa Catarina, CEP 88.512-400 - Lages/SC, para Contratação de Empresa Especializada para Revitalização da Rua Emiliano Ramos (Via Gastronômica) do Município de Lages, pelo valor de R\$ 921.059,13 (novecentos e vinte e um mil, e cinquenta e nove reais e treze centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 27 de Junho de 2014.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal de Infraestrutura

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Benjamin Schultz, Secretário Municipal de infraestrutura, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 27 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

**Extrato Contrato 144/2014 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0144/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.053.748/0001-27 com sede a Rua Cecílio Rodrigues, nº 136, Bairro Seminário, CEP 89.190 -000, Taió/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para os CEIMs - Centros de Educação Infantil Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Av. Belizário Ramos nº 5343, Bairro São Cristóvão, nesta cidade;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 80.700,00 (oitenta mil, e setecentos reais)

Lages, 27 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 145/2014 - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0145/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 85.323.392/0001-82 com sede a Rua Mâncio Costa, nº 98, sala 01, Bairro Garcia, CEP 89.020 - 030, Blumenau/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para os CEIMs - Centros de Educação Infantil Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Av. Belizário Ramos nº 5343, Bairro São Cristóvão, nesta cidade;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 25.726,00 (vinte e cinco mil, e setecentos e vinte e seis reais)

Lages, 27 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 146/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0146/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CÉLIA REGINA W. SANI - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.195.853/0001-87 com sede a Av. Beira Rio, nº 730, Bairro: Centro, CEP 88.450-000, Alfredo Wagner/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para os CEIMs - Centros de Educação Infantil Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Av. Belizário Ramos nº 5343, Bairro São Cristóvão, nesta cidade;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 34.320,00 (trinta e quatro mil trezentos e vinte reais)

Lages, 27 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 147/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0147/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ESCOBRINQ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 08.395.310/0001-64 com sede a Rua: Edmundo Koch, nº 1527, Bairro: Nereu Ramos, CEP 89.265-260, Jaraguá do Sul/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para os CEIMs - Centros de Educação Infantil Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Av. Belizário Ramos nº 5343, Bairro São Cristóvão, nesta cidade;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 36.470,00 (trinta e seis mil quatrocentos e setenta reais)

Lages, 27 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 148/2014 - PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0148/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.912.788/0001-62 com sede a Rua: Dos Escoteiros, nº 30, Bairro: Chico de Paula, CEP 89.254-730, Jaraguá do Sul/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais para os CEIMs - Centros de Educação Infantil Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Av. Belizário Ramos nº 5343, Bairro São Cristóvão, nesta cidade;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 27.510,00 (vinte e sete mil e quinhentos e dez reais)

Lages, 27 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Contrato Nº 037/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 037/2014

Contrato visando à aquisição de prêmios para distribuir aos agricultores por ocasião da Festa do Colono e Motorista, no Município de Leoberto Leal, edição 2.014 de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Pregão Presencial nº 031/2014.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CAUBY DA SILVA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua do Comércio, nº 695, Bairro Barracão, Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 06.281.689/0001-56, neste ato representada pelo Senhor Cauby da Silva, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no edital de Pregão Presencial nº 031/2014, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Contratação visando à aquisição de serra fita com moedor 22 e mesa móvel, motosserra, pulverizador eletrônico e roçadeira motor 2 tempos à gasolina, prêmios estes que serão distribuídos aos agricultores por ocasião da Festa do Colono e Motorista, no Município de Leoberto Leal, edição 2014, de acordo com as descrições do Anexo I, que faz parte constante do Edital de Pregão Presencial nº 031/2014.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Materiais outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/09/2014, devendo ser entregue todos os materiais até o dia 25 de julho de 2014, para inspeção da Comissão de Organização do Evento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da CONTRATADA, em 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja CONTRATADA é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por

conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

Disponibilizar os materiais ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;

Entregar os materiais com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;  
Fornecer garantia dos produtos de no mínimo 12 (doze) meses contra defeito de fabricação.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais;

Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII do Processo Licitatório nº 044/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais e prestar os serviços aqui avençados, rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.



Leoberto Leal/SC, 26 de junho de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Contratante

CAUBY DA SILVA ME  
CAUBY DA SILVA  
Contratada

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

### **Contrato Nº 038/2014 - PMLL**

CONTRATO DE RATEIO Nº 038/2014

Contrato de Rateio relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Leoberto Leal e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.924.390/0001-50, com sede administrativa na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Tatiane Dutra Alves da Cunha, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 790, de 08/02/2011.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

#### **DO OBJETO**

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo

Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

#### **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo MUNICÍPIO sem custo adicional.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 220,00.

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 148,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 5347-3, conta corrente nº 463-4 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) e 4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2014, nos termos da Lei Municipal nº 1.005, de 26 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único. A despesa total deverá ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

Despesas correntes:

45% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70

50% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70

Despesas de capital:

5% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2014, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Leoberto Leal/SC, 27 de junho de 2.014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita de Leoberto Leal

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

TESTEMUNHAS:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

#### Contrato Nº 039/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 039/2014 - PMLL

"Contrato de Prestação de Serviços de Montagens de Boletins Semanais para Divulgação na Programação de Rádio Difusora"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa ALMIRO RENGEL 44540825968, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua José Paulino Clasen, nº 263, Bairro Faxinal da Vila Nova, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 20.173.496/0001-02, neste ato representado pelo Senhor Almiro Rengel, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 445.408.259-68, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, onde ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços mensais, referentes à montagem de boletins semanais para divulgação na programação da emissora de Rádio Difusora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR - Por força do presente contrato a contratada se compromete a preparar publicidade de interesse do Município e montar boletins semanais para divulgação na programação da emissora de Rádio Difusora.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO - O presente contrato é assinado pelo prazo de 06 (seis) meses, no período de 01 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, a Contratante pagará o total de R\$ 4.344,00 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais), dividido em 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), mediante a apresentação de nota fiscal ou nota fiscal avulsa, com vencimento até o 5º (quinto) dia do mês subsequente.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Quarta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - no que tange o contrato:

1- O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;

2- em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a executar os serviços aqui avençados e rigorosamente regulares quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Tributos Federais, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de junho de 2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Contratante

ALMIRO RENGEL 44540825968  
ALMIRO RENGEL  
Contratada

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

## **Ato de Homologação Nº 001/2014 - PMLL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 001//2014

Ato de Homologação nº 01/2014

A Prefeita de Leoberto Leal, TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, no uso de suas atribuições legais, em face do que dispõe o item 12.2 do Edital 001/2014 do Concurso Público desta Municipalidade de Leoberto Leal, homologa o resultado final deste certame para os candidatos aprovados e classificados, a seguir relacionados ao respectivo cargo em epígrafe, informando, para tanto, a classificação, o nome do candidato, o RG e a respectiva média final obtida:

CARGO: (1016) AGENTE AMBIENTAL E DE DEFESA CIVIL  
001 - ÉLCIO CARLOS GUCHERT - 2254836 - 6,46

CARGO: (1020) COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
001 - ROSIMERI SCHMITT SCHEIDT - 2260487 - 7,08

CARGO: (1047) ENFERMEIRO  
001 - ROBERTA OTTO - 5142629 - 7,29

CARGO: (1050) FARMACÊUTICO  
001 - BIANCA DANIELA MEIRA - 5071214 - 8,75

CARGO: (1078) MÉDICO VETERINÁRIO  
001 - LEANDRO GOEDERT - 3164763 - 7,71

CARGO: (1081) NUTRICIONISTA  
001 - BRUNA SABEDRA BORDIN - 1075162758 - 7,29;  
002 - KARINA ALVES - 4390292 - 6,25

CARGO: (1095) ODONTÓLOGO  
001 - CACILDA BRUZADELLI BORGES - 5726467 - 6,88

CARGO: (1105) OFICIAL ADMINISTRATIVO CONTÁBIL  
001 - DÉBORA VENTURIN - 3410068 - 7,50

CARGO: (1117) PSICÓLOGO  
001 - NATÁLIA KRETZER - 4596547 - 6,46;  
002 - FERNANDA WERLICH COSTA - 44968507 - 6,25;  
003 - JOELMA DA SILVA - 47259205 - 6,25;  
004 - ALINE ALFLEN SCHMITT - 5369819 - 6,25;  
005 - JÉSSICA TEREZINHA GOULART - 5616090 - 6,04;  
006 - LUCAS SCHWEITZER - 5155553 - 5,84;  
007 - JANAINA MIGUELINA SOUZA - 1111449565 - 5,00

CARGO: (2021) ANALISTA DE PATRIMÔNIO  
001 - CLAUDIA STALOGH - 3533093 - 7,71;  
002 - DAIANI ANDRÉ MEURER - 4390370 - 7,08;  
003 - JEAN CARLOS TRUPPEL - 4097137 - 6,25;  
004 - JOSÉ DORO DOS SANTOS - 12815654 - 6,05;  
005 - CÉLIO ROBERTO GOEDERT - 5279005 - 6,04;  
006 - ROSIANI APARECIDA CAETANO - 4390940 - 5,21;  
007 - GIAN CARLOS KNAUL - 5456957 - 5,21

CARGO: (2035) ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
001 - DANIELA CARLA KNAUL - 50092979 - 6,05

CARGO: (5030) AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
001 - NOELI DE OLIVEIRA DIAS - 22530622 - 6,25;  
002 - JAQUELINI SERAFIM - 49320599 - 5,42;  
003 - ANTENOR FARIAS - 2258583 - 5,00

CARGO: (5044) MOTORISTA  
001 - FABRICIO HELENO KNAUL - 5071127 - 6,67;  
002 - MOACIR SCHEIDT - 3162203 - 6,05;  
003 - FABRICIO SCHAFFER - 4390686 - 5,63;

004 - FERNANDO ALMEIDA - 5271439 - 5,00

CARGO: (5061) OPERADOR DE EQUIPAMENTOS II

001 - EDU HENRIQUE FRANZEN - 2330285 - 7,09;

002 - JOSÉ DE SOUZA BONFIN RIBEIRO - 4011897 - 6,46

CARGO: (5075) OPERADOR DE EQUIPAMENTOS III - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

001 - MAURO FARIA DE PAULA - 67258444 - 7,50;

002 - DOUGLAS MORIM NOVO OBEROFFER - 2077267728 - 6,67

CARGO: (6015) PROFESSOR DE ARTES

001 - CAROLINA PATRICIA DA CUNHA - 51425866 - 7,36

CARGO: (6032) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

001 - FRANCIELE SEZERINO - 5071386 - 7,44;

002 - CLEYTON JOSÉ FRANÇA - 5009593 - 6,63

CARGO: (6063) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

001 - MICHELE CARLA MARIAN HOFFMANN - 5748396 - 9,06;

002 - EUZA REGINA DE SOUZA GONÇALVES - 2255505 - 8,27;

003 - MARISETE MARIA DE SOUZA MARIAN - 2255084 - 7,33;

004 - PATRICIA APARECIDA KRAUZE - 5748387 - 6,29;

005 - MARLENE KREUSCH - 47251816 - 5,81;

006 - RUBIA REGINA KREUSCH - 22555129 - 4,06;

007 - MARILANIA CENCI - 3665638 - 3,02

CARGO: (6077) PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

001 - SILVIA MARIA PETRI HEERDT - 2257302 - 8,71;

002 - ELAINE FLÁVIA MARIAN - 4011803 - 8,44;

003 - LETÍCIA JASPER - 4208220 - 8,02;

004 - ANA CLAUDIA ANDRE - 5354449 - 8,00;

005 - LUCEMAR DA SILVA ENTER - 42082390 - 6,83;

006 - MELQUIADES SANTOS VALENTIM - 16872423 - 6,54

CARGO: (6080) PROFESSOR SUBSTITUTO

001 - JANIRA HOFFMANN - 4236641 - 7,96

Leoberto Leal (SC), 01 de julho de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### **Decreto N.º 2.580/2014, de 13 de Junho de 2014**

DECRETO N.º 2.580/2014, DE 13 DE JUNHO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra Estrutura e Transportes

Projeto/Atividade 1.004 - Reestruturação da Diretoria de Infra-Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.0409 - Aplicações Diretas R\$ 924,78

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do rendimento da aplicação dos recursos convênio FUNDAM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 13 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

#### **Decreto N.º 2.582/2014, de 17 de Junho de 2014**

DECRETO N.º 2.582/2014, DE 17 DE JUNHO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES



Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura  
Projeto/Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades Culturais  
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrat ..... R\$ 1.300,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura  
Projeto/Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades Culturais  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 17 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

#### **Decreto N.º 2.583/2014, de 27 de Junho de 2014**

DECRETO N.º 2.583/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.50.00.00.00.00.00.0004 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrat ..... R\$ 510,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.71.00.00.00.00.00.0004 - Transferências Consórcios Públicos R\$ 510,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 27 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

#### **Decreto Nº 2.584/2014, de 27 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 2.584/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014  
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeadas as seguintes pessoas como membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC:

I. Coordenação: Marinês Ribeiro Perondi  
II. Secretário: Alan júnior Pizatto  
III. Conselho Municipal  
Pedro Ari Parizotto - Presidente  
Osvino Zuanazzi  
Valdecir Meneghini  
Loiri Rech,  
Josemar Tecchio  
Nerio Cason  
Valdecir José Missel  
Nedoir Moretto  
Fábio Franzon  
Paulo Calescura  
Ari Zanella  
Júlio Araújo  
Clodoaldo Andreis

Art. 2º Os integrantes da Comissão não terão direito a qualquer remuneração, vantagem pecuniária ou gratificação, pelo desempenho do presente mandato, por se tratar de serviços de relevante interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 27 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Técnico Administrativo

**Decreto Nº 2.585/2012, de 27 de Junho de 2014**

DECRETO Nº 2.585/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, AFETADO POR TEMPESTADE LOCAL/CONECTIVA - CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4, CONFORME IN/01/212".

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo Artigo 113 Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

**CONSIDERANDO QUE:**

- a intensidade de chuvas, desde o início do mês de maio de 2014, intensificando o problema com a persistência do quadro, especialmente após a segunda quinzena do mês de junho de 2014 atingindo o município, conforme mapa das áreas afetadas, anexo ao presente Decreto;
- o quadro generalizado de isolamento de comunidades rurais decorrente de deslizamentos de encostas e vias vicinais, quedas de barreiras, pontes e pontilhões submersos;
- as águas decorrentes da ruptura da barragem da "PCH Vacaro" no município de Ponte Serrada escoam pelo Rio Irani, que banha o norte do município;
- deslizamentos atingiram propriedades rurais;
- como consequência deste fenômeno, resultaram os danos e prejuízos, como perdas na produção de leite e abate antecipado de animais (suínos), constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto, bem com a suspensão de aulas em toda a rede de ensino;
- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA". Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para toda a área rural deste Município, comprovadamente afetadas pelo fenômeno, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se à mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, depois de adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se à convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e à realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo fenômeno.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 27 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

**Decreto N.º 2.586/2014, de 27 de Junho de 2014**

DECRETO N.º 2.586/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infra-Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.0411 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação do convênio 1155/2014:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 27 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

**Decreto N.º 2.587/2014, de 27 de Junho de 2014**

DECRETO N.º 2.587/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP



Unidade 02 - Diretoria de Infra Estrutura e Transporte  
Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infra-Estrutura  
3.3.90.00.00.00.00.0412 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação do convênio 1695/2014:

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 27 de Junho de 2014

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Portaria 100/14

PORTARIA Nº 100/14 de 23 de junho de 2014.

"CONCEDE RETORNO AS ATIVIDADES A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER RETORNO AS ATIVIDADES à servidora ERLI TEREZINHA BLAKA, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe "A", 44 horas semanais, do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004, que estava em licença sem vencimento, com fulcro no inciso IV, do art.40 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, a partir de 23 de junho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Portaria 101/14

PORTARIA Nº 101/14 de 23 de junho de 2014.

"CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

#### RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à CLAUDIANA FATIMA SANTINI, Professora, Nível III, Classe "C", 20 horas semanais, no Ensino Fundamental, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 23 de junho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de junho de 2014.

Luzerna(SC), 23 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### Contrato FMAS Nº 007.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMAS Nº 007/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.006.814/0001-48, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor,

inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3. 427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada à AC Cidade Alta, nº 3020, Bairro São Cristóvão na cidade de Capinzal/SC, CEP 89.665-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.167.682/0001-50, neste ato representada pelo sócio administrador MATEUS DELAZERI, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.620.863 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 058.543.219-80, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 077/2014, Pregão Presencial nº 044/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Assistência Social e pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente no Município de Luzerna/SC, conforme as especificações constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Unitário (R\$)
1	30,00	UN	Abacaxi	7,30	219,00
2	40,00	PCT	Açúcar cristal (5kgs)	9,85	394,00
3	20,00	PCT	Açúcar mascavo (02 kg)	14,10	282,00
4	6,00	KG	Alho tipo roxo solto	20,50	123,00
5	30,00	KG	Amendoim	10,40	312,00
6	40,00	KG	Apresentado fatiado	18,49	739,00
7	10,00	GR	Bacon defumado pedaço bandeja 300 grs.	12,00	120,00
8	20,00	KG	Banana tipo caturra	2,10	42,00
9	10,00	KG	Banha	6,95	69,50
10	30,00	PCT	Bicarbonato de sódio	1,06	31,80
11	10,00	VD	Café solúvel 200 grs.	9,70	97,00
12	20,00	CX	Caldo de galinha, carne e legume com 12 unidades.	3,49	69,80
13	20,00	TB	Canela em pó 30 gr	1,30	26,00

14	40,00	KG	Carne bovina moída de 1º	18,00	720,00
15	20,00	UN	Cebola	2,66	53,20
16	80,00	CP	Copos de iogurte natural 100 grs.	2,45	196,00
17	40,00	CP	Copos de requeijão cremoso com 200 grs.	4,55	182,00
18	30,00	GR	Chocolate em pó, pct 500 grs.	5,39	161,70
19	20,00	PCT	Chocolate granulado	4,85	97,00
20	20,00	PCT	Coco ralado 100 grs. sem açúcar	3,09	61,80
21	20,00	BR	Cobertura confeiteiro chocolate ao leite (1 kg)	9,99	199,80
22	10,00	PCT	Cravo da Índia 10 g	1,14	11,40
23	30,00	PCT	Crema de leite (nata) 400 grs.	3,89	116,70
24	30,00	CX	Crema de leite 395 grs.	1,94	58,20
25	10,00	LT	Detergente de cozinha	1,34	13,40
26	20,00	BLD	Doce de leite 900 grs.	6,99	139,80
27	30,00	PCT	Embalagem de alumínio com 04 unidades (tamanho grande)	5,19	155,70
28	40,00	LT	Ervilha 200 grs.	1,64	65,60
29	10,00	UN	Essências (diversos sabores)	2,43	24,30
30	10,00	LT	Extrato/molho de tomate 200 grs.	1,74	17,40
31	40,00	PCT	Flocos de aveia (pcto 500 grs.)	5,29	211,60
32	40,00	PCT	Flocos de quinoa (pcto 400 grs.)	13,46	538,40
33	40,00	PCT	Farinha de linhaça (pcto 01 kg)	12,00	480,00

34	40,00	KG	Farinha de trigo comum com 5 kg	13,79	551,60
35	40,00	KG	Farinha integral com 05 kg	15,50	620,00
36	30,00	LT	Fermento em pó químico com 100 grs.	2,59	77,70
37	30,00	LT	Fermento biológico seco para pães e massas 100 grs.	5,50	165,00
38	40,00	PCT	Gergelim (pacto de 01 kg)	23,50	940,00
39	20,00	LT	Goiabada (01 kg)	6,24	124,80
40	40,00	UN	Leite condensado, obtido pela desidratação de leite, adicionado de sacarose ou glicose, embalado em latas limpas, isenta de ferrugem, não amassada, não estufada, resistente, que garanta a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Peso aproximado 395gramas.	4,20	168,00

41	60,00	CX	Leite integral	2,55	153,00
42	20,00	VD	Maionese de leite 500 grs.	6,55	131,00
43	40,00	PCT	Manteiga c/ 400 grs.	10,29	411,60
44	10,00	POT	Margarina 500 grs.	3,74	37,40
45	10,00	POT	Melado	8,50	85,00
46	20,00	KG	Mel puro	14,45	289,00
47	40,00	LT	Milho 200 grs.	2,19	87,60
48	10,00	PCT	Noz moscada pct 8 g	1,10	11,00
49	80,00	UN	Óleo de soja, embalagem c/ 900 ml.	4,29	343,20
50	20,00	UN	Orégano pct com 100 grs.	3,22	64,40
51	70,00	DZ	Ovo tipo colonial	4,05	283,50
52	10,00	UN	Pão fatiado	4,50	45,00
53	5,00	RL	Papel filme p/ cozinha	2,90	14,50
54	5,00	RL	Papel laminado (7,5 mts)	3,24	16,20
55	10,00	UN	Papel toalha (com 02 unidades)	3,09	30,90
56	40,00	KG	Peito de frango s/ osso	12,35	494,00
57	5,00	UN	Pêssego em calda	6,49	32,45
58	2,00	KG	Pimentão	4,90	9,80
59	20,00	PCT	Polvilho azedo 500 g	3,89	77,80
60	20,00	PCT	Polvilho doce 500 g	3,89	77,80
61	20,00	UN	Queijo ralado tipo parmesão	2,35	47,00
62	40,00	KG	Queijo tipo mussarela fatiado	22,49	899,60
63	10,00	RL	Sacos para freezer (3 e 5 kg) 100 un.	5,98	59,80
64	10,00	PCT	Salamoniaco	1,30	13,00
65	6,00	KG	Sal refinado, pacto 1 kg.	1,30	7,80
66	20,00	KG	Salame	20,34	406,80
67	40,00	UN	Tomate	5,20	208,00
68	5,00	VD	Vidros de palmitos	12,99	64,95

O FORNECEDOR 1 P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 13.078,90. (treze mil

setenta e oito reais e noventa centavos);

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega da mercadoria em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, em dias de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30mins, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos alimentos solicitados.

1.4. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.5. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura e observar as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas, exigindo que o produto esteja dentro do prazo de validade.

1.7. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas frutas e/ou verduras que se apresentem "batidas" ou "machucados".

1.8. O FORNECEDOR deverá trocar o alimento fornecido quando o mesmo, na ocasião do recebimento, apresentar defeito, estiver em desacordo com as especificações técnicas e em desacordo com a solicitação do Setor de Assistência Social, sem custos adicionais;

1.9. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos no edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Assistência Social.

1.10. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.11. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificados posteriormente, e pelas eventuais consequências delas decorrentes.

1.12. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente;

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/fax: (049) 3551-4700);

3.4. A apresentação de documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no Edital e seus anexos e na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao

FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao Registro de Preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer



Contábil:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.026.3390.00	63	10/2014	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERAL
2.084.3390.00	52	15/2014	MANUTENÇÃO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSIS
2.084.3390.00	352	17/2014	MANUTENÇÃO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSIS

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03. (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

MATEUS DELAZERI  
P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### Extrato de Homologação - PL 063/2014 - TP 012/2014 - Rede de Esgoto Fundo de Lote - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 0063/2014- PML

Tomada de Preço nº 012/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 063/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a Construção de Rede de Tratamento de Esgoto em fundo de Lotes nas ruas: Rua12 de Maio, Rua Santíssima Trindade e Rua Wilibaldo Vier; compreendendo 805,50m de assentamento de tubos PVC esgoto 150mm e execução de 40 unidades de caixas concentradoras, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

- Valor total: R\$ 47.510,49

Luzerna (SC), 25 de junho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Lei 1236

LEI Nº 1236 de 01 de julho de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) objetivando a realização do PROERD - PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA junto ao do ensino fundamental do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) em parceria com a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através do 26º BPM.

Parágrafo Único - As despesas referem-se à formatura e aquisição da premiação a ser concedida a participantes do Programa.

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - elemento - 3.3.90.30.15 - Material para festividades e homenagens e 3.3.90.31.99 - Outras Premiações - Fonte 02 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de julho de 2014.  
**MOISÉS DIERSMANN**  
 Prefeito Municipal

### Lei 1237

LEI Nº 1237 de 01 de julho de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER DÍVIDA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DESTA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer dívida dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 no valor de R\$ 2.120,71 (dois mil, cento e vinte reais e setenta e um centavos) junto a Caixa Econômica Federal a qual não foi empenhada e liquidada na época própria.

Art. 2º - O valor de que trata o art. 1º se refere ao não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS da servidora IVONE SCHMITZ CHIESA no período em que estava em auxílio doença acidentário.

Art. 3º - Para empenhamento da despesa de que trata a presente será utilizada a dotação orçamentária proveniente do Projeto/Atividade nº 1101.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos - Categoria Econômica - 3.1.90.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais - elemento 3.1.90.92.13 - FGTS - reduzido 114 - Recursos Ordinários do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de julho de 2014.  
**MOISÉS DIERSMANN**  
 Prefeito Municipal

### Contrato PML Nº 097.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 097/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PML Nº 046/2014

[Validade: 12 (doze) meses]

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, ÓRGÃO GESTOR, representado neste ato por seu Prefeito, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, e a Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - AUTO MECÂNICA RODAIR LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Ademar de Barros, nº 412, Bairro Centro, no Município de Tangará/SC, CEP 89642-000, inscrita no CNPJ sob o nº 85.226.892/0001-04, neste ato representado por seu sócio administrador ODAIR GASPARD DA SILVA, brasileiro, maior, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 25/R 1519380 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 508.243.689-91, residente

e domiciliado à Rua Ademar de Barros, s/n, Centro, no Município de Tangará/SC, CEP 89642-000, doravante denominado FORNECEDOR 1; classificada para fornecimento do objeto constante do Edital de Processo Licitatório nº 079/2014, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 046/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### 1.CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata de REGISTRO DE PREÇOS, da Licitação em epígrafe, tem por objeto de registro aquisição de 1 (um) trator agrícola; 1 (um) kit fenação e mudas de pastagens destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luzerna/SC, cujas características e especificações seguem descritas abaixo

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor R\$
1	Trator Agrícola novo - ano e modelo de fabricação no mínimo 2014, tração 4x4, 4 cilindros, com potência mínima de 75 cv mais turbina, caixa de cambio sincronizada alavancas laterais; sistema hidráulico como no mínimo 2 válvulas controle remoto dupla ação; embreagem disco duplo independente com acionamento mecânico; tomada de potência independente com acionamento mecânico; 6 pesos dianteiros, 4 peso traseiros (2 cada rodado); pneus traseiros 18-4-30; pneus dianteiros 12-4-24; para-lamas dianteiros; plataforma; freios a disco em banho de óleo; direção hidráulica; atestado de capacidade fornecimento; espelhos retrovisor; luz de neblina; acento com suspensão; apoio de braço e cinto de segurança; jogo de ferramentas com estrutura de proteção contra capotamento; assistência técnica em concessionária autorizada num raio de 100 km. E demais equipamentos exigidos pela legislação, garantia mínima de 01 ano. Com manual de operação.	UN	1	93.500,00

1.2. . O objeto deverá ser fornecido, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega do mesmo em até 20 (vinte) dias contados da data da solicitação devendo atender às especificações técnicas do Anexo sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os equipamentos oferecidos deverão ter prazo de garantia e assistência técnica não inferior a um ano.

1.4. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os equipamentos cotados, bem como, prestar a assistência técnica e as revisões periódicas devidas no período da garantia, no Município de Luzerna, sem custos adicionais;

1.5. A assistência técnica deve estar a um raio máximo de 100 quilômetros do Município de Luzerna/SC.

1.6. O FORNECEDOR deverá entregar os equipamentos no Município de Luzerna, com todos os ônus e responsabilidades por conta dos fornecedores; sendo que os mesmos devem ser fornecidos completos para o trabalho, com todos os equipamentos de série, sendo que no caso dos caminhões serão exigidos todos os equipamentos obrigatórios por lei: triângulo, estepe completo, macaco

hidráulico, chave de roda, extintor, tacógrafo, além dos itens de série do veículo a ser ofertado.

1.7. O objetivo licitado deverá atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.8. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do equipamento solicitada.

1.12. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.13. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.16. O aceite do equipamento não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.17. Caso o equipamento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.18. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.19. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

1.20. A entrega dos itens licitados deverá ser conforme determinação e nos locais especificados no momento do encaminhando da autorização de fornecimento. E a garantia conforme determinar nas especificações deste edital e seus anexos; garantia mínima de 01 ano, sem limites de horas.

1.21. Durante a vigência do período de garantia fica estipulado o prazo máximo de 30 dias para as empresas fornecedoras disponibilizarem assistência técnica e revisões, ficando sujeitas a multa no caso de não atendimento dentro do prazo estipulado.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total da Ata o FORNECEDOR receberá R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais);

2.2. O pagamento relativo ao processo licitatório fica vinculado à liberação pela Caixa Econômica Federal dos recursos decorrentes

do Contrato de Repasse nº 0389299-17/2012/MAPA/CAIXA, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Município de Luzerna, no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) e o restante será pago na mesma data do pagamento do valor do convênio acima descrito, à conta de recursos do tesouro municipal, como contrapartida do Município;

2.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.5. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

2.7. Os preços não serão reajustados.

2.8. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 4.4.90.52.52 - Veículos de Tração Mecânica  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
11. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Projeto - 0901.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino  
Reduzido: 176  
Fonte 24- Transferências de Convênios do Estado - Outros  
Reduzido: 100  
Fonte 00- Recursos Ordinários  
Reduzido: 100  
Fonte 24- Transferências de Convênios do Estado - Outros  
Os recursos do Estado são provenientes dos Convênios nº 2014TR001230; nº 2014TR001232; nº 2014TR001904 celebrados entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Luzerna.

## 4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.1.2. Manter, durante a vigência da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos



tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA:

##### DAS ALTERAÇÕES

5.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA:

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto da Ata e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e nesta Ata, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total da Ata, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da Ata, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato/Ata;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato/Ata.

6.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de

serviços.

6.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

6.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA

##### DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser rescindida nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do FORNECEDOR, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte do FORNECEDOR, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao ÓRGÃO GESTOR o direito de rescindir a Ata a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado a PREFEITURA DE LUZERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA o direito de rescindir total ou parcialmente a presente Ata, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista ao FORNECEDOR, direito algum de reclamações ou indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA:

##### DA VIGÊNCIA

8.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

#### 9. CLÁUSULA NONA:

##### DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir eventuais dúvidas e qualquer eventual litígio oriundo da presente Ata.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ODAIR GASPAR DA SILVA

AUTO MECÂMICA RODAIR LTDA ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

### Lei 1239

LEI Nº 1239 01 de julho de 2014.

“AUTORIZA A CONTRATAÇÃO, MEDIANTE LICITAÇÃO, E CUSTEIO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE PLANO DE SAÚDE PARA OS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES MUNICIPAL E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a participar com 50% (cinquenta por cento) do custo do PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE dos servidores da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna.

§ 1º - O custo parcial de 50% (cinquenta por cento) a ser pago pelos servidores será descontado em folha de pagamento.

§ 2º - Para os dependentes que o servidor vier a inscrever no Plano e colocá-los como seu beneficiário, o custo total será suportado pelo servidor mediante desconto em folha de pagamento.

Art.2º. O atendimento se dará através da contratação empresa prestadora de Serviços de Plano de Saúde mediante competente processo licitatório.

Art.3º. O Plano a ser contratado será para o atendimento básico e internação em acomodações coletivas com abrangência no Estado de Santa Catarina.

Art.4º. A adesão ao Plano será facultativa ao servidor, sendo que após a inclusão o mesmo deverá cumprir as normas, carências, prazos para início do benefício, bem como para exclusão do sistema de acordo com as condições previstas no contrato a ser celebrado com a empresa vencedora do Processo Licitatório.

Art.5º. Para empenhamento da despesa de que trata a presente Lei Legislativa será utilizada a dotação orçamentária proveniente do orçamento vigente.

Art.6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de julho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Contrato PML Nº 098.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 098/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PML Nº 046/2014

[Validade: 12 (doze) meses]

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, ÓRGÃO GESTOR, representado neste ato por seu Prefeito, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, e a Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - COPERMAP -COOPERATIVA MÚLTIPLA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, sociedade cooperativa, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia BR 282, KM 361, s/n Distrito Industrial, no Município de Erval Velho/SC, CEP 89613-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.806.598/0001-88, neste ato representado por seu presidente JAISON DOS PASSOS, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 4274082 e inscrito no CPF/MF sob o nº 049.396.969-10, doravante denominado FORNECEDOR 2; classificada para fornecimento do objeto constante do Edital de Processo Licitatório nº 079/2014, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 046/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA:

##### DO OBJETO

A presente Ata de REGISTRO DE PREÇOS, da Licitação em epígrafe, tem por objeto de registro aquisição de 1 (um) trator agrícola; 1 (um) kit fenação e mudas de pastagens destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luzerna/SC, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor R\$
3	Kit para fenação - Contendo: Uma enfardadora para feno e pré-secado, completa, para acionamento tratorizado, com capacidade de recolher, prensar, amarrar e cortar o fio dos fardos. Fardos pequenos, viabilizando o manejo de forma manual. Com manual de operação. Uma segadora de disco, completa, pronta para o uso, com cardã, com as seguintes características mínimas: largura de corte mínima de 1,5 metros. Com manual de operação. Um ancinho espalhador enleirador, completo, pronto para o uso, com as seguintes características mínimas: capacidade de enleirar e espalhar forrageiras, com caixa redutora no sistema de transmissão. Com manual de operação. Uma acondicionadora empacotadora, com chassi disposto com 04 (quatro) rodas e motor independente, comportando ao tamanho dos fardos produzidos pela enfardadora licitada.	UN	1	85.000,00

1.2. . O objeto deverá ser fornecido, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega



do mesmo em até 20 (vinte) dias contados da data da solicitação devendo atender às especificações técnicas do Anexo sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os equipamentos oferecidos deverão ter prazo de garantia e assistência técnica não inferior a um ano.

1.4. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os equipamentos cotados, bem como, prestar a assistência técnica e as revisões periódicas devidas no período da garantia, no Município de Luzerna, sem custos adicionais;

1.5. A assistência técnica deve estar a um raio máximo de 100 quilômetros do Município de Luzerna/SC.

1.6. O FORNECEDOR deverá entregar os equipamentos no Município de Luzerna, com todos os ônus e responsabilidades por conta dos fornecedores; sendo que os mesmos devem ser fornecidos completos para o trabalho, com todos os equipamentos de série, sendo que no caso dos caminhões serão exigidos todos os equipamentos obrigatórios por lei: triângulo, estepe completo, macaco hidráulico, chave de roda, extintor, tacógrafo, além dos itens de série do veículo a ser ofertado.

1.7. O objetivo licitado deverá atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.8. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do equipamento solicitada.

1.12. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.13. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.16. O aceite do equipamento não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.17. Caso o equipamento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.18. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.19. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do

período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

1.20. A entrega dos itens licitados deverá ser conforme determinação e nos locais especificados no momento do encaminhando da autorização de fornecimento. E a garantia conforme determinar nas especificações deste edital e seus anexos; garantia mínima de 01 ano, sem limites de horas.

1.21. Durante a vigência do período de garantia fica estipulado o prazo máximo de 30 dias para as empresas fornecedoras disponibilizarem assistência técnica e revisões, ficando sujeitas a multa no caso de não atendimento dentro do prazo estipulado.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA:

### DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total da Ata o FORNECEDOR receberá R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais);

2.2. O pagamento relativo ao processo licitatório fica vinculado à liberação pela Caixa Econômica Federal dos recursos decorrentes do Contrato de Repasse nº 0389299-17/2012/MAPA/CAIXA, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Município de Luzerna, no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) e o restante será pago na mesma data do pagamento do valor do convênio acima descrito, à conta de recursos do tesouro municipal, como contrapartida do Município;

2.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.5. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

2.7. Os preços não serão reajustados.

2.8. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA:

### DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 4.4.90.52.52 - Veículos de Tração Mecânica  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
11. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Projeto - 0901.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino  
Reduzido: 176  
Fonte 24- Transferências de Convênios do Estado - Outros  
Reduzido: 100  
Fonte 00- Recursos Ordinários  
Reduzido: 100  
Fonte 24- Transferências de Convênios do Estado - Outros  
Os recursos do Estado são provenientes dos Convênios nº 2014TR001230; nº 2014TR001232; nº 2014TR001904 celebrados entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Luzerna.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

##### 4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
- 4.1.2. Manter, durante a vigência da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

5.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto da Ata e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e nesta Ata, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 6.1.1. Advertência;
  - 6.1.2. Multa;
  - 6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento

parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total da Ata, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da Ata, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato/Ata;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato/Ata.

6.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

6.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

6.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser rescindida nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do FORNECEDOR, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte do FORNECEDOR, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao ÓRGÃO GESTOR o direito de rescindir a Ata a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado a PREFEITURA DE LUZERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA o direito de rescindir total ou parcialmente a presente Ata, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista ao FORNECEDOR, direito algum de reclamações ou

indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

#### 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir eventuais dúvidas e qualquer eventual litígio oriundo da presente Ata.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

JAISON DOS PASSOS  
COPERMAP - COOP. MÚLTIPLA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA  
FORNECEDOR 2

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF

#### Contrato PML Nº 099.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 099/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 079/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PML Nº 046/2014

[Validade: 12 (doze) meses]

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de 2014, presentes de um lado, MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, nº 151, Centro, ÓRGÃO GESTOR, representado neste ato por seu Prefeito, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, e a Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, ÓRGÃO GERENCIADOR, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - IDIONEIA BRAGAGNOLLO HORN, pessoa física, portadora da cédula de identidade nº 3.711.085 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 039.139.389-82, residente e domiciliada à Linha Barra do Estreito, s/n, no Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, doravante denominado FORNECEDOR 3; classificada para fornecimento do objeto constante do Edital de Processo Licitatório nº 079/2014, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 046/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata de REGISTRO DE PREÇOS, da Licitação em epígrafe, tem por objeto de registro aquisição de 1 (um) trator agrícola; 1 (um) kit fenação e mudas de pastagens destinados à manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Luzerna/SC, cujas características e especificações seguem descritas abaixo:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2	Mudas de pastagem, tipo tifton jiggs - Contendo: - bandejas com 200 células; - enraizamento adequado para transplante das mudas a campo; - mudas com boa sanidade (livres de doenças ou pragas).	un	4.000 bandejas	13,00	52.000,00

1.2. . O objeto deverá ser fornecido, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega do mesmo em até 20 (vinte) dias contados da data da solicitação devendo atender às especificações técnicas do Anexo sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os equipamentos oferecidos deverão ter prazo de garantia e assistência técnica não inferior a um ano.

1.4. O FORNECEDOR deverá prestar a garantia mínima do fabricante para os equipamentos cotados, bem como, prestar a assistência técnica e as revisões periódicas devidas no período da garantia, no Município de Luzerna, sem custos adicionais;

1.5. A assistência técnica deve estar a um raio máximo de 100 quilômetros do Município de Luzerna/SC.

1.6. O FORNECEDOR deverá entregar os equipamentos no Município de Luzerna, com todos os ônus e responsabilidades por conta dos fornecedores; sendo que os mesmos devem ser fornecidos completos para o trabalho, com todos os equipamentos de série, sendo que no caso dos caminhões serão exigidos todos os equipamentos obrigatórios por lei: triângulo, estepe completo, macaco hidráulico, chave de roda, extintor, tacógrafo, além dos itens de série do veículo a ser ofertado.

1.7. O objetivo licitado deverá atender as normas técnicas da ABNT, e as normas técnicas vigentes e exigidas pelo INMETRO.

1.8. O objeto deverá ser novo e estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um e ainda, apresentar as características originais do fabricante. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.9. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.11. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do equipamento solicitada.

1.12. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.13. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.14. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.15. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da



solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.16. O aceite do equipamento não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.17. Caso o equipamento seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.18. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.19. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

1.20. A entrega dos itens licitados deverá ser conforme determinação e nos locais especificados no momento do encaminhando da autorização de fornecimento. E a garantia conforme determinar nas especificações deste edital e seus anexos; garantia mínima de 01 ano, sem limites de horas.

1.21. Durante a vigência do período de garantia fica estipulado o prazo máximo de 30 dias para as empresas fornecedoras disponibilizarem assistência técnica e revisões, ficando sujeitas a multa no caso de não atendimento dentro do prazo estipulado.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total da Ata o FORNECEDOR receberá R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais);

2.2. O pagamento relativo ao processo licitatório fica vinculado à liberação pela Caixa Econômica Federal dos recursos decorrentes do Contrato de Repasse nº 0389299-17/2012/MAPA/CAIXA, celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Município de Luzerna, no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) e o restante será pago na mesma data do pagamento do valor do convênio acima descrito, à conta de recursos do tesouro municipal, como contrapartida do Município;

2.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.5. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

2.7. Os preços não serão reajustados.

2.8. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA:

## DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Elemento: 4.4.90.52.52 - Veículos de Tração Mecânica  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
11. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Projeto - 0901.20.602.0052.2044 - Apoio a Bacia Leiteira e Melhoramento Genético do Gado Bovino  
Reduzido: 176  
Fonte 24- Transferências de Convênios do Estado - Outros  
Reduzido: 100  
Fonte 00- Recursos Ordinários  
Reduzido: 100  
Fonte 24- Transferências de Convênios do Estado - Outros  
Os recursos do Estado são provenientes dos Convênios nº 2014TR001230; nº 2014TR001232; nº 2014TR001904 celebrados entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba e o Município de Luzerna.

## 4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

### 4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.1.2. Manter, durante a vigência da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## 5. CLÁUSULA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

5.1. A presente Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, alínea b e inciso II, alíneas c e d, observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

## 6. CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A inexecução parcial ou total do objeto da Ata e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e nesta Ata, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

6.1.1. Advertência;

6.1.2. Multa;

6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR

6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

6.4. Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total da Ata, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da Ata, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato/Ata;

6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato/Ata.

6.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

6.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

6.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

6.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

6.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

6.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA

##### DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DA ATA

7.1. A Ata poderá ser rescindida nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral escrito do FORNECEDOR, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.2. O descumprimento, por parte do FORNECEDOR, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao ÓRGÃO GESTOR o direito de rescindir a Ata a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos

previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado a PREFEITURA DE LUZERNA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA o direito de rescindir total ou parcialmente a presente Ata, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista ao FORNECEDOR, direito algum de reclamações ou indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

#### 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1. Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir eventuais dúvidas e qualquer eventual litígio oriundo da presente Ata.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

IDIONEIA BRAGAGNOLLO HORN

IDIONEIA BRAGAGNOLLO HORN

FORNECEDOR 3

#### TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

#### Lei 1238

LEI Nº 1238 de 01 de julho de 2014.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente e ou na sua totalidade as dotações atribuídas aos Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Projeto - 0801.12.361.0031.1006 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Complexo Educacional São Francisco  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos



Educação ..... R\$ 28.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 27.000,00

Projeto - 0801.12.361.0031.1010 - Aquisição de Veículos para Educação

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 1.300,00

Projeto - 0801.12.361.0031.1018 - Reforma do Complexo Educacional São Francisco Unidade 2

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 10.000,00

Projeto - 0801.12.361.0061.1031 - Construção de Quadra Coberta no Complexo Educacional São Francisco

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 10.000,00

Projeto - 0802.13.391.0046.1011 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Centro e Eventos São João Batista

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 111.300,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nas dotações atribuídas às Atividade abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação...R\$ 101.300,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação....R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 111.300,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de julho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Decreto 1825

DECRETO Nº 1825 de 01 de julho de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1238 de 01 de julho de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Ficam anuladas parcialmente e ou na sua totalidade as dotações atribuídas aos Projetos abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Projeto - 0801.12.361.0031.1006 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Complexo Educacional São Francisco  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 28.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 27.000,00

Projeto - 0801.12.361.0031.1010 - Aquisição de Veículos para Educação

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 1.300,00

Projeto - 0801.12.361.0031.1018 - Reforma do Complexo Educacional São Francisco Unidade 2

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 10.000,00

Projeto - 0801.12.361.0061.1031 - Construção de Quadra Coberta no Complexo Educacional São Francisco

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos Educação ..... R\$ 10.000,00

Projeto - 0802.13.391.0046.1011 - Instalação de Sistema Preventivo contra Incêndios no Centro e Eventos São João Batista

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 22.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 111.300,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

#### 08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação...R\$ 101.300,00

Atividade - 0801.12.361.0031.2031 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação....R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 111.300,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de julho de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Contrato PML Nº 100.14

Contrato PML Nº 100/14

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE REDE DE TRATAMENTO DE ESGOTO EM FUNDO DE LOTES NAS RUAS: RUA 12 DE MAIO, RUA SANTÍSSIMA TRINDADE E RUA WILIBALDO VIER; COMPREENDENDO 805,50m DE ASSENTAMENTO DE TUBOS PVC ESGOTO 150 mm E EXECUÇÃO DE 40 UNIDADES DE CAIXAS CONCENTRADORAS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO MÁXIMO E CRONOGRAMA EM ANEXO AO EDITAL CONVOCATÓRIO.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de Fevereiro, 151, em

Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.178.641/0001-80, neste ato representada por seu sócio gerente WILSON DA ROSA, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 858366 e inscrito no CPF/MF sob o nº 539.442.409-87, residente e domiciliado a Rua Jose Maria dos Santos, nº 53, no Município de Joaçaba/SC, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de rede de tratamento de esgoto em fundo de lotes nos logradouros: Rua 12 de Maio, Rua Santíssima Trindade e Rua Wilibaldo Vier; compreendendo 805,50m de assentamento de tubos PVC esgoto 150mm e execução de 40 unidades de caixas concentradoras, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo ao instrumento convocatório, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 063/2014, Tomada de Preços nº 012/2014, é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de rede de tratamento de esgoto em fundo de lotes nas Ruas: Rua 12 de Maio, Rua Santíssima Trindade e Rua Wilibaldo Vier; compreendendo 805,50m de assentamento de tubos PVC esgoto 150mm e execução de 40 unidades de caixas concentradoras, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
1	1,00	Serviço	anexo	47.510,49

1.2. O objeto da licitação deverá ser executado em conformidade com os Projetos Básicos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Anexo I (CD) do Edital.

1.3. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 02 (dois) meses contados da mesma data.

1.4. Para o início dos serviços são necessários os seguintes documentos:

1.4.1. Pela CONTRATADA:

1.4.1.1. Visto junto ao CREA/SC, em conformidade com o disposto na Lei nº 5.194/66 e em consonância com o art. 1º, II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA, caso a empresa contratada seja

sediada em outro Estado.

1.4.1.2. ART's de execução, que deverão ser entregues ao Município, antes da execução dos serviços a elas vinculados;

1.4.1.3. Matrícula do INSS da obra;

1.4.2. Pelo Município:

1.4.2.1. Ordem de Serviço autorizando início da obra.

1.5. Da medição dos serviços:

1.5.1. Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa contratada serão medidos mensalmente de 30 em 30 dias, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos e aprovados, serão assinados pelo responsável técnico da empresa e pelo fiscal da obra.

1.5.2. Se o dia determinado for feriado, sábado ou domingo deverá ocorrer no dia posterior ao determinado.

1.5.3. Os pagamentos serão efetuados com base em valores apurados através das medições dos serviços efetivamente executados no período, independentemente do cronograma físico-financeiro apresentado, com base nos preços constantes do contrato e devidamente certificados.

1.5.4. Ao encerrar a obra a empresa contratada deverá apresentar os documentos relacionados abaixo, ficando a última parcela condicionada a apresentação dos mesmos:

1.5.4.1. "As built" da obra,

1.5.4.2. Encerramento da Matrícula com o INSS com as devidas quitações, que deverão ser apresentadas antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

1.6. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.7. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.8. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.9. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.10. Caberá exclusivamente à CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.11. Serão de responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à instalação e consumo de água e energia elétrica necessárias à execução do objeto, devendo as faturas destes fornecimentos serem emitidas em seu nome, durante o período da contratualidade.

1.12. CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 47.510,49 (quarenta e sete mil quinhentos e dez reais e quarenta e nove centavos);

2.2. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias mediante apresentação do documento fiscal devidamente atestado por servidor municipal competente, conforme os laudos de medição

mensais efetuados pela Assessoria de Planejamento da Prefeitura de Luzerna e de Declaração da Prefeitura Municipal, onde foram executados os serviços.

2.3. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

2.4. Caso seja antecipado o cronograma físico, na mesma proporção poderá ser antecipado o cronograma financeiro.

2.5. O último pagamento só será efetuado após o recebimento parcial e total da obra.

2.6. Doravante, o termo de recebimento total da obra somente será emitido após a entrega pela CONTRATADA da "as built".

2.7. A alíquota de 3,0% referente ao ISS incidente sobre os serviços prestados serão retidos no ato dos pagamentos a serem efetuados pela Contratante a CONTRATADA;

2.8. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA DE LUZERNA, Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna - SC, CNPJ/MF 01.613.428/0001-72, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

2.9. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.10. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pela CONTRATADA.

2.11. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna/SC e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras despesas Correntes  
4.4.90.51.98 - Obras Contratadas  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
11. SECRETARIA DE OBRAS DE LUZERNA  
Atividade - 1101.17.51.0064.1059 - Obras de Esgoto no Perímetro Urbano  
Reduzido: 167  
Fonte 3.44 - Fundo Especial do Petróleo

## 4. CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e demais informações constantes do Edital;

4.2. Iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial;

4.3. Entregar a obra, completamente executada, em até 02 (dois) meses contados da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelece o cronograma físico-financeiro;

4.4. Promover a sinalização de advertência, de identificação e outras necessárias à execução dos serviços;

4.5. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as

obrigações assumidas;

4.6. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.7. Armazenar todos os materiais e utensílios utilizados na execução do objeto, sendo de sua inteira responsabilidade a guarda, conservação e danos que porventura vierem a sofrer;

4.8. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.9. Manter todos os seus empregados colocados a serviço na execução do objeto devidamente uniformizados e munidos dos EPI's adequados, com a identificação da empresa contratada;

4.10. Prestar a garantia por eventuais patologias construtivas decorrentes do emprego de materiais não especificados no Memorial Descritivo e/ou de mão-de-obra desqualificada, pelo prazo de 05 (cinco) anos contados do término da obra;

4.11. Apresentar laudo técnico de profissional qualificado, quando solicitado, responsabilizando-se pelos serviços;

4.12. Executar Diário da Obra comprovando o andamento dos serviços e os prazos de execução;

4.13. Formalizar expediente de designação do Responsável Técnico da empresa;

4.14. Fornecer à Secretaria Municipal Infraestrutura a documentação de sua competência, relativa à Pasta de Obras do "e-Sfinge Obras" do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

4.15. Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;

4.16. Exigir do Município a emissão da Ordem de Serviço Inicial, para proceder ao início da execução do objeto;

4.17. Fornecer ART dos serviços executados.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do objeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, com fulcro no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

5.1.1. a) Advertência;

5.1.2. b) Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do Edital ou do contrato dele proveniente;

5.1.3. c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

5.1.4. d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. Os serviços em atraso sujeitarão o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), por dia que exceder aos prazos estabelecidos, exceto quando justificados e aceitos pelo Município.

5.4. A multa a que alude o subitem 5.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

5.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 5% (cinco por cento), do valor do contrato.

5.6. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

6.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65,

inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA

8.1. O contrato proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

#### 9. CLÁUSULA NONA: DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de junho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

WILSON DA ROSA

EMPREITEIRA DE CONST. CIVIL OLIVEIRA LTDA ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG nº:

CPF nº:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG nº:

CPF nº:



**Receitas Federais do Dia 30.06.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 30/06/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>95.622,82</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	103.918,15
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	103.918,15
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	103.892,67
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	103.892,67
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	62.335,60
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	25.973,17
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	15.583,90
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	25,48
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do ITR 60%	15,29
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do ITR 25%	6,37
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do ITR 15%	3,82
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.488,29
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.488,29
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	7.492,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.995,32
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.783,62
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-20.783,62
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-20.778,53
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-20.778,53
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-5,09

Luzerna, 01/07/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMIO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8



# Macieira

## PREFEITURA

### Portaria 3184

PORTARIA N.º 3184/2014

"Admite, os Servidores que Especifica"

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

#### RESOLVE:

Art. 1º - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados, até resultado do concurso público:

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	SECRETARIA
Marina Morena S Muller	Fisioterapeuta	01/06/2014	Saúde
Ivan Carlos Carneiro	Professor	06/06/2014	Educação

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,  
em 16 de junho de 2014.

Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

### Portaria 3186

PORTARIA N.º 3186/2014

"Designa Servidor que especifica."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos da Prefeitura Municipal de Macieira,

#### RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, o Sr. Adriano Lazzarotti, Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Administrador de RH e Departamento Pessoal, para responder pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, sem alteração nos vencimentos, a contar desta data, até o retorno do Titular o Sr Severino de Oliveira que se encontra em licença para tratamento de saúde, conforme portaria nº3185/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,  
27 de junho 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 3180

PORTARIA N.º 3180/2014

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Geovani M de Oliveira	Serviços gerais II	01/06/2014
Roberta Dick Siqueira	Vigilância Sanitária	01/06/2014

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,  
em 12 de junho de 2014.

Emerson Zanella  
Prefeito Municipal

### Portaria 3178

PORTARIA N.º 3178/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

#### RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Ivete Ribeiro de Freitas	Odontologa I	01/06/14 a 30/06/14
Delci A Campagnin	Motorista II	01/06/14 a 30/06/14

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,  
em 12 de junho de 2014.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Portaria 3182

PORTARIA N.º 3182/2014

"Altera portaria que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

#### RESOLVE:

ALTERAR A DESIGNAÇÃO, referente a portaria nº 2887/2013, da servidora Edilene M Piaty, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria da Saúde, para a partir desta data exercer as funções de responsável pela digitação dos programas da Saúde do Município de Macieira.

Os demais itens da portaria permanecem inalterados.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,  
12 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 3183**

PORTARIA N.º 3183/2014

“Designa servidor que especifica, e dá outras providências.”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável pela Vigilância Sanitária no Município de Macieira;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

#### **RESOLVE:**

DESIGNAR, a servidora Simone L Gomes, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria da Saúde, para exercer as funções de responsável pela Vigilância Sanitária do Município de Macieira.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos do art. 50, da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de junho de 2009, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,  
16 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 3179**

PORTARIA N.º 3179/2014

“Designa servidor que especifica, e dá outras providências.”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor para exercer as funções de chefe responsável dos serviços executados nas estradas municipais;

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

#### **RESOLVE:**

DESIGNAR, o servidor LEOMAR PEROVANO, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria de Infraestrutura, e desenvolvimento Urbano, para exercer as funções de chefe de

equipe e responsável pelas máquinas e serviços executados pela sua equipe nas estradas municipais.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos do parágrafo único do art. 33, da Lei Complementar Municipal nº 36, de 18 de maio de 2009, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente a 40% (Quarenta por cento) sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,  
12 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 3181**

PORTARIA N.º 3181/2014

“Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Jose Antonio Siqueira, ocupante do cargo de Mecânico, no período de 02/06/2014 a 01/09/2014, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 12 de junho de 2014.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Publicação Resumida\_ Contrato Administrativo Nº 0012/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0006/2014.

Pregão Presencial nº 0004/2014.

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo para ambulância equipado com: Monitor cardíaco portátil, maca retrátil universal ambulância, desfibrilador de A portátil, farmácia fechada com banca e prateleira, sugador 05 litros, saída de oxigênio canalizada, oxigênio portátil, cadeira de rodas portátil e maca rígida, a ser adquirida através de recursos do Convênio nº 0001159/2014, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Macieira, conforme especificações do anexo I do Edital e exigências da Legislação de trânsito vigente.

Contrato Administrativo nº 0012/2014.

Contratada: COLUSSI E CIA LTDA.

Valor Total do Contrato: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).  
Entrega: Em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Autorização

de Fornecimento Imediata após emissão de Autorização de Fornecimento.

Vigência: Até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos preceitos da Lei nº 8.666/93.

Pagamento: Após a entrega e recebimento do veículo, emissão da Nota Fiscal e liberação dos recursos do Convênio nº 0001159/2014.

Macieira - SC, 25 de junho de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

## Mafra

### PREFEITURA

#### **Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 092/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 25/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

#### **Editais de Pregão Presencial Nº 089/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais de construção destinados a EMBM Augusta Vitória, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 28/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

**Edital de Pregão Presencial Nº 098/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais de construção, grades, divisórias e toldos, destinados a CEM Anjo da Guarda, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 28/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz  
Pregoeira Municipal

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº 327/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 327/2014.

FORNECEDOR: KONRAD CURITIBA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA.

CNPJ: 08.482.610/0002-61.

OBJETO: Aquisição de peças para realização da troca de óleo do veículo Ford Transit TKA-350L Bus placas MKY-8675, pertencente à Polícia Militar de Mafra, considerando o período de garantia do veículo.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 584,00 (Quinhentos e oitenta e quatro reais).

Mafra, (SC) 26 de junho de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de insumos agrícolas e alimentos para os animais, destinados a Escola Agrícola "Prefeito José Schultz Filho", através da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/07/2014, hora e data da

abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 01 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz  
Pregoeira Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Resolução Nº 12/2014**

RESOLUÇÃO Nº 12/2014

30 de junho de 2014

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO DIA DE JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE 2014

O Vereador Hebert Gilso Werka, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente da Câmara Municipal de Mafra, no dia de jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014, como segue:

- 4 de julho (sexta-feira) - das 8h00 às 12h00

ART. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA  
Presidente

**Decreto-Legislativo Nº 03/2014**

DECRETO-LEGISLATIVO Nº 03/2014

30 de junho de 2014

DECRETA LUTO OFICIAL

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por 3 (três) dias, em homenagem ao senhor Naçal Nassif que foi vice-Prefeito Municipal de 1977 à 1983, Vereador de 1973 à 1976, Presidente da Câmara de 1975 à 1976, e pai da Vereadora Márcia Cristiane Nassif, falecido nesta data, na cidade de Mafra/SC.

Art. 2º Este Decreto-Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2014

VER. HEBERT GILSO WERKA  
Presidente

VER. EDENILSON SCHELBAUER  
Vice-Presidente

VER. EDER GIELGEN  
1º Secretário

VER. ABEL BICHESKI  
2º Secretário

### **Portaria Nº 25/2014**

PORTARIA Nº 25/2014

27 de junho de 2014

NOMEIA PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Hebert Gilso Werka, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 13 da Resolução nº 07 de 30 de novembro de 2004,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como Pregoeiro e como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, os servidores abaixo relacionados:

#### **PREGOEIRO:**

Vânia Lázaro da Guarda

#### **EQUIPE DE APOIO:**

Priscila Colaço Teodorovitz Jantsch

Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski

Art. 2º - Os trabalhos dos servidores ora nomeados, deverão ser executados conforme as disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 07 de 10 de janeiro de 2014.

Mafra, 27 de junho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

### **Portaria Nº 26/2014**

PORTARIA Nº 26/2014

27 de junho de 2014

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Hebert Gilso Werka, no uso das atribuições legais e regimentais, resolve, Artigo 1º - Ficam nomeados os seguintes servidores públicos para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com acompanhamento da Assessoria Jurídica, devendo receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes no âmbito do Poder Legislativo de Mafra, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666 de 21.06.1993 e alterações posteriores:

- Vânia Lázaro da Guarda, cargo efetivo de Assistente de Contabilidade;
- Cleidimar de Cássia Chaicowski Kamienski, cargo efetivo de Técnico em Contabilidade;
- Priscila Colaço Teodorovitz Jantsch, cargo efetivo de Controladora Interna (vogal);

#### **Suplentes:**

- Ana Paula Pigatto Werner, cargo comissionado de Assessora de Imprensa.
- Célio César Fernandes, cargo efetivo de Motorista;

Artigo 2º - A Presidência da Comissão designada ficará ao encargo

da servidora efetiva Vânia Lázaro da Guarda, e a Secretaria ao encargo do servidora efetiva Priscila Colaço Teodorovitz Jantsch.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 08 de 10 de janeiro de 2014.

Mafra, 27 de junho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente



## Maracajá

### PREFEITURA

#### **2ª Audiência Pública - Plano Diretor**

Audiência Pública Plano Diretor

A administração de Maracajá tem o prazer de convidar a população da cidade para participar de um grande momento democrático: a Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Maracajá. A audiência acontecerá no dia 14 de Julho, segunda-feira, às 19h30min no auditório do Centro de Convivência da Terceira Idade, 1055, Centro.

Ajude a definir as diretrizes do desenvolvimento de Maracajá. Participe de todas as etapas do Plano Diretor!

Participe!

Wagner da Rosa  
Prefeito de Maracajá

## Marema

### PREFEITURA

#### **: Pregão Presencial/FMS N. 007/2014 Exames Laboratoriais**

Município de Marema/FMS - Fundo Municipal de Saúde  
Pregão Presencial/FMS n. 007/2014

A Prefeitura Municipal de Marema, através do FMS-Fundo Municipal de Saúde, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Proc. Licit/FMS n. 010/2014 - Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 007/2014, para aquisição de exame laboratorial PSA Total e Livre. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 16/07/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 16/07/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 ou [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 01 de julho de 2014  
VALDOMIRO BEVILAQUA  
Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Co 4/2014 - Serv. Especializado - Cagere

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 4/2014  
Processo Licitatório nº. 2/2014  
CHAMADA PÚBLICA nº. 1/2014  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL  
CONTRATADO: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP

OBJETO: serviços especializados de Casa Geriátrica de Repouso com estrutura para abrigar pessoas idosas e/ou portadoras de necessidades especiais

VIGENCIA: 26.06.2014 a 31.12.2014.

VALOR: R\$ 18.620,00 (dezoito mil, seiscentos e vinte reais)

Massaranduba, 26 de Junho de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

### Lei Nº 1598/2014

LEI Nº 1598/2014

Autoriza a alienação de bens móveis inservíveis

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica pelo Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar bens móveis inservíveis constantes no Patrimônio Municipal, relacionados no Anexo I:

I - Anexo I: Laudo de Avaliação Patrimonial - LAP

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 01 de Julho de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### Decreto Nº2933 de 01 de Julho de 2014

DECRETO Nº2933 DE 01 DE JULHO DE 2014

Horários de dispensa aos servidores municipais nos dias dos Jogos da Copa do Mundo

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor DECRETA:

Art. 1º Fica DECRETADO o horário de dispensa no dia do Jogo da Copa do Mundo aos servidores municipais nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de cada Secretaria, nestes termos:

Dias 04 de Julho de 2014 - dispensa às 16h;

Art. 2º A dispensa não será estendida aos servidores que desempenham as suas atribuições nos Centros de Educação Infantil e no Pronto Atendimento (P.A.) do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 01 de Julho de 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria Nº 265/2014

PORTARIA n.º 265/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora CRISTIANE ALBANO MEISTER, ocupante da Função de Diretora de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23/06/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria Nº 266/2014

PORTARIA nº 266/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal MANOEL RABELO JUSTINO - matrícula 1234, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 04/04/2012 a 03/04/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Julho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria Nº 267/2014

PORTARIA n.º 267/2014

TRATA DA CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011, resolve:

#### CEDER

Art. 1.º O servidor público municipal, JOSUÉ DA SILVA, matrícula nº 177, ocupante do cargo de Auxiliar de Mecânico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Meleiro, para exercer suas atribuições junto à Delegacia de Polícia Civil deste Município. Parágrafo Único: Considerando o Convênio nº 2013TN002155 firmado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Município de Meleiro, de 28 de Junho de 2013, no sentido de melhorar o atendimento dos serviços prestados pela Delegacia de Polícia à comunidade.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Julho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Modelo

### PREFEITURA

#### Lei Municipal Complementar Nº 2150/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 2150/2014 DE 30 DE JUNHO DE 2014. ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 2.104/2013 DE 22.10.2013, QUE INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE MODELO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado ao artigo 366 da Lei Complementar Municipal nº 2.104/2013 de 22.10.2013, os seguintes parágrafos:

§ 3º. Inicialmente o infrator será intimado para retirar os animais no prazo de até (trinta) dias, a ser definido pela fiscalização. Não retirando os animais no prazo estabelecido serão aplicadas as seguintes multas, que consiste no pagamento do valor correspondente a:

I - Galinhas e outras aves:

- a) até 10 animais: 100 UFIRs;
- b) acima de 10 animais: 200 UFIRs.

II - Suínos e caprinos:

- a) até 10 animais: de 110 UFIRs;
- b) acima de 10 animais: 210 UFIRs.

III - Bovinos e equinos:

- a) até 10 animais: de 140 UFIRs;
- b) acima de 10 animais: 240 UFIRs.

IV - Quaisquer outros animais proibidos no perímetro urbano:

- a) até 10 animais: 100 UFIRs;
- b) acima de 10 animais: 240 UFIRs.

§ 4º. Em caso de reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

§ 5º. Se o proprietário não retirar os animais, os mesmos serão apreendidos e aplicadas as demais providências de conformidade com as disposições deste Código Sanitário Municipal.

§ 6º. Os valores arrecadados com as multas acima referidas, serão destinados ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Modelo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 30 de junho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Aprovação Amostra E Abertura de Envelope E Chamamento da 3º 08/2014 FMAS

EDITAL Nº. 08/2014 FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014 FMAS

REGISTRO PREÇOS Nº. 08/2014 FMAS

BENILDE PERÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA  
COMISSÃO DE PREGÃO

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFORMA AS APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES DAS AMOSTRAS ENTREGUES PELAS EMPRESAS: AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N º 04.835.184/0001-60, COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB N º 10.712.308/0001-13, PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP INSCRITA NO CNPJ SOB N º 01.098.455/0001-54, CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME INSCRITA NO CNPJ SOB N º 04.195.853/0001-87 E JJ COMERCIO LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB N º 06.935.540/0001-43 UMA VEZ QUE MANTIVERAM O PADRÃO ACEITÁVEL OU INACEITÁVEL ISTO É, EM CONFORMIDADE OU NÃO CONFORMIDADE COM OS DITAMES DO EDITAL Nº. 08/2014 FMAS. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2014 FMAS.

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2014 FMAS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	AMOSTRA	PARECER LAUDOS	PARECER DA SECRETARIA
1	SABÃO EM PÓ C/ AMACIANTE COMPOSIÇÃO: NÃO APRESENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
2	DETERGENTE LÍQUIDO: DESCRIÇÃO DO OBJETO: NÃO APRESENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
3	AMACIANTE DE ROUPAS: NÃO APRESENTAÇÃO	COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME		
4	ESPONJA PARA BANHO: NÃO APRESENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP		

5	ÁLCOOL LI- QUIDO 92,8° : NÃO APRE- SENTAÇÃO	COMERCIALI- ZZA DISTRI- BUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME		
6	SABÃO EM BARRA GLICE- RINADO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
8	ESPONJA DE LÃ DE AÇO : NÃO CONFERE	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME EM NÃO CONFOR- MIDADE COM O EDITAL	AMOSTRA REPROVADA	
9	SABONETE CREMOSO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUI- DORA DE LIVROS LTDA - EPP [		
10	SACO DE LIXO 100 LITROS: NÃO APRE- SENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
11	SACO DE LIXO 30 LITROS: NÃO APRE- SENTAÇÃO	COMERCIALI- ZZA DISTRI- BUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME		
12	SHAMPOO : EM NÃO CONFORMI- DADE COM O EDITAL	JJ COMERCIO LTDA - ME	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA
14	VASSOURA NYLON : NÃO APRE- SENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
15	LIMPA VIDROS : EM NÃO CONFORMI- DADE COM O EDITAL	JJ COMERCIO LTDA - ME	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA
16	PANO DE PRATO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUI- DORA DE LIVROS LTDA - EPP		
17	PANO DE CHÃO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO- DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
18	ODORIZADOR DE AMBIENTE: NÃO APRE- SENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
19	MULTI INSETICIDA AEROSOL: NÃO APRE- SENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUI- DORA DE LIVROS LTDA - EPP		
21	ESCOVA DEN- TAL ADULTO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
22	CREME DEN- TAL ADULTO DESCRIÇÃO DO OBJETO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
23	LIMPADOR DE PISO: NÃO APRE- SENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO- DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
24	SACO DE LIXO 50 L : NÃO APRE- SENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUI- DORA DE LIVROS LTDA - EPP		
25	LUVA CIRUR- GICA TAMA- NHO MEDIO: EM NÃO CONFORMI- DADE COM O EDITAL	JJ COMERCIO LTDA - ME	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA



26	ESPONJA DUPLA FACE: NÃO APRESENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP		
27	PRODUTO DE LIMPEZA MULTI USO EM FRASCO DE 500 ML. NÃO APRESENTAÇÃO	PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP		
28	LUVA DE BORRACHA NÃO APRESENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO-DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
29	LUSTRA MÓVEIS: NÃO APRESENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO-DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
30	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA: NÃO APRESENTAÇÃO	AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA		
31	PENTE EM PLÁSTICO: NÃO APRESENTAÇÃO	CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME		
32	ABSORVENTE HIGIENICO PCT : EM NÃO CONFORMIDADE COM O EDITAL  SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MARIA JOSÉ FLOR	JJ COMERCIO LTDA - ME	NÃO CONFERE	AMOSTRA REPROVADA

AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA.

#### 4.10 DAS AMOSTRAS

4.10.1 A PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR O MATERIAL EM 01 (UM) UNIDADE CONFORME SOLICITADO NA RELAÇÃO DE ITENS DO EDITAL (EX: 01 (UM) DETERGENTE LIQUIDO, 01 (UMA) ESPONJA PARA BANHO...).

4.10.2 AS AMOSTRAS DO PROPONENTE TERÃO QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONSTANTES DO EDITAL E ATENDER A 100% (CEM POR CENTO) DO ITEM COTADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

4.10.3 A EMPRESA LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS (CONFORME ITEM 4.10.1) INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DA FINALIZAÇÃO DO PREGÃO.

4.10.3.1 AS AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, LOCALIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.

4.10.4 A EMPRESA LICITANTE QUE FICAR EM 2º (SEGUNDO) LUGAR PODERÁ SER CONVOCADA A APRESENTAR AS AMOSTRAS, EM CASO DE PENALIZAÇÃO DA VENCEDORA E DEVERÁ ATENDER A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL.

4.10.5 A EMPRESA LICITANTE VENCEDORA QUE SE RECUSAR A APRESENTAR/ENTREGAR AS AMOSTRAS NO PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL, PODERÃO SER ENQUADRADAS NA PREVISÃO DO ART. 7º DA LEI 10520/02, CARACTERIZANDO MÁ FÉ, FRAUDE OU MESMO INTENÇÃO DE PREJUDICAR O ENTE PÚBLICO NA AQUISIÇÃO DO OBJETO:

"QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDCENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS". (ART. 7º, LEI 10520/02).

4.11 A SOLICITAÇÃO DAS AMOSTRAS VISA ASSEGURAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS COTADOS E A PRONTA VERIFICAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO ITEM COTADO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, PERMANECENDO EM PODER DO MUNICÍPIO PARA CONFERÊNCIA COM OS PEDIDOS REALIZADOS.

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

#### AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA AS EMPRESAS QUE PARTICIPARÃO DO PREGÃO ACIMA MENCIONADO DIA 03/07/2014 ÀS 08H30MIN PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO ITEM 23, SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N 081.264.111/0001-07, AS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADAS EM TERCEIRO LUGAR JÁ HABILITADAS DEVERÁ APRESENTAR AS EM ATÉ (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS:

ITEM 9; 10; 11; 22; 27 : AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, ITEM 1; 8; 15; 24; 29 : COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME , ITEM 2; 3; 14; 18; 21; 30 : PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP,

ITEM 7; 16 ; 17; 19; 25; 26; 28; 32 : CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME E ITEM 4;5; 6 : JJ COMERCIO LTDA - ME.

OBS: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

OBS. CONFORME COMUNICADO EM SESSÃO, A FALTA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PODERÁ ACARRETER EM ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADM.

PREGOEIRO(S) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA  
EQUIPE DE APOIO - JOSEZITE DOS SANTOS  
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO  
CARLA CLAUDINO

NAVEGANTES, 01 DE Julho 2014.

### **Decreto 493 Horário de Expediente Especial**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 493 DE 1º DE JULHO DE 2014

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE ESPECIAL NA PREFEITURA DE NAVEGANTES EM DIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO a realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil,

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol no referido certame,

DECRETA:

Art. 1 º No dia 4 de julho de 2014, em que a Seleção Brasileira de Futebol jogará pelas quartas de final da Copa do Mundo, todas as Secretarias, Subprefeituras, Superintendências e demais setores da Prefeitura de Navegantes funcionarão em horário especial no período vespertino, dispensando os funcionários às 16 h, uma hora antes da partida.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES,

1º DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial 10/2014 FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2014 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CARNE), ITENS FRACASSADOS NOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 03/2014, 04/2014 E 06/2014, DESTINADOS AOS BENEFICIADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), PROGRAMA DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAEFI) E PROGRAMA PROJÓVEM ADOLESCENTE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/07/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 14/07/2014 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 1º de julho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

**Aviso de Licitação Pregão Presencial 139/2014 PMN (Republicado I)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014 PMN  
Republicado I

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO, DEVIDAMENTE INSTALADO PARA SER UTILIZADO DIARIAMENTE NOS REGISTROS DE ENTRADAS E SAÍDAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME EXIGÊNCIA DA PORTARIA 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 14/07/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 14/07/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 1º de julho de 2014.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

**Ata V - Nova Data Abertura Proposta/Decisão Recurso - Concorrência Nº 113/2014 PMN.**

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata V - Nova data Abertura Proposta/Decisão Recurso - Concorrência nº 113/2014 PMN.

O Presidente e a Comissão de Licitação informa que após habilitação/inabilitação dos licitantes ( Ata IV ) houve interposição de recurso conforme publicado no site da Prefeitura Municipal de Navegantes em 02/07/2014, desta forma a abertura dos envelopes de propostas das licitantes que aconteceria dia 04/07/2014 às 14 horas acontecerá no dia 11/07/2014 as 14 horas, após a análise e decisão dos recursos e possíveis contrarrazões protocoladas tempestivamente na Prefeitura Municipal de Navegantes, respeitando assim o art.109 I, a, e §3º Lei 8666/93.

Ficam desde já intimados os interessados do presente, ata publicada no site da prefeitura [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor e no DOM.

Douglas Lemos - Presidente  
Comissão Permanente:  
Maria Benedita  
Carla Claudino  
Fernanda Hassmann  
Adriana Correa

Benilde Perão  
Secretaria de Administração.  
Navegantes, 01 de julho de 2014.

**Extrato Contratual Nº 185/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 185/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: RBI CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Vigência ..... : Início: 25/06/2014- 30/06/2014.

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 167/2011.

Recursos ..... : Dotação: 1.076.4.4.90.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo - Reequilíbrio Financeiro ao Contrato 159/2012, Concorrência 167/2011, referente à Execução de Obras de Macrodrenagem para controle de inundações no Bairro Gravatá, celebrado entre o Município de Navegantes e RBI Construções Ltda.

Navegantes, 25 de junho de 2014.

**Extrato Contratual Nº 186/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 186/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: RBI CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Valor aditivo Acréscimo: R\$ 853.864,48\* (oitocentos e cinquenta e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Valor Aditivo Supressão: R\$ 110.967,10 (cento e dez mil novecentos e sessenta e sete reais e dez centavos).

Vigência ..... : Início: 26/06/2014 a 28/10/2014.

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 167/2011.

Recursos ..... : Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Quarto Termo Aditivo de Prazo, Acréscimo e Supressão ao contrato nº 159/2012, Concorrência nº 167/2011, referente à Execução de obras de Macrodrenagem para controle de inundações no Bairro Gravatá, Município de Navegantes - Pac 2 nº 0351056-84.

Navegantes, 26 de junho de 2014.

**Extrato Contratual Nº193/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 193/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: 3E ENGENHARIA LTDA.

Vigência ..... : Início: 30/06/2014.Término: 28/10/2014.

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:156/2012.

Recursos ..... : Dotação: 1.076.4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/2012, TOMADA DE PREÇOS Nº 156/2012, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE "EXECUÇÃO DE GALERIAS E CANALIZAÇÃO DE VALAS A CÉU ABERTO NAS AVENIDAS PREFEITO JOSE JUVENAL MAFRA, IVO SILVEIRA E RUAS JORGE LACERDA E WALDEMAR BORNHAUSEN NO BAIRRO GRAVATA

EM NAVEGANTES" ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 0351.056-84 - CAIXA/MINISTÉRIO DAS CIDADES/PAC2.

Navegantes, 30 de junho de 2014.

#### **Extrato Contratual Nº194/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 194/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: HUMANITY CENTRO DE NEGÓCIOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA.

Vigência ..... : Início: 30/06/2014 Término: 28/10/2014.

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 137/2012

Recursos ..... : Dotação: 1.076 - 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 145/2012, TOMADA DE PREÇO 137/2012, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA SOCIAL DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL E AÇÕES INFORMATIVAS, RELATIVO ÀS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAIS URBANAS, NAS AVENIDAS JOSÉ JUVENAL MAFRA, JOAQUIM COUTO E IVO SILVEIRA - PROGRAMA DE DRENAGEM URBANA SUSTENTÁVEL - PA2 - CONTRATO COM CAIXA ECONÔMICA FEDERAL Nº 0351056-84.

Navegantes, 30 de junho de 2014.

### **NAVEGANTESPREV**

#### **Portaria N.º 015 de 02 de Julho de 2014 "Concede Aposentadoria Compulsória Em Caráter Proporcional"**

PORTARIA N.º 015 DE 02 DE JULHO DE 2014

DETERMINA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º II da Constituição Federal (Redação da EC nº 20/1998), que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

#### **RESOLVE:**

I Determinar a concessão do benefício da aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98) e do art. 35 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, ao servidor JOÃO BATISTA D'AVILA VIEIRA, detentor da matrícula funcional nº 196502, inscrito no RG nº 6.745.276 IGP/SC, CPF sob o nº 024.859.588-15 e PIS/PASEP nº 104.12188.75-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Navegantes.

II Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, observada a metodologia de cálculo disposta nos § 3º e 17 da Constituição Federal (Emenda

Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/2004, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de junho de 2014, data de alcance da idade limite no serviço público pelo servidor.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 02 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Jan Ullrich  
DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 02 de julho de 2014.

# Nova Trento

## PREFEITURA

### Portaria Nº 595/2014

PORTARIA Nº 595/2014  
Exonera Servidor

A Secretária Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 555/2014, de 09 de junho de 2014, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ACT, SILVIA INGRID BORBA MACHADO, matrícula nº 6035, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV) na Creche Ciranda Cirandinha Claraíba, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, a partir do dia 26 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de junho de 2014.  
Lilian Cristiani Fontanelli  
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº 596/2014

PORTARIA Nº 596/ 2014  
Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de Conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Complementar nº 611/2012 de 14 de dezembro de 2012;

#### RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal LILIAN CRISTIANI FONTANELLI, matrícula nº 1052, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Educação e Esporte, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, a partir de 29 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
30 de junho de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 30 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº 597/2014

PORTARIA Nº 597/2014  
Exonera Servidor

A Secretária Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 555/2014, de 09 de junho de 2014, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ACT, ANGELITA ARMELINI, matrícula nº 6066, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área I), na Escola de Ensino Fundamental Padre José da Poian - Salto, Município de Nova Trento, a partir do dia 25 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de junho de 2014.  
Lilian Cristiani Fontanelli  
Secretária Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº 584/2014 "A"

PORTARIA Nº 584/ 2014 "A"  
Concede Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias, ao Servidor Público Municipal ADAUTON RAULINO, matrícula nº 3057, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Bem Estar Social e Habitação - Nível CC-1, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 23/06/2014 a 22/07/2014, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
23 de junho de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 23 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças



**Portaria Nº 584/2014 "B"**

PORTARIA Nº 584/ 2014 "B"

Dispõe sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Servidora Pública Municipal, ELZA SEBASTIANA CASA-GRANDA, matrícula nº 5888, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Bem Estar Social, Nível CC-1, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, a partir de 23 de junho de 2014 a 22 de julho de 2014, em substituição ao Titular Adauton Raulino, afastado conforme Portaria nº 584/2014 "A" (Férias).

Prefeitura Municipal de Nova Trento,  
em 23 de junho de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 23 de junho de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Novo Horizonte****PREFEITURA****Extrato 1º TA Ipam ao Ca Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo IPAM Nº: 001/2014

Contratante...: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 1.008,00 (um mil e oito reais)

Vigência ..... : Início: 01/07/2014 Término: 30/06/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (4) Saldo: 7.700,20

Objeto ..... : Fica acrescido no objeto do contrato nº 001/2014, o sistema de Planejamento, com 01 usuário, no valor mensal de R\$ 21,00 (vinte e um reais), totalizando um acréscimo de R\$ 1.008,00 (mil e oito reais) até o término do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93.

Novo Horizonte/SC, 01 de Julho de 2014

**Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 023/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITAÓRIO Nº 023/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 01/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais)

Novo Horizonte, 01/07/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### Tomada de Preço 88

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇO Nº 88/2014

Tipo : Menor Preço/Por Item

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 10 MODULOS SANITARIOS DE 3,60M², CONFORME PROJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ANEXO

Recebimento das Propostas: até o dia 17/07/2014 às 14h: 00m.

Abertura das Propostas: dia 17/07/2014, às 14h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 01 DE JULHO DE 2014

### Aviso 82 Recuperação de Estradas Vicinais

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇO 82/2014

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS PARA RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I, CONVÊNIO Nº 2014 TR 000771, A SABER:

Recebimento das Propostas: até o dia 21/07/2014 às 14h00minm.

Abertura das Propostas: dia 21/07/2014, às 14h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 01 DE JULHO DE 2014

### Aviso 89 Construção de 02 Pontes

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇO 89/2014

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) PONTES DE CONCRETO ARMADO, SENDO UMA NA BARRA DO RIO NOVO E OUTRA NA BARRA DO RIO HIPÓLITO CONFORME PROJETO ORLEANS/SC

Recebimento das Propostas: até o dia 21/07/2014 às 16h00minm.

Abertura das Propostas: dia 21/07/2014, às 16h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 01 DE JULHO DE 2014

# Palhoça

## PREFEITURA

### Tomada de Preços 135-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº135/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº135/2014, no dia 18 de julho de 2014, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagan, 280-Parque Residencial Pagan - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº135/2014 tem como objeto a contratação de empresa para drenagem e pavimentação à blocos de concreto (Paver) da Rua Orly João Silveira - Bairro Jardim Eldorado e Rua José Silvério da Silva - Bairro Aririú; Drenagem e regularização do subleito da Rua Raul Pereira Mota - Bairro Barra do Aririú; e Drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Arcanjo Cunha (trecho 1) - Bairro Rio Grande, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoça.atende.net.

Palhoça, 01 de julho de 2014.  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

### Resultado Pregão Nº 128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 128/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de areia média para assentamento de lajotas e manutenção das ruas e avenidas deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 257.600,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

Palhoça, 01 de julho de 2014.

### Extrato de Dispensa de Licitação N.º079/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º079/2014 - contratante : MUNICÍPIO DE PALHOÇA - contratada SANTA CATARINA ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: locação de um imóvel para funcionamento do setor Administrativo, Vigilância em Saúde e demais setores da Secretaria de Saúde. VALOR: R\$ 885.400,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.001.0010.0301.0009.2142; 17.001.0010.0301.0009.2145. DATA: 01/07/2014.

## Palmitos

### PREFEITURA

**Processo 86/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório nº86/14

Modalidade: Pregão Eletrônico nº09/14.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (FURGÃO) ZERO KM, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO E MODELO 2014, CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: 16/07/2014, até as 08:00 horas. Abertura dos Envelopes: 16/07/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 1 de julho de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

## Papanduva

### PREFEITURA

**Decreto Nº 2429, de 30.06.2014 - Aprova Subdivisão de Área de Edson Dimer**

DECRETO Nº 2429, DE 30.06.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE EDSON DIMER E OUTROS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de EDSON DIMER E OUTROS, com área total de 9.571,18m² (nove mil quinhentos e setenta e um metros e dezoito decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Mafra, distante 83,93 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Antônio da Cunha Ramos, com base no ponto OPP neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.032, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02 (duas) Áreas, sendo:

**Descrição da Área A - 778,42m²**

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Mafra, distante 20,55 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Antônio da Cunha Ramos, com base no ponto OPP, conforme croqui em anexo.

Frente:- 20,92 metros, com o Município pela Rua Mafra, Lado Par;  
Fundos:- 19,25 metros, com a parte "B" Desmembrada;  
Lado Direito:- 37,37 metros, com a parte "B" Desmembrada;  
Lado Esquerdo:- 41,90 metros, com a Matrícula nº 7.793-Papanduva/SC de ALDO LUNELLI.

**Descrição da Área B - 8.792,76m²**

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Mafra, distante 41,47 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Antônio da Cunha Ramos, com base no ponto OPP, conforme croqui em anexo.

Frente:- 42,46 metros com o Município pela Rua Mafra, Lado Par;  
Fundos:- 55,73 metros com a Matrícula nº 6.839-Papanduva/SC de MADEIREIRA RIO DOURADO LTDA;  
Lado Direito:- 68,59 metros, com a Matrícula nº 8.441-Papanduva/SC de LEONIDAS JOSÉ VANESKI e 82,76 metros com a Matrícula nº 8.440-Papanduva/SC do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA;  
Lado Esquerdo:- 37,37 metros e 19,25 metros com a Parte "A" Desmembrada; 17,96 metros com a Matrícula nº 7.801-Papanduva/SC de ALDO LUNELLI; 20,00 metros com a Matrícula nº 7.802-Papanduva/SC de BEATRIZ MEES; 29,41 metros com a Matrícula nº 2.397-Papanduva/SC de DANIELE KRAJEVSKI; 12,60 metros com a Matrícula nº 4.388-Papanduva/SC de MARISA DE LOURDES SMEKATZ; 10,43 metros com a Matrícula nº 5.521-Papanduva/SC de RENILDA SMEKATZ; 7,22 metros com a Matrícula nº 5.522-Papanduva/SC de ARVINA DA CUNHA DE OLIVEIRA; 16,23 metros com a Matrícula nº 6.482-Papanduva/SC de MARIA DA LUZ OLIVEIRA NIKIFORUK; 17,37 metros com a Matrícula nº 2.262-Papanduva/SC de SEVERO FERNANDES DE OLIVEIRA FILHO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva,  
30 de junho de 2014.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:  
Orlando Marcelo Vieira      Nicolau Zaranski  
Procurador Jurídico      Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

**Decreto Nº 2430, de 30.06.2014 - Disciplina Os Procedimentos Para Reavaliação Redução ao Valor Recuperável, Depreciação E Amortização dos Bens Móveis Sob A Responsabilidade do Município de Papanduva.**

DECRETO Nº 2430, DE 30.06.2014.

Disciplina os procedimentos para Reavaliação Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens móveis sob a responsabilidade do Município de Papanduva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso VI, combinado com o Art. 84, inciso I, alíneas "f" e "j", da Lei Orgânica Municipal, e visando atender ao disposto nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade sob nº 1.136/08 e nº 1.137/08, de 21 de novembro de 2008, que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade T 16.9 e 16.10, nos dispositivos contidos do Decreto Estadual nº 3.486, de 03 de setembro de 2010, bem como na Portaria do Tribunal de Contas sob nº TC-0078/2012

DECRETA:

Art. 1º. Os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens móveis sob a responsabilidade do Município de Papanduva obedecerão às normas estabelecidas no Decreto Estadual nº 3.486, de 03 de setembro de 2010, na Instrução Normativa nº SCI - 004/2009, bem como ao disposto neste Decreto.

Art. 2º. Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso a partir de 1º de janeiro de 2014 serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização prevista no Anexo I, dispensando-se a prévia reavaliação.

§ 1º. As alterações dos prazos de vida útil previstos no anexo I serão feitas em conformidade com as normas da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina.

§ 2º. A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

Art. 3º. Os bens móveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso anteriormente a 1º de janeiro de 2014 serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do anexo II, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens móveis recebidos por doação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem

identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Município de Papanduva, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio do Município.

Art. 4º. Para os bens reavaliados, a depreciação ou a amortização devem ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, tendo início a partir da data da reavaliação, observando-se também os critérios estabelecidos no art. 5º deste Decreto.

Art. 5º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados, e serão feitas com base nos parâmetros e índices discriminados a seguir:

I - valor de referência de mercado, ou de reposição;

II - capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;

III - obsolescência tecnológica, em anos;

IV - desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não-operacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciado quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 6º. Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem ao menos a um dos requisitos a seguir:

I - capacidade de vida útil inferior a 02 anos;

II - com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00;

III - inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irreuperabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 5º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 7º. A reavaliação dos bens móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes, desde que os bens que compõem este lote tenham sido postos em operação com diferença de no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 8º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 04 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio do Município de Papanduva avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo aos critérios mencionados no art. 5º deste Decreto.

§ 1º. A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

I - para os bens móveis cujos valores de mercado variar significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;

II - para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente;

III - para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio



do Município de Papanduva, observando-se o disposto no art. 3º deste Decreto.

§ 2º. Os relatórios contendo reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens sob a responsabilidade do Município de Papanduva deverão ser encaminhados ao Departamento de Contabilidade até o 3º dia útil do mês seguinte ao de referência.

Art. 9º. Para cada grupo de bens a serem reavaliados serão emitidos critérios específicos constantes dos anexos deste Decreto, com a finalidade de padronizar e uniformizar parâmetros de avaliação.

Art. 10. A primeira reavaliação ou redução ao valor recuperável dos bens móveis sob a responsabilidade do Município de Papanduva será feita até o final do exercício de 2014.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 2 de maio de 2014.

Município de Papanduva - SC,  
em 30 de junho de 2014.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2430, DE 30.06.2014.

**ANEXO I**  
**TABELA DE TAXA DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO E VIDA ÚTIL DOS BENS DISCRIMINADOS A SEGUIR**

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO (%)	PRAZO DE VIDA ÚTIL (ANOS)
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS	20%	05
MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO E PROCESSAMENTO DE DADOS	20%	05
MOBILIÁRIO EM GERAL	10%	10
INSTRUMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS HOSPITALARES	20%	05
ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	0%	-
EDIFICAÇÕES	5%	20
EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	10%	10
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	0%	-
ELETROELETRÔNICOS	20%	05
QUADROS E FOTOS	0%	-
INSTRUMENTOS MUSICAIS	25%	04
VEÍCULOS AUTOMOTORES E ACESSÓRIOS	20%	05

(\*) Fica estabelecido como valor residual para todos os bens, o percentual correspondente a 5% (cinco por cento).

DECRETO Nº 2430, DE 30.06.2014.

**ANEXO II**

**CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS (ARTIGO 3º DESTE DECRETO)**

**1) Veículo Automotor:**

A reavaliação será feita com referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE.

**2) Equipamentos, Mobiliários em Geral, Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, de Comunicação, Medição e Orientação:**

a) A reavaliação será elaborada pela Comissão de Reavaliação, tomando como parâmetro os valores dos bens praticados no mercado na data da reavaliação, podendo ser tomado como fontes de pesquisa o comércio virtual (e-commerce).

b) Sobre o valor de mercado encontrado será aplicada a fórmula constante do anexo III.

DECRETO Nº 2430, DE 30.06.2014.

**ANEXO III**

**FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL**

Estado de Conservação do Bem/EC		Período de Vida Útil do bem (já utilizado) / PVU		Período de Utilização Futura do Bem/PUB	
Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação	Conceito	Pontuação
Excelente	10	10 anos	1	10 anos	10
Bom	8	9 anos	2	9 anos	9
Regular	5	8 anos	3	8 anos	8
Péssimo	2	7 anos	4	7 anos	7
		6 anos	5	6 anos	6
		5 anos	6	5 anos	5
		4 anos	7	4 anos	4
		3 anos	8	3 anos	3
		2 anos	9	2 anos	2
		1 ano	10	1 ano	1

Fator de Reavaliação = 4 EC + 6 PVU - 3PUB

Valor reavaliado = Valor do bem novo x fator de reavaliação/100

**Decreto Nº 2431, de 30.06.2014 - Estabelece Ponto Facultativo**

DECRETO Nº 2431, DE 30.06.2014.  
Estabelece Ponto Facultativo

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, e tendo presente razões de oportunidade, e

Considerando a classificação do Brasil na Copa do Mundo para as quartas de final,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, exceto os serviços essenciais, conforme for o caso, no dia 4 de julho de 2014, a partir das 16:00, em decorrência do Jogo entre Brasil e Colômbia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva,  
30 de junho de 2014.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

**Ata de Registro de Preços Nº 043/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 043/2014

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 053/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/06/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 85.260.164/0001-00, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de materiais de expediente e escolares, destinados a manutenção da Secretaria de Educação, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao Fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 30.838,28 (trinta mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos), relativos aos itens 02, 04, 06, 07, 11, 15, 16, 19, 25, 29, 30 31, 35, 36, 37, 38, 39 40, 41, 42, 43, 44, 45, 59, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 79, 82, 83, 85, 86, 92, 93, 94, 98, 100, 102, 104,

109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133 e 134, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 053/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 053/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 053/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

6.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

**CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 - A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 23 de junho de 2014.

Silvana Frederico Trindade

Pregoeira

Erli Edvina Wunsche Bacellar

Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski

Equipe de Apoio

Sonia Terezinha Mendes Novack

Equipe de Apoio

MAXIMA Papelaria EIRELI

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços Nº 044/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2014

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 053/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 23/06/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de materiais de expediente e escolares, destinados a manutenção da Secretaria de Educação, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao Fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 42.446,22 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), relativos aos itens 01, 03, 05, 08, 09, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 32, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 73, 76, 77, 78, 81, 84, 87, 88, 90, 91, 95, 96, 99, 103, 105, 106, 107, 108, 115, 116, 129, 130 e 131, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 053/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 053/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Educação, sito à Rua Sérgio Glevinski, nº 134, Centro, Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 053/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 23 de junho de 2014.

Silvana Frederico Trindade  
Pregoeira

Erli Edvina Wunsche Bacellar  
Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski  
Equipe de Apoio

Sonia Terezinha Mendes Novack  
Equipe de Apoio

Papelaria São Bento Ltda - ME

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 016/14 de 01 de Julho de 2014**

Portaria Nº 016/14 de 01 de julho de 2014

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA DURANTE OS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2014"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 27, inciso III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva,

CONSIDERANDO a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo, a realizar-se no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014;

CONSIDERANDO que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol ocorrerão no mesmo horário do expediente normal deste órgão;

CONSIDERANDO que esse procedimento sempre foi adotado em Copas do Mundo anteriores, bem como também é adotado em outros Órgãos Públicos;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica estabelecido no âmbito da Câmara Municipal De Papanduva ponto facultativo no dia 04/07/2014, das 16 às 17 hs, devido ao jogo da Seleção Brasileira de Futebol nas QUARTAS DE FINAL.

Art. 2º - Se a Seleção Brasileira de Futebol se classificar para SEMI FINAL da Copa do Mundo, fica estabelecido no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva ponto facultativo no dia 08/07/2014, das 16 às 17 hs.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em,  
01 de julho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ  
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA  
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI  
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI  
2º Secretário

**Passos Maia****PREFEITURA****Decreto Nº 277, de 14 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 277, de 14 de junho de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I", do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), os quais serão destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

**07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

07.01 - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

07.01.20 - Agricultura

07.01.20.601 - Promoção da Produção Vegetal

07.01.20.601.2001 - Assistência ao Produtor Rural

07.01.20.601.2001.1.014 - Ampliação da Patrulha Agrícola

Fonte de Recursos: 0124 - Transferência de Convênios - Outros

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0.1.24.0 - Aplicações Diretas	073	R\$ 50.000,00
--------------------------------------------	-----	---------------

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente do provável excesso de arrecadação do convênio firmado com a SDR-Xanxerê, Convênio n. 2014TR000958, Fonte de recursos 0.1.24 - Transferência de Convênio - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 14 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON  
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento



**Decreto Nº 281, de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 281, de 27 de junho de 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, art. 43 da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Incisos "III" do art. 5º, da Lei Municipal nº. 723, de 04 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.613,08 (cento e sete mil, seiscentos e treze reais e oito centavos), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

**04 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

04.01 - Secretaria de Infraestruturar e Desenvolvimento Urbano

04.01.15 - Urbanismo

04.01.15.451 - Infraestrutura Urbana

04.01.15.451.1502 - Serviços de Utilidade Pública

04.01.15.451.1502.1011 - Obras de Infraestrutura Urbana

Fonte de Recursos: 0300 - Recursos Ordinários - Superávit

4.0.00.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00.00 - Investimentos

4.4.90.00.00.0300 - Aplicações Diretas	110	R\$ 107.613,08
----------------------------------------	-----	----------------

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de 107.613,08 (cento e sete mil, seiscentos e treze reais e oito centavos), resultante do superávit financeiros do exercício anterior da Fonte 03.00 - Recursos Ordinários - Superávit.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia SC, em 27 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.**Portaria Nº 396, de 18 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 396, de 18 de junho de 2014.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o atestado médico para gestante emitido pela Dra. Fernanda Fávero, CRM/SC - 10.512, no dia 02 de junho de 2014, entregue pela servidora no dia 10/06/2014, que solicita o afastamento da servidora Juliana Keli Cristina Varaldi de suas atividades por motivo de sua gestação;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora JULIANA KELI CRISTINA VARALDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-13,

com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, exercendo suas atividades no EEIEF Nossa Senhora Aparecida, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, compreendendo o período de 23/06/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 18 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.**Portaria Nº 397, de 18 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 397, de 18 de junho de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor JHONATHAN VINÍCIUS COPPINI, ocupante do cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014, para serem gozadas do dia 23/06/2014 a 08/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 18 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**Portaria Nº 398, de 24 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 398, de 24 de junho de 2014.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento formulado pela Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a contratação de servidor para suprir a necessidade de Auxiliar de Serviços Gerais junto a EEIEF Nossa Senhora Aparecida;

Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal n.º 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

E considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR a senhora ROSMARI PAIDA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, Grupo ocupacional Serviços Gerais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 25 de junho de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento estabelecido na Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 24 de junho de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Errata**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

**ERRATA**

PORTARIA Nº 252/2014

Na portaria nº252/2014 de 25 de Junho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 27/06/2014, onde se lê "Chamada Pública 001/2014" Leia-se "Chamada Pública 002/2014". Permanecendo o restante do texto sem alteração

Município de Paulo Lopes - SC,

01 de Julho de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 253/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 253/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na legislação vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Maria Aparecida de Assis Soares, brasileira, efetiva, portadora do CPF nº 743.997.809-91 matrícula nº 100 ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde até 14/07/2014, conforme benefício nº6067679896 em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC,

em 01 de Julho de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**Chamamento Público 002/2014**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2014

O Município de Paulo Lopes torna público o Chamamento Público 002/2014, que visa à contratação temporária de professores. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria Municipal de Educação, munidos de documentos pessoais e comprovação de sua habilitação, para a escolha das vagas disponíveis, no dia 11/07 às 10 horas; EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição no Mural da Prefeitura e no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0161.

Paulo Lopes (SC), 1º de julho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

**Penha****PREFEITURA****Pp30/2014 - Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 15/07/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 16/07/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 26 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Cv02/2014 - FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014 - FME

CARTA CONVITE Nº 02/2014 - FME

Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas que serão utilizados na premiação dos campeonatos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 09/07/2014 às 10:30horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 02 de Julho de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

**Termo de Rescisão de Contrato**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Termo Aditivo nº 244/2014 ao Contrato nº 05/2014 - PMP, firmado entre a Sra. CHRISTIANNE SEIBT DO NASCIMENTO e esta PREFEITURA, em 05 de fevereiro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 30 de Junho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2063/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2063/2014

Nomeia o Sr. ANDRÉ PEDRO TEODORO FILHO, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE, da Secretaria Municipal da Fazenda, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 01 de Julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 193/2014**

PORTARIA Nº 193/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014 e Portaria 187/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA matrícula nº 3034, ROVENA ROSA matrícula 4498, e JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR matrícula 3415, que compõem a COMISSÃO DE PERMANENTE DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, nomeados através da PORTARIA nº 187/2014 para apurar o furto que houve no Gabinete com relação a 01 computador - Preto e um monitor, conforme BO - Registro: 00464-2014-01814, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se a Sindicância na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 30 de junho de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

**Portaria Nº194/2014**

PORTARIA Nº 194/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 30 (trinta) dias, a contar de 04 de julho de 2014, o prazo para a Conclusão do Processo Administrativo, instaurado pela Portaria nº188/2014.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de julho de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, no primeiro dia do mês de julho de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

**Portaria Nº 195/2014**

PORTARIA Nº 195/2014

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal e Lei nº 1.268/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a redação do artigo 1º da Portaria nº 104/2011, que passa a vigorar com o seguinte teor:

"Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente COMCAD, sendo composto pelos seguintes membros:

Secretaria da Assistência Social

Lucimar Tiburski

Isabel Nicolletti

Fundação Municipal do Esporte

Manoel João Francisco

Luiz Américo

Secretaria da Fazenda

Almir Rogério dos Santos

Agairto Tachini Schneider

Secretaria da Saúde

Iana Carla Pinto

Ívia Fátima Rodrigues

Secretaria da Educação

Nelson Fortunato Inácio

Maria Aparecida da Costa de Souza

Representante de Entidade

Antonio Bertoldi

Silvio Seibt

Representante de Entidade

Merci Teresinha do Nascimento

Emília Graboski

Representante de Entidade  
Rosiane do Carmo Souza de Souza  
Jonni Lucas Janke

Representante de Entidade  
Alda Wally Seibt  
Maria José dos Santos Zimmermann

Representante de Entidade  
Bernardina Fernandes  
Raquel Agostinha de Assis

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 01 de julho de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, no primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

### Portaria Nº 196/2014

PORTARIA Nº 196/2014

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO JULGADORA DAS AMOSTRAS do Processo Licitatório nº 10/2014- FMAS - Pregão Presencial nº 06/2014- FMAS para aquisição de cesta básica para serem utilizadas no atendimento a famílias cadastradas na Secretaria de Assistência Social do município de Penha/SC, compostas dos funcionários descritos abaixo:

- Lucimar Tibursk  
- Rosinei Regina Czelusniaki  
- Zenaide Weege

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 01 de julho de 2014.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, no primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

### Lei Complementar Nº 85/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2014

Altera disposições da Lei Complementar 02/2005 e suas alterações e dá outras providências

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Cria o cargo de ADVOGADO no quadro funcionários efetivos de nível superior da Câmara de Vereadores do Município de Penha, dando nova redação ao artigo 4º da Lei Complementar nº 02/2005, e suas alterações:

Art. 4º O grupo ocupacional de nível superior abrange as categorias funcionais de :

CARGOS EFETIVOS	Nº DE VAGAS
CONTADOR	01
*ADVOGADO	01

obs.: jornada de trabalho de 40 horas semanais

\*jornada de trabalho de 20 horas semanais

Art. 2º - Acrescenta cargo de Advogado ao ANEXO II da Lei Complementar nº 002/2005 - Cargos de Provimento Efetivo grupo ocupacional de nível superior, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO II CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR		
CARGO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	HABILITAÇÃO
CONTADOR	Executar atividades contábeis, financeira, orçamentária e patrimonial, controle, registro e confecção de empenhos, elaboração de contas e conferência de documentos.	Curso de nível superior em contabilidade, com certificado registrado no órgão competente.
ADVOGADO	Representar judicialmente a Câmara de Vereadores de Penha na área civil, penal, trabalhista e administrativa, em todos os graus de jurisdição, elaborar projetos legislativos e emitir pareceres jurídicos mediante provocação e auxiliar o corpo administrativo da Câmara no que couber.	Curso Superior Bacharelado em Direito com inscrição na OAB-SC

Art. 3º - Amplia o quadro de funcionários existentes no artigo 4º da Lei Complementar 09/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:



CARGOS EFETIVOS	Nº DE VAGAS
MOTORISTA	02
SERVENTE	02
VIGIA	02

obs: jornada de trabalho de 40 horas semanais

Art. 4º - Dá nova redação ao anexo VI da Lei Complementar nº10/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VI CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO GRUPO OCUPACIONAL DE NÍVEL SUPERIOR	
CARGO	VENCIMENTOS
CONTADOR	...
ADVOGADO	R\$ 2.800,00

Art. 5º - Aos Cargos de provimento efetivo será atribuído ao seu vencimento, valor equivalente a 3%%, desde que no período de um ano, tiver completado o mínimo de 20 horas de capacitação em cursos, tendo por base o dia 28 de outubro, dia do funcionário público.

Penha, 30 de junho de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração

## Lei Nº 2706/2014

LEI Nº 2706/2014

Dispõe sobre a divulgação dos números de disque denúncia da Polícia Militar, Polícia Civil e outros, em comércios e locais públicos no Município de Penha

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado a obrigatoriedade da divulgação dos números de disque Denúncia da Polícia Militar, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e outros, em todos os locais públicos e comércios no município de Penha.

Parágrafo único: Os números a serem divulgados serão:

- I. Disque denúncia da Polícia Militar (anônima) 0800481717
- II. Disque denúncia da Polícia Militar 190
- III. Disque denúncia da Polícia Civil (anônima) 181
- IV. Violência contra crianças/adolescentes e idosos - direitos humanos 100

- V. Violência contra a mulher 180
- VI. Polícia Federal 194
- VII. Bombeiro Militar 193
- VIII. SAMU 192
- IX. Delegacia de Polícia Civil de Penha 33450777
- X. COPOM - Polícia Militar de Penha 33455690
- XI. Bombeiros Voluntários Penha 33451001
- XII. PA - Pronto Atendimento Municipal 33450222
- XIII. Prefeitura Municipal de Penha 33450200
- XIV. Câmara de Vereadores de Penha 33455859
- XV. Conselho Tutelar 33454982
- XVI. Denúncia para invasão de área pública/ Secretaria de Planejamento 32646041

Art. 2º- São considerados para efeitos desta lei:

§1º Os estabelecimentos privados que atendem e prestam serviço de forma direta as pessoas, a saber:

- I. Os estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem como hotéis, pousadas, motéis e similares;
- II. Os estabelecimentos que vendem alimentos e trabalham com gastronomia como bares, restaurantes, lanchonetes, supermercados, padarias e similares;
- III. Os estabelecimentos que trabalham com entretenimento como casas noturnas, agência de viagens e transportes de massa;
- IV. Os estabelecimentos que trabalham com a estética como salões de beleza, casas de massagem, saunas e academias de qualquer natureza, bem com a saúde como clínicas médicas, odontológicas e hospitais particulares;
- V. Os estabelecimentos que trabalham com o comércio como lojas de materiais de construção, lojas de móveis e eletrodomésticos e lojas de roupas e vestuários;
- VI. Os estabelecimentos de profissionais liberais que atendem o público como escritórios de advocacia, contabilidade, comércio exterior assessoria e consultoria e similares;
- VII. Os estabelecimentos que trabalham com a espiritualidade e a fé das pessoas como as igrejas e similares;
- VIII. Os estabelecimentos que trabalham com a formação das pessoas como escolas particulares de educação infantil, ensino fundamental, médio e superior.

§2º Os estabelecimentos públicos que atendem e prestam serviço de forma direta as pessoas, a saber:

- I. Os estabelecimentos que trabalham com a justiça como poder judiciário, ministério público e delegacia civil;
- II. Os estabelecimentos que trabalham com a saúde pública como postos municipais, estaduais e federais, hospitais públicos e similares;
- III. Os estabelecimentos que trabalham com a segurança pública das pessoas como guarda municipal, polícia militar e polícia civil;
- IV. Os estabelecimentos que trabalham com a formação das pessoas como escolas públicas municipais e estaduais de educação Infantil e ensino fundamental, médio e superior;
- V. Todos os órgãos públicos municipais, estaduais e federais que estão localizados no município de Penha.

Art. 3º - A forma de divulgação se dará através de cartaz adesivo, padronizado no tamanho de 20x30, com texto escrito com letras maiúsculas na cor azul e números na cor vermelha, para colocação externa e interna dos ambientes previstos nesta Lei.

Art. 4º Os recursos para execução da presente lei correrão por conta de dotação vigente da Secretaria Municipal da Administração.

Parágrafo único. A confecção dos referidos cartazes poderão ser custeados voluntariamente pelos próprios comerciantes ou

empresários do município, desde que manifestado antecipadamente ao setor responsável pela sua elaboração.e entregues a Comissão Municipal de Segurança Pública para campanha e distribuição.

Art.5º - Fica a critério da Prefeitura Municipal de Penha, designar o departamento responsável pela elaboração dos cartazes informativos do Disque Denúncia da Polícia Militar, Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e outros., quando estes forem custeados com recursos públicos.

Parágrafo único: A confecção se dará em dois modelos para fixação pela parte interior de vitrines (com adesivo pela frente) e fixação em paredes (com adesivo no verso).

Art. 6º - À Comissão Especial de Segurança Pública do Poder Legislativo, caberá realizar a campanha e distribuir o cartaz para todos os estabelecimentos públicos e privados do município para pronta fixação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e passará a ser denominada de "LEI PENHA + SEGURANÇA".

Penha, 30 de junho de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração

#### TELEFONES ÚTEIS

OS NÚMEROS DE DISQUE DENÚNCIA EXISTEM PARA QUE O CIDADÃO POSSA AJUDAR A POLÍCIA A COMBATER OS CRIMES. SE VOCÊ TEM INFORMAÇÕES SOBRE LOCAIS DE TRÁFICO OU ARMAZENAMENTO DE DROGAS, ARMAS, VEÍCULOS ROUBADOS, OU DE VÍTIMAS DE AGRESSÕES E MAUS TRATOS, DENUNCIE E DÊ O ENDEREÇO CORRETO ATRAVÉS DOS NÚMEROS ABAIXO:

#### DENÚNCIAS ANÔNIMAS:

POLÍCIA MILITAR	0800 481717
POLÍCIA CIVIL	181
-----	
POLÍCIA MILITAR	190
DIREITOS HUMANOS - VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS /ADOLESCENTES E IDOSOS	100
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	180
POLÍCIA FEDERAL	194
BOMBEIRO MILITAR	193
SAMU	192
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PENHA	33450777
COPOM -POLÍCIA MILITAR DE PENHA	33455690
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PENHA	33451001
PA - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	33450222
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA	33450200
CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA	33455859
CONSELHO TUTELAR DE PENHA	33454982
DENÚNCIA PARA INVASÃO DE TERRENOS	32646041

## Peritiba

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato 39/2014 FMS

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA - FMS  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de Manutenção do Software para gerenciamento da distribuição de medicamentos na Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegre.

Dados do Contrato: Contrato nº 39/2014 FMS

Contratado: GENESIS INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 73.759.417/0001-06

Data de vigência: 01/07/2014 até 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 804,60 (oitocentos e quatro reais e sessenta centavos)

Município de Peritiba - SC  
em 01 de julho de 2014.  
ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Portaria N. 235, de 01 de Julho de 2014.

PORTARIA N. 235, DE 01 DE JULHO DE 2014.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO MARCIO MUGNOL OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA DESEMPENHAR TEMPORARIAMENTE SUAS FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando, o ofício nº 058 da Secretaria da Saúde;  
RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor efetivo MARCIO MUGNOL, ocupante do cargo de Motorista, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, para desempenhar temporariamente as funções de seu cargo junto a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. No período de 01 de julho a 30 de Julho de 2014. Findo este prazo o servidor retorna a Secretaria de Transportes e Obras na qual esta lotado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,

01 de julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### Edital de Leilão Público Nº 002/2014.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 002/2014.

Este edital está registrado na forma da lei.

(Direitos autorais pertencentes ao Leiloeiro Oficial Júlio Ramos Luz)

O município de PINHEIRO PRETO, SC, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, Nº 111, Centro, CEP 89.570 000, cidade de PINHEIRO PRETO, inscrito no CNPJ SOB nº 82.827.148/0001 69, Telefone (49) 3562 2000, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações, através do Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162, JUCESC, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO de bens móveis inservíveis, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação.

DATA, HORÁRIO E LOCAL:

DATA: 21 de JULHO de 2014. HORÁRIO: 09 horas

LOCAL: auditório municipal, anexo ao centro educacional padre trudo plessers, Rua Oclides Scortegangna, nº 55, Centro, PINHEIRO PRETO, SC.

#### 01 DA PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar as pessoas físicas ou jurídicas munidas dos seguintes documentos: PESSOA FÍSICA MAIOR DE 18 ANOS = Identidade e CPF (originais); PESSOA JURÍDICA = C.N.P.J. e Inscrição Estadual. O participante, representante da empresa deverá portar PROCURAÇÃO, com firma reconhecida em cartório, caso não seja proprietário da empresa.

1.1. Não poderão participar do leilão Pessoas Físicas e Jurídicas

que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução bem como as que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação ou impedidas de contratar, inclusive os emitentes de cheque sem provisão de fundos, repassados ao leiloeiro.

1.2. Não poderão participar quaisquer servidores do Município, entre eles, seus dirigentes, técnicos, empregados, conforme Art. 9º, III da Lei 8.666/93.

#### IMPORTANTE:

NO ATO DA COMPRA, O ARREMATANTE ENTREGARÁ DOCUMENTO DE IDENTIDADE, PREFERENCIALMENTE, QUE CONSTE SEU CPF E PAGARÁ EM DINHEIRO (ESPÉCIE) ou emitirá cheque próprio que poderá servir como caução. EM NENHUMA HIPÓTESE SERÃO ACEITOS CHEQUES DE TERCEIROS. NÃO SERÃO ACEITAS ARREMATACÕES EM NOME DE TERCEIROS, SALVO SE O ARREMATANTE ESTIVER MUNIDO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA (com firma de ambos reconhecida em cartório). OS DOCUMENTOS SERVIRÃO PARA PREENCHIMENTOS DE DOCUMENTOS PERTINENTES AO LEILÃO E SERÃO ENTREGUES APÓS O ACERTO PARA O RESPECTIVO ARREMATANTE.

1.3. Todos os presentes assinarão seus nomes e colocarão seus endereços e outros dados na LISTA DE PRESENÇA, que será preenchida já no início do Leilão. Todos os presentes, participantes ou não deverão se identificar e assinar. Essa lista pertence ao(s) leiloeiro(s) e ficará sob arquivo.

1.4. A nenhum participante do Leilão é dado direito de não conhecer os termos do Edital ou da Lei 8.666/93 e alterações. "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que a não conhece". (Decreto, Lei 4.657/42, LICCB).

1.5. Não serão permitidas bebidas alcoólicas e fumantes no ambiente, nem tumultos nem o uso abusivo e perturbador de telefones celulares ou som alto.

1.6. A participação no presente leilão público implica, na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital de Leilão Público, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes.

#### 02. DO OBJETO:

O objeto do presente Edital de Leilão consiste na alienação dos bens constantes do ANEXO I, ao final deste Edital.

2.1. Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e é dever do ARREMATANTE / COMPRADOR(a) vistoriar os mesmos com antecipação. As despesas com multas, taxas e impostos geradas até a data do leilão, correrão por conta do Município; as demais despesas como, por exemplo: transferências, empenhamento, fretes, serão pagos por conta do (a) ARREMATANTE.

2.2. Não cabem ao Comitente, nem ao Leiloeiro e/ou seus prepostos quaisquer responsabilidades pela identificação de motores (números, plaquetas e outros), bem como peças, acessórios, defeitos ou vícios ocultos, bem como por possíveis erros de impressão em catálogos, anúncios ou outras publicações referentes ao Leilão.

#### 3. DAS CONDIÇÕES:

3.1. Os bens, objetos do presente leilão, serão arrematados pelo

maior lance oferecido à vista. Os participantes que assim o desejarem deverão proferir seus lances, em moeda corrente nacional Real (R\$) em voz alta, sempre em valor crescente.

3.2. O lance que não for sucedido de outro de maior valor, será considerado vencedor, cabendo ao leiloeiro nomeado ou seu preposto, assim declará-lo. Será anotado o nome do vencedor(a), bem como o valor e este deverá efetuar o pagamento a vista NO ATO, em moeda corrente nacional ou através de cheque. (Não serão aceitos cheques de terceiros). A manutenção e o intervalo dos lances ficará a critério do Leiloeiro Oficial.

3.3. O pagamento total deverá ser efetuado IMEDIATAMENTE no ato da arrematação ao Leiloeiro, ao seu colaborador ou ao seu preposto nomeado e credenciado, que recolherá os valores totais referentes ao Lote e a Comissão do Leiloeiro (7%) sete por cento sobre o valor do maior lance e separadamente, além do pagamento deverá assinar a Ficha de Arrematação.

3.4. Os bens serão entregues somente após o pagamento integral do valor, seja em espécie ou cheque, este considerado após compensação bancária. (Não serão aceitos cheques de terceiros).

3.5. O não pagamento no momento da Arrematação também implicará na não liberação do bem arrematado e o lote voltará imediatamente ao Leilão, sendo que o lançador sofrerá as penas previstas no artigo 335 do Código Penal Brasileiro, bem como os artigos 93 e 95 da Lei 8.666/93 (lei de Licitações).

3.6. Após o apregoamento normal, repassado 2 vezes pelo Leiloeiro, havendo lances inferiores ao mínimo do valor avaliado, estes poderão ser analisados, mas a venda somente será aprovada com concordância da Comissão de Avaliação que estará presente ao leilão e poderá fazer a aprovação na hora do Leilão.

#### 4. DA ADJUDICAÇÃO E DO PAGAMENTO:

4.1. O licitante comprador, por ocasião do arremate, deverá de imediato assinar a "Ficha de Arrematação" e fornecer aos auxiliares do leiloeiro a Carteira de Identidade ou documento equivalente, que será devolvida ao término do leilão, quando da efetivação do pagamento. O descumprimento desta formalidade implicará na não aceitação do lance vencedor, procedendo, se, incontinentemente, a novo apregoamento, sem que caiba ao pseudo arrematante qualquer direito a ressarcimento.

4.2. Após a comprovação do pagamento, com a "Nota de Venda em Leilão", a Prefeitura efetuará a transferência efetiva ao ARREMATANTE / COMPRADOR(a), entregando a este, toda documentação necessária e pertinente a cada Lote, não cabendo ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades sobre isso.

#### 5. DO CANCELAMENTO DE COMPRA, DESISTÊNCIA OU DEVOLUÇÃO:

5.1. Em nenhuma hipótese e sob qualquer alegação serão aceitos cancelamentos, desistências ou devoluções dos lotes arrematados. Se, após a arrematação na hasta, o ARREMATANTE / COMPRADOR (A) não efetivar o pagamento, arcará com uma multa penitencial no valor de 70% (setenta por cento) do valor de sua oferta.

5.2. Estando presente ao Leilão, dando lance ou não, todo participante reconhece a íntegra deste Edital, bem como reconhece o valor ofertado e as despesas ou multas penitenciais (caso haja), como líquido, certo e exigível, desde já dando seu ciente e ordem para protesto e acionamento judicial pelo boleto bancário a ser emitido, através de execução por quantia certa.

5.3. O não cumprimento dos dispostos neste Edital, sujeitará ao

ARREMATANTE / COMPRADOR(a) em multa de 70% (SETENTA POR CENTO) sobre o valor do bem arrematado, mais despesas processuais e honorários advocatícios, bem como demais despesas oriundas do processo.

5.4. A prestação de contas do Leiloeiro com o Município ocorrerá imediatamente após o Leilão, salvo melhor juízo.

#### 6. DA RETIRADA, TRANSFERÊNCIA, IMPOSTO, TRANSPORTE:

6.1. O PRAZO PARA RETIRADA DOS BENS É DE 20 (vinte) DIAS. Após o prazo, o ARREMATANTE / COMPRADOR(a) perderá todos os direitos em relação à licitação, perderá o valor pago, bem como perderá a comissão paga ao Leiloeiro. Por conseguinte, a venda será considerada nula, e o(s) bem(ns) revertido(s) ao patrimônio do Município, sem que caiba qualquer indenização. O ARREMATANTE / COMPRADOR(a) ficará sujeito as penas previstas no artigo 335 do Código Penal Brasileiro, bem como os artigos 93 e 95 da Lei 8.666/93 (lei de Licitações). A retirada dos bens será acompanhada pelo leiloeiro ou seu preposto, além de um funcionário do Município e deverá ser agendada por telefone e ocorrerá somente em horário de expediente da Prefeitura.

6.2. Todos os custos de transferências de veículos, taxas, escrituras, certidões, (quando houver), serão por conta do ARREMATANTE/COMPRADOR(a).

6.3. As despesas com a retirada e transporte dos Bens e os impostos que incidirem sobre a venda e transporte (ICMS e outros), serão de inteira responsabilidade do ARREMATANTE/COMPRADOR(a). O transporte do bem arrematado, assim como as despesas com retirada, carregamento, frete, seguro, taxas etc., correrão por conta e risco do ARREMATANTE/COMPRADOR(a). No ato da retirada, o ARREMATANTE / COMPRADOR(a) deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários, não sendo permitida a desmontagem ou transformação dos bens arrematados dentro da área em que estão localizados os mesmos.

6.4. Como a todos os interessados é dado o direito de vistoriar os bens a serem vendidos no presente Leilão, os mesmos não poderão alegar, por qualquer circunstância, motivo ou situação, desconhecê-los, nem tampouco ingressar em juízo com Ação Redibitória ou equivalente, a fim de minorar o valor ou pleitear qualquer espécie de indenização. A simples presença e participação no Leilão, já implicam na aceitação deste edital e do estado em que se encontram os bens.

6.5. O Município e o Leiloeiro não se responsabilizarão por eventuais erros de descrição, impressão, defeitos em veículos, máquinas, equipamentos colocados em leilão. Não cabe a respeito de quaisquer itens, quaisquer reclamações posteriores por parte do (a) arrematante, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, nem direito a reclamação por vícios redibitórios e tão pouco pedir abatimento nos valores.

#### 7. DO LEILOEIRO:

7.1. A Prefeitura nada pagará ao leiloeiro. O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162, e/ou pelos prepostos, convidados pela administração municipal pela vasta experiência e notório saber.

7.2. Fica reservado ao Leiloeiro indicado, o direito de suspender o presente processo licitatório, bem como adiar horários de início do leilão, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização. Os adiamentos deverão ser justificados aos presentes em voz alta.

7.3. No dia do Leilão, o silêncio deve ser observado pelos



participantes a fim de que todos os presentes possam ouvir atentamente o que está se procedendo. Caso haja perturbação da ordem, imediatamente será parado o Leilão, chamando, se a Força Pública, a Polícia Militar ou outra, para que a pessoa seja retirada imediatamente do local e esta responderá as consequências Legais, já citadas, além de eventuais perdas e danos. Em seguida, voltará o Leilão normalmente.

## 8. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL

8.1. Fica reservado ao Prefeito Municipal, por interesse público, o direito de revogar, anular, retirar ou incluir partes ou lotes, ou suspender o presente processo licitatório, bem como adiar horários de início do leilão, ou antes, da emissão do documento adjudicatório, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. Da reunião referente ao presente leilão será lavrado Diário ou Auto de Leilão, no qual figurarão todos os lotes vendidos ou não, bem como a correspondente identificação do(s) ARREMATANTE/COMPRADOR(a) com nomes completos, endereços, inclusive com número de CPF ou CNPJ.

9.2. O encerramento do processo de Leilão ocorre com o recebimento do valor total da arrematação, o pagamento da comissão do Leiloeiro Oficial e a entrega do(s) bem(ns) vendido(s) e a prestação de contas do leiloeiro.

## 10. DAS INFORMAÇÕES GERAIS:

### 10.1. DO LOCAL PARA VISITAÇÃO E HORÁRIOS:

Os bens encontram-se à disposição para exame dos interessados no PÁTIO DA PREFEITURA/SECRETARIA DE OBRAS, localizada a Rua xxxxxxxxxxxx, nº xxxxxxxx, Centro, no Horário das 7h 00min às 11h 30min e das 13h 00min às 18h 00min. a VISITA SERÁ PERMITIDA UM DIA ÚTIL ANTES DO LEILÃO. No dia do leilão, até 09 horas.

10.2. As visitas serão acompanhadas de funcionário designado pela Comissão Municipal de Leilão, ou pelo Leiloeiro, ou seu preposto.

10.3. Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93, datada em 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, independentes de menção expressa.

10.4. O Leiloeiro, no ato do pregão, não está obrigado a seguir a ordem numérica a que estão dispostos os lotes neste Edital, podendo invertê-la seguindo sua conveniência.

10.5. Como a todos é dado o direito de visita e de vistoria dos bens, entende-se que, participando do Leilão, o interessado declara tacitamente, ter pleno conhecimento deste Edital e declara que vistoriou previamente os lotes, tendo pleno conhecimento das características de cada bem. Fica, portanto, isento o Município e o Leiloeiro por eventuais vícios (inclusive os ocultos) existentes sobre o(s) bem(ns).

10.6. É proibido ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o(s) seu(s) bens antes da confecção da nota de venda em leilão ou do pagamento.

10.7. Não haverá sob hipótese alguma a substituição das notas de venda, a não ser por caso fortuito ou de força maior.

10.8. O Município e o Leiloeiro não atenderão e não reconhecerão reclamações de terceiros com quem venha o arrematante a

transacionar bens arrematados no presente leilão.

10.9. Este edital está registrado na forma da lei. Direitos autorais pertencentes ao Leiloeiro Oficial Júlio Ramos Luz. Proibida qualquer forma de reprodução total ou parcial deste edital. Cópias ou reproduções não autorizadas serão punidas na forma da Lei.

Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura, ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR e www.pinheiropreto.Sc.gov.br, ou ainda pelos (49) 3562 2000, (Prefeitura) ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro.

PINHEIRO PRETO (SC), 27 de junho de 2014.  
Euzebio Calisto Vieceli

PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

### ANEXO I

LOTE 01: 01 ÔNIBUS MERCEDES, 25 LUGARES, ANO 2002, MODELO M.BENZ/MPOL VICINO ON, PLACAS MCB 0487, RENAVAL 788756710, DIESEL, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00.

LOTE 02: 01 ÔNIBUS MERCEDES, 47 LUGARES, ANO 1992, MODELO M.BENZ/OF 1315, PLACAS LIL 9968, RENAVAL 320367266, DIESEL, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00.

LOTE 03: 01 CAMINHÃO MERCEDES, ANO 1976, MODELO M.BENZ/L 1113, PLACAS LZJ 3296XXX 0000, RENAVAL 553014110, DIESEL, COR AZUL. LANCE INICIAL R\$ 12.500,00.

LOTE 04: 01 GM CELTA 1.0, ANO 2002, MODELO GM CELTA, PLACAS MBO 7053, RENAVAL 781829283, GASOLINA, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00.

LOTE 05: 01 FIAT PALIO 1.0, ANO 1997, MODELO ED 97/98, PLACAS LZX 2199, RENAVAL 688265537, GASOLINA, COR BRANCA. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00.

LOTE 06: 01 GM VECTRA 2.0, ANO 2009, MODELO GM/VECTRA SEDAN ELEGANCE 2009/2010, PLACAS MGL 9895, RENAVAL 153765542, ÁLCOOL/GASOLINA, COR PRATA. LANCE INICIAL R\$ 23.500,00.

LOTE 07: 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, IPACOL. LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 08: 01 ENSILHADEIRA JUMIL. LANCE INICIAL R\$ 800,00.

LOTE 09: 01 CARRETA AGRÍCOLA. LANCE INICIAL R\$ 200,00.

LOTE 10: 02 CAÇAMBAS PARA CAMINHÃO TOCO. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00.

LOTE 11: 01 CAÇAMBA PARA CAMINHÃO TRUCK. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00.

LOTE 12: 18 PNEUS (CARCAÇAS), TAMANHOS DIVERSOS. LANCE INICIAL: R\$ 20,00.

LOTE 13: DIVERSOS: 03 ESTUFAS DE ESTERILIZAÇÃO, TAMANHOS DIVERSOS, SEM USO; 01 "MACA" COM RODAS, EM METAL, 01 SELADORA, MARCA SULIPACK; 01 BALANÇA DE BEBÊ, MARCA FILIZOLA; 01 MESA DE METAL COM RÉGUA (MESA PARA BEBÊ), 02 MESINHAS DE METAL COM PRATELEIRAS; 01 "MACA" FIXA, COM ESTOFADO; 02 FORNOS ELÉTRICOS, SEM USO; 01 MAQUINA LAVA ROUPAS, SEM USO; 02 MESAS DE ESCRITÓRIO EM MADEIRA; 01 MESA DE ESCRITÓRIO MDF; 01 CADEIRA DE RODAS NÃO MOTORIZADA. LANCE INICIAL R\$ 150,00



# Pomerode

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.856, de 30 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 2.856, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

INSTITUI O HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL NO DIA 04 DE JULHO DE 2014, TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DO JOGO DAS QUARTAS DE FINAL DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014, E PARA UM EVENTUAL AVANÇO À SEMIFINAL QUE SERÁ NO DIA 08 DE JULHO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "f", da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 que iniciou no dia 12 de junho de 2014 no Brasil;

Considerando a importância cívica nacional da participação do Brasil em mais uma Copa do Mundo de Futebol;

Considerando que o objetivo é proporcionar a manifestação de civismo do Servidor Público Municipal no acompanhamento dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol;

#### DECRETA:

Art. 1º No jogo do dia 04 de julho de 2014, válido pelas quartas de final, a ser realizado às 17 horas, o expediente dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal será normal até às 16 horas.

Parágrafo Único. Na eventualidade da Seleção Brasileira de Futebol avançar às semifinais da competição o jogo acontecerá no dia 08 de julho de 2014, às 17 horas, sendo que, neste dia, o expediente dos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal será normal até às 16 horas.

Art. 2º Ficam excluídos do horário estabelecido por este Decreto os serviços considerados essenciais ao interesse público e aqueles que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho, como as atividades finalistas das Secretarias de Educação e Formação Empreendedora e da Secretaria de Saúde.

Art. 3º Fica o Secretário de Administração e Fazenda autorizado a proceder, mediante portaria, modificações nos horários dispostos neste Decreto para assegurar a adequada prestação dos serviços públicos.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de junho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

### Tomada de Preços P/ Obras E Serviços de Engenharia N.º 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 005/2014

Processo Administrativo n.º 054/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES À DESMANCHE COM REAPROVEITAMENTO E DEMOLIÇÃO DE OBRAS IRREGULARES E REMOÇÃO DE MERCADORIAS E EQUIPAMENTOS DE PUBLICIDADE EM GERAL, INCLUINDO CARGA, TRANSPORTE, MÃO DE OBRA E DESTINAÇÃO DE MATERIAIS E ENTULHOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 18/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 18/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

### Tomada de Preços P/ Obras E Serviços de Engenharia N.º 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004/2014

Processo Administrativo n.º 053/2014.

Objeto: RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 18/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 18/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail:

licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2014.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**Pregão Presencial N.º 009/2014 - Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 019/2014.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 15/07/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 15/07/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 27 de Junho de 2014.  
WALTRAUD HINKELDEY  
Secretária Municipal de Saúde

**SAMAE****I Retificação ao Edital de Pregão Tipo Eletrônico 014/2014**

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2014

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que ALTERA:

Anexo I Termo de Referência

Onde se lê:

2.000	*MEDIDOR DE VAZÃO ELETROMAGNÉTICO, DN 200 MM, PARA ÁGUA TRATADA, REMOTO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: *FLANGEADO, COM CLASSE DE PRESSÃO MINIMA PN 10. *COM CONVERSOR DE SINAL PARA INSTALAÇÃO REMOTA, COM VISOR EM LCD, ALIMENTAÇÃO 12 V CA/CC, 80~240 VAC, COM SINAL DE SAÍDA RS485 COM PROTOCOLO MODBUS. *EXATIDÃO +- 0,25 % *GRAU DE PROTEÇÃO IP 68 *CABO ELÉTRICO COM NO MÍNIMO 30 METROS. *COM MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS. *CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. *VAZÃO MÁXIMA: 1400 M³/H *VAZÃO MÍNIMA: 30 M³/H *DIÂMETRO: 200 MM *VELOCIDADE: ENTRE 0,3 E 12 M/S	1 Unidade	R\$ 11.781,66
-------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	---------------

Leia-se:

2.000	*MEDIDOR DE VAZÃO ELETROMAGNÉTICO, DN 200 MM, PARA ÁGUA BRUTA, REMOTO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: *FLANGEADO, COM CLASSE DE PRESSÃO MINIMA PN 10. *COM CONVERSOR DE SINAL PARA INSTALAÇÃO REMOTA, COM VISOR EM LCD, ALIMENTAÇÃO 12 V CA/CC, 80~240 VAC, COM SINAL DE SAÍDA RS485 COM PROTOCOLO MODBUS. *EXATIDÃO +- 0,25 % *GRAU DE PROTEÇÃO IP 68 *CABO ELÉTRICO COM NO MÍNIMO 30 METROS. *COM MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS. *CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. *VAZÃO MÁXIMA: 1400 M³/H *VAZÃO MÍNIMA: 30 M³/H *DIÂMETRO: 200 MM *VELOCIDADE: ENTRE 0,3 E 12 M/S	1 Unidade	R\$ 11.781,66
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------	---------------

Onde se lê:

4.000	HIDRÔMETRO MULTIJATO ½" - 3,0 M³/H hidrômetro taquimétrico multijato, para água limpa e tratada, com transmissão magnética, diâmetro de ½", vazão nominal de 3,0 m³/h, com acessórios de metal (tubetes, porcas - ambos em latão) e arruelas de borracha (juntas de vedação / perfil quadrado), classe "b", carcaça de bronze ou de liga metálica com no mínimo de 60% de cobre, eixos em aço inox, mancais de safira resistente a fadiga, componentes internos de termoplásticos de engenharia, visor de relojoaria inclinada, sem pintura e com numeração na carcaça. ideal para medição de residências e economias de baixo consumo. sensível para baixas vazões. para temperatura de 0º a 40ºC. extremidades roscáveis para entradas de 1/2". comprimento de 165mm.	1.000 Unidades	R\$ 85,87
5.000	HIDRÔMETRO MULTIJATO ¾" - 3,0 M³/H hidrômetro taquimétrico multijato, para água limpa e tratada, com transmissão magnética, diâmetro de ¾", vazão nominal de 3,0 m³/h, com acessórios de metal (tubetes, porcas - ambos em latão) e arruelas de borracha (juntas de vedação / perfil quadrado), classe "b", carcaça de bronze ou de liga metálica com no mínimo de 60% de cobre, eixos em aço inox, mancais de safira resistente a fadiga, componentes internos de termoplásticos de engenharia, visor de relojoaria inclinada, sem pintura e com numeração na carcaça. ideal para medição de residências e economias de baixo consumo. sensível para baixas vazões. para temperatura de 0º a 40ºC. extremidades roscáveis para entradas de 3/4". comprimento de 190mm.	100 Unidades	R\$ 93,63

Leia-se

4.000	HIDRÔMETRO MULTIJATO ½" - 3,0 M³/H hidrômetro taquimétrico multijato, para água limpa e tratada, com transmissão magnética, diâmetro de ½", vazão nominal de 1,5 m³/h, com acessórios de metal (tubetes, porcas - ambos em latão) e arruelas de borracha (juntas de vedação / perfil quadrado), classe "b", carcaça de bronze ou de liga metálica com no mínimo de 60% de cobre, eixos em aço inox, mancais de safira resistente a fadiga, componentes internos de termoplásticos de engenharia, visor de relojoaria inclinada, sem pintura e com numeração na carcaça. ideal para medição de residências e economias de baixo consumo. sensível para baixas vazões. para temperatura de 0º a 40ºC. extremidades roscáveis para entradas de 1/2". comprimento de 165mm.	1.000 Unidades	R\$ 85,87
5.000	HIDRÔMETRO MULTIJATO ¾" - 3,0 M³/H hidrômetro taquimétrico multijato, para água limpa e tratada, com transmissão magnética, diâmetro de ¾", vazão nominal de 1,5 m³/h, com acessórios de metal (tubetes, porcas - ambos em latão) e arruelas de borracha (juntas de vedação / perfil quadrado), classe "b", carcaça de bronze ou de liga metálica com no mínimo de 60% de cobre, eixos em aço inox, mancais de safira resistente a fadiga, componentes internos de termoplásticos de engenharia, visor de relojoaria inclinada, sem pintura e com numeração na carcaça. ideal para medição de residências e economias de baixo consumo. sensível para baixas vazões. para temperatura de 0º a 40ºC. extremidades roscáveis para entradas de 3/4". comprimento de 190mm.	100 Unidades	R\$ 93,63

#### DESCRIÇÃO TÉCNICA PARA MEDIDOR DE VAZÃO ELETROMAGNÉTICO - LOTE 01 (ITENS 01, 02 E 03):

Onde se lê:

##### 1.4 TUBO SENSOR

\*Conexão: flange em aço carbono conforme norma ABNT NBR 7675 PN16.

\* Revestimento: BORRACHA, NEOPRENE, TEFLON OU POLIURETANO.

\* Eletrodos: em AÇO INOX 316 L REMOVÍVEIS com a linha despressurizada.

\* Proteção: O grau de proteção do elemento primário de medição (tubo de vazão), incluindo as conexões elétricas, deve ser no mínimo IP 68 de projeto de fábrica para submersão permanente sob lamina de água de pelo menos 03(três) metros a partir da parte superior do equipamento.

\*Faixa de velocidade calibrada: 0,5 ~ 5 m/s.

\*Leitura de vazão (direta e inversa): deverá indicar leitura instantânea e totalizador de vazão , em unidades de engenharia, configuráveis pelo usuário.

\*Calibração em Laboratório credenciado pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) nos seguintes pontos: 25% 50% 75% e 100% da Faixa.

\*Exatidão: No mínimo 0,5% do valor medido, incluindo efeitos de linearidade, histerese e repetibilidade. 10 Elevada estabilidade por longo período.

\* Anéis de aterramento / proteção em AISI 316.

\* Não será aceita eletrônica para processamento de sinais no tubo sensor.

Leia-se:

#### 1.4 TUBO SENSOR

\*Conexão: flange em aço carbono conforme norma ABNT NBR 7675 PN16.

\* Revestimento: BORRACHA, NEOPRENE, TEFLON OU POLIURETANO.

\* Eletrodos: em AÇO INOX 316 L REMOVÍVEIS com a linha despressurizada.

\* Proteção: O grau de proteção do elemento primário de medição (tubo de vazão), incluindo as conexões elétricas, deve ser no mínimo IP 68 de projeto de fábrica para submersão permanente sob lamina de água de pelo menos 03(três) metros a partir da parte superior do equipamento.

\*Faixa de velocidade calibrada: 0,5 ~ 5 m/s.

\*Leitura de vazão (direta e inversa): deverá indicar simultaneamente no visor leitura instantânea e totalizador de vazão , em unidades de engenharia, configuráveis pelo usuário.

\*Calibração em Laboratório credenciado pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) nos seguintes pontos: 25% 50% 75% e 100% da Faixa.

\*Exatidão: No mínimo 0,5% do valor medido, incluindo efeitos de linearidade, histerese e repetibilidade. 10 Elevada estabilidade por longo período.

\* Anéis de aterramento / proteção em AISI 316.

\* Não será aceita eletrônica para processamento de sinais no tubo sensor.

Onde se lê:

#### 1.5 - CONVERSOR DE SINAL ELETRONICO DIGITAL

O conversor de sinal deverá ser do tipo micro processado e programável no local de utilização para as funções de vazão, totalização de volumes, alarmes e sinais de saída. A caixa de proteção será fabricada a partir de liga de alumínio com baixo teor de cobre ou fibra de vidro reforçada poliamida, NEMA 4 X e IEC 529 IP 67, com revestimento a base de poliuretano e vedações em borracha. Deverá dispor de todos os terminais necessários para todas as conexões, fusíveis e outros componentes que se fizerem necessários.

\* O conversor de sinal deverá possuir display frontal do tipo LCD (cristal líquido).

\* A parametrização do conversor deverá ser realizada através de teclado localizado na parte frontal do mesmo, sem a necessidade de abrir o invólucro do medidor.

\*Alimentação: 12V CA/CC, 80 - 240 VAC.

\* Conversor separado do tubo sensor.

Para sinais de saída, deve obrigatoriamente possuir:

a) um sinal de saída de 4 - 20 mA, corrente contínua proporcional à vazão.

b) um sinal de saída de frequência (pulsos) com variação de frequência proporcional à vazão, saída de frequência de 0 a 1000 Hz.

c) O conversor de sinal deverá possuir protocolo de comunicação RS485 MODBUS integrado ao módulo eletrônico (de projeto de fábrica).

\* Deve possuir condições de zero e span não interativos.

\* Deverá possuir dois totalizadores (sem reset externo), um para fluxo direto e outro para fluxo reverso.

\*Deverá dispor de corte por vazões baixas e corte por tubulação vazia.

\*Deverá possuir menu de auto diagnóstico de falhas, além de saída de STATUS (do tipo binária) que permita identificar a ocorrência de um problema interno (sinal de alarme).

\*Deve possibilitar a indicações de vazões nos sentidos direto e reverso.

\*Deve manter os dados de totalização armazenados na memória, mesmo quando ocorrer queda de energia elétrica (totalizador não volátil).

\*O equipamento deve possuir ajuste de zero automático sem a necessidade de parada do fluxo em linha.

\*Repetibilidade : Mínimo de  $\pm 0,1$  % da leitura

\*Invólucro: Alumínio

\*Proteção: IP 67

\*Montagem do conversor: remota

Leia-se

#### 1.5 - CONVERSOR DE SINAL ELETRONICO DIGITAL

O conversor de sinal deverá ser do tipo micro processado e programável no local de utilização para as funções de vazão, totalização de volumes, alarmes e sinais de saída. A caixa de proteção será fabricada a partir de liga metálica, NEMA 4 X e IEC 529 IP 67, com revestimento a base de poliuretano e vedações em borracha. Deverá dispor de todos os terminais necessários para todas as conexões, fusíveis e outros componentes que se fizerem necessários.

\* O conversor de sinal deverá possuir display frontal do tipo LCD (cristal líquido).

\* A parametrização do conversor deverá ser realizada através de teclado localizado na parte frontal do mesmo, sem a necessidade de abrir o invólucro do medidor.

\*Alimentação: 12V CA/CC, 80 - 240 VAC.

\* Conversor separado do tubo sensor.

Para sinais de saída, deve obrigatoriamente possuir:

a) um sinal de saída de 4 - 20 mA, corrente contínua proporcional à vazão.

b) um sinal de saída de frequência (pulsos) com variação de frequência proporcional à vazão, saída de frequência de 0 a 1000 Hz.

c) O conversor de sinal deverá possuir protocolo de comunicação RS485 MODBUS integrado ao módulo eletrônico (de projeto de fábrica).

\* Deve possuir condições de zero e span não interativos.

\* Deverá possuir dois totalizadores (sem reset externo), um para fluxo direto e outro para fluxo reverso.

\*Deverá dispor de corte por vazões baixas e corte por tubulação vazia.

\*Deverá possuir menu de auto diagnóstico de falhas, além de saída de STATUS (do tipo binária) que permita identificar a ocorrência de um problema interno (sinal de alarme).

\*Deve possibilitar a indicações de vazões nos sentidos direto e reverso.

\*Deve manter os dados de totalização armazenados na memória, mesmo quando ocorrer queda de energia elétrica (totalizador não volátil).

\*O equipamento deve possuir ajuste de zero automático sem a necessidade de parada do fluxo em linha.

\*Repetibilidade : Mínimo de  $\pm 0,1$  % da leitura

\*Invólucro: Alumínio

\*Proteção: IP 67

\*Montagem do conversor: remota

#### 3 PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

Onde se lê:

3.1 O prazo de entrega do material é de quinze(30) dias úteis

para o lote 01 e 15 dias úteis para o lote 02.

Leia-se

3.1 O prazo de entrega do material é de TRINTA (30) dias úteis para o LOTE 01 e QUINZE (15) dias úteis para o LOTE 02.

DIANTE DA RETIFICAÇÃO INCIDIR DIRETAMENTE NA PROPOSTA FICA ALTERADO A DATAS CONFORME SEGUE:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:	Início: às 09h00min.	02/07/2014
	Término: às 13h:00min.	14/07/2014

ABERTURA DAS PROPOSTAS:	Início: das 13h01min.	14/07/2014
	Término: às 13h29min.	14/07/2014

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	Início: 13h30min.	14/07/2014
---------------------------------------	-------------------	------------

01/07/2014  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
PRESIDENTE DO SAMAE

## Ponte Serrada

### PREFEITURA

#### Contratos 2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 134/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0011/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: Dental Med Sul Artigos Odontológicos

CNPJ: 02.477.571/0001-47

OBJETO: Aquisição de material e equipamentos odontológicos para o uso junto às unidades de saúde do município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$30.999,90(trinta mil novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: De 05 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 135/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0011/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares

CNPJ: 06.194.440/0001-03

OBJETO: Aquisição de material e equipamentos odontológicos para o uso junto às unidades de saúde do município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.110,20(nove mil cento e dez reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: De 05 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 136/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0011/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: LA Dalla Porta Junior

CNPJ: 11.145.401/0001-56

OBJETO: Aquisição de material e equipamentos odontológicos para o uso junto às unidades de saúde do município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.030,40(dez mil e trinta reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: De 05 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 137/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0011/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada

CONTRATADA: Vanusa Dias Eireli EPP

CNPJ: 08.850.926/0001-88

OBJETO: Aquisição de material e equipamentos odontológicos para o uso junto às unidades de saúde do município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.700,70(quatro mil setecentos reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: De 05 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 138/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº.



0011/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: Fusão Comércio de Produtos Odontológicos Ltda  
CNPJ: 10.633.441/0001-84

OBJETO: Aquisição de material e equipamentos odontológicos para o uso junto às unidades de saúde do município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.439,80(oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: De 05 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 139/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0012/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: SCS Comércio Ltda ME  
CNPJ: 13.995.853/0001-52

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para uso junto da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 23.205,00(vinte e três mil duzentos e cinco reais).

VIGÊNCIA: De 10 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 140/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0012/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda  
CNPJ: 07.814.016/0001-87

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para uso junto da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.053,25(vinte mil cinquenta e três reais e vinte e cinco centavos).

VIGÊNCIA: De 10 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 141/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0012/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: Roberto Mistura-ME  
CNPJ: 10.292.359/0001-33

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para uso junto da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: de R\$195,00(cento e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: De 10 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 142/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0012/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda  
CNPJ: 05.919.156/0001-94

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para uso junto da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$16.878,00(dezesseis mil oitocentos e setenta e oito reais).

VIGÊNCIA: De 10 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 143/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0015/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0012/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: Roberto Tessaro & Cia Ltda  
CNPJ: 85.248.680/0001-10

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para uso junto da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ponte Serrada.

VALOR DO CONTRATO: R\$20.094,65(vinte mil noventa e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: De 10 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 144/2014

PROCESSO Nº. 0049/2014 CARTA CONVITE Nº. 0016/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: JC Assessoria Ambiental e Florestal Ltda ME  
CNPJ: 20.082.496/0001-05

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica ou física para prestar assessoria e consultoria na área de engenharia, meio ambiente, agricultura e infra-estrutura.

VALOR DO CONTRATO: R\$40.810,00(quarenta mil oitocentos e dez reais).

VIGÊNCIA: De 18 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 145/2014-FMS

PROCESSO Nº. 0016/2014-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0013/2014-FMS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: Relojoaria e Ótica Pasa Ltda  
CNPJ: 83.604.637/0001-14

OBJETO: Aquisição de armações e lentes para a distribuição na Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 83.590,00(oitenta e três mil quinhentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: De 25 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

CONTRATO Nº. 146/2014

PROCESSO Nº. 0053/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0017/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponte Serrada  
CONTRATADA: Jucélia Borsatti Borges da Cruz  
CNPJ: 10.604.006/0001-21

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de alunos com necessidades especiais.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 50.372,00(cinquenta mil trezentos e setenta e dois reais).

VIGÊNCIA: De 26 de junho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Eduardo Coppini

Prefeito Municipal

Ponte Serrada, 01 de julho de 2014.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### Modalidade de Licitação: Tomada de Preço - 002/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 002/2014 PMPB  
Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de pavimentação e urbanização de passeios da Rua Mário Manoel da Silva localizada no Bairro Vila Nova, Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital".

Recebimento das Propostas: Até as 09:00 horas do dia 17/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:01 horas do dia 17/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 01 de julho de 2014.  
CHIRLEY LAURENCIO  
Secretária de Administração

### Modalidade de Licitação: Tomada de Preço - 003/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 003/2014 PMPB  
Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de pavimentação e urbanização de passeios da Rua da Carioca localizada no Bairro Centro, Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital".

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 17/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 17/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 01 de julho de 2014.  
CHIRLEY LAURENCIO  
Secretária de Administração

### Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 030/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 030/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de equipamentos para a instalação de academia popular ao ar livre no Município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 15/07/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 15/07/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 01 de julho de 2014.  
CHIRLEY LAURENCIO  
Secretária de Administração

# Porto União

## PREFEITURA

### Resolução Nº 008/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 008, de 27 de junho de 2014.

Dispõe sobre reabertura das expansões do cofinanciamento federal Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida-LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC - FMAS, de Porto União.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 27 de junho de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 2.214, de 25 de outubro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto União - CMAS,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reabertura das expansões do cofinanciamento Federal Programa Nacional de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida-LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC- FMAS de Porto União.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 27 de junho de 2014.

MARCIA MARIA BAGGIO CAUS

Presidente do CMAS/Porto União

### Decreto Nº 492/2014

DECRETO Nº 492, de 1º de julho de 2014.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003, devidamente combinado com o § 5º, do Artigo 40, da Constituição Federal,

#### DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais e paridade com os servidores em atividade, à Servidora Pública Municipal Sra. DÓRIS MARGARET ZONTA, portadora do RG nº 3.183.848-7 SSP/PR e CPF nº 537.964.979-34, no Cargo de Professora, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 1º de julho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### Edital de Notificação Nº 124



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 386 124/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS6172	55372053D	5720/0	14/01/2012	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 121**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 121/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJR5939	55372082D	5185/1	11/11/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 119**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 119/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IAR6713	55372081D	5010/0	11/09/2012	162 * I
IIN1241	55372078D	5010/0	17/08/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 120**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 386 120/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KMP2801	55372005D	6050/2	13/07/2012	R\$ 191,53	208
MGC6737	55372077D	6599/2	08/07/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 122**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 122/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZZ9950	55372009D	6599/2	04/01/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 123**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO N° 386 123/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVL7655	55372083D	5185/1	11/03/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 125**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 386 125/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GWK1713	55372054D	5029/3	17/01/2012	R\$ 957,69	162 * II
LZA6349	55372058D	6912/0	23/01/2012	R\$ 53,20	232
MAT7997	54793300C	6599/2	08/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFD1436	54793299C	5720/0	01/01/2012	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 126**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 386 126/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IAV5992	55372003D	6599/2	16/06/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 127**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 127/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBK3596	54793320C	6637/2	08/04/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 128**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 128/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKL9343	55372012D	5010/0	28/03/2014	162 * I
MKL9343	55372013D	5061/0	28/03/2014	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 129**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 129/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCZ7948	54793321C	7030/1	08/04/2014	244 * I
MCZ7948	54793322C	6599/2	08/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 130**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 386 130/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ISB2074	55372092D	5460/0	20/04/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2014

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLÍCIA



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Portaria Nº 0707/2014

PORTARIA Nº. 0707/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar, entre 26/05/2014 a 25/07/2014, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal BEATRIZ SELHORST PEREIRA DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para exercer as atribuições do cargo de Diretor de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" - CEI Danilo Lourival Schmidt, durante o impedimento da titular, devido afastamento por motivo de doença em pessoa da família e gozo da metade do período de licença prêmio. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

### Portaria Nº 0749/RH

PORTARIA N. 0749/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014 e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante de fls. 90 a 96, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 007/2014, instaurado pela Portaria n. 0671/RH de 06 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de junho de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 98 a 100 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da denúncia contra a servidora municipal INGELOR CRISTEN DE OLIVEIRA, matrícula n. 89516/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem, no que diz respeito às possíveis infrações, previstas nos art. 157, incisos II, III e X, e art. 158, inciso I, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, tendo em vista o Art. 169 da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. Não haja o ressarcimento do valor correspondente aos 15 dias descontados como ausência ao trabalho, visto que, realmente a servidora não compareceu ao serviço, e não apresentou o atestado no prazo devido, conforme previsto no Art. 244, § 1º e § 2º, da Lei Complementar Nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data

de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 01 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### Edital de Publicação de Acórdãos Nº 004/2014

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 004/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 30/06/2014, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 005/2013

Protocolo nº 140260/2013

Recorrente: JCA HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA

Relatora: Conselheira Khellen Kühl Della Santos

DECISÃO: Por maioria dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra a Notificação de Lançamento de Tributos Municipais nº 100/2013.

EMENTA: ITBI - TRANSMISSÃO DE BEM IMÓVEL - INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE PESSOA JURÍDICA PARA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SOB CONDIÇÃO RESOLUTÓRIA - VERIFICAÇÃO DO PERÍODO DE PREPONDERÂNCIA - DOCUMENTAÇÃO NÃO APRESENTADA AO FISCO NO PRAZO LEGAL - LANÇAMENTO DO IMPOSTO DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS §§ 4º E 5º DO ART. 225 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - LEGALIDADE - RECURSO DESPROVIDO.

Leonice Witte

Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

### Lei 5.485

LEI Nº 5.485, de 30 de junho de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 2.778.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil reais) as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	235.000,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Vencimentos e Salários
01000000	Recursos Ordinários R\$ 100.000,00
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Vencimentos e Salários
01000000	Recursos Ordinários R\$ 40.000,00
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Vencimentos e Salários
01000000	Recursos Ordinários R\$ 24.000,00
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON
2.006	Manutenção do Departamento do Procon
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Vencimentos e Salários
01000000	Recursos Ordinários R\$ 29.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO
2.030	Manutenção do Ensino Infantil
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Vencimentos e Salários
01010000	Recursos Educação R\$ 1.175.000,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00	Vencimentos e Salários
01010000	Recursos Educação R\$ 1.175.000,00
	TOTAL R\$ 2.778.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 2.778.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

02.00	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
1.130	Devolução de Convênios
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas

01000000	Recursos Ordinários	R\$	613.000,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	50.000,00
02.05	Departamento de Expediente		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.000,00
05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.112.000,00
	TOTAL	R\$	2.778.000,00

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	----------------------------------------------------

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	-----------------------------------------

**GABINETE DO PREFEITO**

30 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**Portaria Nº 0750/RH**

PORTARIA N. 0750/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 07/06/2014 à Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2014 designada pela Portaria N. 0077/RH de 30/01/2014 (publicada em 24/02/2014), já adicionados os 13 (treze) dias pendentes dos 30 (trinta) do período concedido na Portaria n. 0342/RH, que foram interrompidos pela Portaria n. 0458/RH, que suspendeu os trabalhos ao 17º dia por motivo de doença do servidor indiciado, para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 012/P.A./001/2014, de 24/06/2014, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de julho de 2014.  
CARLOS ALBERTO LUTHARDT  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Asfj

### Decreto Nº 4160, de 30 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 4160, de 30 de junho de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.485, de 01/07/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica suplementada até o limite de R\$ 2.778.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil reais) as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	235.000,00
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.003	Manutenção do Departamento de Defesa Civil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	40.000,00
02.04	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
2.004	Manutenção do Departamento de Comunicação Social		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	24.000,00
02.07	DEPARTAMENTO DO PROCON		
2.006	Manutenção do Departamento do Procon		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	29.000,00

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01010000	Recursos Educação	R\$	1.175.000,00
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01010000	Recursos Educação	R\$	1.175.000,00
	TOTAL	R\$	2.778.000,00

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 2.778.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta e oito mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:
----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
1.130	Devolução de Convênios		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	613.000,00
2.064	Manutenção do Departamento da Guarda Municipal		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	50.000,00
02.05	Departamento de Expediente		
2.005	Manutenção do Departamento de Expediente		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Vencimentos e Salários		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.000,00
05.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE		
05.03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00	INVESTIMENTOS		
4.4.90.00	Aplicações Diretas	R\$	2.112.000,00
	TOTAL	R\$	2.778.000,00

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--------------------------------------------------------

Art. 4º-

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
01 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Termo de Acordo**

#### **TERMO DE ACORDO**

Que entre si celebram o Município de Rio do Sul/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob n.º 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de julho, nº 01, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, doravante simplesmente denominada CONCEDENTE ou MUNICÍPIO e a empresa ÔNIBUS CIRCULAR LTDA., prestadora do serviço público de transporte coletivo urbano do Município de Rio do Sul/SC, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede e domicílio comercial na Rua Lauro Muller, nº 444, Bairro Budag, inscrita no CNPJ/MF nº 85.775.633/0001-24, neste ato representada por seu administrador Sr. Oreste Rizzi, doravante simplesmente denominada SIGNATÁRIA ou CONCESSIONÁRIA.

CONSIDERANDO o disposto no art. 30, inc. V, da Constituição Federal, que atribui ao MUNICÍPIO competência para organizar e prestar o serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros, que tem caráter essencial;

CONSIDERANDO que, no Município de Rio do Sul, é de competência do MUNICÍPIO a prestação do serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros, organizar e fiscalizar nos termos da Lei Complementar Municipal nº 201/2010, que pode ser desempenhado pelo MUNICÍPIO diretamente ou, indiretamente, pelo regime de concessão ou permissão delegada a entidades privadas;

CONSIDERANDO que, até a presente data, o MUNICÍPIO optou pela delegação da exploração do serviço de transporte coletivo, no regime de concessão, à CONCESSIONÁRIA;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 175, determina a realização de licitação para a outorga de concessão ou permissão para exploração de serviços públicos;

CONSIDERANDO o interesse manifesto do MUNICÍPIO em realizar licitação para nova concessão, dos serviços de transporte coletivo de passageiros do Município de Rio do Sul;

CONSIDERANDO que o Município de Rio do Sul editou e publicou a Lei Complementar Municipal nº 201/2010, dispondo a respeito do serviço público de transporte coletivo de passageiros de Rio do Sul, autorizando o MUNICÍPIO a realização de licitação para nova delegação e estabelecendo as condições para tanto, dentre as quais a necessidade de apuração e definição prévia das indenizações eventualmente devidas à atual concessionária pela extinção de sua outorga, nos termos do art. 42 e parágrafos da Lei Federal n.º 8.987/95;

CONSIDERANDO que a Lei 8.987/95, estabelece, em seu art. 35, que, quando da extinção da concessão, por interesse da Administração, como no caso, é necessária a prévia indenização de bens e direitos da CONCESSIONÁRIA observando-se os procedimentos estabelecidos pelo §§ 3º e 6º do art. 42 da Lei 8.987/95 com redação alterada pela Lei 11.445/2007;

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO, em atendimento aos

dispositivos legais e regulamentares acima transcritos, instaurou processo administrativo destinado a apuração das indenizações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA, em razão da extinção de suas outorgas;

CONSIDERANDO que a CONCESSIONÁRIA apresentou requerimento administrativo ao MUNICÍPIO, formulando pedido de indenização para compensação de desequilíbrios econômico-financeiros que alega ter havido durante a vigência da permissão;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 42 da Lei Federal n.º 8.987/95, especialmente, da interpretação sistemática de seus parágrafos 3º, 4º e 5º, a indenização não estaria limitada ao saldo de amortização de bens reversíveis, incluindo também outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços.

CONSIDERANDO que o MUNICÍPIO e a CONCESSIONÁRIA, após o contraditório promovido pelas partes, delinearão pontos intermediários de consenso a respeito dos critérios e valores de indenização apresentados inicialmente por cada parte, após discussões técnicas e jurídicas;

CONSIDERANDO que a conciliação entre o MUNICÍPIO e a CONCESSIONÁRIA atende ao interesse público, permitindo uma redução substancial do valor de indenização inicialmente pleiteado pela CONCESSIONÁRIA e a quitação de toda e qualquer pendência relativa à delegação, bem como assegurará uma definição consensual do termo de encerramento da Concessão atualmente em vigor, evitando litígios judiciais que possam obstaculizar a realização de certame licitatório para nova delegação do serviço;

CONSIDERANDO a apuração e o levantamento prévio dos valores realizados por ambas as partes, conforme documentos que instruem o respectivo processo administrativo que originou o presente termo e devidamente auditado por instituição independente. Sobre tudo, frente ao contrato administrativo firmado entre o MUNICÍPIO e o Instituto Professor Rainoldo Uessler - IPRU;

CONSIDERANDO que não se aplica a prescrição quinquenal em face a disciplina do art. 42 § 3º, I, da Lei 8.987/95, quando prevê, para a extinção das outorgas regidas por aquele dispositivo, o "levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei". A lógica do dispositivo é estimar um prazo razoável em relação ao qual serão feitos os levantamentos. Não se alude a um prazo de prescrição para a exigência de ressarcimento. Do mesmo modo, nas concessões sujeitas a um prazo determinado, qualquer consideração atinente ao equilíbrio contratual deve tomar em conta todo o prazo de vigência da concessão.

CONSIDERANDO que em seu requerimento a atual operadora, signatária da presente, pugnou pelos valores de R\$ 7.525.759,30 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), atualizados até a data de protocolo do referido pleito administrativo.

CONSIDERANDO que a perícia contratada apurou, entre os anos de 1999 a 2010, um diferencial tarifário em relação a concessão na ordem de R\$ 9.315.456,49 (nove milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

As partes resolvem firmar o presente acordo para encerramento



do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros de Rio do Sul, atualmente em vigor, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** As partes reconhecem que o crédito indenizatório devido à CONCESSIONÁRIA é aquele requerido pela mesma cujo montante importa em R\$ 7.525.759,30 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), nos seguintes termos:

- a) Para o pagamento feito com recursos obtidos a partir do valor de outorga cobrado pela CONCEDENTE na concessão do serviço de transporte público coletivo de Rio do Sul, a CONCESSIONÁRIA concede abatimento de R\$ 2.525.759,30 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) no valor devido conforme consta do caput da presente cláusula, restando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a serem indenizados;
- b) Caso o valor de outorga cobrado pela CONCEDENTE não seja suficiente para o pagamento integral do valor da indenização devida nos termos da letra "a", o saldo a pagar pela CONCEDENTE será parcelado em 80 parcelas mensais sucessivas, corrigidas pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor;
- c) No caso do parcelamento realizado nos termos da letra "b", o atraso de até três parcelas implica na perda do direito do desconto concedido, sendo que o valor do abatimento será corrigido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor e será acrescido por rateio nas parcelas devidas restantes, acrescidas de juro de mora de 1% ao mês e devidamente corrigidas pelo INPC;
- d) Caso a CONCEDENTE opte por não utilizar o valor obtido com a outorga para pagamento da indenização devida, conforme pactuado na letra "a", o valor da indenização devida de R\$ R\$ 7.525.759,30 (sete milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos) será parcelado em 120 (cento e vinte) parcelas mensais sucessivas, corrigidas pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acrescidas de juro de mora de 1% ao mês, caso o pagamento seja feito em atraso;
- e) Na hipótese de parcelamento do saldo da indenização conforme letra "b" ou mesmo do parcelamento do valor integral conforme letra "d", o vencimento da primeira parcela ocorrerá sete meses após a assinatura do contrato de concessão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os créditos indenizatórios referidos no caput da presente cláusula poderão ser utilizados para pagamento de obrigações onerosas/valor de outorga ao MUNICÍPIO, exigidas no certame licitatório que será por ele promovido para nova delegação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Rio do Sul, seja diretamente pela CONCESSIONÁRIA, seja por terceiro que receba por cessão tais créditos, mediante prévia comunicação ao MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Caso a CONCESSIONÁRIA participe do processo de licitação que será promovido pelo MUNICÍPIO para nova delegação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros de Rio do Sul e se sagre vencedora do pleito, ou na hipótese de que a CONCESSIONÁRIA ceda, mediante comunicação prévia e expressa ao MUNICÍPIO, o crédito referido no caput da cláusula primeira para a empresa que se sagre vencedora da citada licitação, tal crédito poderá ser utilizado para fins de pagamento de valor de outorga definido no respectivo Edital de Licitação, com seu valor atualizado pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor até a data de sua utilização, de forma que, na assinatura do novo contrato, a CONCESSIONÁRIA, dará ampla, geral e irrestrita quitação ao referido crédito.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Caso a CONCESSIONÁRIA não participe do processo de licitação que será promovido pela CONCEDENTE para nova delegação do serviço público de transporte coletivo urbano

de passageiros de Rio do Sul, ou, mesmo participando, não se sagre vencedora, e tampouco ceda o crédito referido no caput da cláusula primeira a terceiro vencedor da citada licitação, a CONCEDENTE pagará a indenização a que tem direito a CONCESSIONÁRIA exclusivamente na forma estabelecida nas letras "a" e "b", devidamente atualizada pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou outro índice que venha substituí-lo, com primeira parcela a ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do novo Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam de comum acordo, afastados todos os pleitos indenizatórios formulados pela CONCESSIONÁRIA que versem exclusivamente quanto aos déficits tarifários, objeto do presente instrumento, razão pela qual a CONCESSIONÁRIA, uma vez cumpridas todas as obrigações estabelecidas neste acordo, referente aos déficits tarifários originados do Contrato de Concessão firmado entre a CONCESSIONÁRIA e a CONCEDENTE, cuja extinção ora se pactua, não lhe cabendo reivindicar nenhum valor adicional da CONCEDENTE nesse particular.

**CLÁUSULA QUARTA:** As partes, de comum acordo, estabelecem que a Concessão atualmente em vigor, de titularidade da CONCESSIONÁRIA, se encerrará no dia em que o novo concessionário, escolhido pela CONCEDENTE mediante licitação, iniciar a operação de seus serviços contratados, devendo a CONCESSIONÁRIA, de hoje até a referida data, manter a regularidade e a continuidade da prestação dos serviços, atendendo aos padrões de qualidade definidos pela legislação a ela aplicável e determinados pela CONCEDENTE, mediante a contraprestação da remuneração tarifária.

**CLÁUSULA QUINTA:** O presente instrumento constitui título executivo, nos termos do artigo 5º, §6º, da Lei Federal nº 7.347/85; do artigo 585, II e VII do Código de Processo Civil, e 146, §4º, II do Decreto Federal nº 6.514/08.

**CLÁUSULA SEXTA:** Os créditos contidos no presente instrumento poderão ser cedidos a terceiros, pela CONCESSIONÁRIA, mediante prévia e expressa comunicação ao MUNICÍPIO.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas e a tudo presentes.

Rio do Sul, 02 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL  
CPF 292.826.679-87  
CNPJ 83.102.574/0001-06

ORESTE RIZZI  
ÔNIBUS CIRCULAR LTDA  
CPF 004.483.709-72  
CNPJ 85.775.633/0001-24

TESTEMUNHAS:  
GIVANILDO SILVA  
CPF 895.980.249-20

MAURINO RIZZI  
CPF 292.763.909-44



**Pregão Presencial 098/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2014

OBJETO: Contratação de serviços de jardinagem e roçadas de vias públicas municipais, parques, praças e canteiros do município. Secretaria de Obras.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 14/07/2014, às 10:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 10/02/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 01 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

**Decreto Nº 4153, de 25 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4153, de 25 de junho de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 055/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 055/2014 de 27.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

SOS SUL RESGATE COM. SERV. SEG. SINAL LTDA;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;

ALIANCA HOSP. LTDA;

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;

SERMEDCALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO DECRETO Nº 4153/2014.

Pregão Presencial Nº 055/2014 de 27.05.2014.

Objeto da Licitação: Registro de preços para aquisição de materiais de atendimento pré hospitalar para uso nos atendimentos do Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

Participantes:

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;

SOS SUL RESGATE COM. SERV. SEG. SINAL LTDA;

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;

ALIANCA HOSP. LTDA;

SERMEDCALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;

QUALYMEDIC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou os vencedores os licitantes:

SOS SUL RESGATE COM. SERV. SEG. SINAL LTDA;

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;

ALIANCA HOSP. LTDA;

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA;

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;

SERMEDCALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

**Decreto Nº 4151, de 23 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4151, de 23 de junho de 2014.

"EXONERA LAIS SANTOS CAPEL".

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 30/06/2014, a servidora LAIS SANTOS CAPEL, do cargo em comissão de Diretor Departamento Pecuária, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto Nº 4155, de 27 de Junho de 2014.**

DECRETO Nº 4155, de 27 de junho de 2014.

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DOS TERRENOS E DAS EDIFICAÇÕES"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, prevista no inciso VI do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município e no Artigo 221 da Lei Complementar nº 110/2003 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado como representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí - AEAVI, o engenheiro civil, Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular, em substituição ao Sr. Alexandre Melchiorretto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

27 de junho de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RUBENS AUGUSTO SCHWARZ MESLIN

Secretário Municipal de Fazenda

Secretário Municipal da Fazenda

---

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

---

**Edital de Pregão Presencial Nº30/2014 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2014 fms

OBJETO: Aquisição de mobiliário e equipamentos para atender as necessidades da Central do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) no Município de Rio do Sul - SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 10 de JULHO de 2014 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 09 de JULHO de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 13:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: elizeu.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br).

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 02 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### Decreto Nº 031/2014

**DECRETO Nº 031/2014, de 27 de junho de 2014.**

**Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em Estágio Probatório, de acordo com o artigo 41 § 4º da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 002/2004 e dá outras providências.**

**CLAUDEMIR CESCA**, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

#### **D E C R E T A :**

**Artigo 1º.** O estágio probatório é o período de 3 (três) anos de efetivo exercício do servidor, nomeado para o cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público, durante o qual a aptidão e a capacidade são objetos de avaliação no desempenho do mesmo, observados os seguintes critérios:

- I - Assiduidade;
- II - Disciplina;
- III - Capacidade de iniciativa;
- IV - Produtividade;
- V - Responsabilidade.

**Artigo 2º.** A Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em Estágio Probatório será responsabilidade do Setor de Recursos Humanos e das Chefias Imediatas e supervisionadas por Comissão Especial de Avaliação de Desempenho designada por ato do Chefe do Poder Executivo, composta por 3 (três) servidores efetivos estáveis.

**Artigo 3º.** Durante o estágio probatório serão realizadas 4 (quatro) avaliações, nos seguintes períodos, a contar do ingresso: 6º, 11º, 22º e 33º meses.

**Artigo 4º.** O processo de avaliação de estágio probatório será protelado, gerando suspensão, na ocorrência das seguintes hipóteses, dentro do período superior a 30 (trinta) dias:

- a) Licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho;
- b) Licença maternidade e adotante;
- c) Licença para concorrer a cargo eletivo;
- d) Licença para serviço militar obrigatório;
- e) Licença prêmio;
- f) Licença para desempenho de mandato classista;
- g) Licença para servir a outro órgão ou entidade;
- h) Designação para desempenhar cargo em comissão e função gratificada;
- i) Exercício de atividades diversas daquelas próprias do cargo para o qual foi nomeado;
- j) Demais casos que importem em afastamento do cargo.

**Artigo 5º.** Os avaliadores preencherão os quesitos de consenso assinalando com "X", no próprio formulário de avaliação, respeitando a devida harmonia e equilíbrio, necessário ao julgamento dos quesitos.

**Parágrafo Único** – No final deverão preencher a capa do formulário de avaliação com os pontos obtidos, assinarem e anotarem o número de sua cédula de identidade (RG).

**Artigo 6º.** Será utilizado para realização da Avaliação Especial de Desempenho dos servidores em estágio probatório, dentro dos fatores constantes do Artigo 1º deste Decreto, os formulários de avaliação do Anexo I.

**§ 1º.** Para cada fator de avaliação, serão utilizados duas questões com 04 (quatro) alternativas cada, que deverão ser consideradas pelos avaliadores, assinalando no campo específico do formulário, uma única alternativa para cada questão.

**§ 2º.** Na hipótese de nenhuma das alternativas corresponder ao avaliado, em cada fator, encontra-se um campo aberto para observação dos avaliadores entenderem que as alternativas apresentadas não descrevem a real

aptidão e capacidade do avaliado, devendo nesse caso os avaliadores atribuir uma nota de "0" (zero) a "10" (dez) pontos, considerando o respectivo quesito.

**Artigo 7º.** Para confirmação do servidor no cargo, este deverá alcançar, ao final das avaliações, pontuação igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da pontuação máxima, em cada um dos fatores de avaliação.

**Artigo 8º.** O servidor avaliado poderá insurgir-se contra as avaliações pelos seguintes instrumentos de defesa:

I – Defesa, no prazo de dez dias, dirigido a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho;

II – Recurso, no prazo de dez dias, dirigido ao Prefeito Municipal.

§ 1º - Os prazos serão contados a partir da cientificação do servidor, em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento, ficando prorrogado para o primeiro dia útil seguinte ao prazo do vencimento quando não houver expediente na Administração Municipal.

§ 2º - Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a notificação, sendo contínuos, não se interrompendo nos feriados.

§ 3º - A interposição dos instrumentos de defesa deve ser feita por escrito, diretamente ao Protocolo Central e estar devidamente assinado pelo servidor avaliado ou procurador habilitado, sob pena de não conhecimento.

**Artigo 9º.** A defesa é o instrumento utilizado pelo servidor avaliado quando não concordar com o resultado da avaliação.

**Artigo 10.** O Recurso é o instrumento utilizado pelo servidor avaliado quando não concordar com o resultado da Defesa outrora apresentada.

**Art. 11.** Os instrumentos de defesa previstos neste Regulamento não poderão contemplar períodos de avaliações anteriores, limitando-se ao último período avaliado.

**Artigo 12.** O servidor avaliado que não atingir a pontuação mínima na avaliação não será aprovado no Estágio Probatório e, por consequência, não terá adquirido estabilidade, sendo exonerado, por ato administrativo próprio do Poder Executivo.

**Artigo 13.** É parte integrante deste Decreto o Anexo I.

**Artigo 14.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 007/2005.

Salto Veloso - SC, 27 de junho de 2014.

**CLAUDEMIR CESCA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**JOSÉ CARLOS ONEDA**  
**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**A N E X O I**  
**AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

ITEM	NOTA ATRIBUÍDA	PONTOS OBTIDOS
<b>I – Assiduidade:</b> 1ª Questão		<input type="text"/>
2ª Questão		<input type="text"/>
<b>II – Disciplina:</b> 1ª Questão		<input type="text"/>
2ª Questão		<input type="text"/>
<b>III – Cap. Iniciativa:</b> 1ª Questão		<input type="text"/>
2ª Questão		<input type="text"/>
<b>IV – Produtividade:</b> 1ª Questão		<input type="text"/>
2ª Questão		<input type="text"/>
<b>V – Responsabilidade:</b> 1ª Questão		<input type="text"/>
2ª Questão		<input type="text"/>
<b>TOTAL</b>		

Salto Veloso-SC,



Chefia Imediata

Membro

Membro

Membro

**A N E X O I**  
**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**I – ASSIDUIDADE:**

1 – Considere como assiduidade, a regularidade em que o servidor comparece ao serviço.

- a) 10 – não faltou até a presente data.
- b) 7,5 – Quando faltou, teve justificativa compatível, procurando avisar a chefia antecipadamente, evitando não comprometer os serviços.
- c) 5,0 – Apesar de não prejudicar com o bom andamento dos serviços faltou algumas vezes.
- d) 2,5 – Falta constantemente, sem dar justificativa, comprometendo os serviços.

**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**I – ASSIDUIDADE:**

2 – Considere como assiduidade, a participação do servidor em cursos de aprimoramento promovidos pelo Município e outros, bem como a presença em eventos promovidos por este ente nos setores: cultural, educacional, social, datas comemorativas etc.

a) 10 – Requisita, pede ou sugere cursos para melhorar seus conhecimentos na área.

b) 7,5 – Participa sempre de cursos de aperfeiçoamento, reuniões de orientação.

c) 5,0 – Participa de algumas reuniões ou cursos de orientação profissional

d) 2,5 – Demonstra não gostar de participar de cursos de aperfeiçoamento ou reuniões que objetivem transmitir novos conhecimentos.

**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**II – DISCIPLINA:**

1 – Considere a seriedade e ética profissional na execução do trabalho:

- a) 10 – Mostra-se extremamente responsável no cumprimento de suas tarefas, princípios e normas de serviço. Quando considera uma ordem inadequada apresenta sugestões, embora sempre acate para não prejudicar o serviço. ☐
- b) 7,5 – Mostra-se sempre responsável no cumprimento de suas tarefas, seguindo os princípios e normas gerais do serviço. ☐
- c) 5,0 – Mostra-se geralmente responsável no cumprimento de suas tarefas. Tende a não seguir os princípios e normas do serviço quando não concorda com eles. ☐
- d) 2,5 – Mostra-se geralmente responsável ao cumprimento de suas tarefas. Acata os princípios e normas dos serviços embora os critique sempre, sem apresentar sugestões de melhorias. ☐

**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AValiação Especial de Desempenho em Estágio Probatório**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**II - DISCIPLINA**

2 – Considere a capacidade do avaliado de tratar o público, os subordinados, os superiores e seus pares.

a) 10 – Com grande facilidade de estabelecer relações, nunca cria problemas. É extremamente hábil em tratar com qualquer pessoa.

b) 7,5 – Geralmente não cria problemas de relacionamento, controlando bem suas limitações no contato com as pessoas.

c) 5,0 – Evita o relacionamento com pessoas em geral, tanto quanto possível. Procura controlar suas deficiências neste sentido.

d) 2,5 – Quando entra em contato com outras pessoas, frequentemente cria problemas de relacionamento.

**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AValiação Especial de Desempenho em Estágio Probatório**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**III – CAPACIDADE DE INICIATIVA:**

1 – Considere a capacidade de apreensão do trabalho e a visão crítica dos seus pontos importantes, agindo acertadamente quando necessário.

- a) 10 – Sua vivacidade e percepção o ajuda muito nas tarefas que lhe são confiadas. Não falha por falta de iniciativa ou criatividade. ☐
- b) 7,5 – Aprende com facilidade e possui a noção exata daquilo que é realmente importante. Toma a melhor iniciativa na hora certa. ☐
- c) 5,0 – Aprende bem o trabalho em si, mas tem dificuldades em utilizar sua criatividade para inovar e tem pouca iniciativa. ☐
- d) 2,5 – Falta-lhe criatividade para inovar em sua rotina de trabalho. Não tem iniciativa para agir quando necessário. ☐

**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**III - CAPACIDADE DE INICIATIVA**

2 – Considere o relacionamento, disponibilidade e boa vontade para com o grupo de trabalho.

- a) 10 – Cooperar espontaneamente dando o máximo de si. Tem ótimo relacionamento e mostra-se sempre disposto a ajudar os colegas. ☐
- b) 7,5 – Não nega nunca um auxílio quando é solicitado. Colabora com ☐



o grupo para o bom andamento do trabalho. Tem bom relacionamento com os colegas.

c) 5,0 – Está disposto a colaborar somente quando solicitado e desde que não seja prejudicado.

☐

d) 2,5 – Raramente presta auxílio. Sua falta de colaboração, prejudica o bom andamento do serviço. Cria problema no grupo.

☐**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I****AValiação Especial de Desempenho em Estágio Probatório**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**IV – PRODUTIVIDADE:**

1 – Considere a seriedade e constância com as quais o avaliado desempenha as suas tarefas:

a) 10 – Está entregue ao trabalho, dedicando-se a ele de forma regular e constante.

☐

b) 7,5 – A falta de constância e regularidade com que desempenha o seu trabalho, não chegam a comprometer o ritmo. Quando solicitado, ele se dedica e se recupera.

☐

c) 5,0 – Não é constante na realização do trabalho. Ora se dedica com empenho, ora não.

☐

d) 2,5 – É irregular ao realizar suas tarefas. Interrompe frequentemente o trabalho sem motivo real.

☐

OBSERVAÇÕES:

Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AValiação Especial de Desempenho em Estágio Probatório**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**IV - PRODUTIVIDADE**

2 – Considere até que ponto o avaliado é capaz de ser objetivo e abdicar das razões pessoais para atender os interesses profissionais do grupo.

a) 10 – Sua maturidade lhe dá grande destaque entre as demais pessoas ao considerar as circunstâncias de trabalho e os outros com perfeita imparcialidade. Suas conclusões decorrem de fatos lógicos.

b) 7,5 – Quando devidamente esclarecido tem maturidade suficiente para acatar outras opiniões. Procura ser imparcial em seus julgamentos.

c) 5,0 – Precisa ser levado com muito jeito. Tem tendência a ser parcial e subjetivo ao considerar o seu trabalho de grupo.

d) 2,5 – Considera seu trabalho e as pessoas que o cercam de maneira subjetiva. Só suas razões são válidas. É incapaz de dar razão a

outra pessoa.

OBSERVAÇÕES:

Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AValiação Especial de Desempenho em Estágio Probatório**

Nome do Funcionário Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**V – RESPONSABILIDADE:**

1 – Considere a disposição e o esforço pessoal em aperfeiçoar-se cada vez mais para assumir novos encargos e responsabilidades.

a) 10 – Está sempre a par de todo o seu trabalho e interessa-se por assuntos que possam ajudá-lo a progredir, solicitando até maiores responsabilidades.

b) 7,5 – Não decepciona quando solicitado a desencumbir-se de uma tarefa mais difícil. Neste caso, sua atuação satisfaz plenamente.

c) 5,0 – Desenvolve seu trabalho rotineiramente, não quer assumir tarefas mais complicadas

d) 2,5 – Trabalha maquinalmente, ignorando os demais serviços de área. Não procura evoluir profissionalmente. Faz de seu trabalho uma ocupação secundária.

OBSERVAÇÕES:

Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AValiação Especial de Desempenho em Estágio Probatório**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**V - RESPONSABILIDADE**

2 – Considere a habilidade do avaliado em analisar os resultado decorrentes de suas decisões na área em que atua:

- a) 10 – Não se frustra diante de seu erro, antes procura compreendê-los e identificar suas causas a fim de evitá-los em decisões futuras, desenvolvendo-se profissionalmente.
- b) 5,0 – Nem sempre consegue reconhecer os resultados negativos ocorridos em sua área, mas quando o faz, analisa-os a fim de não cometê-los novamente
- c) 7,5 – Modifica seu comportamento quanto as decisões, sempre que consegue compreender que os resultados obtidos em sua área são inadequados.
- d) 2,5 – Raramente reconhece que os resultados negativos correspondem a sua responsabilidade.

☐☐☐☐

**OBSERVAÇÕES:**


Avaliador: Chefe Imediato

Presidente da Comissão

**A N E X O I**  
**AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Nome do Servidor Avaliado:

Data da Nomeação:

Cargo:

Departamento:

**RESULTADO GERAL DA AVALIAÇÃO**

Considerando que os pontos atribuídos aos quesitos abaixo foram os constantes do presente processo avaliatório, a saber:

<b><u>Assiduidade:</u></b>	_____Pontos
<b><u>Disciplina:</u></b>	_____Pontos
<b><u>Capacidade de Iniciativa:</u></b>	_____Pontos
<b><u>Produtividade:</u></b>	_____Pontos
<b><u>Responsabilidade:</u></b>	_____Pontos

**TOTAL** \_\_\_\_\_Pontos

Considerando que o servidor obteve na Avaliação Especial de Desempenho \_\_\_\_\_ pontos, nos termos do Artigo 7º do Decreto 031/2014 foi considerado:

APROVADO

REPROVADO



Salto Veloso- SC, ..... de .....

**PREFEITO MUNICIPAL**

Salto Veloso-SC, ..... de .....

Chefia Imediata

Presidente da Comissão de Avaliação

Membro da Comissão

Membro da Comissão

**ANEXO I**

**NOTIFICAÇÃO DO SERVIDOR**



Notificamos Vossa Senhoria que nos termos da Lei Complementar Municipal nº 002/04 e Decreto nº 031/2014 sobre o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, do período ....., sendo que se Vossa Senhoria discordar com o resultado, fica concedido o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis para, se quiser, apresentar **defesa escrita**, dirigida a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.

Atenciosamente,

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Ciente:

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/.....

.....

**ANEXO I  
PARECER**

Parecer CONTRÁRIO à permanência do servidor ....., em face de não ter atingido na **Avaliação Especial de Desempenho**, conforme dispõe o Artigo 41, Parágrafo 4º da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal nº 002/04 de 06 de dezembro de 2004 e do parâmetro exigido no Artigo 1º do Decreto nº 031/2014.

Comunique-se o servidor, concedendo-lhe, caso queira, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme estabelece o Artigo 8º do Decreto nº 031/2014 e Artigo 6º, § 4º, da Lei Complementar 02/2004, para apresentação de defesa escrita.

Salto Veloso- SC, ..... de ..... de .....

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

**ANEXO I****NOTIFICAÇÃO DO SERVIDOR  
(RESULTADO NEGATIVO)**

Notificamos Vossa Senhoria que nos termos da Lei Complementar Municipal nº 002/04 e Decreto nº 031/2014 foi instaurado o competente Processo Administrativo em relação ao resultado da Avaliação Especial de Desempenho, manifestamente contrário à vossa permanência no serviço público municipal; sendo-lhe concedido o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis para, se quiser, apresentar **defesa escrita**, dirigida a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.

Atenciosamente,

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Ciente:

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/.....  
.....

**A N E X O I****NOTIFICAÇÃO AO SERVIDOR DO RESULTADO DA DEFESA ESCRITA**

CIENTIFICAMOS que, A DEFESA ESCRITA apresentada por Vossa Senhoria foi julgada por esta Comissão de Avaliação de Desempenho foi julgada improcedente, desta forma, Vossa Senhoria tem prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta notificação, para, se quiser, apresentar **Recurso**, dirigido ao Prefeito Municipal.

Atenciosamente

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Ciente:

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.  
.....

\_\_\_\_\_  
Chefe Imediato

**LEI Nº 1.514**

LEI Nº 1.514, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR PAGAMENTO DE FRETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar frete de caminhão/estilo furgão, para transporte dos donativos às vítimas da enchente da região de Porto União-SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 30 de junho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 208/2014**

PORTARIA Nº. 208/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Julho de 2014 a 30 de Julho de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARCIA JANETE SULDOSVKI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 08/03/2013 a 07/03/2014.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 209/2014**

PORTARIA Nº. 209/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Julho de 2014 a 30 de Julho de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor EVAINER SANTIAN do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2013 a 01/01/2014.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 210/2014**

PORTARIA Nº. 210/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Julho de 2014 a 30 de Julho de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARLI TEREZINHA PIAIA TERCI do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### Lei Nº 953, de 01 de Julho de 2014.

LEI Nº 953, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Concessão de Uso de equipamentos pertencente ao Município para uso da Associação dos Agricultores Familiares do Extremo Sul - AGRISUL, com intuito de incentivar a agricultura familiar no Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder os equipamentos abaixo descritos, de propriedade do município, para uso da Associação dos Agricultores Familiares do Extremo Sul - AGRISUL, mediante celebração de Termo de Concessão de uso, quais sejam:

Número do Patrimônio	Quantidade	Descrição
07851	001	Trator agrícola, tração 4x4, potência mínima 85CV, marchas 12 frente e 12 ré, capota, tomada de força independente.
07852	01	Carreta agrícola de madeira, 2 eixos, 4 pneus novos, com sistema de freios, capacidade mínima 5,0 ton.
07853	01	Carreta agrícola de madeira, 2 eixos, 4 pneus novos, com sistema de freios, capacidade mínima 5,0 ton.
07854	01	Colhedora de forragens, 1 linha, 4 rolos e 10 facas com diferentes tamanhos de corte (2 a 24mm).
07855	01	Colhedora de forragens, equipada com plataforma colhedora de pastagens, largura mínima 1,20m.
07856	01	Arado fixo, 3 discos de 28" e 6mm de espessura.
07857	01	Grade hidráulica com 28 discos mistos de 20" (mínimo).
07858	01	Carreta distribuidora de fertilizantes químicos e orgânicos, capacidade 5,0 ton. Esteira dupla de 80 cm, pneus novos.
07859	01	Concha carregadeira traseira, acoplada ao terceiro ponto do trator, largura 1,0 m e altura 0,8 m (mínimo).
07860	01	Plantadeira/semeadora múltipla, 5 linhas de 40 cm para sementes graúdas e 11 linhas de 17 cm para sementes miúdas, sistema de
07861	01	Pulverizador agrícola, 400 litros, barras dobráveis de 10 m e 20 bicos, bomba de 80 lt/minuto (mínimo).
07862	01	Roçadeira traseira, largura 1,8 m, transmissão com cardam, caixa de giro livre, roda de apoio.
07863	01	Plaina traseira, regulagem horizontal e vertical, largura de 2,30 m.

07864	01	Distribuidor de esterco líquido, bomba lobular, 4.000 lt, revestimento com Epóxi, agitador interno, rodado simples.
07865	01	Perfurador de solo, acionado por tomada de força do trator, embreagem de segurança, brocas de aço de 12".
07866	01	Guincho traseiro, acoplado no terceiro ponto, levante mínimo de 1.000 kg.

Parágrafo único. Os bens cedidos terão como objetivo o incentivo da agricultura familiar no município e deverão ser usados para o desenvolvimento da agricultura familiar e da pecuária leiteira no município de Santa Rosa do Sul/SC.

Art. 2º - Correrão à expensas da associação as despesas decorrentes da conservação, manutenção e guarda dos equipamentos.

Parágrafo Único - Fica a cessionária vedada de ceder, locar e emprestar o objeto desta cessão de uso para terceiros, bem como utilizá-los para fins diferentes dos acima descritos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de julho de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

### Edital Nº 68\_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 68/2014 - CARTA CONVITE Nº 68/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de hora-máquina (Escavadeira Hidráulica), para aberturas e limpeza de Valas no interior do município e extração de saibro, setor de viação, Obras e Serviços Públicos, com recebimento da documentação e proposta até às 08:45hs do dia 10/07/2014, com abertura 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113

E-mail [compras@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:compras@santarosadosul.sc.gov.br)

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

**Comunicado Resultado de Habilitação PL 60/2014**

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul  
Comissão Permanente de Licitação

**COMUNICADO**

A Comissão Permanente de Licitações, após análise da habilitação e Decisão do Prefeito Municipal, comunica que restou HABILITADAS ao Processo de Licitação nº 60/2014 - Tomada de Preços nº 60/2014, que objetiva a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de Cobertura de uma Quadra poliesportiva, com área de 627,00m², na localidade de Peroba na Cidade de Santa Rosa do Sul/SC. As licitantes participantes: Camilo & Ghisi Ltda e Engetom Construção Civil Ltda. Comunica aos representantes das empresas habilitadas que a abertura dos Envelopes contendo as propostas de preços fica marcado para o dia 03 de julho de 2014, as 08h30min, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Santa Rosa do Sul, 01 de julho de 2014.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

**Comunicado Resultado de Habilitação PL 61/2014**

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

Comissão Permanente de Licitação

**COMUNICADO**

A Comissão Permanente de Licitações, após análise da habilitação e Decisão do Prefeito Municipal, comunica que restou HABILITADAS ao Processo de Licitação nº 61/2014 - Tomada de Preços nº 61/2014, que objetiva a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de uma Quadra poliesportiva, com área de 980,40m², no Bairro de Vila Albina, Cidade de Santa Rosa do Sul/SC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo. As licitantes participantes: Camilo & Ghisi Ltda e Engetom Construção Civil Ltda.

Comunica aos representantes das empresas habilitadas que a abertura dos Envelopes contendo as propostas de preços fica marcado para o dia 03 de julho de 2014, as 09h30min, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Santa Rosa do Sul, 01 de julho de 2014.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

**Comunicado Resultado de Habilitação PL 62/2014**

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

Comissão Permanente de Licitação

**COMUNICADO**

A Comissão Permanente de Licitações, após análise da habilitação e Decisão do Prefeito Municipal, comunica que restou HABILITADAS ao Processo de Licitação nº 62/2014 - Tomada de Preços nº 62/2014, que objetiva a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção de uma Escola urbana, com área de 854,00m², no Bairro Vila Albina - Cidade de Santa Rosa do Sul/SC, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro. As licitantes participantes: Camilo & Ghisi Ltda e Engetom Construção Civil Ltda e Tecnicon Construção Civil Ltda - Me.

Comunica aos representantes das empresas habilitadas que a abertura dos Envelopes contendo as propostas de preços fica marcado para o dia 03 de julho de 2014, as 10h:30min, na sala do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Santa Rosa do Sul, 01 de julho de 2014.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira  
Presidente da CPL

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### **Cancela PL 422 2014**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está CANCELANDO o PROCESSO LICITATÓRIO n. 422/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial, que tratava da AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, CONserto DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014. Processo CANCELADO conforme Decreto n. 191/2014. Maiores informações, poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 30/06/14.  
Jacob Gilmar Junges  
Prefeito Municipal.

## São Bento do Sul

### SAMAE-SÃO BENTO DO SUL

#### **Extrato de Contrato Nº 51/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 51/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: CONSTRUTORA INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA

Licitação: 51/2013

Recursos: Dotação:

(47) 4.4.90.51.00.00 - Setor de Abastecimento de Água

Objeto: Contratação de empresa para implantação de Estação Elevatória de Esgoto com vazão de mínima de 39,00 l/s da Sub-Bacia 03 do Rio São Bento no município de São Bento do Sul/SC.

São Bento do Sul, 01 de julho de 2014

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

#### **Extrato de Contrato Nº 52/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 52/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA - ME

Vigência: Início: 13/06/2014 - Término: 13/06/2015

Licitação: 37/2014

Recursos: Dotação:

(39) 3.3.90.39.00 - Setor de Abastecimento de Água

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reposição de calçamentos, com recolocação de paralelepípedos, lajotas sextavadas, petit-pavê, meio-fio, Peiver e construção de calçadas em concreto.

São Bento do Sul, 01 de julho de 2014

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

#### **Extrato de Contrato Nº 53/2014**

EXTRATO DE CONTRATO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 53/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA - ME

Vigência: Início: 23/06/2014 - Término: 23/06/2015

Licitação: 38/2014

Recursos: Dotação:

(112) 3.3.90.39.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário

Objeto: Contratação de serviço continuado para coleta e transporte de lodo das Estações de Tratamento de Esgoto e de esgoto bruto das Elevatórias de Esgoto Bruto localizados no perímetro urbano de São Bento do Sul, para destinação final para a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE-BRSB localizada na Estrada Cruzeiro, s/nº, bairro Cruzeiro.

São Bento do Sul, 01 de julho de 2014  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

#### **Aviso de Licitação Nº 43/2014**

Pregão Presencial nº 43/2014  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 43/2014  
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 16 de julho de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Locação de mão de obra de 04 auxiliares de operações para implantação de redes coletoras, recalques de esgoto e redes de distribuição de água, pelo período de 90 (noventa) dias.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 01 de julho de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

## São Domingos

### PREFEITURA

#### **Dec 1654 de 28 06 14 Sit Emergencia Inundação 28062014 Saodomingos**

DECRETO Nº 1.654, DE 28 DE JUNHO DE 2014.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por Inundação - 1.2.1.0.0.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, CONSIDERANDO:

I - Que houve a ocorrência de inundação, provocada por chuva intensa e contínua ocorrida desde o dia 25 de junho continuamente em todo o município de São Domingos;

II- Que em decorrência das chuvas seguida de inundação, houve alagamento das margens dos rios Aterrado Alto e Bonito que cortam a cidade, além dos Rios Chapecó e Saudades, desabrigo e desalojamento de famílias, as quais já foram retiradas das residências, onde algumas foram levadas para locais públicos, casa de parentes, amigos ou vizinhos, além de danos de grandes proporções nas estradas do interior do município, pontes encobertas pelas águas das chuvas, bueiros destruídos e danificados, estradas sem passagens ficando intrafegáveis em alguns pontos pela inundação e destruição ocorrida, bem como danos em diversas atividades e culturas agrícolas que ficaram alagadas;

III - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Inundação - 1.2.1.0.0.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a: I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades

particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
São Domingos (SC), 28 de junho de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

### **Dec 1648 25 06 14 Designa Servidora Pública Municipal Sandra Fiorese Fumas**

DECRETO Nº 1648, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Designa servidora pública municipal para a gestão e a coordenação do Fundo Municipal de Assistência Social (FUMAS) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos do inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; na Lei Municipal nº 0998, de 18/12/95; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0046, de 06/11/12, e:

Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora Sandra Maria Fiorese, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, como Gestora e Coordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social (FUMAS), deste Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de junho de 2014  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **Dec 1649 de 26 06 14 Nomeia Alex Uberti Assessor de Imprensa E Relações Públicas**

DECRETO Nº 1649, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Alex Uberti, para exercer o cargo de Assessor de Imprensa e Relações Públicas, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.05, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada, ficando lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de junho de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda

### **Dec 1650 de 26 06 14 Exonera A Pedido Carla Ravarena Prof de Artes**

DECRETO Nº 1650, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Carla Ravarena, ocupante do cargo de Professor PD/C-III (Artes), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 30 de junho de 2014.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1568, de 14 de fevereiro de 2014, no que diz respeito a servidora.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 30 de junho de 2014.

São Domingos (SC), 26 de junho de 2014.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz  
Secretária de Administração e Fazenda



### **Dec 1651 de 26 06 14 Nomeia Prof. Artes Eliane Aparecida Scheis**

DECRETO Nº 1651, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Eliane Aparecida Scheis, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Artes), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio do Magistério, Função - Serviço: Magistério, Cargo: Professor - PD, Símbolo: PD/C-III, Denominação: Professor com Licenciatura Graduação Plena, Classe: C, Nível de Vencimento: III, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo VI, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado na Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada; nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/08 atualizada, e nº 045, de 06/11/2012; no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **por 1628 de 23 06 14 Concede Férias Valderi Ferreira**

PORTARIA Nº 1628, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Valderi Ferreira	Vigia	24/06/11-12	30	20/06/14 a 09/07/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 20 de junho de 2014.

São Domingos (SC), 23 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **por 1629 de 26 06 14 Concede Férias A Altair Marta Danieli Cristiane Valilene Ivany**

PORTARIA Nº 1629, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 017 de 21 de dezembro de 2007, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Valilene Walendorff Debortoli	Técnico em Enfermagem	12/09/12 -13	30	01/07/14 a 30/07/14
Altair Bertozzo	Motorista	01/06/12 -13	15	21/07/14 a 04/08/14
Marta Alves Pereira da Silva Maróstica	Agente Comunitário de Saúde	02/06/13-14	30	10/07/14 a 08/08/14
Danieli Rosa da Silva	Agente Comunitário de Saúde	01/03/13-14	15	21/07/14 a 04/08/14
Cristiane Ansolin	Assistente Social	28/02/12-13	15	07/07/14 a 21/07/14

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de junho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São João do Sul

## PREFEITURA

### Lei Nº. 1.724 de 01 de Julho de 2014.

LEI Nº. 1.724 DE 01 DE JULHO DE 2014.

"Autoriza repasse financeiro a AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, abre crédito suplementar e dá outras providências."

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse financeiro a título de contribuição adicional à AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), para realização de despesas com a elaboração do Plano Municipal de Turismo.

Art. 2º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul, no valor de 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação orçamentária:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
04.122.0123.2007 - Contribuição a Entidades Municipalistas  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.500,00

TOTAL R\$ 10.500,00

Art. 3º - A execução do disposto no artigo primeiro decorrerá da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E MEIO AMBIENTE

13.392.0129.2039 - Manutenção da Cultura, Realização de Eventos, Festas e Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

23.695.0132.2044 - Manutenção e Desenvolvimento do Turismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

TOTAL R\$ 10.500,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 1º de julho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### Lei Nº. 1.725 de 01 de Julho de 2014.

LEI Nº. 1.725 DE 01 DE JULHO DE 2014.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS SÃO JOÃO 2014 no Município de São João do Sul, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de São João do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS SÃO JOÃO 2014, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a tributos municipais definidos no Código Tributário Municipal (Lei nº. 629 de 17 de dezembro de 1990) e multas acessórias, e demais obrigações não tributárias de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2013, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, podendo ser parcelados em até 16 (dezesesseis) prestações mensais e sucessivas.

Art. 2º - O ingresso no REFIS SÃO JOÃO 2014 dar-se-á por opção do contribuinte no período de 01 de julho de 2014 a 31 de outubro de 2014, mediante formalização de Termo de Acordo de Parcelamento com Confissão de Dívida, diretamente no serviço de atendimento da Secretaria Municipal de Fazenda, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei, o qual deverá atender aos seguintes requisitos, vedado a cumulação com pedido de revisão:

I - Estar assinado pelo próprio contribuinte ou procurador devidamente constituído, devendo o instrumento de mandato conter poderes específicos;

II - estar instruído com cópias do documento de identidade e do CPF do contribuinte;

III - no caso de contribuinte pessoa jurídica, estar instruído com cópias do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - comprovante de endereço.

§ 1º - O ingresso no REFIS SÃO JOÃO 2014, implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no Artigo 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, encargo legal, aos juros de mora e a correção monetária, com base na legislação vigente.

§ 3º - Para fins desta Lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão deduzidos do seu valor, à exceção da correção monetária, conforme tabela abaixo:

Forma de pagamento	Redução de juros e multa
À vista	100%
Até 06 parcelas	70%
De 07 a 16 parcelas	50%

Art. 3º - O débito consolidado na forma desta Lei, aplicados os benefícios de que trata o seu artigo 2º, sujeitar-se-á a correção monetária pela variação da UFM, da seguinte forma:

I - O valor de cada uma das parcelas com vencimento dentro do mesmo exercício da data da adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2014, será acrescido da variação do índice da UFM, vigente na data daquela adesão.

II - O valor de cada uma das parcelas subsequentes será atualizado monetariamente pela variação do índice da UFM, vigente no mês de janeiro do exercício de seus respectivos vencimentos.

III - O contribuinte poderá incluir no REFIS SÃO JOÃO 2014 eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus, serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

IV - Poderão também ser incluídos no REFIS SÃO JOÃO 2014 os débitos não pagos referentes a parcelamentos anteriores, sem a incidência dos benefícios nela expressos, desde que o contribuinte não opte pela regularização constante do Artigo 9º da presente Lei.

Parágrafo Único - Não incidirá a variação da UFM, conforme previsto nos incisos I e II, aos contribuintes que aderirem ao REFIS SÃO JOÃO 2014 com opção de parcelamento em até 12 (doze) vezes, desde que pagas as parcelas dentro de seus respectivos vencimentos.

Art. 4º - O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido em até 16 (dezesesseis) prestações, sendo que o número de parcelas para cada parcelamento limitar-se-á ainda:

I - em relação às pessoas jurídicas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, ao valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada parcela;

II - ao valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), por parcela mensal, no caso de pessoas jurídicas que não se adequarem no inciso I supra;

III - ao valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por parcela mensal, no caso de pessoas físicas.

Parágrafo Único - Aquele que paralisar e reiniciar suas atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

Art. 5º - A opção pelo REFIS SÃO JOÃO 2014 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta lei.

Art. 6º - A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no programa por opção do contribuinte;

II - A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - Para obter os benefícios do REFIS SÃO JOÃO 2014, deve o contribuinte confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, a toda e qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, que tenham por objeto ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa por opção do contribuinte, devendo, outrossim, renunciar expressamente

ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;  
IV - As execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2014;

V - Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido na adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2014;

VI - Os valores decorrentes de custas judiciais correrão à conta do contribuinte, nos casos em que haja ação de cobrança ajuizada e deverão ser quitados junto ao Poder Judiciário do Estado.

Art. 7º - A homologação da opção será efetuada pelo representante do Poder Executivo Municipal, nomeado por Decreto.

§ 1º - A homologação da opção pelo REFIS SÃO JOÃO 2014 será condicionada ao pagamento da primeira parcela ou da parcela única, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

§ 2º - Não haverá outra condição para homologação da opção, não sendo exigido a apresentação de qualquer tipo de garantia ou arrolamento, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

§ 3º - A emissão de certidão positiva com efeito de negativa de débitos fica condicionada ao pagamento da primeira parcela, bem como se o contribuinte estiver adimplente com o pagamento do parcelamento, na forma pactuada.

§ 4º - A certidão negativa somente será emitida após a quitação integral dos débitos parcelados no REFIS SÃO JOÃO 2014.

Art. 8º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - Deixar de atender qualquer uma das exigências do Artigo 6º;

II - Ficar inadimplente por três meses consecutivos ou seis meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante seu valor originário, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão administrativa.

§ 3º - A exclusão do Programa implicará o imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspensos por conta da adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2014.

Art. 9º - O contribuinte que for excluído do Programa, conforme disposto no Artigo 8º, não poderá aderir novamente ao Programa.

Art. 10 - Os contribuintes que aderiram ao parcelamento previsto por leis anteriores, caso possuam prestações vencidas e não pagas poderão permanecer no programa e nas mesmas condições acordadas, desde que efetuem, obrigatoriamente, o pagamento dos valores referentes a débitos não incluídos no parcelamento e vencidos a partir da data da assinatura do termo de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2014.

§ 1º Além da obrigação prevista no caput deste artigo, os contribuintes optantes do parcelamento previsto em leis anteriores, que

possuam parcelas em atraso deverão regularizar seus débitos, a fim de permanecerem no programa nas mesmas condições acordadas, desde que, alternativamente:

a) pagas as parcelas em atraso, à vista, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) sobre cada uma das parcelas, prosseguindo no pagamento das demais parcelas vincendas, nas mesmas condições do REFIS SÃO JOÃO 2014, ou

b) reparcelar a totalidade do débito, nas mesmas condições do REFIS SÃO JOÃO 2014, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) para cada parcela em atraso, aplicando-se o somatório do percentual sobre o saldo devedor total.

Art. 11 - Os contribuintes terão até a data de 31 de outubro de 2014 para aderirem ao Programa.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.669, de 26 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 1º de julho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

## São José

### PREFEITURA

#### Convênio Nº 148/2013

CONVÊNIO No 148/2013

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos 27 dias do mês de dezembro de 2013, o Município de São José, com sede na Av. Aciony de Souza Filho, s/nº (Beira Mar São José), Praia Comprida, São José - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, representado pela sua Prefeita a Senhora ADELIANA DAL PONT, residente e domiciliado em São José, portador da Carteira de identidade nº 536.567, SSP/SC e do CPF nº. 445.313.039-20, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário o Senhor CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral o Senhor VALDEMIR CABRAL, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 837634, expedida pela SSP/SC e do CPF no 343.650.959-00, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral o Senhor ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372.513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para fornecimento e manutenção de sistema de videomonitoramento urbano na cidade de São José.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 381 de 07 de maio de 2007 e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Complementar Municipal no 14, de 06 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar Municipal no 32, de 23 de abril de 2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009..

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Responsabilizar-se pela adequação de ambiente e fornecimento de móveis para instalação da central municipal de monitoramento



a ser instalada na sede da Prefeitura Municipal;

II. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de São José /SC;

III. Responsabilizar-se pela instalação e pagamento da energia elétrica nos pontos de videomonitoramento;

IV. Realizar o serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na central municipal de monitoramento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação do videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo em parceria com o Município de São José /SC;

II. Realizar a ampliação do sistema de videomonitoramento da cidade de São José, com a aquisição e instalação de 150 (cento e cinquenta) novos pontos de videomonitoramento e de equipamentos para 01 (uma) central de monitoramento nas dependências da Prefeitura Municipal;

III. Responsabilizar-se pela contratação e pelo custeio da rede multimídia necessária para operação do sistema de videomonitoramento;

IV. Responsabilizar-se pela coordenação da central de monitoramento do município e pelas demais centrais existentes na cidade de São José/SC.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de São José-SC, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA- DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal de São José..

CESAR AUGUSTO GRUBBA  
Secretário de Estado da Segurança Pública

VALDEMIR CABRAL  
Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA  
Delegado Geral da Polícia Civil

TESTEMUNHA:  
1.

2.

#### **Errata ao Julgamento de Recurso Administrativo - Concorrência 001/2014 - Fase de Habilitação** ERRATA AO JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - FASE DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 010/2014 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2014

OBJETO: contratação de empresa de consultoria especializada para prestação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia para assessoramento, levantamentoS, diagnóstico, estudos e projetos de vias urbanas e de intervenções arquitetônicas nas edificações institucionais existentes ou a serem executadas no município de São José.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), após melhor análise do recurso apresentado, decidiu pela alteração:

ONDE SE LÊ:

"O recurso apresentado é, ao final, assinado pela Srª Miriam Feifarek. A peça recursal informa, no parágrafo inaugural, que se trata da procuradora do consórcio, entretanto, não foi juntada procuração ou documento hábil para confirmar se a subscritora possui capacidade para ser representante da recorrente, conforme informa.

Assim, diante da inexistência de qualquer documento que habilite ou autorize sua ação no sentido de representar o consórcio, resta ausente pressuposto subjetivo da legitimidade da pessoa signatária da petição.

Ainda que em sede administrativa, a falta de capacidade postulatória em nome de terceiro deve ser, como aqui, proclamada, como forma de prevenir lesão à segurança jurídica de ambas as partes, proponentes e Prefeitura."

LEIA-SE:

"O recurso apresentado é, ao final, assinado pela Srª Miriam Feifarek. A peça recursal informa, no parágrafo inaugural, que se trata da procuradora do consórcio. Constatada a existência de procuração no Processo nº 12.343/2014 aberto no Centro de Atendimento ao Cidadão, no dia 11/06/2014, com vistas a suprir falta documental nos autos do Processo Licitatório desta Concorrência Pública. Juntada procuração aos autos. Sendo este documento hábil para confirmar que a subscritora possui capacidade para ser representante da recorrente, conforme informa."

Carlos Schmidt  
Presidente da CPL

**Abertura da Tomada de Preços Nº 011/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2014 - Processo nº 098/2014 Objeto: Contratação de assessoria técnica especializada na orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do distrito federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao governo federal, instituições financeiras nacionais e internacionais e organismos internacionais, com o objetivo de proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais oferecidos aos cidadãos do município. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 18 de julho de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 18 de julho de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

**São José do Cedro****PREFEITURA****Extrato Pregão Presencial N.17/2014**

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº17/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 17/2014, Edital de Pregão Nº 17/2014, Objeto: Contratação de seguro para o veículo GM Cobalt ano 2013, placa mky - 2644, veículo GM Classic Sedan placa mkz-5704 e veículo Ducato Minibus placa mbn-3963, visando assegurar os usuários, os pacientes transportados, o patrimônio do município, bem como terceiros envolvidos em eventuais acidentes e outros danos.. Recebimento das propostas até às 13:30 horas do dia 14/07/2014. Abertura dos envelopes às 13:30 horas do dia 14/07/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Fernando Julio Will

Responsável pelo FMS.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 089/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 089/2014 - Pregão Presencial Nº 059/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAMINHÃO BASCULANTE, TRATOR DE ESTEIRA E RETROESCAVADEIRA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA Nº 13255/2014, CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL.

FORNECEDOR: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA - CNPJ: 09.543.902/0001-49.

VALOR: R\$ 137.250,00 (cento e trinta e sete mil e duzentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: TATIANE COMUNELLO ME - CNPJ: 13.424.471/0001-79.

VALOR: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

TOTAL: R\$ 236.250,00 (duzentos e trinta e seis mil e duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 23/06/2014.

VIGÊNCIA: 23/06/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 029/2014 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2014 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 029/2014 - Pregão Presencial Nº 020/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E JOGO DE CAMA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS RESIDÊNCIAS DOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO NACIONAL MAIS MÉDICOS INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 12.871/2013, E PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1369/MS/MEC/2013.

FORNECEDOR: WITTMANN E WITTMANN LTDA EPP - CNPJ: 80.461.411/0001-13.

VALOR: R\$ 14.868,60 (quatorze mil e oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: PAN SL MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - CNPJ: 02.076.643/0001-44.

VALOR: R\$ 13.356,00 (treze mil e trezentos e cinquenta e seis reais).

TOTAL: R\$ 28.224,60 (vinte e oito mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 27/06/2014.

VIGÊNCIA: 27/06/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 003/2014 - ICSL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2014 - ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 003/2014 - Pregão Presencial Nº 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MÍDIA, ORGANIZAÇÃO, SEGURANÇA DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA ACOMPANHAMENTO DE CALOUROS, PARA REALIZAÇÃO DO 42º FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 17, 18 E 19 DE JULHO DE 2014.

FORNECEDOR: RODRIGO COSTA ME - CNPJ: 03.389.653/0001-00.

VALOR: R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

FORNECEDOR: ON SERVIÇOS DE PROPAGANDA LTDA ME - CNPJ: 13.337.567/0001-08.

VALOR: R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).

FORNECEDOR: M.J DA SILVA - SOM - ME - CNPJ: 15.071.762/0001-56.

VALOR: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

FORNECEDOR: WEBER SEGURANÇA LTDA ME - CNPJ: 07.544.527/0001-26.

VALOR: R\$ 3.910,00 (três mil e novecentos e dez reais).

TOTAL: R\$ 49.260,00 (quarenta e nove mil e duzentos e sessenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/06/2014.

VIGÊNCIA: 09/06/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Lei Nº 875, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 875, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Denomina Logradouro Público no Bairro Santa Teresa e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Raulino José Zimmermann, a via localizada na intersecção com a Rua Frei Ático Francisco Enig (SC-281), vinte metros após a entrada da Rua José Neis, sentido São José - São Pedro de Alcântara, à direita com 234,37m (duzentos e trinta e quatro metros) de extensão e 7m (sete metros) de largura.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, com nome correto, nos padrões Municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 876, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 876, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Ademar Antônio Koerich, a via localizada a 500m (quinhentos metros) à direita, na Rua Matias Nicolau Hoffmann, Bairro Boa Parada, com extensão de 200m (duzentos metros) e 6m (seis metros) de largura.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, com nome correto, nos padrões Municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 877, de 24 de Junho de 2014

LEI Nº 877, DE 24 DE JUNHO DE 2014

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste

Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Valdemiro Pitz, a via localizada a 100m (cem metros) à esquerda, na Rua Caminho dos Engenhos, Bairro Vila Junckes, com extensão de 1700m (mil e setecentos metros), por 6m (seis metros) de largura.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, com nome correto, nos padrões Municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### Decreto N.º 100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000  
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 100/2014

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE, TENDO EM VISTA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL - 2014.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica, e tendo em vista a Copa do Mundo de Futebol - 2014, que se iniciou em 12 de junho de 2014, e com o objetivo de propiciar condições para que os servidores municipais possam assistir aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol,

DECRETA:

Art. 1º No dia 04 de julho do ano corrente, jogo das 4ª de Final da Seleção Brasileira de Futebol, o expediente da Administração Pública Municipal será o seguinte:

Secretaria de Administração, Agricultura, Obras, Saúde e demais:

I - O expediente será das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 às 15:00 horas;

Secretaria da Educação: Escolas e Centro de Educação Infantil

I - O expediente será das 07:00 horas às 15:00 horas;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 279/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 279/2014

Concede férias a servidora NILZA MARIA JUNCQUES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora NILZA MARIA JUNCQUES, ocupante do cargo de Agente de Saúde, férias por 30 dias que gozará a partir de 01/07/2014 a 30/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 280/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 280/2014

Concede férias ao servidor ALMIR FORSTER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ALMIR FORSTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, férias por 12 dias que gozará a partir de 01/07/2014 a 12/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 281/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 281/2014

Concede férias ao servidor ELCIO LUIZ PERING.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ELCIO LUIZ PERING, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, férias por 18 dias que gozará a partir de 01/07/2014 a 18/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**PORTARIA N.º 282/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 282/2014

Concede férias ao servidor DANIEL SILVEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor DANIEL SILVEIRA, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, férias por 18 dias que gozará a partir de 01/07/2014 a 18/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### **PORTARIA N.º 283/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 283/2014

Concede férias a servidora CECILIA CAROLINE DE SOUZA SCHMITT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora CECILIA CAROLINE DE SOUZA SCHMITT, ocupante do cargo de Assessora Parlamentar, férias por 18 dias que gozará a partir de 01/07/2014 a 18/07/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

#### **PORTARIA N.º 284/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 284/2014

Dispõe sobre redução de carga horária da servidora DIELI HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 19, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º- Reduzir a carga horária com a proporcional redução de sua remuneração da servidora DIELI HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de Professora II, de quarenta para vinte horas semanais, conforme solicitação da própria servidora protocolada sob nº 217/2014.

Art. 2.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 55/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 55/2014-PMS

PROCESSO Nº. 120/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) e fornecimento de materiais elétricos para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de julho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de julho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 02 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 5.631/2014, de 1º de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 5.631/2014, de 1º de julho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.897/2014, de 20/03/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

### RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Sandra Izabel Marques para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 001/2014/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de julho de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Portaria Nº 5.632/2014, de 1º de Julho de 2014.

PORTARIA Nº. 5.632/2014, de 1º de julho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

### RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Elizângela Razini, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de julho de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Portaria Nº 5.633/2014, de 1º de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 5.633/2014, de 1º de julho de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Marciana Jacobi Lourenzetti, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 1º de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**Ata de Pregão Presencial Nº 39/2014-PMS Sequencia 02**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 89/2014 Data do Processo: 14/05/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 83/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de computadores, notebooks e nobreaks para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se após transcorrido o prazo determinado na ata nº 68/2014, sequencia 01 de 16 de junho de 2014. Constatou-se que apenas a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, protocolou novo envelope de proposta comercial dentro do prazo estabelecido anteriormente em ata. Constatou-se também que a empresa PROVILLE INFORMÁTICA LTDA. - EPP está desclassificada, pois não apresentou novo envelope de proposta comercial conforme determinado. Diante do exposto fica marcada para dia 02 de julho de 2014 as 14h, para continuação do certame. Encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 1 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Pregoeira
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

**ATA PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014-FMS SEQUENCIA 04**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2014 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2014 Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 1/8

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 21/2014 (Sequência: 4)**

Ao(s) 1 de Julho de 2014, às 08:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55382014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 39/2014, Licitação nº 8/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 8/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 39/2014 <b>Data do Processo:</b> 08/05/2014
	Folha: 2/8

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para etapa de lances conforme determinado em ata anteriormente. Os representantes das empresas ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Os documentos serão analisados com data de 27 de maio de 2014, data da abertura do processo. O item 01 será cancelado devido o valor estar acima do valor referência do edital. Constatando vencedora do item 02 a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 04, serão cancelado devido o valor estar acima do valor referência do edital. Constatando vencedora do item 05 a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora item 06 a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Os itens 08, 09 serão cancelados devidos os valores estarem acima dos valores referência do edital. Constatando vencedora item 10 a empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP., sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - EPP,x apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora do item 12 a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora do item 19 a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. A representante do setor de farmácia Rosenae Finta verificou que analisou erroneamente o item 26 da empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, sendo a empresa classificada para a etapa de lances. Constatando vencedora do item 27 a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. No item 29 a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Pede desclassificação por ter cotado errado conforme solicitação recebida no dia 26/06/2014. Constatando vencedora do item 29 a empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Os itens 33, 34 serão cancelados devido os valores estarem acima dos valores referência do edital. Constatando vencedora do item 36 a empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Os itens 52, 54, 59,73, serão cancelados devido os valores estarem acima dos valores referência do edital. Constatando vencedora do item 77 a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora do item 84 a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 91, será cancelado devido o valor estar acima dos valores referência do edital. Constatando vencedora do item 100 a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA x, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Os itens 103, 111, 132, 144, 146, 147, 149, 150, 164, serão cancelados devido os valores estarem acima dos valores referência do edital. As empresas acima habilitadas estão habilitadas aos itens vencidos pelas mesmas. As empresas participantes declina do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Será devolvido o envelope de Habilitação das empresas ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 39/2014  
 Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 3/8

**Participante: 6517 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ACICLOVIR 50MG/10G CREME	BISN	150,00	Prati Donaduzzi	0,0000	1,62	243,00
3	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG COMPRIMIDOS - AAS EMBALAGEM HSOPITALAR COM 1000CP	COMP	150.000,00	Imec	0,0000	0,011	1.650,00
15	ANLIDIPINO, BESILATO 5MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	50.000,00	Vitapan	0,0000	0,021	1.050,00
17	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	15.000,00	Vitapan	0,0000	0,024	360,00
39	DEXAMETASONA 4MG/2,5ML IM/EV AMPOLA	APM	300,00	Farmace	0,0000	1,09	327,00
49	ENALAPRIL, MALEATO 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	15.000,00	Cimed	0,0000	0,042	630,00
57	FLUCONAZOL 150MG CAPSULA EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	2.000,00	Prati Donaduzzi	0,0000	0,178	356,00
64	HALOPERIDOL 5MG/ML 1ML AMPOLA	APM	10,00	Teuto	0,0000	0,463	4,63
70	IPRATOPIO, BROMETO 0,250MG SOL ORAL FRASCO C/20ML	FR	50,00	Hipolabor	0,0000	0,538	26,90
87	LORATADINA 1MG/ML XAROPE FRASCO COM 100ML	FR	250,00	Prati Donaduzzi	0,0000	1,29	322,50
93	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOL ORAL FRASCO C/10ML	FR	500,00	Mariol	0,0000	0,54	270,00
96	METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	2.500,00	Prati Donaduzzi	0,0000	0,069	172,50
109	PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	40.000,00	Vitapan	0,0000	0,015	600,00
117	SULFAMETOXAZOL 40MG/ML+TRIMETOPRIMA 8MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/ 100ML	FR	100,00	Teuto	0,0000	1,375	137,50
139	DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML+BETAMETASONA 0,05MG/ML XAROPE FRASCO C/120ML	FR	500,00	Prati Donaduzzi	0,0000	2,85	1.425,00
152	ISOFLAVONA DE SOJA (Glycine max) 150MG (EQUIVALE 60MG) CAPSULA	COMP	13.000,00	Vitamed	0,0000	0,267	3.471,00
154	MEBENDAZOL 20M/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/10ML	FR	400,00	Sobral	0,0000	0,772	308,80
167	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS	COMP	15.000,00	Aurobindo	0,0000	0,139	2.085,00
171	TERBUTALINA 0,5MG/1ML AMPOLA	APM	10,00	Hipolabor	0,0000	1,853	18,53

**Total do Participante ----->**
**13.458,36**
**Participante: 6989 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	AMOXICILINA 250MG/5ML +CLAVULANATO DE POTASSIO 62,5MG/5ML PÓ	FR	800,00	EMS	0,0000	4,79	3.832,00
16	ATENOLOL 100MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	10.000,00	PRATI D.	0,0000	0,035	350,00
20	AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	PRATI D.	0,0000	0,347	1.735,00
23	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000UI IM SUSPENSÃO INJETAVEL	APM	50,00	TEUTO	0,0000	0,77	38,50
28	CARBAMAZEPINA 400MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,139	695,00
75	IVERMECTINA 6MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	400,00	VITAPAN	0,0000	0,279	111,60
79	LEVODOPA 250MG+CARBIDOPA 25MG COMPRIMIDO	COMP	2.000,00	TEUTO	0,0000	0,247	494,00
97	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/ 100ML	FR	150,00	PRATI D.	0,0000	1,428	214,20
104	PARACETAMOL 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	90.000,00	PRATI D.	0,0000	0,036	3.240,00
105	PREDNISOLONA 1MG/ML SOL ORAL FRASCO C/100ML	FR	200,00	PRATI D.	0,0000	3,69	738,00
106	PREDNISOLONA 3MG/ML SOL ORAL FRASCO C/100ML	FR	500,00	PRATI D.	0,0000	4,45	2.225,00
108	PREDNISONA 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	15.000,00	PRATI D.	0,0000	0,058	870,00
125	VARFARINA SODICA 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	10.000,00	TEUTO	0,0000	0,077	770,00
126	VERAPAMIL 120MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HSOPITALAR	COMP	1.200,00	BIOSINTETIC/	0,0000	0,18	216,00
143	DIMENIDRINATO 25MG/1ML+PIRIDOXINA 5MG/1ML SOL ORAL FRASCO C/ 30ML	FR	200,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	3,90	780,00
158	OXCARBAMAZEPINA 600MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	9.000,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	0,678	6.102,00
161	POLIVITAMICO XAROPE FRASCO C/100ML	FR	500,00	BELFAR	0,0000	1,80	900,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 39/2014  
 Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 4/8

**Participante: 6989 - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
166	SAIS DE REIDRATAÇÃO ORAL 27,9G ENVELOPE EMBALAGEM HOSPITALAR	SACH	2.000,00	IFAL	0,0000	0,399	798,00

**Total do Participante ----->** 24.109,30

**Participante: 7014 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	ALENDRONATO SODICO 70MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR C/ 200CP	COMP	8.500,00	DELTA	0,0000	0,365	3.102,50
13	AMOXICILINA 500MG+CLAVULANATO DE POTASSIO 125MG COMPRIMIDOS	COMP	6.000,00	GLAXO	0,0000	0,57	3.420,00
112	SINVASTATINA 10MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	8.000,00	SANVAL	0,0000	0,045	360,00
113	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	180.000,00	SANVAL	0,0000	0,058	10.440,00
114	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	10.000,00	SANVAL	0,0000	0,108	1.080,00
118	SULFATO DE SALBUTAMOL 120,5MCG/DOSE (EQUIVALENTE A 100MCG/DOSE)AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	FR	500,00	GLENMARK	0,0000	3,79	1.895,00
131	CARBOCISTEÍNA 50MG XAROPE FRASCO C/ 100ML	FR	500,00	NATULAB	0,0000	1,69	845,00
159	OXCARBAMAZEPINA 60MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/100ML	FR	50,00	U.QUIMICA	0,0000	26,39	1.319,50
160	PASSIFLORA 260MG COMPRIMIDO	COMP	30.000,00	NATULAB	0,0000	0,24	7.200,00

**Total do Participante ----->** 29.662,00

**Participante: 7244 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	ALOPURINOL 100MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	1.500,00	PRATI	0,0000	0,04	60,00
7	ALOPURINOL 300MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	7.000,00	PRATI	0,0000	0,103	721,00
14	ANLIDIPINO, BESILATO 10MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	25.000,00	TEUTO	0,0000	0,035	875,00
21	BECLOMETASONA 250MCG SPRAY ORAL AEROSOL FRASCO COM 200 DOSE	FR	150,00	CHIESI	0,0000	36,00	5.400,00
22	BECLOMETASONA 50MCG SPRAY NASAL AQUOSO FRASCO COM 200 DOSES	FR	150,00	CHIESI	0,0000	17,00	2.550,00
30	CARVEDILOL 3,125 COMPRIMIDO	COMP	3.000,00	BALDACCI	0,0000	0,069	207,00
31	CARVEDILOL 6,25 COPRIMIDO	COMP	25.000,00	BALDACCI	0,0000	0,05	1.250,00
40	DEXCLORFENIRAMINA 2MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	GEOLAB	0,0000	0,063	315,00
43	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	VITAPAN	0,0000	0,04	200,00
44	DIMETICONA 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	7.000,00	PRATI	0,0000	0,058	406,00
53	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	13.000,00	TEUTO	0,0000	0,06	780,00
55	FENOTEROL, BROMIDRATO 5MG/ML SOL ORAL FRASCO C/20ML	FR	60,00	TEUTO	0,0000	1,54	92,40
56	FINASTERIDA 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	1.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,21	210,00
62	GLICAZIDA 30MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	15.000,00	RANBAXY	0,0000	0,30	4.500,00
66	HIDROCORTISONA 10MG/G CREME TUBO C/ 15G	BISN	100,00	TEUTO	0,0000	3,15	315,00
69	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	50.000,00	PRATI	0,0000	0,072	3.600,00
71	ISOSSORBIDA 20MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	10.000,00	ZYDUS	0,0000	0,05	500,00
74	ITRACONAZOL 100MG CAPSULA EMBALAGEM FRACCIONADA	COMP	1.000,00	PRATI	0,0000	0,43	430,00
88	LOSARTANA POTASICA 50MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	60.000,00	TEUTO	0,0000	0,059	3.540,00
95	METOPROLOL, SUCCINATO 50MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	15.000,00	ASTRA	0,0000	1,15	17.250,00
107	PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	10.000,00	PRATI	0,0000	0,10	1.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 39/2014  
 Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 5/8

**Participante: 7244 - MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
116	SULFAMETOXAZOL 400MG+TRIMETOPRIMA 80MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	500,00	PRATI	0,0000	0,055	27,50
120	TIAMINA, CLORIDRATO 300MG VIT B1 COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	PRATI	0,0000	0,08	400,00
121	TIMOLOL 5MG/ML COLIRIO FRASCO COM 5ML	FR	100,00	TEUTO	0,0000	0,96	96,00
127	VERAPAMIL 80MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	PRATI	0,0000	0,05	250,00
133	CITALOPRAM 20MG COMPRIMIDOS CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	COMP	60.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,115	6.900,00
153	LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML SOL ORAL FRASCO C/20ML	FR	10,00	CRISTALIA	0,0000	7,65	76,50
155	MIKANIA GLOMERATA 117,6MG/ML GUACO XAROPE FRASCO C/100ML	FR	100,00	NATULAB	0,0000	1,86	186,00
157	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL COM APLICADOR TUBO COM 60G	BISN	200,00	MULTILAB	0,0000	2,48	496,00
162	PROMETAZINA 25MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	15.000,00	TEUTO	0,0000	0,09	1.350,00

**Total do Participante -----> 53.983,40**
**Participante: 7391 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
19	AZITROMICINA 600MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15 ML	FR	500,00	PRATI	0,0000	2,41	1.205,00
26	CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	110.000,00	SANVAL	0,0000	0,016	1.760,00
32	CEFALEXINA 500MG CAPSULA EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	23.000,00	ASPEN	0,0000	0,139	3.197,00
41	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML XAROPE FRASCO C/ 120ML	FR	400,00	NATULAB	0,0000	0,89	356,00
45	DIPIRONA 500MG/ML SOL ORAL FRASCO COM 20ML	FR	300,00	NATULAB	0,0000	0,80	240,00
46	DIPIRONA SODICA 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	36.000,00	PRATI	0,0000	0,057	2.052,00
82	LEVOTIROXINA 25MCG COMPR	COMP	60.000,00	MERCK	0,0000	0,116	6.960,00
83	LEVOTIROXINA 50MCG COMPRIMIDO	COMP	30.000,00	MERCK	0,0000	0,127	3.810,00
102	OMEPRAZOL 20MG CAPSULA EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	300.000,00	PRATI	0,0000	0,044	13.200,00
134	CLOPIDOGREL 75MG COMPRIMIDOS	COMP	20.000,00	SANDOZ	0,0000	0,359	7.180,00
165	RETINOL 50.000UI+COLECALCIFEROL 10.000UI SOL ORAL FRASCO C/ 20ML	FR	100,00	NYCOMED	0,0000	11,45	1.145,00
168	SULFATO DE NEOMICINA 5MG/G+BACITRACINA 250UI/G CREME TUBO C/10G	BISN	1.500,00	MULTILAB	0,0000	0,789	1.183,50
169	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO COM 100ML	FR	600,00	NATULAB	0,0000	0,979	587,40
170	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOL ORAL FRASCO C/30ML	FR	200,00	NATULAB	0,0000	0,608	121,60

**Total do Participante -----> 42.997,50**
**Participante: 7478 - AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
77	LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO	COMP	3.000,00	PROLOPA BD-ROCHE	0,0000	0,85	2.550,00
78	LEVODOPA 200MG+BENSERASIDA 50MG COMPRIMIDO	COMP	1.000,00	PROLOPA-RO	0,0000	1,20	1.200,00

**Total do Participante -----> 3.750,00**
**Participante: 11538 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	CARBAMAZEPINA 200MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	30.000,00	TEUTO	0,0000	0,076	2.280,00
48	ENALAPRIL, MALEATO 20MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	130.000,00	CIMED	0,0000	0,047	6.110,00
51	ESPIRONOLACTONA 50MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	8.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,16	1.280,00
60	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	35.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,035	1.225,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 39/2014  
 Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 6/8

**Participante: 11538 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
61	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	40.000,00	MEDQUIMICA	0,0000	0,024	960,00
86	LORATADINA 10MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	20.000,00	CIMED	0,0000	0,048	960,00
89	MEDROXIPROGESTERONA 150MG/ML SOL INJETAVEL AMPOLA	APM	3.000,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	11,20	33.600,00
98	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO C/50ML	FR	400,00	PRATI DONADUZZI	0,0000	1,35	540,00
119	SULFATO FERROSO 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	50.000,00	PRATI DONADUZZI	0,0000	0,03	1.500,00
140	DICLOFENACO POTASSICO COMPRIMIDO 50MG EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	25.000,00	CIMED	0,0000	0,022	550,00
145	DIMENIDRINATO 50MG+PIRIDOXINA 10MG COMRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	10.000,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	0,18	1.800,00
172	TOBRAMICINA 3MG/5ML COLIRIO	FR	250,00	EMS	0,0000	4,50	1.125,00
173	PROTETOR SOLAR FPS 50 120ML	FR	50,00	COSMODERM	0,0000	18,80	940,00

**Total do Participante -----> 52.870,00**
**Participante: 12466 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
100	NORETISTERONA 0,35MG COMPRIMIDO	COMP	5.000,00	BIOLAB	0,0000	0,143	715,00
123	VALPROATO DE SODIO 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	12.000,00	ABBOTT	0,0000	0,437	5.244,00

**Total do Participante -----> 5.959,00**
**Participante: 12836 - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
29	CARBONATO DE CALCIO 500MG+VIT D3 400UI COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	150.000,00	NATULAB	0,0000	0,459	68.850,00
65	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	170.000,00	MEDQUIMICA	0,0000	0,021	3.570,00
137	CLORETO DE SODIO 0,9% + NEZALCONIO - SPRAY NASAL FRASCO COM 30ML	FR	200,00	NATULAB	0,0000	3,038	607,60
151	ESCOPOLAMINA, BULTIBROMETO 10MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	2.000,00	BELFAR	0,0000	0,195	390,00

**Total do Participante -----> 73.417,60**
**Participante: 12838 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	70.000,00	TEUTO	0,0000	0,044	3.080,00
37	DEXAMETASONA 1MG/10G CREME	BISN	500,00	MULTILAB	0,0000	0,56	280,00
72	ISOSSORBIDA 40MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	6.000,00	ZYDUS	0,0000	0,125	750,00

**Total do Participante -----> 4.110,00**
**Participante: 12839 - A G KIENEN & CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	CLARITROMICINA 500MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	1.000,00	PHARLAB	0,0000	0,71	710,00
47	DOXAZOSINA, MESILATO 2MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	8.000,00	EMS	0,0000	0,063	504,00
58	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20MG CAPSULA EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	125.000,00	TEUTO	0,0000	0,042	5.250,00
63	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	3.000,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	0,061	183,00
67	HIDROCORTISONA 500MG IM/EV FRASCO/AMPOLA	APM	50,00	BLAUSIEGEL	0,0000	5,70	285,00
76	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRASCO COM 120ML	FR	200,00	EMS	0,0000	5,92	1.184,00
85	LIDOCAINA 2%, CLORIDRATO 20MG/G GEL TUBO C/ 30G	BISN	20,00	PHARLAB	0,0000	1,35	27,00
101	NORTRIPTILINA 25MG CAPSULA EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	5.000,00	EUROFARMA	0,0000	0,23	1.150,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 39/2014  
 Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 7/8

**Participante: 12839 - A G KIENEN & CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
124	VALPROATO DE SODIO 250MG/5ML FRASCO C/ 100ML	FR	150,00	TEUTO	0,0000	1,88	282,00
128	Loção oleosa anti-escaras contendo ácido caprílico, ácido cáprico, ácido láurico, lecitina de soja, vitamina A, vitamina E, ácido caprílico e óleo de girassol (ácido linoléico), frasco com 200ml	FR	75,00	KELLDRIIN	0,0000	3,85	288,75
141	DICLOFENACO SODICO 50MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALARcom	COMP	22.000,00	VITAMED	0,0000	0,019	418,00
142	DICLOFENACO SODICO 75MG/3ML IM AMPOLA	APM	1.000,00	FARMACE	0,0000	0,66	660,00

**Total do Participante -----> 10.941,75**
**Participante: 12841 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
80	LEVONORGESTREL 0,15MG+ETINILESTRADIOL 0,03MG COMPRIMIDO EMBA	COMP	80.000,00	MABRA	0,0000	0,027	2.160,00
84	LEVOTIROXINA 100MCG COMPRIMIDO	COMP	65.000,00	MERCK	0,0000	0,11	7.150,00
90	METFORMINA 500MG COMPRIMIDOS EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	40.000,00	PRATI-DONAC	0,0000	0,05	2.000,00
92	METOCLOPRAMIDA 10MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	25.000,00	BELFAR	0,0000	0,051	1.275,00
94	METOPROLOL, SUCCINATO 100MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	5.000,00	ASTRAZENEC	0,0000	1,90	9.500,00
122	VALPROATO DE SODIO 250MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	7.500,00	BIOLAB	0,0000	0,193	1.447,50
156	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	45.000,00	VITAPAN	0,0000	0,039	1.755,00

**Total do Participante -----> 25.287,50**
**Total Geral -----> 340.546,41**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 1 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe de Apoio  
 Gelson Stein - ..... - Equipe de Apoio  
 Leonice Engler Kafer - ..... - Equipe de Apoio  
 Cheila Adriane Klitzke - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

JOSÉ CARLOS MALKOWSKI - ..... - Representante  
 DIEGO GILI - ..... - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 8/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 39/2014  
Data do Processo: 08/05/2014

Folha: 8/8

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

IVAN CARLOS FACIOLI	- .....	- Representante
NILTON LUIZ CORTIANO	- .....	- Representante
JULIANO DE LACERDA	- .....	- Representante
FÁBIO BARTH PRATES	- .....	- Representante
EROS CARRARRO	- .....	- Representante
JOSÉ DE OLIVEIRA SAMPAIO	- .....	- Representante
	- .....	- Representante
RENATA CASAGRANDE GALIOTTO	- .....	- Representante
LUIZ LOURENÇO DE LIMA	- .....	- Representante
JULIO CEZAR TONDOLO	- .....	- Representante
	- .....	- Representante
JULIANA DA SILVA PACHECO	- .....	- Representante
RICARDO AGENOR GERONIMO CALDART	- .....	- Representante
ANDREI JEAN TEIXEIRA	- .....	- Representante
Roseane Finta	- .....	- Setor de Farmácia

**ATA DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014-PMS SEQUENCIA 02**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 7/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 110/2014 Data do Processo: 11/06/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 82/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Professora Nilza Kuster, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 81,50 m e área total de 815,00 m², de acordo com o programa de transferência 2014003510, do apoio ao sistema viário - FUNDOSOCIAL, 41094, Estadual, proje

A comissão reuniu-se após recebimento da renúncia do prazo recursal das empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Diante da apresentação da renúncia das empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, referente ao prazo recursal será marcada para dia 02 de julho de 2014, às 15h, para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 1 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samuleski	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2014-PMS SEQUENCIA 03**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 112/2014 <b>Data do Processo:</b> 12/06/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCER

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 85/2014 (Sequência: 3)**

Ao(s) 1 de Julho de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 112/2014, Licitação nº 8/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se conforme ata nº 81/2014, sequencia 02 de 30 de junho 2014. Não há representantes presentes na sessão. Sendo abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. Constatou-se vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com valor total de R\$ 1.059.563,75. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

**LOTE: 1**

**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.	UN	1,00		0,0000	1.059.563,75	1.059.563,75

**Total do Participante ----->** 1.059.563,75

**Total Geral ----->** 1.059.563,75

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 8/2014 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2014 Data do Processo: 12/06/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 1 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente



# Serra Alta

## PREFEITURA

### Decreto Nº 111/2014

DECRETO Nº 111/2014 DE 04 DE JUNHO DE 2014.

"Dispõe sobre Lotação de Veículos equipamentos rodoviários e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

#### DECRETA:

Art. 1º. Os veículos e equipamentos rodoviários de propriedade da Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, ficam lotados nas Secretarias, conforme relação a seguir:

#### 1. GABINETE DO PREFEITO

VEÍCULO	CITROEN C4 PALLAS20EXA
PLACA	EBI0342
CHASSI	8BCLDRFJ28G557091
RENAVAN	971253536
ANO	2008
MODELO	2008
COMBUSTÍVEL	GASOLINA
COR	PRATA
PATRIMONIAL	2980

#### 2. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

VEÍCULO	ASTRA 2.0 FLEX POWER SEDAN ELEGANCE
PLACA	MBR2462
CHASSI	9BGTU69W06B111308
RENAVAN	881876216
ANO	2005
MODELO	2006
COMBUSTÍVEL	ALCOOL/GASOLINA
COR	BRANCA
PATRIMONIAL	1615

#### 3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

VEÍCULO	CELTA 4P SPIRIT
PLACA	MFY1102
CHASSI	9BGRX48907G110495
RENAVAN	882679015
ANO	2006
MODELO	2007
COMBUSTÍVEL	ALCOOL/GASOLINA
COR	BRANCA
PATRIMONIAL	1614

VEÍCULO	ÔNIBUS
PLACA	MLF6377
CHASSI	93ZL68C01D8445948
RENAVAN	505908638
ANO	2012
MODELO	2013
COMBUSTÍVEL	DIESEL
COR	AMARELA
PATRIMONIAL	4071

VEÍCULO	ÔNIBUS
---------	--------

PLACA	MLF9107
CHASSI	93ZL68C01D8446323
RENAVAN	509077897
ANO	2012
MODELO	2013
COMBUSTÍVEL	DIESEL
COR	AMARELA
PATRIMONIAL	4072

VEÍCULO	ÔNIBUS
PLACA	MLF9097
CHASSI	93ZL68C01D8446149
RENAVAN	509072976
ANO	2012
MODELO	2013
COMBUSTÍVEL	DIESEL
COR	AMARELA
PATRIMONIAL	4073

VEÍCULO	FIESTA HATCH FLEX
PLACA	MKN 0274
CHASSI	9BFZF55P5E8015407
RENAVAN	544324315
ANO	2013
MODELO	2014
COMBUSTÍVEL	ALCOOL/GASOLINA
COR	BRANCO ARTICO
PATRIMONIAL	4101

#### 4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VEÍCULO	VW/GOL 1.6 POWER
PLACA	MHB6151
CHASSI	9BWCB05W88T180476
RENAVAN	953938611
ANO	2008
MODELO	2008
COMBUSTÍVEL	ALCO/GASOLINA
COR	BRANCA
PATRIMONIAL	118

VEÍCULO	FORD/FIESTA SEDAN 1.6
FLEX	
PLACA	MJZ8154
CHASSI	9BFZF54P4D8372786
RENAVAN	474410080
ANO	2012
MODELO	2013
COMBUSTÍVEL	ALCO/GASOLINA
COR	BRANCA
PATRIMONIAL	3442

VEÍCULO	CAMINHONETE/ AMBULÂNCIA
PLACA	MKJ9443
CHASSI	93W245H34D2094913
RENAVAN	470089490
ANO	2012
MODELO	2013
COMBUSTÍVEL	DIESEL
COR	BRANCO
PATRIMONIAL	3441

VEÍCULO	MICROONIBUS
PLACA	MIB0278
CHASSI	93W245H34B2061022
RENAVAN	257614389

ANO 2010  
 MODELO 2011  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR PRATA  
 PATRIMONIAL 2454

VEÍCULO SPIN LTZ  
 PLACA MLL9242  
 CHASSI 9BGJC75ZOE224132  
 RENAVAN 1000246229  
 ANO 2013  
 MODELO 2014  
 COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 4468

VEÍCULO UNO MILLE ECONOMY  
 PLACA MLM5813  
 CHASSI 9BD15822AD6862895  
 RENAVAN 1001039952  
 ANO 2013  
 MODELO 2013  
 COMBUSTÍVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 4552

## 5. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VEÍCULO CORSA/CHEVROLET-CLASSIC-LS  
 PLACA MLL1426  
 CHASSI 9BGSU19FOEB195914  
 RENAVAN 586883347  
 ANO 2013  
 MODELO 2013  
 COMBUSTÍVEL FLEX-ALCO/GASOLINA  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL SST19094  
 OBS: CEDÊNCIA  
 CONSELHO TUTELAR

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE WAY ECON  
 PLACA MGL9827  
 CHASSI 9BD15844AA6365318  
 RENAVAN 178650129  
 ANO 2009  
 MODELO 2010  
 COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 2724

## 6. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

VEÍCULO CAMINHONETE FORD RANGER XL 13D  
 PLACA MBO7698  
 CHASSI 8AFER13D115166936  
 RENAVAN 744927056  
 ANO 2000  
 MODELO 2001  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 2511

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 2622  
 PLACA MEV2294  
 CHASSI 9BFZC9V88BB12029  
 RENAVAN 966346491  
 ANO 2008  
 MODELO 2008

COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL 2374

VEÍCULO MOTONETA C100 BIZ ES  
 PLACA MEBO792  
 CHASSI 9C2HA07104R021335  
 RENAVAN 824055861  
 ANO 2004  
 MODELO 2004  
 COMBUSTÍVEL GASOLINA  
 COR AZUL  
 PATRIMONIAL 2221

VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES 1113  
 PLACA LWS4442  
 CHASSI 34404112476377  
 RENAVAN 553115200  
 ANO 1980  
 MODELO 1980  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 COR VERDE  
 PATRIMONIAL 3275

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA DRESSER 140C  
 ANO 1990  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2365

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA HUBER WARCO  
 10DM  
 ANO 1973  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2260

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA-15  
 ANO 1991  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2259

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS VALMET 68  
 ANO 1992  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 2255

EQUIPAMENTO CARREGADEIRA MICHIGAN 55C  
 ANO 1990  
 COMBUSTÍVEL DIESEL  
 PATRIMONIAL 23

EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D-50-A  
 ANO 1993  
 PATRIMONIO 2371

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA CASE  
 580L4X4  
 ANO 2000  
 MODELO 2000  
 CHASSI JHF0027749  
 COMBUSTÍVEL DIESEL 97HP  
 PATRIMONIAL 2453  
 COR AMARELA

EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU  
 ANO 2012  
 MODELO 2012  
 CHASSI KMTPC202K51B10018

COMBUSTÍVEL DIESEL 97HP  
PATRIMONIAL 3290  
COR AMARELA

VEÍCULO CAMINHÃO/BASCULANTE  
PLACA MKM0161  
CHASSI 9BFZEA6V6CBS94424  
RENAVAN 457812664  
ANO 2011  
MODELO 2012  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 3333

EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRAS KO-  
MATSU- D51E  
ANO 2013  
MODELO 2013  
CHASSI KMT0D080E51B13677  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4469  
COR AMARELA

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CASE 845B  
ANO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL SEÇÃO DE USO  
COR CASTANHO  
CHASSIS HBZN0845LEAF03402  
MOTOR 1204951

EQUIPAMENTO MINI CARREGADEIRA GEHL  
ANO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
MODELO 4240E  
COR AMARELA  
MOTOR DIESELDE 46 HP2.600RPM  
CHASSI GHL04240F0000645-K3505

VEÍCULO PA CARREGADEIRA DE RODAS WA200  
CHASSI KMTWA052H51B12374  
ANO 2013  
MODELO 2013 WA200-5  
COR AMARELA  
COMBUSTÍVEL DIESEL

VEÍCULO CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL  
ANO 2008  
MODELO 2008  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMÔNIO 2247

#### 7. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 1421  
PLACA MBJ9482  
CHASSI 9BFXTM8F5YDB9065  
RENAVAN 736238581  
ANO 2000  
MODELO 2000  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2256

VEÍCULO GM CELTA  
PLACA MB06703  
CHASSI 9BGRD08Z02G157564  
RENAVAN 781814561  
ANO 2002

MODELO 2002  
COMBUSTÍVEL GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2510

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MGH6715  
CHASSI 9BD15822AA6276800  
RENAVAN 152685510  
ANO 2009  
MODELO 2010  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2418

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110  
ANO 2011  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 2258

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS NEW  
HOLLAND 7630  
ANO 2008  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 997

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS VALMET 785 4X4  
ANO 2001  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 996

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND 7630  
CHASSI ZDCA02565  
ANO 2013  
MODELO 7630 4X4  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AZUL  
PATRIMONIAL 4074

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR SEM 8218 S 220  
CHASSI N A1303002  
ANO 2013  
MODELO SEM 8218  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4373

EQUIPAMENTO RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E  
CHASSI CAT0416ECMF08509  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4419  
COR AMARELA

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON  
4275  
CHASSI AAAT0003UDC021273  
ANO 2013  
MODELO 4275 / 4  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR VERMELHA  
OBS: CEDÊNCIA

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MKC1620  
CHASSI 9BD15822AD6900187  
RENAVAN 597511640  
ANO 2013

MODELO 2013  
 COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
 COR BRANCA  
 PATRIMONIAL  
 OBS: CEDÊNCIA

#### 8. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

VEÍCULO HONDA/CG 125 FAN ESD  
 PLACA MLM5863  
 CHASSI 9C2JC4160ER020645  
 RENAVAL 1001044948  
 ANO 2014  
 MODELO 2014  
 COMBUSTÍVEL GASOLINA  
 COR VERMELHA  
 PATRIMONIAL 4547

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto N.º 088/2014 DE 15 DE ABRIL DE 2014. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

#### Decreto Nº 121/2014

DECRETO Nº 121/2014 DE 01 DE JULHO DE 2014.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO DIA 04 DE JULHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido turno único no dia 04 de julho de 2014 com horário das 7h30min às 13h30min, nas Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e DMER (Departamento Municipal de Estradas e Rodagens), do município de Serra Alta/SC.

Art. 2º Na data especificada no art. 1º fica estabelecido turno reduzido nas demais repartições públicas, também escolas municipais e creche com horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2014

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### 84/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
17/06/2014	Município de Siderópolis	JAZIDA DE AREAO RECCO EIRELLI ME	Fornecimento parcelado de material tipo saibro para manutenção dos serviços da Secretaria de obras e serviços municipais, durante o exercício de 2014.	R\$ 25.000,00	Até 31/12/2014

Extrato do Contrato PMS nº 84/2014

#### 85/2014

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
30/06/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONS-TRUTORA FERNANDES LTDA	Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na rodovia SID 159 no trecho do Rio Jordão até a barragem.	R\$ 1.242.235,74	150 dias contados após expedição da ordem de serviço

Extrato do Contrato PMS nº 85/2014

**86/2014**

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
04/06/2014	Município de Siderópolis	ESET ENGENHARIA E TOPOGRAFIA	Contratação de empresa especializada em serviços técnicos para regularização fundiária de áreas de propriedade do município, localizadas no perímetro urbano, objetivando a implantação de parcelamento para 01 área industrial e 01 área destinada à loteamento habitacional	R\$ 78.000,00	Até 31/12/2014 podendo ser prorrogado

Extrato do Contrato PMS nº 86/2014

**87/2014**

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
26/06/2014	Município de Siderópolis	AUTO ELETRICA BOEING	Aquisição parcelada de peças elétricas automotivas para manutenção elétrica nos veículos da frota Municipal, durante o exercício de 2014.	R\$ 40.290,61	Até 31/12/2014

Extrato do Contrato PMS nº 87/2014

**5º Termo Aditivo ao Contrato 59/2011**

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Vigência
30/06/2014	Município de Siderópolis	CONFER CONSTRUTORA FERNANDES	Contratação de empresa para a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem das Ruas Padre Anchieta e Plínio Bonassa, neste município por meio de parceria com Caixa Econômica Federal conforme contrato de repasse nº0327460-89/2010, conforme projetos, especificações e quantificações pertencentes TOMADA DE PREÇOS Nº 52/2011 PROCESSO Nº 50/2011	Nos termos do art.57 da Lei nº 8.666/93 fica prorrogada a vigência do contrato até 29/08/2014.

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato PMS nº 59/2011

**1º Termo Aditivo ao Contrato 052/2013**

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Vigência
17/06/2014	Município de Siderópolis	BETHA SISTEMAS LTDA	Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, por um período de 48 (quarenta e oito) meses	Nos termos do art.57 da Lei nº 8.666/93 fica prorrogada a vigência do contrato por mais 12 meses.

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato PMS nº 52/2013



# Sombrio

## PREFEITURA

### Extratos de Contratos RH 2014

CONTRATO nº239/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Lourdes Zanete S. Farias da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$2.070,85 (Dois mil e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) Prazo:01/04/2014,até31/12/14.Assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº240/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Silvia Maria Oliveira do Canto Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$ 424,29 (Quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos) Prazo:03/04/2014,até31/12/2014 Data assinatura31/12/2014.

CONTRATO nº241/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Márcia Aparecida Teixeira dos Anjos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de ProfessoravvalorMensal:R\$1.035,42 (Hum mil trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos) Prazo:02/04/2014,até31/12/14Dataassinatura02/04/2014.

CONTRATO nº242/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Odete Bitencourt Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$2.070,85 (Dois mil e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)Prazo:07/04/2014,até31/12/2014 Dataassinatura07/04/2014.

CONTRATO nº243/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Laiz Porto André Medeiros Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva valor Mensal: R\$848,58 (Oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) prazo:03/03/2014,até31/12/2014.Dataassinatura03/03/14.

CONTRATO nº244/2014Processo Seletivo:-01/2013 Contratado:Joice de Lima LourençoObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva, valor Mensal: R\$1.697,16 (Hum mil seiscentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) prazo:01/04/2014,até31/12/2014Dataassinatura01/04/14.

CONTRATO nº245/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado Bruna Carlos Fernandes Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$681,88 (Seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos) prazo:01/04/2014,até31/12/2014

Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº246/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Catia Cristiani Ferrari da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora,valorMensal: R\$1.697,16 (Hum mil seiscentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos)prazo :01/04/14,até31/12/14Dataassinatura01/04/14.

CONTRATO nº247/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Tatieli Silva da Cunha Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$618,88 (Seiscentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos) prazo:04/03/2014,até31/12/14

Data assinatura04/03/2014.

CONTRATO nº248/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:EnildaVargas Teixeira Nichele Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal:R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e doze centavos)prazo:01/04/2014,até31/12/14Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº249/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Marcela Carolina Bolico,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e doze centavos)prazo:01/04/2014,até31/12/2014Dataassinatura01/04/14.

CONTRATO nº250/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Rogério Altenir Pinto,Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e doze centavos) prazo:02/04/14,até31/12/14 Dataassinatura02/04/14.

CONTRATO nº251/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Adriana Serrão Gregorio Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e doze centavos)prazo:01/04/2014,até31/12/14Dataassinatura01/04/14.

CONTRATO nº252/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Joice Michele Cardoso contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Infantil valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e doze centavos) prazo:01/04/2014Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº253/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Luiz Henrique BrancherObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$776,57 (Setecentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)prazo:01/04/14Dataassinatura01/04/2014.

CONTRATO nº254/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Fabio Ernesto Schmidt da Rocha Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$1.697,16 (Hum mil seiscentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) prazo: 01/04/2014,até31/12/2014Dataassinatura01/04/14.

CONTRATO nº255/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Rodrigo dosSantosObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$ 636,44 (Seiscentos e trinta e seis reais e quarenta e quatro centavos) prazo:01/04/2014,até31/12/2014

Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº256/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:ClaudiovaniCoelho Bitencourt Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal:R\$1.035,42 (Hum mil trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos)prazo:01/04/2014,até31/12/2014Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº257/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Diego Marcelo R. SilveiraObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal:R\$517,71 (Quinhentos e dezesseis reais e setenta e sete centavos)prazo:01/04/2014,até31/12/2014Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº258/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Luan Barbosa dos Reis Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal:R\$424,29 (Quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos)prazo:01/04/2014,até31/12/2014Data assinatura01/04/2014.

CONTRATO nº259/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:



Marcelo dos Santos Bitencourt Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal:R\$1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) prazo:01/04/2014,até31/12/2014Data assinatura01/04/2014.

#### **Extratos de Contratos RH 2014**

CONTRATO nº197/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Ivonete Borges Simão Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora valor Mensal: R\$955,90 (Novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) Prazo:01/03/2014,até31/12/2014. Assinatura01/03/2014.

CONTRATO nº198/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Raquel Borges Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reais e noventa centavos) Prazo:01/03/2014,até31/12/2014.

Assinatura01/03/2014.

CONTRATO nº199/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Elizete da Silva Possamai Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventacentavos) Prazo:07/03/2014,até31/12/2014.

Assinatura07/03/2014.

CONTRATO nº200/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Evanilda Teixeira de Souza Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e três reaisnoventacentavos) Prazo:01/03/2014,até31/12/2014.

Assinatura01/03/2014.

CONTRATO nº201/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: João Paulo Santos da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$1.174,47(Hum mil cento e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) Prazo:01/03/2014,até31/12/2014.

Assinatura01/03/2014.

CONTRATO nº202/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Eva Regina Nascimento dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e trêsreaisnoventacentavos) Prazo:20/03/2014,até31/12/2014.Assinatura20/03/2014.

CONTRATO nº203/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Ilsa Marisane do Nascimento Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Servente valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinte e trêsreaisnoventacentavos)Prazo:07/03/2014,até31/12/2014. Assinatura07/03/2014.

CONTRATO nº204/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Regiane Nascimento dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinteetrêsreaisnoventacentavos) Prazo:12/03/2014,até31/12/2014.Assinatura12/03/2014.

CONTRATO nº205/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado:Waldir Flores da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinteetrêsreaisnoventacentavos) Prazo:13/03/2014,até31/12/2014.Assinatura13/03/2014.

CONTRATO nº206/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Marília M. de Fátima Meixedo Garcia Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$587,24 (Quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos) Prazo:13/03/2014,até31/12/2014.Assinatura13/03/2014.

CONTRATO nº207/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Bibiana Madeira Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas valor Mensal: R\$1.174,47 (Hum mil cento e setenta e quatroreaisequarentaesetecentavos) Prazo:10/03/2014,até31/12/2014.Assinatura10/03/2014.

CONTRATO nº208/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Angélica Ferreira dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil,valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:18/03/2014,até31/12/2014.Assinatura18/03/2014.

CONTRATO nº209/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Elen Maiara Correia Abatti Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil,valor Mensal: R\$1.175,10 (Hum mil cento e setenta e cinco reais e dez centavos) Prazo:18/03/2014,até31/12/2014.Assinatura18/03/2014.

CONTRATO nº210/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Karina Maciel Ramos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva,valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) Prazo:10/03/2014,até31/12/2014.Assinatura10/03/2014.

CONTRATO nº211/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Sergio Ricardo de Souza Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor,valor Mensal: R\$587,55 (Quinhentos e oitenta e sete reais cinqüentaecincocentavos) Prazo:20/03/2014,até31/12/2014.Assinatura20/03/2014.

CONTRATO nº212/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Deise Casagrande Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva ,valor Mensal: R\$783,40 (setecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) Prazo:18/03/2014,até31/12/2014.Assinatura18/03/2014.

CONTRATO nº213/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Maria Rosane C. Fernandes Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva ,valor Mensal: R\$1.566,80 (Hum mil quinhentos e Sessenta e seis reais e oitenta centavos) Prazo:01/03/2014,até31/12/2014.Assinatura01/03/2014.

CONTRATO nº214/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Luiz Franciso Possamai Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de serviços gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinteetrêsreaisnoventacentavos) Prazo:01/03/2014,até31/12/2014.Assinatura01/03/2014.

CONTRATO nº215/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Julio César Coelho Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de serviços gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinteetrêsreaisnoventacentavos) Prazo:02/03/2014,até31/12/2014.Assinatura02/03/2014.

CONTRATO nº216/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Jose Valdoni de Melo Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de serviços gerais valor Mensal: R\$723,90 (Setecentos e vinteetrêsreaisnoventacentavos) Prazo:02/03/2014,até31/12/2014.Assinatura02/03/2014.

**Extratos de Contratos RH 2014**

CONTRATO nº260/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Fernando Rodrigues Boita Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Professor valor Mensal: R\$848,58 (Oitocentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e oitocentosavos) Prazo: 01/04/2014, até 31/12/14. Assinatura 01/04/2014.

CONTRATO nº261/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Claudielena Coelho Pacheco Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois noventa e dois centavos) Prazo: 07/04/14, até 31/12/14 Data assinatura 07/04/2014.

CONTRATO nº262/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Izabel Silva da Silva de Borba Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois noventa e dois centavos) Prazo: 04/04/2014, até 31/12/14 Data assinatura 04/04/2014.

CONTRATO nº263/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Cleia Borges Martins Barbosa Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Servente valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 09/04/2014, até 31/12/2014 Data assinatura 09/04/2014.

CONTRATO nº264/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Miria Honório da Silva Marques Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Servente valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) prazo: 01/04/2014, até 31/12/2014. Data assinatura 01/04/14.

CONTRATO nº265/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Tayna da Rosa Teixeira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Monitor de Oficinas, valor Mensal: R\$618,88 (Seiscentos e dezoito reais e oitenta e oitocentosavos) prazo: 01/04/2014, até 31/12/2014 Data assinatura 01/04/14.

CONTRATO nº266/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Silvana Regina Rodrigues de Vargas Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil, valor Mensal: R\$1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) prazo: 02/04/2014, até 31/12/2014 assinatura 02/04/2014.

CONTRATO nº267/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Jiovana de Oliveira Clarinda Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil, valor Mensal: R\$1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) prazo: 10/04/14, até 31/12/14 Data assinatura 10/04/14.

CONTRATO nº268/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Jose Paulo Pereira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnico de Enfermagem, valor Mensal: R\$1.066,10 (Hum mil sessenta e seis reais e dez centavos) prazo: 07/05/14, até 31/12/14 assinatura 07/05/14.

CONTRATO nº269/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Patrícia Pires Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnico de Enfermagem, valor Mensal: R\$1.066,10 (Hum mil sessenta e seis reais e dez centavos) prazo: 08/05/14, até 31/12/14 Data assinatura 08/05/14.

CONTRATO nº270/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Eni da Silva Martins Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnico de Enfermagem, valor Mensal: R\$1.066,10 (Hum mil sessenta e seis reais e dez centavos) prazo: 12/05/14, até 31/12/14 Data assinatura 12/05/14.

/12/14 Data assinatura 12/05/14.

CONTRATO nº271/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Mateus Peters Pereira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Condutor socorrista (SAMU), valor Mensal: R\$1.129,55 (Hum mil cento e vinte e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) prazo: 07/05/14, até 31/12/14.

CONTRATO nº272/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Ariel Iuri de Freitas Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Condutor socorrista (SAMU), valor Mensal: R\$1.129,55 (Hum mil cento e vinte e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) prazo: 07/05/14, até 31/12/14 assinatura 07/05/14.

CONTRATO nº273/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Aires de Medeiros Godinho Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Condutor socorrista (SAMU), valor Mensal: R\$1.129,55 (Hum mil cento e vinte e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) prazo: 07/05/14, até 31/12/14 assinatura 07/05/14.

CONTRATO nº274/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Renata Borges Boff Selau Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Fisioterapeuta, valor Mensal: R\$3.374,48 (Três mil trezentos e setenta e quatro reais e quatrocentos e oitocentosavos) prazo: 06/05/14, até 31/12/14 assinatura 06/05/14.

CONTRATO nº275/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Leyce da Rosa dos Reis Objeto: contrato temporário de trabalho na função de fonoaudióloga, valor Mensal: R\$2.282,44 (Dois mil e duzentos e oitenta e dois reais e quatrocentos e oitocentosavos) prazo: 06/05/14, até 31/12/14 Data assinatura 06/05/14.

CONTRATO nº276/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Gilson Roque Pagani Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnico Agrícola, valor Mensal: R\$1.066,10 (Hum mil e sessenta e seis reais e dez centavos) prazo: 06/05/14, até 31/12/14 Data assinatura 06/05/14.

CONTRATO nº277/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Francielen Cardoso Kupinski Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Nutricionista, valor Mensal: R\$2.282,44 (Dois mil duzentos e oitenta e dois reais e quatrocentos e oitocentosavos) prazo: 06/05/14, até 31/12/14 Data assinatura 06/05/14.

CONTRATO nº278/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Ana Regina Dal Pont Antonio Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnica Higiene Dental (UBS) valor Mensal: R\$1.041,46 (Hum mil e quarenta e um reais e quatrocentos e oitocentosavos) prazo: 07/05/2014, até 31/12/14 Data assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº279/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Claudinei Coelho de Bitencourt Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Farmacêutico valor Mensal: R\$2.766,42 (Dois mil setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos) prazo: 09/05/2014, até 31/12/14 Data assinatura 09/05/2014.

CONTRATO nº280/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Almides Roberg Silva da Rosa Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Condutor socorrista (SAMU), valor Mensal: R\$1.129,55 (Hum mil cento e vinte e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) prazo: 06/05/2014, até 31/12/14 Data assinatura 06/05/2014.

CONTRATO nº281/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Arnildo da Silva Santos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de agente de combate a doenças epidemiológicas valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois noventa e dois centavos) prazo: 05/05/2014, até 31/12/14 Data assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº282/2014 Lei nº 1853/2009 Contratado: Rodrigo da S. Raupp Objeto: contrato temporário de trabalho na função de agente de combate a doenças epidemiológicas valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e dois centavos) prazo: 08/05/2014, até 31/12/2014 Data assinatura 08/05/14.

CONTRATO nº283/2014 Lei nº 1853/2009 Contratado: Jean Pereira de Souza, Objeto: contrato temporário de trabalho na função de agente de combate a doenças epidemiológicas valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e dois centavos) prazo: 08/05/14, até 31/12/14 Data assinatura 08/05/14.

### Extratos de Contratos RH 2014

CONTRATO nº284/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Taisi Andréia Euzébio Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnica de Enfermagem valor Mensal: R\$1.066,10 (Hum mil e sessenta e seis reais e dez centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº285/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Patrícia dos Santos Coelho Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Técnica de Enfermagem valor Mensal: R\$1.066,10 (Hum mil e sessenta e seis reais e dez centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº286/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Patrícia Pereira de Oliveira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Assistente Social valor Mensal: R\$ 2.282,44 (Dois mil e duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) Prazo: 12/05/14, até 31/12/14. Assinatura 12/05/2014.

CONTRATO nº287/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Jose Valderi Dias Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Operador de Equipamentos valor Mensal: R\$ 1.151,38 (Hum mil cento e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº288/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Alessandro Martins dos Santos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Operador de Equipamentos valor Mensal: R\$1.151,38 (Hum mil cento e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº289/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Diulli Da Rosa Paulo Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. administrativo valor Mensal: R\$ 995,03 (Novecentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº290/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Martinha Raupp Silveira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. administrativo valor Mensal: R\$ 995,03 (Novecentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº291/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Daniela Fontana dos Santos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. administrativo valor Mensal: R\$ 995,03 (Novecentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº292/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Luiz Francisco Possamai Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Motorista valor Mensal: R\$1.091,50 (Hum mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº293/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Fabrício Mota Cardoso Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Motorista valor Mensal: R\$1.091,50 (Hum mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº294/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Roger Rodrigues Borges Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Motorista valor Mensal: R\$1.091,50 (Hum mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº295/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Roger Rodrigues Borges Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Motorista valor Mensal: R\$1.091,50 (Hum mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14.

Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº296/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Ageu Generoso Borges Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Motorista valor Mensal: R\$1.091,50 (Hum mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14.

Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº297/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Daniel Silvano Silveira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Motorista valor Mensal: R\$1.091,50 (Hum mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14.

Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº298/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Sílvia Aparecida Pereira Duarte da Silveira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº299/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Judith Diamantina Rocha Lescano Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº300/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Gessica Maciel Santos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/14.

CONTRATO nº301/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Maria Aparecida de Oliveira Cardoso Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº302/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Douglas da Silva Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 12/05/14, até 31/12/14. Assinatura 12/05/2014.

CONTRATO nº303/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Danilo Romualda Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.



CONTRATO nº304/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Alini Nunes Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 15/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº305/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Sandra Serafim dos Santos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 15/05/14, até 31/12/14. Assinatura 15/05/2014.

CONTRATO nº306/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Elisete Martins dos Reis Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 15/05/14, até 31/12/14. Assinatura 15/05/2014.

### Extratos de Contratos RH 2014

CONTRATO nº307/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Ednei Réus Elias Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 15/05/14, até 31/12/14. Assinatura 15/05/2014.

CONTRATO nº308/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Douglas Maciel Martins Coelho Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos) Prazo: 15/05/14, até 31/12/14. Assinatura 15/05/2014.

CONTRATO nº309/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Ricardo Daboi Possamai Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Operador de Equipamentos valor Mensal: R\$ 1.151,38 (Hum mil cento e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos) Prazo: 19/05/14, até 31/12/14. Assinatura 19/05/2014.

CONTRATO nº310/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Luciane Zanelato Henrique Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Enfermeira valor Mensal: R\$ 2.766,42 (Dois mil e setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº311/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Karen Lagarreta de Vargas Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 07/05/14, até 31/12/14. Assinatura 07/05/2014.

CONTRATO nº312/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Natieli da Rosa Gomes Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº313/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Sandra Maria de Matos Bez Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitário valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 06/05/14, até 31/12/14. Assinatura 06/05/2014.

CONTRATO nº314/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: David Almeida do Nascimento Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº315/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Leidiane Fernandes Raupp Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 08/05/14, até 31/12/14. Assinatura 08/05/2014.

CONTRATO nº316/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Tatiane de Souza Teixeira dos Santos Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº317/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Ivonete dos Santos Colares Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14.

Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº318/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Denise Aparecida Aguiar Duarte Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14.

Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº319/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Lucas da Silva Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº320/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Isabel Cristina de Souza da Silva Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº321/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Daiane Albano Carvalho Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº322/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Cleiton Marcelo Cardoso Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº323/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Elen Diane Porto da Silva Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº324/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Patrícia Teixeira de Souza Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo: 05/05/14, até 31/12/14. Assinatura 05/05/2014.

CONTRATO nº325/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Jailto de Santana Pereira Objeto: contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitário de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20 (Hum mil e um reais e vinte centavos)

Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº326/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Angelita Rodrigues Farias Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº327/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado:Aline Pereira da Silva Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº328/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Lisandra Ferreira de Oliveira Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

### Extratos de Contratos RH 2014

CONTRATO nº329/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Davina Alexandre Gomes Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Davina Alexandre Gomes valor Mensal: R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº330/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Maria de Lourdes Serafim Godinho Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal:R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo:09/05/14,até31/12/14.Assinatura09/05/2014.

CONTRATO nº331/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado:Lenita Peters da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$1.001,20(Hum mil e um reais evintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº332/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Eneci da Silva da Cunha Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$1.001,20(Hum mil e um reais evintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº333/2014 Processo Seletivo: - 03/2014 Contratado: Fátima Regina da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária deSaúdevalorMensal:R\$ R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais evintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº334/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:Maria Berenice Cunha da Silva Alves Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20(Hummileumreaisevintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº335/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:Ivanetedo Gito BezObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitario valor Mensal:R\$1.001,20(Hummileumreaisevintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14. Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº336/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Alessandra Ramos da Silva Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária deSaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hummileumreaisevintecentavos)Prazo:08/05/14,até31/12/14.

Assinatura08/05/2014.

CONTRATO nº337/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:Cleia Borges Martins Barbosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo:07/05/14,até31/12/14. Assinatura07/05/2014.

CONTRATO nº338/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:Josiane Ribeiro de Souza Objeto:contrato temporáriodetrabalhonafunção deAgenteComunitáriadeSaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hummileumreaisevintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº339/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:S uzeteColaresPereiraObjeto:contratotemporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.

Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº340/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Isabel Machado dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vinte centavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.

Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº341/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:RosaneCardosoSilvanoObjeto:contratotemporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos) Prazo:08/05/14,até31/12/14.Assinatura08/05/2014.

CONTRATO nº342/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:EvanisiaStuartPereiraObjeto:contratotemporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais valor Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventaedoiscentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº343/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:CheilaReginaRodriguesPereiraObjeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde valor Mensal: R\$ 1.001,20(Hum mileumreaisevintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº344/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:Cássia Aline Borges Soares Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária deSaúde valorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº345/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Roselene dos Santos Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitária de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14. Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº346/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Samuel Selau da Cunha Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitária de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:06/05/14,até31/12/14.Assinatura06/05/2014.

CONTRATO nº347/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: CarineCorreia de Brito Objeto:contratotemporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum

mil e um reais e vintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº348/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Rozane Marilene Soares Dalenogare Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e umreaisevintecentavos) Prazo:13/05/14,até31/12/14.Assinatura13/05/2014.

CONTRATO nº349/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Rosane dos Santos Joaquim Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:06/05/14,até31/12/14.Assinatura06/05/2014.

CONTRATO nº350/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:MaraBeatriz Godinho Floriano Objeto:contrato temporário detrabalhonafunção de Agente Comunitário de SaúdevalorMensal:R\$1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:07/05/14,até31/12/14.Assinatura07/05/2014.

### Extratos de Contratos RH 2014

CONTRATO nº351/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Ivete Moraes de Freitas Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde Mensal: R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos)Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº352/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado:Rita Aparecida Pedroso Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde Mensal: R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº353/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Daiane de Moraes Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde Mensal: R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais e vintecentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº354/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Eunice Emilia de Souza Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reaisnoventaadoiscentavos) Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº355/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Jane Rocha de Souza Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reaisnoventaadoiscentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº356/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Márcia Machado Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reaisnoventaadoiscentavos) Prazo:12/05/14,até31/12/14.Assinatura12/05/2014.

CONTRATO nº357/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Maria Gorete Silva da Rosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Mensal: R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reaisnoventaadoiscentavos) Prazo:15/05/14,até31/12/14.Assinatura15/05/2014.

CONTRATO nº358/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Maria Terezinha Ferreira dos Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais Mensal: R\$

762,92 (Setecentos e sessentaadoisreaisnoventaadoiscentavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº359/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:Jackelineda Silva Maximiliano Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil R\$ 1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) Prazo:12/05/14,até31/12/14.Assinatura12/05/2014.

CONTRATO nº360/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Bruna Maciel Alves Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil R\$ 1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº361/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Ivonete Costa Helena Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva R\$ 848,58 (Oitocentos e quarenta e oitoreaisecinqüentaeeitocentavos) Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº362/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:EdinaPereirada Rosa Colares Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de EducaçãoInclusivaR\$848,58(Oitocentosequarentaeoitoreaisecinqüentaeeitocentavos)Prazo:12/05/14,até31/12/14.Assinatura12/05/2014.

CONTRATO nº363/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:SinaraPereiraAvila Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de EducaçãoInclusivaR\$848,58(Oitocentosequarentaeoitoreaisecinqüentaeeitocentavos) Prazo:12/05/14,até31/12/14.Assinatura12/05/2014.

CONTRATO nº364/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:EliegedematosNovelli Canella Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. deEnsinodeEducaçãoInclusivaR\$1,697,16 (Hum Mil Seiscentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos ) Prazo:12/05/14,até31/12/14.Assinatura12/05/2014.

CONTRATO nº365/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Andrio Cardoso Pereira Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor R\$1,697,16 (Hum Mil Seiscentos e noventa e sete reais e dezesseiscentavos)Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº366/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Rodrigo Cardoso Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Agente Comunitária de Saúde R\$ 1.001,20(Hum mil e um reais e vinte centavos)Prazo:21/05/14,até31/12/14.Assinatura21/05/2014.

CONTRATO nº367/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Josiane Gomes Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventa e doiscentavos)Prazo:22/05/14,até31/12/14. Assinatura22/05/2014.

CONTRATO nº368/2014 Processo Seletivo: - 02/2013 Contratado: Rodrigo Machado Eusebio Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Serviços Gerais R\$ 762,92 (Setecentos e sessenta e dois reais e noventaadoiscentavos) Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº369/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado:CíntiaCristiane Bordão Viana Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Inclusiva R\$ 848,58 (Oitocentos e quarenta e oitoreaisecinqüentaeeitocentavos)



Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº370/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Mariluci Antunes Alves Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil R\$ 1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) Prazo:07/05/14,até31/12/14.Assinatura07/05/2014.

CONTRATO nº371/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Giane Gregorine Rodrigues Santos Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Aux. de Ensino de Educação Infantil R\$ 1.272,87 (Hum mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos) Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

CONTRATO nº372/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Dioni Bitencourt Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professor R\$2.070,85 (Dois mil e setenta reais e oitenta e cinco centavos) Prazo:02/05/14,até31/12/14.Assinatura02/05/2014.

### Extratos de Contratos RH 2014

CONTRATO nº373/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Ilane Daheln Herber Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora Mensal: 1.035,42( Hum mil e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos)Prazo:07/05/14,até21/12/14.Assinatura07/05/2014.

CONTRATO nº374/2014 Processo Seletivo: - 01/2013 Contratado: Elisandra Ribeiro da Luz Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Professora Mensal: 1.035,42( Hum mil e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos)Prazo:06/05/14,até31/12/14.Assinatura06/05/2014.

CONTRATO nº375/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Bruna Borges Barbosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Gestora Pedagógica Mensal: R\$ 2.526,82(Dois mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

CONTRATO nº376/2014 Processo Seletivo: - 02/2014 Contratado: Bruna Borges Barbosa Objeto:contrato temporário de trabalho na função de Gestora Pedagógica Mensal: R\$ 2.526,82(Dois mil quinhentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos) Prazo:05/05/14,até31/12/14.Assinatura05/05/2014.

### Decreto 142/2014

DECRETO Nº. 142, DE 30 DE JUNHO DE 2014.  
ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO NAS REPARAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS DIAS QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando o jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Horário especial de atendimento no dia 04 de julho de 2014, (Jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol), no horário das 07h00 às 13h00.

Art. 2º. Fica Excluído do Presente Decreto a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretária Municipal de Educação, que funcionarão normalmente, e, em escala de plantão.

Art. 3º. Em virtude do horário especial, os serviços e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo, vigilância e SAMAE, funcionarão em escala de plantão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 30 de junho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### Errata Portaria 63/2014

ERRATA

PORTARIA Nº. 63, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

Onde se lia:

NOME	SECRETARIA	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
Laercio Agostinho Pizzolo	Obras e Transportes	652	Professor Mag	04/03/2012 a 03/03/2013

Lê-se:

NOME	SECRETARIA	MATRICULA	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
Laercio Agostinho Pizzolo	Obras e Transportes	652	Auxiliar de Serviços Gerais II	04/03/2012 a 03/03/2013

## SAMAE - TIMBÉ DO SUL

### 09/2104 - Exonera Fg do Servidor Ricardo Stecanella

SAMAE DE TIMBÉ DO SUL - SC

PORTARIA SAMAE N. 09/2014

30 de junho de 2014.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições, concedidas através de Lei Municipal n. 615/91 no seu Art. 6º::

RESOLVE :

Art. 1º - Fica Exonerado da Função de Coordenador do SAMAE o Servidor RICARDO STECANELLA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 30 de junho de 2014.

Amarildo Scursel Alexandre

Diretor do SAMAE

### 10/2014 - CONCEDE FÉRIAS SERVIDORA EDNA DAL PONT

SAMAE DE TIMBÉ DO SUL - SC

PORTARIA SAMAE N. 10/2014

01 de julho de 2014.

O Sr. Ricardo Stenalla, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 30 dias, à servidora EDNA DAL PONT, relativo ao período aquisitivo 01.06.2013 a 31.05.2014.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 01 a 30.07.2014.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de julho de 2014.

Ricardo Stenalla

Diretor do SAMAE

### 11/2014 - CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR AMARILDO S. ALEXANDRE

SAMAE DE TIMBÉ DO SUL - SC

PORTARIA Nº 11 de 01 de julho de 2014.

RICARDO STECANELLA, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º Fica concedido, FÉRIAS PRÊMIO, ao Servidor AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE, Matrícula nº 03 ocupante do Cargo de OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO, por um período de 180 (Cento e oitenta) dias, contados a partir da presente data. De acordo com o estabelecido no Art. 60º, letra c) § 3º.

Art. 2º A FÉRIAS PRÊMIO concedida neste Ato compreende o período aquisitivo de 01 de janeiro de 1982 a 31 de dezembro de 1991.

Art. 3º O Estatuto do Funcionário Público, prevê no seu Art. 60º, férias prêmio de 6 (seis) meses, após cada dez anos de serviços prestados ao Órgão. Com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo. No inciso III, letra c) § 3º, diz que o gozo da licença poderá ser em mais que um período, contanto que a somatório dos períodos não ultrapassem os seis meses previstos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul-SC, 01 de julho de 2014.

RICARDO STECANELLA

Diretor do SAMAE

# Timbó

## PREFEITURA

### Aviso Pregão Presencial N.º 02 2014 FMAS - Confeção de Móveis Em Granito Sob Medida

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 02/2014 - FMAS

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de móveis em granito, sob medida, para atender as necessidades do Centro de Convivência do Idoso (conforme projeto e especificações no anexo I). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h30min do dia 15 de julho de 2014. ABERTURA: dia 15 de julho de 2014 as 15h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações situada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 01/07/2014

DEISE A. N. MENDES

Secretária de Assistência Social

### Extrato Contrato 2014.095 - Fumtran

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/095

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

AUTORIZADO: Focalle Engenharia Viária LTDA.

OBJETO: Locação e manutenção de equipamentos de geração de imagens e monitoramento foto eletrônico de condutas ilícitas no trânsito, especificamente o medidor de excesso de velocidade para as vias do município de Timbó/SC, bem como fornecimento de programa de computador (software) para gerenciamento das informações e bancos de dados, inerente as infrações flagradas. VALOR: R\$ 988.032,00 (novecentos e oitenta e oito mil e trinta e dois reais).

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### Ata Credenciamento N.º 02 2014 FME - Árbitros

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2014 - FME

Às nove horas, do primeiro dia, do mês de julho de dois mil e quatro, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 02/2014 - FME. Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: Joana Paula Mattedi CPF nº 027.460.619-45, LUCILENE VANDERLINDE DA CONCEIÇÃO CPF nº 036.153.909-62, ROGE BANDIERA PAIVA CPF

nº 131.915.038-11, MARLON ELIAS MÜLLER CPF nº 579.659.609-82, WALDIR KLITZKE CPF nº 308.421.589-87, LARISSA KARINE VAN BOMMEL CPF nº 081.721.519-00, JULIA DE FREITAS CPF nº 099.342.169-57.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos envelopes para análise dos documentos, sendo que os seguintes profissionais atenderam as condições do edital: LUCILENE VANDERLINDE DA CONCEIÇÃO CPF nº 036.153.909-62, ROGE BANDIERA PAIVA CPF nº 131.915.038-11, MARLON ELIAS MÜLLER CPF nº 579.659.609-82, WALDIR KLITZKE CPF nº 308.421.589-87, LARISSA KARINE VAN BOMMEL CPF nº 081.721.519-00, JULIA DE FREITAS CPF nº 099.342.169-57.

Verificou-se que a profissional Joana Paula Mattedi, não atendeu a alínea "c" do subitem 4.3.1.1 (Habilitação Jurídica - Do Profissional Autônomo), sendo que não apresentou o número do PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS.

Nesse sentido, restaram-se credenciados os seguintes profissionais nas respectivas modalidades:

LUCILENE VANDERLINDE DA CONCEIÇÃO			
Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
02	Jogo	Assistente Futebol de Campo	60,00
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00
13	Diária*	Arbitro Atletismo	250,00

ROGE BANDIERA PAIVA			
Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
08	Jogo	Arbitro Bocha	35,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00

MARLON ELIAS MÜLLER			
Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00

WALDIR KLITZKE			
Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
01	Jogo	Arbitro de Futebol de Campo	130,00
02	Jogo	Assistente Futebol de Campo	60,00
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
04	Jogo	Arbitro de Futebol Suíço	50,00

05	Jogo	Arbitro Futebol Areia	50,00
06	Jogo	Arbitro Futsal	65,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00

**LARISSA KARINE VAN BOMMEL**

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00
13	Diária*	Arbitro Atletismo	250,00

**JULIA DE FREITAS**

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
02	Jogo	Assistente Futebol de Campo	60,00
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00
13	Diária*	Arbitro Atletismo	250,00

Restou inabilitada no certame a profissional JOANA PAULA MATTE-DI, tendo em vista que não apresentou o número do PIS ou PASEP ou Inscrição de Contribuinte Individual no INSS. No entanto, nos termos do item 5.1.4 do Edital, poderá a profissional, durante todo o período de vigência do mesmo, apresentar nova documentação para credenciamento escoimada dos vícios que culminaram na inabilitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT Presidente	PAMELA A. CAMPRE- GHER FLORIANO Secretária	ALINE BURGER Membro
---------------------------------	--------------------------------------------------	------------------------

**CÂMARA MUNICIPAL****Ata do Pregão Nº 03/2014**

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL  
PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2014  
PREGÃO Nº 03/2014

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº Bairro das Nações, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 12/2014, de 10/03/2014, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial 03/2014, objeto do Processo Licitatório nº 09/2014, destinado à aquisição de equipamentos e programas de informática para a Câmara Municipal Timbó (SC). Iniciada a sessão no horário estabelecido pelo Edital, o Pregoeiro procedeu ao credenciamento das empresas Top Center Comercial Ltda - ME; CEK Informática Ltda; Weikan Tecnologia Ltda; Eder Carlos dos Santos Batista - ME; Bitset Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda - ME; MB Infomática Ltda. - EPP; Nano Empreendimentos Ltda. - ME; Infoplan Ltda - ME; Ilha Service Serviços de Informática Ltda; Rei dos Reis Comércio Atac. de Equipamentos de Informática Ltda. - EPP; MM Comercio de Equipamentos Ltda. - ME., e recebeu os envelopes contendo a proposta de preço (envelopes nº 01), que foram rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes. Verificou-se que as empresas Rei dos Reis Comércio Atac. de Equipamentos de Informática Ltda. - EPP e MM Comercio de Equipamentos Ltda., não apresentaram a declaração do anexo IV do edital, razão pela qual não poderão usufruir do benefício conferido pela Lei Complementar nº 123/2006. O Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo a proposta de preço da empresa Top Center Comercial Ltda - ME, que apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 34.540,00, a empresa CEK Informática Ltda. apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 34.133,00 para o Item II no valor de R\$ 2.361,00, para o Item III no valor de R\$ 3.180,00, para o Item IV no valor de R\$ 680,00, para o Item V no valor de R\$ 1.380,00; a empresa Weikan Tecnologia Ltda apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 38.423,00, para o Item II no valor de R\$ 2.717,00, para o Item III no valor de R\$ 941,50, para o Item IV no valor de R\$ 842,00, para o Item V no valor de R\$ 1.830,00; a empresa Eder Carlos dos Santos Batista - ME apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 36.135,00, para o Item II no valor de R\$ 2.312,00, para o Item IV no valor de R\$ 850,00, para o Item V no valor de R\$ 1.200,00; a empresa Bitset Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda - ME, apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 44.880,00, para o Item II no valor de R\$ 2.736,00, para o Item IV no valor de R\$ 870,00; a empresa MB Infomática Ltda. - EPP apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 43.130,00, para o Item II no valor de R\$ 2.126,00, para o Item IV no valor de R\$ 875,00; a empresa Nano Empreendimentos Ltda. - ME apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 39.930,00, para o Item II no valor de R\$ 2.611,00, para o Item III no valor de R\$ 3.000,00, para o Item IV no valor de R\$ 850,00, para o Item V no valor de R\$ 1.880,00, para o Item VI no valor de R\$ 3.000,00; a empresa Infoplan Ltda - ME apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 34.914,00 para o Item II no valor de R\$ 2.795,00, para o Item III no valor de R\$ 3.200,00, para o Item IV no valor de R\$ 780,00, para o Item V no valor de R\$ 1.400,00, para o Item VI, o valor de R\$ 3.500,00; a empresa Ilha Service Serviços de Informática Ltda, apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 39.468,00; a empresa Rei dos Reis Comércio Atac. de Equipamentos de Informática Ltda. - EPP apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 40.700,00, para o Item III no valor de R\$ 950,00, para o Item IV no valor de R\$ 1.100,00, para o Item



V no valor de R\$ 1.600,00; a empresa MM Comercio de Equipamentos Ltda., apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 36.500,00; para o Item II no valor de R\$ 1.979,00; para o Item V no valor de R\$ 1.280,00; Analisadas e rubricadas as propostas verificou-se que estão em conformidade com as exigências do edital. Na fase de lances verbais e negociação com as empresas participantes, conforme os critérios estabelecidos no Edital. O Item I foi vencido pela empresa Top Center Comercial Ltda - ME, com o valor de R\$ 31.700,00. O Item II foi vencido pela empresa MM Comercio de Equipamentos Ltda, com o valor de R\$ 1.800,00. O Item III foi vencido pela empresa Rei dos Reis Comércio Atac. de Equipamentos de Informática Ltda. - EPP no valor de R\$ 864,00. O Item IV foi vencido pela empresa CEK Informática Ltda, com o valor de R\$ 680,00; O Item V foi vencido pela empresa Eder Carlos dos Santos Batista - ME com o valor de R\$ 1.199,00. O Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das empresas que apresentaram as melhores Propostas, e, após análise da documentação, constatou-se que a empresa CEK Informática Ltda, apresentou a Certidão Negativa de Débitos do Município sede da Licitante com validade expirada, requerendo os benefícios dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, para sanar a irregularidade, os documentos de habilitação jurídica e fiscal das demais empresas atendem os requisitos exigidos no Edital, sendo declarada vencedora do item I a empresa Top Center Comercial Ltda - ME, com o valor de R\$ 31.700,00; do Item II a empresa MM Comercio de Equipamentos Ltda, com o valor de R\$ 1.800,00; do Item III a empresa Rei dos Reis Comércio Atac. de Equipamentos de Informática Ltda. - EPP no valor de R\$ 864,00; do Item IV a empresa CEK Informática Ltda, com o valor de R\$ 680,00; do Item V a empresa Eder Carlos dos Santos Batista - ME com o valor de R\$ 1.199,00. Não havendo manifestação dos presentes, em especial com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro adjudicou os objetos da licitação às empresas declaradas vencedoras. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, na forma do art. 4º, XVI e XXIII, da Lei 10.520/2002. Nada mais havendo a relatar sobre o presente julgamento, o Pregoeiro encerrou a Sessão com a lavratura desta ata que, após lida e achada em conforme, vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes presentes. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PREGOEIRO: \_\_\_\_\_

Equipe de apoio: \_\_\_\_\_

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### Edital de Notificação Nº 002/2014 - Itpu/Tsp

Estado de Santa Catarina  
Município de Treze Tílias

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2014

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto do artigo 127 da Lei Orgânica Municipal, e nos artigos 5 a 53, 175 a 201, todos da Lei Municipal 02/1991, de 16 de dezembro de 1991; com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 66/2013 de 17 de dezembro de 2013, Leis nº 885/92 de 01 de dezembro de 1992 e 1.409/2001 de 16 de fevereiro de 2001 e Decreto nº 1856/2013 de 20 de dezembro de 2013;

#### NOTIFICA

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis urbanos situados no Município de Treze Tílias, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a Taxa de Serviços Públicos (Taxa de Limpeza Pública e Taxa de Conservação de Logradouros Públicos), relativos ao exercício de 2014, estão sendo lançados pelo Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Os contribuintes que não receberem os carnês de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbana e Taxa de Serviços Públicos referentes ao exercício de 2014 em seu domicílio, deverão retirar junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias até a data de 14/07/2014, ou então imprimi-lo no site do município [www.trezetilias.sc.gov.br](http://www.trezetilias.sc.gov.br), Link Serviços ao Cidadão - Carnês.

Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos legais, ficando sujeito aos acréscimos previstos.

#### I - Prazo e forma de pagamento:

I.I - Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 11 de agosto de 2014, e gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU/ TSP. O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

I.II - Pagamento parcelado: os tributos acima mencionados poderão ser pagos em três parcelas com vencimento nos dias 11 de agosto, 11 de setembro e 13 de outubro do corrente ano.

O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência bancária autorizada até o vencimento. Após a data de vencimento, somente no Banco SICREDI.

#### II - Pagamento com atraso:

O pagamento atrasado estará sujeito à atualização monetária após o vencimento e aos seguintes acréscimos:

Multa: de 2% (dois por cento);

Juros de mora: de 1% (um por cento), contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração. (artigo 219 da Lei Municipal nº 02/91)

#### III - Falta de pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regularmente serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente.



Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente, nos termos do artigo 201 do Código Tributário Nacional.

**IV - Impugnações:**

O prazo limite para a apresentação de impugnação dos lançamentos será de 20 (vinte) dias contínuos a contar da entrega do aviso de lançamento, após o que serão considerados intempestivos.

**V - Outras Informações:**

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) está disponível no site do município [www.trezetillas.sc.gov.br](http://www.trezetillas.sc.gov.br), Link Serviços ao Cidadão, Guia Carnês. O contribuinte deverá acessar o site, informar os dados solicitados e imprimir o carnê de IPTU 2014 pelo referido link.

O contribuinte que não receber os documentos de arrecadação a que se refere este edital deverá procurar o Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, para a retirada do carnê.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos das Leis nº 1.710/2011 e 1.796/2013, revogadas as disposições em contrário.

Treze Tílias, 01 de julho de 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital nesta Secretaria de Administração e Finanças ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e catorze.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

## Trombudo Central

### PREFEITURA

#### **Decreto 078/14**

DECRETO 078/14 DE 26 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.02 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

04.02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 14.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:  
Subtrair excesso de arrecadação R\$ 14.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 26 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### **Decreto 079/14**

DECRETO 079/14 DE 27 DE JUNHO DE 2014.

RESTITUI VALORES

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 97º Item I Parágrafo 1º e 2º, Artigo 99º, Artigo 101º e Artigo 102º da Lei 644 de 29 de Dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal).

**DECRETA:**

Artigo 1º - Autoriza a restituição no valor de R\$ 249,20 (duzentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), a Empresa LORIVAL HÜBNER ME, CNPJ nº 04.289.373/0001-85, relativo à importância recolhida indevidamente em duplicidade ao cofre público Municipal, relativo à taxa de ISS, referente à competência 05/2014 na data de 16 de Junho de 2014, conforme documentação apresentada a Fazenda Municipal.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto 080/14**

DECRETO 080/14 DE 30 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA

08.01.08.243.0012.2.057-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.01 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA

08.01.08.243.0012.2.057-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

### **Decreto 081/14**

DECRETO 081/14 DE 30 DE JUNHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.13 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER

04.13.12.365.0004.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações

diretas R\$ 6.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.13 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER

04.13.12.365.0004.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 6.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de Junho de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Lei 1183

Lei nº 1.183/2014 de 02 de julho de 2014.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 131.998,00 (Cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 131.998,00 (Cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS		
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL10.00		
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE10.01		
Proj./Ativ	Construção, Ampliação e Conservação Unidade de Saúde10.301.0012.1.024		
4.4.90.00.00.00.00.00.0106	57.798,00Aplicações Diretas (5)		
4.4.90.00.00.00.00.00.0223	64.200,00Aplicações Diretas (6)		
4.4.90.00.00.00.00.00.0292	10.000,00Aplicações Diretas (68)		

TOTAL. ....R\$ 131.998,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equip.e Materiais Permanentes	
4.4.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (1)	30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0223	Aplicações Diretas (2)	64.200,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0292	Aplicações Diretas (62)	10.000,00	

Proj./Ativ	10.302.0012.2.053	Manutenção de Consórcio Público - CIS-Ameosc	
3.1.71.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (28)	2.223,84	
3.3.71.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (29)	25.574,16	

TOTAL. ....R\$ 131.998,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 02 de Julho de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### Lei 1184

Lei Nº 1.184/2014 de 02 de julho de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI DE SC E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Serviço Social da Indústria de SC, trato Administrativo de Credenciamento com o Governo do Estado de Santa Catarina, objetivando equipar e ampliar núcleos de base para desenvolvimento esportivo de rendimento e capacitar profissionais de Educação Física nas modalidades de Atletismo, Badminton, Basquetebol, Hóquei na Grama, Rúgbi, Tênis de Campo e Voleibol no Município.

Art. 2º - Fica ainda o Chefe do Poder Executivo autorizado para efetuar eventuais despesas decorrentes da presente Lei, que correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 02 de Julho de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

### Lei 1185

Lei nº 1.185/2014 de 02 de julho de 2014.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para a Associação Santa Cecília, inscrita no CNPJ nº 78.486.982/0001-60, sediada neste município de Tunápolis - SC, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro de até R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para a ASSOCIAÇÃO SANTA CECÍLIA, sediada na sede deste Município,

inscrita no CNPJ nº. 78.486.982/0001-60, para custeio de despesas com realização do 25º Encontro Cultural de Corais do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 02 de Julho de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

### Decreto 1622

Decreto nº 1.622/2014 de 02 de julho de 2014.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 131.998,00 (Cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.183/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 131.998,00 (Cento e trinta e um mil, novecentos e noventa e oito reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	10.00
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.01
Proj./Ativ	Construção, Ampliação e Conservação Unidade de Saúde	10.301.0012.1.024
4.4.90.00.00.00.00.00.0106	57.798,00	Aplicações Diretas (5)
4.4.90.00.00.00.00.00.0223	64.200,00	Aplicações Diretas (6)
4.4.90.00.00.00.00.00.0292	10.000,00	Aplicações Diretas (68)

TOTAL. ....R\$ 131.998,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equip.e Materiais Permanentes

4.4.90.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (1)	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0223	Aplicações Diretas (2)	64.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0292	Aplicações Diretas (62)	10.000,00

Proj./Ativ	10.302.0012.2.053	Manutenção de Consórcio Público - CIS-Ameosc
3.1.71.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (28)	2.223,84
3.3.71.00.00.00.00.00.0106	Aplicações Diretas (29)	25.574,16

TOTAL. ....R\$ 131.998,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
em 02 de Julho de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico em Controladoria Interna.

## Vargeão

### PREFEITURA

#### **Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 092/2014.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

OBJETO: Supressão de valores, alterando o valor contratado para R\$ 25.401,45 (vinte e cinco mil quatrocentos e um reais e quarenta e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 092/2014.

Vargeão SC, 26 de junho de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### **Lei N.1000/2014**

LEI Nº 1.000/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA INVESTIR EM CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO EM CAMPO PARA PRÁTICA DE FUTEBOL E OUTROS ESPORTES.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores apreciou, votou, aprovou e, fica sancionada a seguinte lei:

Artigo. 1º- Fica autorizado o Poder Executivo a investir recursos do orçamento público municipal, diretamente ou por convênio, na elaboração de projeto - incluindo todas as fases e licenciamento ambiental - construção, aparelhamento e manutenção de um campo e assessorios para prática de futebol e outros esportes na Comunidade do Assentamento Perdizes - 9 de Novembro criado pela Portaria nº 0013 de 30 de março de 1995.

Artigo. 2º- Para a consecução do objeto do artigo 1º fica autorizado o Poder Executivo a receber terrenos em comodato, com cessão real de uso ou doação da União ou do INCRA para a finalidade de prática de esportes, entretenimento e atividades educacionais voltadas aos moradores do Assentamento 09 de Novembro.

Artigo. 3º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, em 1º de julho de 2014.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

#### **Lei N.1001/2014**

LEI Nº 1.001/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A INVESTIR EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO TREVO DA BR-282/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Município autorizado a investir em iluminação pública e outras melhorias e obras na interseção de acesso a Vargem Bonita na BR-282/SC, nos termos do contrato de permissão especial de uso da faixa de domínio do Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes nº UT-16-004/2014-00, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Parágrafo Único - Os serviços serão indicados e assistidos pelo departamento de engenharia do Município, podendo ser contratado serviço especializado para projeto, instalação, fornecimento de materiais, mão-de-obra e outros necessários a execução das obras.



Artigo 2º - Sempre que necessário o Município poderá executar diretamente ou por contratação serviços e obras de manutenção, inclusive com o fornecimento de materiais e bens específicos.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão empenhadas e pagas pelo orçamento do Poder Executivo em suas dotações específicas para tal finalidade.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 1º de julho de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélien Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

### **Lei N.1002/2014**

LEI Nº 1.002/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014.

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar a efetiva concessão para a empresa Janete Marques Reciclagem ME, CNPJ nº 13.874.694/0001-38, com sede no Lote 02, Quadra 01 do Distrito Industrial de Vargem Bonita, o uso de uma área no mesmo Distrito Industrial, sendo esta o Lote 01, Quadra 01 em frente à empresa para suas ampliações.

Artigo 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder no que couber, os benefícios/incentivos, previstos na Lei nº 257/97 de 06 de outubro de 1997, com exceção por ora a doação.

Artigo 3º - O prazo da concessão será de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por igual período, através de termo aditivo, no interesse da administração pública.

Parágrafo Único - O descumprimento das obrigações, por parte da Concessionária, contida na Lei 257/97, bem como dos termos da presente concessão e da proposta apresentada, implicará na revogação da mesma, com a imediata reversão da posse e domínio do bem a favor do Município, independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 4º - Fica a presente concessão de uso dispensada de licitação ante a existência do interesse público devidamente justificado.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei serão empenhadas e pagas pelo orçamento do Poder Executivo em suas dotações específicas para tal finalidade.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 1º de julho de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélien Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

### **Lei N.1003/2014**

LEI Nº 1.003/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS O EQUIPAMENTO QUE ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal a receber em doação com encargos, um veículo automotor de passageiros, marca/modelo Chevrolet Spin LT, ano de fabricação 2014, ano do modelo 2014, motor bicom bustível (álcool ou gasolina), de 1.796 cilindradas, na cor branca, com direção hidráulica, ar condicionado, vidros e travas elétricas e demais especificações contidas no Termo de Doação com Encargos nº 5149/2014 em anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º - O Município se compromete a destinar o bem para os fins e uso de interesse social mencionados no Termo em anexo, sendo a utilização restrita pelo (s) Conselho (s) Tutelar (s) do Município.

Art. 3º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal, do bem ora recebido em doação.

Art. 4º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 1º de julho de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélien Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

### **Lei N.1004/2014**

LEI Nº 1.004/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO COM ENCARGOS O EQUIPAMENTO QUE ESPECIFICA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal a receber em doação com encargos, um caminhão basculante 6X4, trcado e traçado, PTB de 23 toneladas, veículo novo, zero quilômetro, primeiro empacamento, ano de 2013 ou posterior, motor diesel de 6 (seis) cilindros em linha, turbo alimentado e demais especificações contidas no Termo de Doação do PAC2, conforme termo em anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º - Como encargos, o Município se compromete a executar e utilizar o bem doado para fins de interesse social para a promoção da agricultura familiar e reforma agrária, em especial a recuperação de estradas vicinais e em obras de captação e armazenamento de água, garantindo o abastecimento à população do município de Vargem Bonita.

Art. 3º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à inscrição no Patrimônio Municipal, do bem ora recebido em doação.

Art. 4º - As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 1º de julho de 2014.  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suêlen Favretto  
Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto N.051/2014**

DECRETO Nº051/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO DIA DE JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam fixados os seguintes horários de expediente no âmbito dos órgãos públicos municipais para o dia 04 de julho quando do acontecimento do jogo da Seleção Brasileira de Futebol:

I - Prefeitura Municipal de Vargem Bonita/Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo/Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes horário será das 07h00min às 13h00min;

II - Escolas e Centros de Educação Infantil Municipal terão início em horário normal e término as 15h00min;

III - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social/CRAS os funcionários serão dispensados 30 (trinta) minutos antes do início do jogo.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 1º de julho de 2014.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI  
Prefeita de Vargem Bonita

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 02/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Videira

### PREFEITURA

#### **Pregão Presencial Nº 90/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 90/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURAR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA, CEDIDOS PELO MINISTÉRIO DA PESCA PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO, E TAMBÉM UM VEÍCULO UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 16/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 01 de Julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **Edital Declaratório 019/2014**

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DECLARATÓRIO 019/2014

O senhor Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, considerando o previsto no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 59, IV, "a" e artigo 132, e Regulamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 8483/2014, o qual se encontra à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação.

Declara:

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas abaixo relacionadas, a partir das datas e pelos motivos especificados.

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços - ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

Contribuinte: Adilson Mathias ME  
Rua Brasil Correa, 630 Bairro Farroupilha  
Inscrição Municipal: 1949357 CNPJ: 06.156.754/0001-11  
Titular: Adilson Mathias  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Adriana Camargo Armenio ME  
Rua Padre Anchieta, 1328 Bairro Matriz  
Inscrição Municipal: 204986-1 CNPJ: 11.018.369/0001-48  
Titular: Adriana Camargo Armenio  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Adriana Cruz - MEI  
Rua Severino José Pasqual, 189 Bairro Carboni  
Inscrição Municipal: 212005-4 CNPJ: 16.726.983/0001-88  
Titular: Adriana Cruz  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido a alteração para outro município.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Agrosimp Consultoria, Industria e Treinamento Profissionalizante  
Rua Luiz Argenta, 540 Bairro Panazzolo  
Inscrição Municipal: 197698-2 CNPJ: 07.639.681/0001-81  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 300 - AIDF: 231/2008.  
Sócio Gerente: Edimar Magno Dick  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Albatroz Letreiros Ltda  
Rua Coronel Alberto Schmidt, 76 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 193625-5 CNPJ: 04.286.711/0001-25  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 500 - AIDF: 053/2006.  
Sócio Gerente: Celso Luiz da Silva Filho  
Jeferson Rodrigo de Freitas  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Antoninho Pontes do Prado ME  
Rua Bulcão Viana, 339 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 204395-5 CNPJ: 10.372.557/0001-07  
Titular: Antoninho Pontes do Prado  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Artur Nunes de Lima ME  
Rua Pinheiros Bairro Dois Pinheiros  
Inscrição Municipal: 197271-5 CNPJ: 07.451.095/0001-09  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 224/2005  
Titular: Artur Nunes de Lima  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento da inscrição municipal devido óbito de seu titular.  
Data do Cancelamento: 14/04/2014. Processo Administrativo 5573/2014.

Contribuinte: Auto Posto de Lavação Videira Ltda ME  
Rua Abraão Brandalise, 380 Bairro Santa Tereza  
Inscrição Municipal: 191968-7 CNPJ: 05.150.868/0001-91  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 951 a 1100. AIDF: 45/2011  
Sócio Gerente: Josiane Caurio  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Bassani Industria e Comércio de Acessórios Cabina-gem e Estofamentos Ltda ME  
Rua Rod SC 135 Bairro Distrito Industrial II  
Inscrição Municipal: 201620-6 CNPJ: 09.112.187/0001-90  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 750 - AIDF: 189/2011  
Sócio Gerente: Eder Bassani  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Betama Florestal e Transportes Ltda  
Rua Bulcão Viana, 631 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 196458-5 CNPJ: 05.465.690/0001-78  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 400 - AIDF: 198/2007.  
Sócio Gerente: Luiz Alberto Zamboni  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: BG Transportes Ltda  
Distr. Industrial Rio das Pedras, s/n Bairro Rio das Pedras  
Inscrição Municipal: 16148-8 CNPJ: 02.602.560/0001-41  
Sócio Gerente: Altair Carlos Guzzi  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Borges Vieira Transportes e Logística Ltda  
Rua Ascanio Ribeiro Chaves, 116 Bairro Rio das Pedras  
Inscrição Municipal: 201105-0 CNPJ: 08.955.345/0001-00  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 400 - AIDF: 385/2008.  
Sócio Gerente: João Alceu Borges Vieira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Celetrica Materiais Elétricos Ltda ME  
Rua Veneriano dos Passos, 150 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 204815-9 CNPJ: 10.821.949/0001-06  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 1000 - AIDF: 217/2009.  
Sócio Gerente: Marcelo Santos Mendes  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Cesco & Cesco Locadora de D.V.D. Ltda  
Rua Avenida Dom Pedro II, 35 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 196956-0 CNPJ: 07.305.465/0001-08  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 750 - AIDF: 010/2006.  
Sócio Gerente: Vinicius Henrique Cesco  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Cledson Ivan Rosalino ME  
Rua Iomerê, 220 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 198337-7 CNPJ: 07.658.430/0001-44  
Titular: Cledson Ivan Rosalino  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Clínica de Automóveis Videira Ltda ME  
Rua Rod SC 355, 1640 Bairro Distrito Industrial  
Inscrição Municipal: 148527-0 CNPJ: 01.473.183/0001-25  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 500 - AIDF: 325/2007.  
Sócio Gerente: Tamara Barbosa  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Comercial de Cigarros Morcar Ltda  
Rua Arthur Posanske, 131 Bairro Morada do Sol  
Inscrição Municipal: 12960-2 CNPJ: 00.334.496/0001-30

Sócio Gerente: Joselito Carelli  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Construtora Construmart Ltda - ME  
Rua Albano Posanske, 31 Bairro Cidade Alta  
Inscrição Municipal: 207631-4 CNPJ: 12.623.566/0001-59  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 415/2010.  
Sócio Gerente: Fernando Edino Martins  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Construtora Lins Ltda - ME  
Rua Enesio Moreira, s/n Bairro Carelli  
Inscrição Municipal: 202766-6 CNPJ: 09.469.241/0001-59  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 357/2008.  
Sócio Gerente: Eloi Antonio Lins  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: CTC Informática Ltda  
Rua Coronel Fagundes, 89 Bairro Santa Tereza  
Inscrição Municipal: 16065-6 CNPJ: 02.435.165/0001-11  
Sócio Gerente: Nilson Ferreira da Mata  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Dicoplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda  
Rua Rod. SC 355, 236 Bairro Rio das Pedras  
Inscrição Municipal: 204988-0 CNPJ: 11.223.093/0001-10  
Sócio Gerente: Adiles Natalia Schons  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: DLM Equipamentos e Sistemas Ltda ME  
Rua XV de Novembro, 576 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 197747-4 CNPJ: 07.642.013/0001-03  
Não possui autorização para impressão de documentos fiscais.  
Sócio Gerente: Luiz Alberto Alves  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Dunia Casiane Maraschin - MEI  
Rua Basilio Adada, 40 Bairro Morada do Sol  
Inscrição Municipal: 212315-0 CNPJ: 17.133.481/0001-06  
Titular: Dunia Casiane Maraschin  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido a baixa de inscrição do CNPJ na Receita Federal  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: E. D. Corretora Ltda  
Rua Antonio Testolin, 217 Bairro Dois Pinheiros  
Inscrição Municipal: 211274-4 CNPJ: 15.655.105/0001-56  
Não possui autorização para impressão de documentos fiscais.  
Sócio Gerente: Deisi Caroline Dei Agnoli da Silva  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Edelcio L. Lopes Produções Jornalísticas Ltda  
Rua José Dal Pizzol, 131 Bairro Farroupilha  
Inscrição Municipal: 195253-6 CNPJ: 06.289.867/0001-95  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 400 - AIDF: 324/2009.  
Sócio Gerente: Edelcio Luiz Lopes  
Rosane Goreti Danielli Lopes  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Editora Correio de Videira Ltda  
Rua Pedro Andreazza, 55 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 193733-2 CNPJ: 05.727.831/0001-83  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 1101 a 1200 - AIDF: 281/2008.  
Sócio Gerente: Moacir Nunes de Oliveira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Contribuinte: Eduardo Neves  
Rua Saul Brandalise, 280 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 202143-9 CNPJ: 09.234.216/0001-96  
Titular: Eduardo Neves  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Empresa Jornalística Correio de Videira  
Rua Coronel Alberto Schmidt, 141 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 9139-4 CNPJ: 72.523.236/0001-13  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 1650 a 2150 - AIDF: 050/2001.  
Sócio Gerente: Ademir Vieira de Souza  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Fábrica de Esquadrias Metálicas Videira  
Rua Abraão Brandalise, 251 Bairro Santa Tereza  
Inscrição Municipal: 200176-4 CNPJ: 08.187.150/0001-68  
Sócio Gerente: Luciane Ferreira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Fernando Moreira Branco - MEI  
Rua Anita Garibaldi, 84 Bairro Carboni  
Inscrição Municipal: 207046-4 CNPJ: 12.060.167/0001-27  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 473/2010.  
Titular: Fernando Moreira Branco  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido alteração para outro município.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Fernanda Slongo Borsoi - ME  
Rua Angelo Albiero, s/n Bairro Oficina  
Inscrição Municipal: 15439-2 CNPJ: 02.166.082/0001-74  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 092/2000.  
Titular: Fernanda Slongo Borsoi  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014



Contribuinte: Gabiju Transportes Rodoviários e Despachante Ltda  
Rua Pedro Andreazza, 55 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 91543.2 CNPJ: 72.565.492/0001-73  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 450/2008.  
Sócio Gerente: Marinês Maksimavic Colissi  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido a baixa alteração para outro município.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Games Net Escola Vendas e Diversões Ltda  
Rua Padre Anchieta, 27 Bairro Matriz  
Inscrição Municipal: 193461-9 CNPJ: 05.619.752/0002-30  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 120/2005  
Sócio Gerente: Paulo Roberto Pires Ferreira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Gelotur Transportes e Turismo Ltda ME  
Rua Brasil, 293 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 1514-4 CNPJ: 01.638.392/0001-81  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 400 - AIDF: 351/2009.  
Sócio Gerente: Marcelo Weiss  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Getran Gestão de Transito Ltda  
Rua XV de Novembro, 576 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 208651-4 CNPJ: 13.433.986/0001-35  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 050 - AIDF: 383/2011.  
Sócio Gerente: Gilso Corso  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Gilberto Antunes Moreira  
Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 196425-9 CNPJ: 07.176.669/0001-88  
Titular: Gilberto Antunes de Moreira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Gobl Materiais Para Construção Ltda  
Rua Vereador Afonso Letti, s/n Bairro Oficina  
Inscrição Municipal: 193710-3 CNPJ: 02.662.466/0002-69  
Sócio Gerente: Evandro Baldo  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: H. G. Segurança Eletrônica Ltda  
Rua Pedro Andreazza, 61 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 202130-7 CNPJ: 09.331.101/0001-10  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 076/2008.  
Sócio Gerente: Reginaldo Aparecido Dos Santos  
Giuliana Denardi  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: H. Miranda e Cia Ltda ME  
Rua Bulcão Viana, 331 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 201427-0 CNPJ: 78.742.558/0001-30  
Sócio Gerente: Honorio Miranda  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Honorio Miranda ME  
Rua Avenida Dom Pedro II, 496 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 203748-3 CNPJ: 10.360.476/0001-97  
Sócio Gerente: Honorio Miranda  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Ilsemar Toniazco  
Rua Saul Brandalise, 1571 Bairro Dois Pinheiros  
Inscrição Municipal: 207089-8 CNPJ: 12.165.416/0001-49  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 500 - AIDF: 284/2010.  
Titular: Ilsemar Toniazco  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Indústria, Comércio e Empreiteira Ragadalli Ltda  
Rua Ilse Ragadalli, 100 Bairro Alvorada  
Inscrição Municipal: 192304-8 CNPJ: 04.505.398/0001-79  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 232/2002  
Sócio Gerente: Carlos Roberto Kuster  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Indústria de Móveis D.Desing Ltda  
Rua Dionísio Locatelli, 490 Bairro Farroupilha  
Inscrição Municipal: 204987-6 CNPJ: 11.245.054/0001-33  
Sócio Gerente: Cezar Berton Neto  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Indústria e Comércio de Alimentos Nunes Ltda  
Rua Rod SC 135, s/n Bairro Distrito Industrial II  
Inscrição Municipal: 199430-1 CNPJ: 08.067.408/0001-92  
Sócio Gerente: Perci Nunes da Silva  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: IPC Representações Ltda  
Rua Pierina Brolese, 73 Bairro Aeroporto  
Inscrição Municipal: 190376-4 CNPJ: 04.830.325/0001-52  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 033/2002  
Sócio Gerente: Darci Antonio Turmina  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Israel Thibes de Campos - MEI  
Rua Santa Rech Demartini, 244 Bairro Amarante  
Inscrição Municipal: 208808-8 CNPJ: 13.092.315/0001-58  
Titular: Israel Thibes de Campos  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido mudança para outro município.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014



Contribuinte: Jacir Lopes de Albuquerque  
Rua Afonso Berwanger, 205 Bairro Marafon  
Inscrição Municipal: 15366-2 CNPJ: 02.030.779/0001-13  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 213/1997.  
Titular: Jacir Lopes de Albuquerque  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: JF Gessos e Decorações Ltda  
Rua Alexandre Gaedke, 30 Bairro Cidade Alta  
Inscrição Municipal: 206947-4 CNPJ: 12.066.911/0001-09  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 267/2010.  
Sócio Gerente: Jean Fabio Oliverio  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: J.J.M. Montagem Industrial Ltda  
Rua Avenida Dom Pedro II, 546 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 19459-7 CNPJ: 06.044.400/0001-85  
Não possui autorização para impressão de notas fiscais de prestação de serviços  
Sócio Gerente: José Itacir da Silva  
Narciso Marcon  
Jurandir Da Rocha Porto  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Johann Richard Bauerle - MEI  
Rua Rod SC 303, s/n Bairro São Cristovão  
Inscrição Municipal: 209466-5 CNPJ: 13.962.240/0001-19  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 500 - AIDF: 337/2011.  
Titular: Johann Richard Bauerle  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento da inscrição municipal devido óbito de seu titular.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: José Jairo do Nascimento  
Rua Lauro Muller, 255 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 19482-9 CNPJ: 06.125.917/0001-07  
Não possui autorização para impressão de notas fiscais de prestação de serviços  
Titular: José Jairo do Nascimento  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: JR Equipamentos de Segurança Ltda  
Rua Alberto Grando, 135 Bairro Oficina  
Inscrição Municipal: 201115-8 CNPJ: 05.209.130/0001-52  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 268/2007  
Sócio Gerente: João Carvalho Alves  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Locadora Mão de Obra na Construção Civil D.W. Ltda  
Rua 19 de setembro, 263 Bairro Panazzolo  
Inscrição Municipal: 196842-4 CNPJ: 07.318.499/0001-29  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 133/2005.  
Sócio Gerente: Dirceu de Quadros e Almeida Filho  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono

do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Luciano Alves Rodrigues  
Rua Albano Posanske, 91 Bairro Cidade Alta  
Inscrição Municipal: 205269-5 CNPJ: 10.997.569/0001-27  
Titular: Luciano Alves Rodrigues  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: Luder Auto Peças Ltda ME  
Rua Adilson Roberto Cendron, s/n Bairro Morada do Sol  
Inscrição Municipal: 7054-2 CNPJ: 82.135.013/0001-32  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001.501 a 002.000 - AIDF: 280/2008  
Sócio Gerente: Ricardo Franchin  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 09/06/2014

Contribuinte: M3 Motors Ltda ME  
Rua Saul Brandalise, 1096 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 204454-4 CNPJ: 10.630.443/0001-10  
Sócio Gerente: Marcelo Santos Mendes  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Mafferson de Oliveira  
Rua Dionísio Locatelli, 701 Bairro Farroupilha  
Inscrição Municipal: 191005,1 CNPJ: 04.952.742/0001-78  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 211/2007.  
Titular: Mafferson de Oliveira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Mammoth Comércio de Computadores e Serviços de Internet Ltda  
Rua Avenida Dom Pedro II, 35 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 198746-1 CNPJ: 07.964.782/0001-28  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 751 a 900 - AIDF: 353/2011.  
Sócio Gerente: Renato Gepfrich de Oliveira  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Marcene Sieiro Profissões Ltda ME  
Rua Saul Brandalise, 50 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 204.976-8 CNPJ: 10.983.660/0001-93  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 313/2009.  
Sócio Gerente: Rodrigo Marcene Sieiro  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Marina Dirlei Argenta ME  
Rua XV de Novembro, 1349 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 194.896-2 CNPJ: 06.148.772/0001-51  
Titular: Marina Dirlei Argenta  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Marcos Arthur Representações Comerciais Ltda  
Rua Aparecida, 272 Bairro São Cristovão  
Inscrição Municipal: 196.752-5 CNPJ: 07.272.759/0001-72  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 150 a 400 - AIDF: 143/2011.  
Sócio Gerente: Marcos Arthur Serafini  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Max Indústria de Máquinas Ltda ME  
Rua Alberto Grando, 45 Bairro Oficina  
Inscrição Municipal: 198535-3 CNPJ: 07.624.023/0001-16  
Sócio Gerente: Alexandra Alves  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: Marizete Salete Khandestani ME  
Rua Luiz Argenta, 260 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 211021-0 CNPJ: 15.271.866/0001-04  
Titular: Marizete Salete Khandestani  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido a baixa de inscrição do CNPJ na Receita Federal  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Mecânica Agrícola J B Ltda ME  
Rua Rod SC 135, s/n Bairro Distrito Industrial II  
Inscrição Municipal: 194118-6 CNPJ: 05.833.974/0001-70  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 351 a 450 - AIDF: 320/2006.  
Sócio Gerente: Ademir Luiz Schuler  
Tiago Luiz Schuler  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Mecânica Eletro Diesel Videira Ltda  
Rua Rod SC 355, Km 54 Bairro Nossa Senhora Aparecida  
Inscrição Municipal: 15368-4 CNPJ: 01.988.150/0001-18  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 1001 a 1500 - AIDF: 239/2003.  
Sócio Gerente: Paula Cristiane Torcatto  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Mecânica São Benedito Ltda ME  
Rua Rod SC 355, s/n Bairro Rio das Pedras  
Inscrição Municipal: 209811-3 CNPJ: 14.439.224/0001-09  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 287/2012.  
Sócio Gerente: Valmor Zenere  
Paulino Antonio Baldissera  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Medalhão Indústria e Comércio de Estofados e Calçados Ltda  
Rua Constantino Crestani, 533 Bairro Cidade Alta  
Inscrição Municipal: 203501-4 CNPJ: 09.550.678/0001-12  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 381/2008.  
Sócio Gerente: Fabiane Burlin  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Agro MG Ltda (MG net Work Ltda)  
Rua Rod SC 135, 194 Bairro Morada do Sol  
Inscrição Municipal: 209065-1 CNPJ: 13.772.979/0001-68  
Sócio Gerente: José Roberto Moresco  
Motivo do Cancelamento: Não requereu baixa da inscrição no Município.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: MJ Transportes Ltda  
Rua Linha Rio Tigre, s/n Bairro Interior  
Inscrição Municipal: 199143-4 CNPJ: 08.093.164/0001-12  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 125 - AIDF: 205/2006  
Sócio Gerente: Matilde Cenci Tonet  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: Moda Feminina Confecções Ltda ME  
Rua Pedro Andreazza, 179 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 199700-9 CNPJ: 08.297.452/0001-99  
Sócio Gerente: Zildanabel Aparecida Lascoski Tavares  
Luciana Maia  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: Moises Batistella MEI  
Rua Bom Sucesso, 787 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 211072-5 CNPJ: 15.331.082/0001-24  
Titular: Moises Batistella  
Motivo do Cancelamento: Cancelamento devido a baixa de inscrição do CNPJ na Receita Federal  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Montagens Industriais Poletto Ltda  
Rua Alexandre Gaedke, 102 Bairro Cidade Alta  
Inscrição Municipal: 196917-0 CNPJ: 01.639.477/0001-84  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 301 a 450 - AIDF: 020/2013.  
Sócio Gerente: Silvia Maria Poletto  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: M.O.S Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda ME  
Rua XV de Novembro, 1187 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 195192-0 CNPJ: 06.259.101/0001-68  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 650 - AIDF: 078/2007  
Sócio Gerente: Elizabet Bertotti Maciel  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: M R P Informática Ltda  
Rua Avenida Dom Pedro II, 460 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 16104-6 CNPJ: 02.407.606/0001-71  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 114/1998.  
Sócio Gerente: Paulo Kaffer  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Nbenetti Representações Ltda ME  
Rua Bulcão Viana, 1364 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 191832-0 CNPJ: 05.132.370/0001-04  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 183/2002  
Sócio Gerente: Nevio Benetti  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: N. E. Locadora de Mão de Obra Ltda  
Rua Professor Joaquim Amarante, 51 Bairro Amarante  
Inscrição Municipal: 201406-8 CNPJ: 09.031.708/0001-84  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 314/2007.  
Sócio Gerente: Antonio Lopes  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: NGE Informática Ltda  
Rua Pedro Andreazza, 61 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 196744-4 CNPJ: 07.253.376/0001-57  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 1501 a 3000 - AIDF: 010/2009  
Sócio Gerente: Simone Ferronato  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: Prime Connect Telecomunicações Ltda ME  
Rua Saul Brandalise, 520 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 214965-6 CNPJ: 11.278.117/0002-39  
Sócio Gerente: Vitor Silva Souza  
Marilda Silva Souza  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Rafaela Pereira Pires ME  
Rua Antonio Ferlin, 625 Bairro Alvorada  
Inscrição Municipal: 203923-0 CNPJ: 09.292.373/0001-58  
Titular: Rafaela Pereira Pires  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 02/06/2014

Contribuinte: Representações Comerciais Male Ltda  
Rua Rod SC 135, s/n Bairro Nossa Senhora Aparecida  
Inscrição Municipal: 195709-0 CNPJ: 06.928.512/0001-07  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 214/2004.  
Sócio Gerente: Inez Maria Schuler  
Mariana Schuller  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Rio Plastic Ltda  
Rua Treze Tílias, s/n Bairro Rio das Pedras  
Inscrição Municipal: 201268-5 CNPJ: 05.845.462/0001-23  
Sócio Gerente: Sebastião André da Silva  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: Rioter Serviços de Terraplanagens Ltda  
Rua Irmã Concília, 327 Bairro Panazzolo  
Inscrição Municipal: 198330-0 CNPJ: 07.892.948/0001-48

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 091/2006.  
Sócio Gerente: André Ramsdorf  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 02/06/2014

Contribuinte: Roberto Magagnin  
Rua Frederico Bortolaz, 56 Bairro Panazzolo  
Inscrição Municipal: 202278-8 CNPJ: 09.221.992/0001-51  
Não possui autorização para impressão de documentos fiscais.  
Titular: Roberto Magagnin  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 02/06/2014

Contribuinte: Rocar Serviços Ltda  
Rua Mato Grosso, 245 Bairro Santa Gema  
Inscrição Municipal: 197979-5 CNPJ: 05.677.077/0001-14  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 85/2006.  
Sócio Gerente: Derli Debastiani  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: ROV Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda  
Rua Rod SC 355, 1620 Bairro Morada do Sol  
Inscrição Municipal: 209071-6 CNPJ: 13.543.497/0002-17  
Sócio Gerente: Ronaldo Vanz Duarte  
Josoe Schenatto Roveda  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Sandro Luiz Canale  
Rua XV de novembro, 1270 Bairro Centro  
Inscrição Municipal: 204784-5 CNPJ: 10.802.985/0001-22  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 300 - AIDF: 189/2009.  
Titular: Sandro Luiz Canale  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Scapini Indústria e Comércio de Bebidas Ltda. EPP  
Rua Rod SC 355, s/n Bairro Rio Das Pedras  
Inscrição Municipal: 11220-9 CNPJ: 95.850.244/0001-70  
Sócio Gerente: Alison Scapini  
Tadeu Scapini  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Serviços Florestais Tavares Ltda  
Estrada Municipal Videira/Rio das Pedras Bairro Industrial  
Inscrição Municipal: 194553-0 CNPJ: 05.879.435/0001-71  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 401 a 650 - AIDF: 287/2007.  
Sócio Gerente: Gelson Camargo de Quadros  
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.  
Data do Cancelamento: 11/06/2014

Contribuinte: Sevemaquinas Comércio e Manutenção de Máquinas Ltda ME  
Rua Bulcão Viana, 992 Bairro Floresta  
Inscrição Municipal: 204310-6 CNPJ: 10.620.121/0001-90  
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF:

084/2009.

Sócio Gerente: Alan Poteriko Gomes

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Sport Academia Ltda ME

Rua Saul Brandalise, 89 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 15147-3 CNPJ: 01.672.689/0001-63

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 351 a 500 - AIDF: 068/2003.

Sócio Gerente: Geraldo Licks

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Strapazon Comércio e Serviços de Informática Ltda-ME

Rua Coronel Fagundes, 111 Bairro Santa Tereza

Inscrição Municipal: 201553-6 CNPJ: 08.950.760/0001-71

Sócio Gerente: Getulio Strapazon

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Sueli Salete Barbosa de Britto

Rua João Zardo, 728 Bairro Alvorada

Inscrição Municipal: 130609-0 CPF: 813.701.649-04

Autônoma: Sueli Salete Barbosa de Britto

Motivo do Cancelamento: Liberação de inscrição do MEI, com a mesma atividade.

Data do Cancelamento: 03/06/2014

Contribuinte: Superarte Soluções Ltda ME

Rua Rod SC 355, 1774 Bairro Dois Pinheiros

Inscrição Municipal: 199058-6 CNPJ: 07.941.124/0001-10

Sócio Gerente: Edson Carlos Gomes

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Transportes e Representações Clayton Ltda

Rua Arthur Brandalise, 218 Bairro Santa Tereza

Inscrição Municipal: 195305-2 CNPJ: 06.182.359/0001-03

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 501 a 1000 - AIDF: 109/2008

Sócio Gerente: Clayton Luiz Dalfovo Moscirocki

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Contribuinte: Transportes Falchetti Ltda ME

Rua XV de Novembro, 870 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 13909-3 CNPJ: 00.409.422/0001-15

Não possui autorização para impressão de documentos fiscais.

Sócio Gerente: Clovis Mauro Falchetti

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 04/06/2014

Contribuinte: Transportes Fernanda Ltda

Rua Vereador Dore, 46 Bairro São Cristovão

Inscrição Municipal: 17884-7 CNPJ: 04.018.754/0001-20

Sócio Gerente: Marcos Scapinello

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Transportes Moraes e Chaves Ltda

Rua Severino Vitorio Paese, 212 Bairro Universitário

Inscrição Municipal: 200905-6 CNPJ: 08.880.295/0001-40

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 500 - AIDF: 303/2011

Sócio Gerente: Carlos Eduardo Ribeiro Chaves

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Transrezzadori Transportes Ltda ME

Rua Benjamin Grazziotin, 124 Bairro Alvorada

Inscrição Municipal: 199173-6 CNPJ: 05.345.261/0001-67

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 1001 a 1500 - AIDF: 288/2004

Sócio Gerente: Claudinei Rezzadori

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Top Bike Bicletas Ltda ME

Rua Saul Brandalise, 929 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 208327-2 CNPJ: 13.294.794/0001-95

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 190/2011.

Sócio Gerente: Ricardo Schulte

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Uniplaspel Indústria de Plásticos e Papéis Ltda

Rua XV de Novembro, 1154 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 18502-4 CNPJ: 95.809.448/0001-67

Sócio Gerente: Mansur José Zucchetti

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Valdevina Franca Prado ME

Rua Saul Brandalise, 1169 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 204991-2 CNPJ: 82.993.460/0001-22

Titular: Valdevina Franca Prado

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/06/2014

Contribuinte: Valmir Pinturas Ltda

Rua Padre Anchieta, 1219 Bairro Matriz

Inscrição Municipal: 16191-1 CNPJ: 02.479.924/0001-48

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 501 a 750 - AIDF: 234/2003.

Sócio Gerente: Maria Luiza Siqueira Souza

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 02/06/2014

Contribuinte: Veloz Serviços de Motoboy Ltda

Rua João Nardi, 36 Bairro Universitário

Inscrição Municipal: 195804-6 CNPJ: 06.960.945/0001-31

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 500 - AIDF: 249/2008

Sócio Gerente: Enedir Gaspar da Silva Magnagnagno

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Videbrindes Indústria e Comércio Ltda

Rua José Bonaldo, 98 Bairro Farroupilha

Inscrição Municipal: 193626-1 CNPJ: 05.419.435/0001-99

Sócio Gerente: Marilene Otto Devens



Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Vídeo Locadora VRP Ltda ME

Rua José Formighieri, 379 Bairro Alvorada

Inscrição Municipal: 196285-0 CNPJ: 07.130.132/0001-87

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 22/2005

Sócio Gerente: Marlene Maciel Pereira dos Santos

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Videquimi Industria, Comércio, Importação e Exportação de Produtos Químicos Ltda ME

Linha Rui, s/n Bairro Rio das Pedras

Inscrição Municipal: 196353-8 CNPJ: 04.385.218/0001-62

Sócio Gerente: Vania Gardin Mauch

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 02/06/2014

Contribuinte: Vilpe Império das Bike Ltda ME

Rua Saul Brandalise, 929 Bairro Centro

Inscrição Municipal: 201325-8 CNPJ: 09.001.420/0001-67

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 303/2007

Sócio Gerente: Vilmair Maria Fagherazzi

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 10/06/2014

Contribuinte: Welder Fabio Loof Campanharo ME

Rua Padre Anchieta, 1150 Bairro Matriz

Inscrição Municipal: 204529-0 CNPJ: 10.781.423/0001-40

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 151 a 400 - AIDF: 161/2012.

Titular: Welder Fabio Loof Campanharo

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 06/06/2014

Contribuinte: Willian Passold

Rua Querino Schuller, s/n Bairro Marafon

Inscrição Municipal: 204977-0 CNPJ: 10.862.371/0001-36

Não possui autorização para impressão de documentos fiscais

Titular: Willian Passold

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 03/06/2014

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 01 de julho de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

### **Editais de Convocação Nº 035/14 - P.S Nº 007/2012**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para

o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Caroline Dallago	Agente Administrativo II
2 - Leticia Vieceli	Agente Administrativo II

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 25 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial Nº 39/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 39/2014-FMS.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00horas do dia 16/07/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 01 de Julho de 2014

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



**Extrato do Contrato N. 0455/14**

Extrato do Contrato n. 0455/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES DA SILVA

CPF: 894.423.429-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SILVANA APARECIDA PALAORO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2014 a 30 de maio de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

**Extrato do Contrato N. 0459/14**

Extrato do Contrato n. 0459/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANE MORAIS NUNES

CPF: 893.433.879-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CLAUDETE GIRIOLI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 14 de maio de 2014 a 06 de junho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

**Extrato do Contrato N. 0460/14**

Extrato do Contrato n. 0460/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE PATRICIA MEIRA

CPF: 074.393.339-77

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

**Extrato do Contrato N. 0461/14**

Extrato do Contrato n. 0461/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANTONIA MIOTELLI RISSARDI

CPF: 005.301.989-08

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 15 de maio de 2014 a 08 de junho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

**Extrato do Contrato N. 0465/14**

Extrato do Contrato n. 0465/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAYANE SOPPELSA DA SILVA

CPF: 049.175.099-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA YASMIM ABDALLA MAIA DE PAULA EM GOZO DE FÉRIAS NO MÊS DE MAIO

SEGUIDA DE GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 15 de maio de 2014 a 02 de setembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

**Extrato do Contrato N. 0466/14**

Extrato do Contrato n. 0466/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SINTYA MARIA CHAGAS

CPF: 069.168.269-08

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA TAHIANA DE OLIVEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 19 de maio de 2014 a 13 de junho de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

**Extrato do Contrato N. 0468/14**

Extrato do Contrato n. 0468/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVIANI DAROL

CPF: 066.698.209-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de maio de 2014 a 31 de agosto de 2014

FUNÇÃO: MOTORISTA II - AMBULÂNCIA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.412,68 (um mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e oito centavos)

**Extrato do Contrato N. 0470/14**

Extrato do Contrato n. 0470/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE MOREIRA RODRIGUES

CPF: 096.186.239-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE

VIGÊNCIA: de 20 de maio de 2014 a 09 de setembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR - Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos)

**Extrato do Termo Aditivo N. 0003/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0003/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DÉBORA JUSIMÉIA VOLFE

CPF: 043.822.599-67

VIGÊNCIA: de 14 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0019/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0019/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: GEVERSON LUIZ RODRIGUES BATISTA  
CPF: 006.396.670-07  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0358/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0358/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: BIANCA LUIZA SOARES SILVA  
CPF: 089.950.639-98  
VIGÊNCIA: de 17 de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0400/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0400/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: HAIZA CRISTIANE TRAVASSO  
CPF: 076.681.159-00  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 17 de agosto de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0461/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0461/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA CRISTINA PETRY  
CPF: 065.659.369-51  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0599/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0599/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: RENATO GHELLER JUNIOR  
CPF: 032.795.549-00  
VIGÊNCIA: de 15 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0676/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0676/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANA PAULA ZATTA  
CPF: 014.778.919-27  
VIGÊNCIA: de 16 de setembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0705/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0705/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLY ANDREA GONÇALVES RIBAS  
CPF: 019.565.129-42

VIGÊNCIA: de 16 de outubro de 2013 até 31 de agosto de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0717/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0717/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: RAFAELA BUENO DE OLIVEIRA  
CPF: 058.799.729-99  
VIGÊNCIA: de 18 de novembro de 2013 até 31 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Aditivo Nº 62/2014**

Aditivo nº: 62/2014  
Contrato/Ata nº: 153/2013  
Licitação: DL 03/2013.  
Contratado: SÉRGIO DENARDI  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 3ª, com efeitos a partir de 02 de julho de 2014 até 01 de julho de 2015 e reajustar o valor mensal do serviço previsto na Cláusula 16ª, em 6,0785500% através do IPNC (IBGE) acumulado entre os meses de JUNHO/2013 e MAIO/2014, passando a ser de R\$ 1.166,86 (um mil cento e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos) por mês.  
Data: 01/07/2014.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0076/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0076/14  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0400/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: HAIZA CRISTIANE TRAVASSO  
CPF: 076.681.159-00  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 09 de junho de 2014.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0077/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0077/14  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0135/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: PRISCILA CONCHI RUTHES PINTO  
CPF: 009.014.149-05  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 06 de junho de 2014.

**Extrato do Termo de Rescisão N. 0080/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0080/14  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0461/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANTONIA MIOTELLI RISSARDI  
CPF: 005.301.989-08  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir 30 de junho de 2014.

**Aditivo Nº 66/2014**

Aditivo nº: 66/2014.

Contrato/Ata nº: 122/2013.

Licitação: PR 100/2013.

Contratado: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA

Objeto: Aumentar o quantitativo do item 01 em 25%, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento.

Quantidade aditada: 1000m<sup>2</sup>

Valor: R\$ 42.495,00

Data: 01/07/2014.

**Aditivo Nº 67/2014**

Aditivo nº: 67/2014

Contrato/Ata nº: 01/2012

Licitação: DL 01/2012.

Contratado: JOÃO SEVERINO PERIN

Objeto: Reajustar o valor mensal do contrato de locação na Cláusula 16ª, em 6,0785500% através do IPNC (IBGE) acumulado entre os meses de JUNHO/2013 e MAIO/2014, passando a ser o valor de R\$ 2.355,93 (dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos) por mês.

Data: 01/07/2014.

**Decreto Nº 11.160/14**

DECRETO Nº 11.160/14, DE 30 DE JUNHO DE 2014

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e do art. 23 da Lei Complementar nº 023/2002 e do art. 1º da Lei Federal nº 10.887/04, à servidora MARIA ROSALINA PROENCIO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 025/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e do art. 23 da Lei Complementar nº 023/2002, a servidora MARIA ROSALINA PROENCIO, inscrita no CPF nº 846.798.759-68, no RG 2.142.535 e no PIS/PASEP nº 123.75902.35-3, detentora da matrícula funcional nº 5499, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zeladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 80,30% (oitenta vírgula trinta por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal nº 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 780,76 (setecentos e oitenta reais e setenta e seis centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus

efeitos a partir de 30 de junho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.161/14**

DECRETO Nº 11.161/14, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora EUNICE CASTILHO FINGER, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 026/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora EUNICE CASTILHO FINGER, inscrita no CPF sob o nº 523.548.069-49, no RG nº 5.467.093 e no PIS/PASEP nº 170.19668.91-5, detentora da matrícula funcional nº 2227, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.193,57 (quatro mil cento e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0803/14**

PORTARIA nº 0803/14

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 7564/14, nomeada pela Portaria nº 722/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta da solicitação da Presidente da Comissão de Sindicância;

**RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de junho de 2014, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 7564/14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de junho de 2014.

Videira, 26 de junho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Extrato do Termo Aditivo N. 0434/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0434/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA BALESTRIN TIBOLA

CPF: 664.965.869-34

VIGÊNCIA: de 15 de abril de 2014 até 19 de agosto de 2014

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora SOLANGE APARECIDA BALBINOT em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em substituição à servidora SOLANGE APARECIDA BALBINOT em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica, seguida de gozo de licença prêmio conforme portaria n. 0705/2014".

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0456/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0456/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: FERNANDO IRINEU BERTO

CPF: 076.441.639-13

VIGÊNCIA: de 11 de abril de 2013 até 31 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0462/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0462/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELA MARIA GALDINO

CPF: 721.734.759-91

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2014 até 06 de setembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Decreto Nº 11.166/14**

DECRETO Nº 11.166/14, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 - Fundo Municipal da Saúde	
2.064 - Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 - Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	60.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 01 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Decreto Nº 11.162/14**

DECRETO Nº 11.162/14, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035, de 06 de dezembro de 2013.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração	
01 - Administração	
2.009 - Manutenção da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas	150.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	150.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013.



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 01 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 01 dia do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.163/14**

DECRETO Nº 11.163/14, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035, de 06 de dezembro de 2013.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal	
01 - Assessoria de Gabinete	
2.002 - Manutenção da Chefia de Gabinete	
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000 - Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	40.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 01 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 01 dia do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0805/14**

PORTARIA nº 0805/14

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 9607/2014,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela BRF, no dia 11 de julho de 2014, das 7:00h às 11:00h, a fim de realizar evento de lançamento da Caminhada e Corrida 5 Km BRF.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Aditivo Nº 68/2014**

Aditivo nº: 68/2014.

Contrato/Ata nº: 191/2013

Licitação: PR 95/2013

Contratado: FURCKEL E MANENTI SERVIÇOS DE TRANSPORTES LTDA ME

Objeto: Aumentar a quilometragem da Linha 21 em 3,20 Km devido a inclusão de novos alunos.

Valor: R\$ 2.082,34.

Data: 01/07/2014.



**Anexo IV Gastos com Saúde - Maio 2014**

DECRETO 11.120/14

ANEXO IV

**CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MAIO DE 2014**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS		ARRECADAÇÃO		
		ATÉ O MÊS		
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU				3.241,18
1.2 - ITBI				848.092,66
1.3 - ISS				3.232.749,74
1.4 - IRRF				616.570,09
1.5 - FPM				8.699.843,19
1.6 - ITR				15.120,31
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO				49.942,52
1.8 - ICMS				14.234.705,50
1.9 - IPVA				2.467.978,58
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO				215.128,53
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS				253.576,61
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS				142.950,32
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS				30.779.899,23
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		ACUMULADO		
		ATÉ O MÊS		
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)				4.616.984,88
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.117.213,28
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO				2.233.842,96
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE				0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				337.100,29
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE				331.337,00
<b>TOTAL</b>				9.636.478,41
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	4.616.984,88	4.716.765,40	15,32	99.780,52
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	4.351.056,24	1.713.049,70	39,37	-2.638.006,54
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	668.437,29	155.313,75	23,24	-513.123,54
<b>TOTAL</b>	9.636.478,41	6.585.128,85		-3.051.349,56

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 17 de Junho de 2.014.

Juliane M.C.Wartha  
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Maria Eneida Furlin Dresch  
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 022/2014

Extrato do Contrato Nº. 022/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: A.R.G. INDUSTRIAL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO INTEGRADO DO DESPORTO E LAZER.

PRAZO VIGÊNCIA 23/05/2014 a 31/12/2015

VALOR: R\$ 1.619.909,35 (Um milhão, seiscentos e dezenove mil, novecentos e nove reais e trinta e cinco centavos).

Vitor Meireles - SC, 23 de Junho de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

### Retificação Nº 02 Edital Concurso Nº 001/2014

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve retificar O EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 da seguinte forma:

ANEXO IV - Conteúdo Programático

ONDE SE LÊ:

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Aptidão agrícola dos solos da Região - Classificação, morfologia e gênese. Características e propriedades químicas, físicas e biológicas. Planejamento e práticas conservacionistas. Características químicas dos solos. Fertilidade: adubos e adubação. Calagem. Microbiologia dos solos. Natureza e propriedades dos solos. Clima. Variáveis climáticas. Hidrologia. Ciclo Hidrológico. Meteorologia. Bacias Hidrográficas. Produção vegetal. As principais culturas da Região. Tratos Culturais. Pragas e fitossanidade. Hidráulica Agrícola. Princípios Fundamentais. Estruturas hidráulicas e seu dimensionamento. Irrigação e drenagem. A água no solo. Relação solo-água-clima-planta. Evapotranspiração. Os métodos de irrigação. Drenagem: princípios gerais; tipos de drenos. Barragens de terra. Características gerais. Detalhes construtivos. Comportas e vertedores. Bacias hidrográficas e hidráulicas. Produção animal: principais aspectos técnicos das explorações bovina, ovina, suína e avícola. Nutrição animal: princípios fundamentais, macro e micro nutrientes. Alimentos concentrados e volumosos. A Aqüicultura. Agroecologia. Conceitos e princípios. Zoneamento agrícola e regiões agroecológicas da Bahia. Avaliação e perícia agrônoma. Princípios gerais, objetivos e metodologias. As pastagens nativas e cultivadas. Manejo e conservação. Agrotóxicos: conceito e características gerais dos produtos

LÊ-SE

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Aptidão agrícola dos solos da Região - Classificação, morfologia e gênese. Características e propriedades químicas, físicas e biológicas. Planejamento e práticas conservacionistas. Características químicas dos solos. Fertilidade: adubos e adubação. Calagem. Microbiologia dos solos. Natureza e propriedades dos solos. Clima. Variáveis climáticas. Hidrologia. Ciclo Hidrológico. Meteorologia. Bacias Hidrográficas. Produção vegetal. As principais culturas da Região. Tratos Culturais. Pragas e fitossanidade. Hidráulica

Agrícola. Princípios Fundamentais. Estruturas hidráulicas e seu dimensionamento. Irrigação e drenagem. A água no solo. Relação solo-água-clima-planta. Evapotranspiração. Os métodos de irrigação. Drenagem: princípios gerais; tipos de drenos. Barragens de terra. Características gerais. Detalhes construtivos. Comportas e vertedores. Bacias hidrográficas e hidráulicas. Produção animal: principais aspectos técnicos das explorações bovina, ovina, suína e avícola. Nutrição animal: princípios fundamentais, macro e micro nutrientes. Alimentos concentrados e volumosos. A Aqüicultura. Agroecologia. Conceitos e princípios. Zoneamento agrícola e regiões agroecológicas do Brasil. Avaliação e perícia agrônoma. Princípios gerais, objetivos e metodologias. As pastagens nativas e cultivadas. Manejo e conservação. Agrotóxicos: conceito e características gerais dos produtos.

Vitor Meireles, 01 de Julho de 2014

Lourival Lunelli

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### Termo de Compromisso PP 42-2014 PMXV - Hoffhaus

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa HOFFHAUS COMERCIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 85.325.777/0001-89, nesta Ata representada pelo seu(ua) Administrador, Sr(a). ARTEMIO LEO HOFF, portador(a) do CPF nº 473.972.259-34 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 42/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização por servidores municipais, no desempenho de suas atividades:

ITEM	QTDE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	25	UN	19,00	Avental 100% poliéster, cor branca, com peito, com alças para amarrar nas costas e no pescoço.
2	10	UN	35,28	Avental de raspa de couro macio, com costura anti-chama, sem emendas.
3	10	UN	16,20	Avental em plástico oleado 68cmX-48cm, acabamento em viés, com alças para amarrar nas costas e no pescoço.
4	200	UN	21,00	Bloqueador Solar Ultra FPS 30 UVA e UVB, com repelente de insetos não tóxico, resistente à água, com propriedade hidratante, para ser utilizado no rosto, mãos, braços, pés, e com luvas. Bisnaga de 120gr. Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho.
5	30	PAR	30,00	Bota de segurança, tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila (pvc) injetado em uma só peça, cor branca, cano curto. Numeração variada. Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho.
6	15	PAR	51,30	Botina com cabedal em couro; forro de nylon poliéster, solado: PU/PU, PU/TPU, injetado bidensidade, numeração 40 e 42, com os seguintes acessórios: biqueira de aço e palmilha de aço. Com certificação do INMETRO e Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

7	100	PAR	42,12	Botina com cabedal em couro; forro: nylon poliéster, solado: PU/PU, PU/TPU, injetado bidensidade, PU borracha injetado bidensidade, numeração diversa, com biqueira de termoplástica. Com certificação do INMETRO e Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.
8	15	PAR	58,32	Botina de segurança de elástico, na cor branca, biqueira termoplástica, varias numerações (36,37,38,40), com certificado do INMETRO e certificado de aprovação do ministério do trabalho.
10	150	UN	26,90	Calça operacional masculina em brim pesado 100% algodão, cor verde, tamanhos variados, com elástico na cintura, com dois bolsos frontais tipo faca na cintura e um bolso atrás.
11	60	UN	17,90	Camiseta em malha poliviscose, manga curta, na cor verde, decote redondo, com um bolso frontal, com serigrafia no bolso. Tamanhos diversos.
12	60	UN	27,90	Camiseta em malha poliviscose, manga curta, na cor verde, gola a polo, com um bolso frontal, com serigrafia no bolso. Tamanhos diversos.
13	30	UN	17,90	Camiseta babylook feminina, em malha poliviscose, manga curta, na cor branca, decote redondo, com serigrafia na parte da frente, lado esquerdo, diversos tamanhos.
16	60	UN	8,20	Creme protetor para as mãos. Indicado para proteger a pele do usuário contra tintas, óleos brutos, solventes, negro de fumo, lã de vidro, colas instantâneas, resinas, graxas, produtos que não contenham água na sua composição, com propriedade hidratante, removido com água e sabonete, para ser aplicado em qualquer parte do corpo, sai em contato com água. Embalagem pote 200gr. Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho. CA 11070
19	10	UN	31,90	Jaleco com manga curta, em brim pesado 100% algodão, com botões frontais, com bolso frontal esquerdo, na cor verde. Com serigrafia. Tamanhos variados.
20	60	UN	31,90	Jaleco com manga longa, em brim pesado 100% algodão, com botões frontais, com bolso frontal esquerdo, na cor verde. Com serigrafia. Tamanhos variados.
21	200	PAR	4,14	Luva antialérgica, fabricada em látex (borracha natural), interior em verniz silver, antibacteriana, clorada e com palma antiderrapante, projetada com dedos curvados para permitir o máximo de mobilidade, com palma antiderrapante, com tratamento bactericida e fungicida, fabricada com tratamento que auxilia na prevenção à alergia ao látex. Comprimento 30cm. Tamanhos: P e M. CA14754

22	200	PAR	3,10	Luva de látex, forrada com flocos de algodão, antideslizante, anatômica, cano longo. CA 25176
23	150	PAR	13,70	Luva de segurança mista de cinco dedos com palma, dedo indicador e dedo polegar confeccionado em couro bovino, tipo vaqueta, e dorso confeccionado em raspa de couro bovino, com reforço externo entre os dedos polegar e indicador. possui cano. ref.: lbm 7 cm, 10 cm, 15 cm, 20 cm e 25 cm, de fabricação nacional. Com Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. CA 21025
24	40	UN	19,35	Luva de vinil transparente sem amido antialérgica, ambidestra, sem látex. Tamanho: P e M e G caixas com 100 unidades. CA 21120
25	80	PAR	2,50	Luva tricotada em fios de algodão e poliéster, com PVC na palma. Tamanho Único. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. CA:12405
26	10	UN	60,00	Macacão masculino confeccionado em brim pesado 100% algodão, cor verde, com botões do pescoço até a cintura, com elástico na cintura, com bolso frontal na parte superior e dois bolsos tipo faca na parte inferior, manga curta, vários tamanhos, com serigrafia no bolso frontal.
27	5	UN	15,00	Máscara confeccionada em TNT, dupla ou tripla camada, fixação por elástico ou amarril, embalagem com 50 unidades. Cor branca.
28	40	UN	3,13	Óculos de proteção Fênix - lentes em policarbonato com tratamento anti-riscos. Abas laterais de proteção. Armação preta e hastes reguláveis. Acompanha cordão de segurança. Cor Fumê. CA 9722
29	50	UM	3,23	Óculos de proteção Fênix - lentes em policarbonato com tratamento anti-riscos. Abas laterais de proteção. Armação preta e hastes reguláveis. Acompanha cordão de segurança. Incolor CA 9722
30	150	UN	3,18	Protetor Auditivo tipo plug em silicone medicinal, constituído por três flanges em copolímero atóxico e cordão. Nível de atenuação de ruído pela norma NRR/fs 17 Db. Antialérgico, fornecido em caixa plástica individual para garantia de higienização. AMOSTRA
31	100	UN	27,00	Protetor auditivo tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, apresentando almofadas de espuma em suas laterais e em seu interior. Possui uma haste em plástico rígido almofadado e metal que mantém as conchas firmemente seladas contra a região das orelhas do usuário e que sustenta as conchas. CA 14235
32	40	UN	1,75	Respiradores valvulados descartáveis, com válvula para poeira, névoa e fumo, tratamento eletrostático e elementos filtrantes.

33	35	UN	60,48	Sabonete Líquido Desengraxante com Esfoliante - indicado para limpeza de sujidades médias, pesadas e muito pesadas da pele. Características: isento de abrasivos e solventes, remove com facilidade graxas grafitadas, óleos, fuligens, tintas, resinas, negro de fumo. Embalagem bombona com 5 litros. Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho.
34	10	PAR	48,60	Sapato Mono elástico, cor branco, em vaqueta hidro fugada, solado antiderrapante.
35	10	UN	10,00	Touca soldador em brim pesado, na cor verde.
36	130	PAR	8,96	Luva em látex natural longatex sem forro, maior comprimento - 37, 39 e 42 cm, o punho prende-se ao antebraço, palma antiderrapante. CA: 9567
37	50	UN	32,00	Capacete de Segurança de uso profissional, Classe B, com Jugular, modelo Aba Frontal. Injetado numa única peça em polietileno de alta densidade. CA: 13226
38	10	UN	38,00	Garrafa Térmica 3 litros, Resistente a impacto e queda, produzida com material atóxico e reciclável isolamento térmico com espuma de PU (poliuretano), livre de CFC, entre as paredes. Dimensões (C x L x A): 20 x 20 x 31 cm. Peso: 0,68 Kg. Design compacto e funcional. Serve sem tirar a tampa. Permite colocar gelo. Possui alça superior que confere grande facilidade para transportar o produto. Possui bocal largo que facilita a entrada de líquidos no produto e permite colocar gelo. Tampa tipo rosca com proteção que serve de copo. Indicado para líquidos quentes ou frios.

#### Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 42/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 01 de julho de 2014.

HOFFHAUS COMERCIAL LTDA EPP Artemio Leo Hoff	MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal.
-------------------------------------------------	---------------------------------------------

## **TERMO DE COMPROMISSO PP 42-2014 PMXV - ROSILENE**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2014

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 42/2014 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa ROSILENE TONATTO SPAZZINI - ME, inscrita no CNPJ nº 07.045.994/0001-01, nesta Ata representada pelo seu(ua) Proprietária, Sr(a). ROSILENE TONATTO SPAZZINI, portador(a) do CPF nº 671.323.080-68 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 42/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

### **Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades**

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de equipamentos de proteção individual para utilização por servidores municipais, no desempenho de suas atividades:

ITEM	QTDE	UNID.	PREÇO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
9	18	UN	29,00	Calça operacional em brim leve 100% algodão, cor branca, tamanhos variados, com elástico na cintura, com dois bolsos frontais tipo faca na cintura e um bolso atrás.
14	15	UN	22,70	Conjunto de segurança, composto de blusão com capuz, fechamento frontal através de botões plásticos de pressão e calça com cordão na cintura para ajuste; confeccionados em PVC forrado com costura através de solda eletrônica. Cor amarela. CA: 11114
15	70	UN	8,42	Creme desengraxante com esfoliante - indicado para limpeza de sujidades médias, pesadas e muito pesadas da pele. Biodegradável e isento de abrasivos e solventes. Pote 500gr. Certificado de Aprovação no Ministério do Trabalho.
17	40	UN	32,00	Jaleco branco feminino, 100% poliéster, manga longa, 1 bolso superior e 2 inferiores, quatro botões frontais, cinto traseiro centrado em penses, sendo 2 penses na frente, abertura traseira central, com gola. Com brasão do Município bordado no bolso.

18	20	UN	32,00	Jaleco branco masculino, 100% poliéster, manga longa, 1 bolso superior e 2 inferiores, quatro botões frontais, cinto traseiro centrado em penses, sendo 2 penses na frente, abertura traseira central, com gola. Com brasão do Município bordado no bolso.
----	----	----	-------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### **Cláusula Segunda - Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

### **Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 42/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 01 de julho de 2014.

ROSILENE TONATTO SPAZZINI - ME Rosilene Tonatto Spazzini	MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal.
-------------------------------------------------------------	---------------------------------------------



# Xaxim

## PREFEITURA

### Errata de Publicação Pregão 071/2014 FMS

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

O MUNICÍPIO DE XAXIM, através de sua pregoeira COMUNICA QUE:

Fica retificada a publicação da pagina 301, edição n. 1515 do dia 27/06/2014 a saber:

Onde le-se:

Edital de Pregão Presencial N. 138/2014

Registro de Preços

Processo Licitatório 071/2014

Leia-se:

Edital de Pregão Presencial N. 071/2014

Registro de Preços

Processo Licitatório 138/2014

As demais informações permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 01 de julho de 2014.

Marinilse de Freitas Fin

Pregoeira

### Conclusão 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

CONCLUSÃO

Remetido à mim, pela Comissão Processante, Processo Administrativo instaurado em desfavor da ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, o qual teve como decisão, rescindir unilateralmente o contrato e suspender a Contratada em firmar compromissos com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos; assim, conforme § 4º, do art. 109, da Lei 8.666/93, passo a expor e fundamentar, conforme segue:

#### I - RELATO DOS FATOS

Fora instaurado Processo Administrativo para apuração de eventual descumprimento de cláusulas contratuais e do constante do Edital, perpetrada pela Empresa ILHA SERVICE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, vencedora do item 28 do Processo Licitatório nº 53/2014 do Pregão Presencial nº 030/2014, a qual ficou contratada para entregar 110 Microcomputadores com monitor LCD 19" com as configurações e especificações expostas nas fls. 42/46.

Apresentada defesa administrativa, tempestivamente, a Empresa processada alegou ter cumprido todos os requisitos do Edital, apresentou novos documentos e requereu o acolhimento e a improcedência do referido processo, não solicitando nova realização de provas.

A Comissão Técnica, analisando as provas, sugeriu e fundamentou quanto à aplicação da pena rescisão contratual, e ainda pela suspensão do direito de licitar com a Administração pelo período de 02 (dois) anos, conforme fls. 183/191.

Não satisfeita com a decisão da Comissão Técnica e Processante, a Empresa processada apresentou Recurso Administrativo, também tempestivamente, a qual requereu o acolhimento da defesa e, em caso de impossibilidade de outra hipótese menos severa, requereu alternativamente a rescisão contratual amigável, conforme ditames do art. 79 da Lei 8.666/93.

#### II - DOS FUNDAMENTOS:

A Administração Pública é pautada em buscar soluções mais vantajosas, proporcionando aos cidadãos os direitos inerentes e garantidos pelas legislações, entre elas, a Constituição Federal. Dentre as diversas facetas do Estado, merece especial destaque a função administrava exercida frente ao próprio governo e a sociedade.

Neste viés, observa-se a inserção de determinados princípios, expressos ou implícitos no ordenamento constitucional, em especial quando o Estado age, por meio de seus órgãos e agentes públicos, prestando serviços públicos ou resolvendo conflitos de interesse.

Na caso em tela, cabe destacar dois princípios vitais para a garantia da ordem pública: a razoabilidade e a proporcionalidade. O primeiro, por sua vez, é definido por Antônio Jose Calhau de Resende da seguinte forma:

A razoabilidade é um conceito jurídico indeterminado, elástico e variável no tempo e no espaço. Consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato. (RESENDE, Antonio José Calhau. O princípio da Razoabilidade dos Atos do Poder Público. Revista do Legislativo. Abril, 2009)

O segundo (proporcionalidade), visa equilibrar os direitos individuais com os anseios da sociedade. Para Dirley Munha Junior, este princípio "é um importante princípio constitucional que limita a atuação e a discricionariedade dos poderes públicos e, em especial, veda que a Administração Pública aja com excesso ou valendo-se de atos inúteis, desvantajosos, desarrazoados e desproporcionais". (Curso de Direito Administrativo. 7ª ed. Podium, 2009, p. 50) - Dirley Munha Junior)

Extraíndo as lições e ensinamentos adotados por estes princípios, o Poder Executivo não pode abster-se de, moderadamente adaptar-se as situações e observar a maneira mais coerente de agir perante tais. Não se trata de afrontar ou prejudicar o particular, mas sim buscar soluções justas para ambas as partes.

A aplicação da pena de suspensão, além de severa, causaria possivelmente uma discussão judicial, o que traria sem dúvidas desgaste entre as partes, mas em especial, à Procuradoria-geral, já com excesso de trabalho a desenvolver; o propósito em primeiríssimo lugar sempre é pela realização de acordos voluntários, de forma amigável, não causando litígio entre o poder Público e os particulares. É essencial, tanto para o licitante, como para a Administração, garantir um bom convívio, uma vez que não se descarta a possibilidade de futuramente, contratos novamente serem firmados.

Em que pese a Empresa processada, tenha, mesmo com todos os contra-argumentos apresentados, entregue um item, mesmo que minimamente, em desconformidade com o edital, a mesma externou sua intenção às fls. 211, em rescindir o contrato de forma amigável, o que torna para a administração a solução mais vantajosa, até porque, conforme dito pela própria processada, não houve prejuízo financeiro à Municipalidade, até porque, apenas 1 (um) microcomputador será devolvido.

Logo, cabe à Administração agir com cautela e prudência afim de

exarar uma decisão justa e compatível com o caso em tela.

### III - DA DECISÃO

Isto exposto, a Administração Pública, amparada pelo artigo 78, inciso II e XII, da Lei 8.666/93, decide pela Rescisão Contratual de forma amigável, conforme fora requerido pela empresa processada, referente ao Processo Licitatório n. 0053/2014, da modalidade Pregão Presencial n. 030/2014, mais especificamente ao item nº 28.

Do mesmo modo, considerando que a Administração Pública não pode arcar com despesas a qual não deu causa, fica a Processada ciente de que o Microcomputador e respectivos complementos entregues estão à disposição da mesma para que efetue a retirada de tal.

Ainda, atendendo os princípios acima fundamentados, defere o pedido da contratada, não aplicando a penalidade de suspensão de licitar com a Administração Pública do Município de Xaxim.

Publique-se, lavre-se o termo de distrato consensual e dê-se ciência à Processada da presente decisão, convocando-a para que subscreva a rescisão contratual de maneira amistosa.

Xaxim, 27 de junho de 2014  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

RUA RUI BARBOSA, Nº 347 / FONE (49) 3353-8200 / CNPJ 82.854.670/0001-30 / CEP 89825-000

### Conclusão 01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM  
CONCLUSÃO

### I - RELATO DOS FATOS:

Em meados do mês de março do ano corrente, fora instaurado Processo Licitatório nº 053/2014, na modalidade Pregão Presencial nº 030/2014, tendo como objetivo a aquisição de, dentre um dos itens, colchões para abastecer a demanda do setor de Educação do Município de Xaxim-SC. Habilitada para tal, a empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA terminou como vencedora e celebrou contrato de nº 081/2014 com a Administração Pública para entrega e regulamentação da compra dos objetos.

Ocorre que, transcorrido o tempo para entrega do produto, in casu, 100 (cem) colchões para cama de bebê, 60x130x10cm em 100% poliuretano tecido 100% algodão e 100% PVC corantes, e que gerou a instauração o presente, a processada entrou em contato com a Administração Pública através da Secretaria da Educação, apresentando justificativa pelo atraso e informando aumento no valor do produto a ser entregue, conforme fls. 13- 15; consta ainda de fls. 11-12, e-mail no qual a Processada informou ao Procurador-geral que somente entregaria os itens, com o respectivo aditivo de 25%.

Desta forma, o instaurado o processo administrativo em desfavor da Vencedora do Processo Licitatório, a mesma fora intimada para se manifestar no prazo de 05(cinco) dias úteis, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme consta de fls. 39. Entretanto, não apresentou manifestação de modo formal ou não, bem como, declinou pela produção de provas.

É o singelo relato.

### II - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Sanções administrativas são, em sentido amplo, consequência resultante de um descumprimento ou ato contrário a uma obrigação. Em sede de Direito Administrativo, a penalização tem como um de seus desideratos, o caráter inibidor, seletivo, moralista e punitivo, esta última, consequência indesejada que é aplicada a particulares que descumprirem, fraudarem ou agirem de má-fé com os contratos de licitações firmados, tudo sempre em conformidade com o preceito básico aplicado nas licitações, qual seja, a melhor proposta:

Lei 8.666/93. Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Entre os princípios fundamentais elencados no art. 37 da Constituição Federal, está o da Moralidade. Este pode ser considerado como uma cláusula geral de conduta, tanto para administração, quanto para os contratados por ela. Os agentes que atuam em confronto com este princípio, devem responder incondicionalmente pelos seus atos.

O art. 87 da Lei 8.666/93 elenca os tipos de sanções que a Administração Pública poderá aplicar, dependendo das infrações cometidas, em caso de não observância das cláusulas contratuais, que de uma forma ou outra, possuem no seu bojo, os princípios basilares já referendados supra:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1o. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2o. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o. A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Em que pese ser impossível elencar absolutamente todas as possibilidades imagináveis ou não, no que toca ao desrespeito do que fora firmado (contrato), cabe à Administração, munida de bom senso, razoabilidade e proporcionalidade, analisar cada caso com a devida brevidade para julgar de forma justa, proporcionando

ainda, o consagrado direito à defesa e o devido processo legal. Por isso, nenhum particular será julgado, muito menos penalizado sem antes ser concedida a inarredável possibilidade de falar.

As sanções administrativas correspondem à prerrogativas do Poder Público em garantir o interesse público nos contratos realizados com o particular, bem como a moralidade.

Um dos objetivos das sanções administrativas é desestimular os particulares a violar normas e princípios da administração pública, impossibilitando fraudes, ou quaisquer atos ilegais.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, as sanções administrativas são providências gravosas aplicadas a alguém, por praticar uma infração administrativa:

[...] sanção administrativa é a providência gravosa prevista em caso de incursão de alguém em uma infração administrativa cuja imposição é da alçada da própria Administração. Isto não significa, entretanto, que a aplicação da sanção, isto é, sua concreta efetivação, possa sempre se efetuar por obra da própria administração. com efeito, em muitos casos, se não for espontaneamente atendida, será necessário recorrer à via judicial para efetivá-la, como ocorre, por exemplo, com uma multa, a qual, se não for paga, só poderá ser judicialmente cobrada.(BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 24. ed., p. 824).

Em momento algum pretende-se amedrontar ou penalizar os particulares que participem de licitações, mas sim tornar os atos públicos mais eficazes e transparentes, até porque, o Erário é formado pelo dinheiro da sociedade, e dele, deve ser feito bom uso.

É por óbvio que nenhum contratante que sofrer penalização irá conformar-se com tal, logo, é dada como certa futura demanda judicial discutindo a aplicação das punições, o que resultará em maior demanda de trabalho no setor jurídico.

Ou seja, não se instaura um processo administrativo puro e simplesmente por capricho do administrador, mas sim, por motivos sempre e indiscutivelmente relevantes, sob pena de ferir o princípio da eficiência.

### III - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A rescisão unilateral ocorre geralmente quando a Administração Pública, devido uma ilegalidade, inadimplemento contratual por parte do contratado ou, por razão de interesse público, decidir por fim ao contrato entabulado.

Conforme acima narrado, a processada celebrou contrato com a Administração, o qual se comprometia a entregar os produtos tal quais especificados no processo licitatório, no prazo de 10(dez) dias a contar da Autorização de Fornecimento-AF;PORÉM, NÃO O FEZ.

A caracterização de inadimplemento da parte, sem dúvidas, resulta na rescisão contratual. Está evidente que a empresa, não cumprindo com as cláusulas contratuais, torna passível a rescisão, conforme regulamentada pela cláusula décima terceira do contrato, anexada às fls. 07 do processo.

Entretanto, a empresa, após citada do Processo Administrativo, realizou a entrega dos produtos à Secretaria de Educação, conforme Nota Fiscal Eletrônica e Declaração, respectivamente de fls. 49 e 50. Em que pese transcorrido o prazo determinado, a empresa entregou os produtos, satisfazendo a obrigação.

Não seria razoável - mesmo que instaurado o Processo Administrativo - no momento em que a Empresa trouxe os itens à Secretaria

de Educação, recusá-los até que a análise do presente processo fosse concluída, até porque, foi a própria Processada que, mesmo sem ser notificada quanto à entrega, disponibilizou os colchões; ora, se estes colchões específicos para crianças, que seriam disponibilizados às creches da rede pública, foram lançados no edital de licitação, é porque obviamente, se faziam necessários, logo, rejeitá-los, iria de encontro ao princípio da eficiência.

### IV - DA SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR:

Como analisado acima, a suspensão é uma sanção administrativa a qual impossibilita a empresa de participar de processos licitatórios por um período de no máximo dois anos. Entretanto, não está explícito quando deve ser aplicada. A administração pública, utilizando-se então da coerência, deve analisar o caso concreto e, observando eventual prejuízo ao Ente Público, decide quais sanções deverá ser imposta ao particular infrator.

Ocorre que, no caso em tela, a empresa TELECOPY, conforme contrato celebrado, deveria entregar os produtos 10 dias após a Autorização de Fornecimento, anexada ao processo em fls. 16, caracterizando desta forma o inadimplemento.

Leva-se em conta também, que os produtos foram solicitados pela Secretaria de Educação, os quais necessitavam dos colchões com brevidade, haja vista destinarem-se às crianças de tenra idade. Entretanto, somente após 44 (quarenta e quatro) dias da Autorização de Fornecimento, ou seja, 33 (trinta e três) dias após o prazo da entrega, a contratada entregou os colchões à secretaria de Educação, quando já intimada do presente processo administrativo.

Logo, já no que se refere à entrega resta evidente o desinteresse e negligência da processada em cumprir o celebrado entre as partes.

Segundo lições do professor Hely Lopes Meirelles, a sanção de suspensão temporária do direito de licitar é aplicada nos casos de inadimplemento por culpa bem como aos que praticaram atos ilícitos culposos. A propósito, vejamos:

A suspensão provisória ou temporária do direito de participar, de licitar e de contratar com a administração é penalidade administrativa com que geralmente se punem os inadimplentes culposos e aqueles que culposamente prejudicarem a licitação ou a execução do contrato. daí porque não nos parece apropriada a punição dos que praticarem atos ilícitos enumerados no art. 88 da lei 8.666, uma vez que se o infrator age com dolo, ou se a infração é grave, a sanção adequada será a declaração de inidoneidade (lei 8.666, arts. 87, iii e iv, e 88).(MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 12. ed. São Paulo, 1999, p. 230-231).(Grifamos)

Ainda com relação à suspensão do direito de licitar, os tribunais já decidiram:

ADMINISTRATIVO — MANDADO DE SEGURANÇA — PROCESSO LICITATÓRIO — SUSPENSÃO TEMPORÁRIA PARA LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE — ÂMBITO DE EFICÁCIA DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. A decisão imposta pela comissão julgadora consistente em punir a empresa com pena de suspensão temporária de participar em licitação e impedi-la de contratar com o Poder Público, limita-se ao âmbito da Administração correspondente. (TJMG. 6ª Câmara Cível. Comarca de Boa Esperança. Apelação Cível n. 1.0071.06.028499-0/001. Relator: Des. Edilson Fernandes. Data do julgamento: 10 jun. 2007).

Observando o caso em tela, por analogia à decisão do Supremo Tribunal de Justiça, abaixo transcrita, está evidente que o inadimplemento da empresa, em que pese já sanado devido à entrega



dos produtos, causou prejuízos e descumprimento do contrato:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO.DESCUMPRIMENTO DO PRAZO CONTRATUAL DE ENTREGA DOS OBJETOS LICITADOS.CULPA EXCLUSIVA DO FORNECEDOR NÃO COMPROVADA NOS AUTOS.INADIMPLENTO ABSOLUTO DO CONTRATADO. APLICAÇÃO DA PENA DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,ALÉM DO DESCRENCIAMENTO DO SICAF, PELO PRAZO DE 01 ANO.PROPORCIONALIDADE. 1. Hipótese de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado que, em face do descumprimento do prazo de entrega dos objetos licitados, determinou o impedimento de contratar com a União, além do descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 01 (um) ano.2. O writ não reúne condições de prosperar, dado que o recorrente não logrou demonstrar a ilegalidade do ato apontado como coator, eis que: i) a alegada culpa exclusiva da fornecedora no inadimplemento contratual, que teria indicado erroneamente a referência do produto licitado, não se encontra devidamente provada nos autos; ii) não há como se afastar da conclusão de que houve inadimplemento absoluto, na medida em que é certo que a empresa impetrante, embora vencedora do certame, não foi capaz de adimplir com a sua obrigação contratual no prazo contratual; e iii) as penas aplicadas não se mostram desproporcionais, mormente porque o impedimento de participar de procedimentos licitatórios, com o descredenciamento no SICAF, se deu por 1 (um) ano, sendo que a legislação que rege o pregão (Lei n.10.520/02 (art. 7º) e Decreto 5.450/05 (art. 28)) e as cláusulas contratuais (décima segunda, sub cláusulas primeira e quarta - fls.244) possibilitam a incidência de tal óbice por até 05 (cinco) anos. Ademais, há que se considerar que o inadimplemento da impetrante ocasionou diversos transtornos ao Órgão Público, que teve que postergar o atendimento de suas necessidades, bem como providenciar nova contratação.3. Soma-se a isso o fato de que a empresa impetrante: i) esperou decorrer integralmente o prazo para entrega dos equipamentos, para então solicitar a respectiva prorrogação; ii) além de alegar a culpa exclusiva do fornecedor e apresentar o pedido de entrega de outros equipamentos, condizentes com as especificações do edital, tão somente quando já iniciado o procedimento para aplicação das penalidades, bem como as tratativas de convocação de licitantes remanescentes no pregão em questão, assim o fez em petição intempestiva; e iii) não impugnou, em sua defesa prévia, a penalidade de declaração de inidoneidade.4. Segurança denegada.(STJ - MS: 15861 DF 2010/0200757-0, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 23/05/2012, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 29/05/2012) (grifamos)

A aplicação das sanções, como mencionado pelo Ministro do STJ, Benedito Gonçalves, em comparativo com o caso em tela, não são em nada desproporcionais. Assim, a Administração tendo a responsabilidade de proteger e cautelar os bens adquiridos com recursos públicos, não pode silenciar diante de atitudes como esta, sendo proporcional, suspender a TELECOPY em licitar com o Município.

#### V - DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:

Sanção mais severa, a declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, é o impedimento do particular inidôneo de participar de procedimentos licitatórios, em todos os Entes e Órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal.

Nos documentos apresentados pela empresa, que no entendimento da mesma, justificariam a alteração no valor do produto, consta que em virtude da vigência da portaria nº 79, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - INMETRO, anexadas ao processo em fls. 17-32, necessário seria a realização de "aditivo".

Todavia, a portaria nº 79 do INMETRO, publicada em 03 de

fevereiro de 2011, em seu art. 5º, determina que "a partir de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data da portaria, os colchões e colchonetes de Espuma flexível de poliuretano deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos aprovados por esta Portaria".

Logo, a TELECOPY, atuante no ramo, mesmo tendo conhecimento desde 2011, ainda não teria se adequadamente conforme regulamento do INMETRO, algo completamente negligente para uma empresa do ramo. A certificação do INMETRO não é justificativa para aditar o valor já negociado pelas partes, uma vez que a empresa já tinha como prever estes custos; até porque, fosse admitido o acréscimo, estaríamos a infringir as regras da isonomia entre os participantes daquela licitação, em vista de que os demais concorrentes deixaram de cotar preço que pudesse concorrer com a Processada.

Logo, diante de tal atitude, não há como afastar o entendimento de que havia o nítido intuito em fraudar a concorrência, locupletar-se de modo indevido e dilacerar sem qualquer rancor os princípios norteadores da Administração Pública; é o típico, cancerígeno e infelizmente, indissociável do Poder Público, "jeitinho".

No caso em tela, o particular, se valendo de justificativa "grosseira", requereu aditivo no valor de 25% (vinte e cinco por cento).

No mesmo sentido, alguns Tribunais de Justiça também decidiram:

ADMINISTRATIVO JABOTICABAL PROCESSO LICITATÓRIO E CONTRATO ADMINISTRATIVO CORRESPONDENTE EMPRESA VENCEDORA CONSTITUÍDA COM O FIM EXCLUSIVO DE BURLAR PENALIDADE DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA A OUTRA PESSOA JURÍDICA NULIDADE RECONHECIDA SENTENÇA CONFIRMADA. (TJ-SP - APL: 00015903720088260291 SP 0001590-37.2008.8.26.0291, Relator: Ricardo Feitosa, Data de Julgamento: 03/02/2014, 4ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 06/02/2014)

Conforme percebe-se às fls. 42, a notificação aportou na Empresa em 13/06/2014, por volta das 16h daquele dia e, coincidência ou não, no dia seguinte, diga-se, um sábado, fora emitida a Nota Fiscal dos Colchões para na primeira hora da manhã, serem entregues junto à Secretaria de Educação, como "se nada tivesse acontecido."

Verdadeiro deboche com a Administração Pública e com a sociedade, pois não é crível que, os particulares somente "acordem" ou ajam após a instauração de um processo administrativo.

O mencionado "jeitinho" citado acima, reflete-se bem no e-mail de fls. 11-12, em especial do que consta de fls. 12, onde o particular (Luiz Flech - e que assinou o contrato), achando que todos são "farinha do mesmo saco", flerta com absoluta naturalidade, com o Procurador-geral do Município, afirmando categoricamente que, ADITIVANDO 25% DO CONTRATO, SERIA POSSÍVEL ENTREGAR A MESMA QUANTIDADE DE COLCHÕES QUE FORA CONTRATADO; ou seja, pagar-se-ia R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) à mais, pela mesma quantidade de colchões (100 colchões).

Tamanha a imoralidade, a indecência e a naturalidade com que assuntos ímprobos são tratados, que acreditamos ter-se deixado de apresentar a peça defensiva, ante a vergonha sentida.

Logo, pessoas que comandam tais empresas e que possuem impregnadas em seu jeito de administrar, ideologias como a do caso em tela, precisam imediatamente serem afastadas do convívio com toda e qualquer Administração Pública, sendo assim, a alternativa mais acertada, em cumulação com a suspensão, a

declaração de inidoneidade.

#### VI - DECISÃO

Isto exposto:

Ante o esgotamento do contrato e conseqüente perda do objeto no que toca à este ponto, deixa-se de analisar a rescisão contratual, haja vista os produtos terem sido entregues;

Atendendo aos princípios, legislações e julgados, e o fato do atraso injustificado na entrega dos itens, aplica-se a penalidade de suspensão de licitar com a Administração Pública do Município de Xaxim pelo período de 2(dois) anos, a contar da publicação da presente decisão no Diário Oficial do Município;

Devido à conduta dotada de extrema má-fé, tentando tirar proveito do Ente público, como acima exposto, aplica-se também a penalidade de Inidoneidade (art. 87, IV) até que comprovado, através de documentos peticionados à Administração Pública sua reabilitação, conforme art. 87, §3º, da Lei das Licitações, podendo ser pleiteada somente após 2 (dois) anos da publicação desta decisão;

Com base no princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, poderá a Empresa processada, caso julgar necessário, apresentar recurso no prazo de 05 (cinco) dias à Autoridade Superior, conforme o art. 109, I, 'f' da Lei 8.666/93; Ainda, encaminhe-se cópia deste procedimento ao Ministério Público para se entender cabível, tomar providências;

Xaxim, 27 de junho de 2014.

Fabiane Paula GirotoRissi

Presidente da Comissão

Catiane Curtarelli Soccol

Secretária da Comissão

Pedro Rui Rodrigues

Membro da Comissão

Gildomar Michelin

Secretário de Educação

Rodrigo Veriato Morás

Secretário de Administração

## Associações

### AMAVI

#### Convite Nº 01/2014

CONVITE Nº 01/2014

OBJETO: Contratação de serviços de produção e impressão da "Revista Amavi 50 Anos", compreendendo projeto gráfico, redação, edição, diagramação, arte-final, impressão, serviços fotográficos, serviços de jornalismo, revisão, acompanhamento gráfico e demais atividades correspondentes, consoante especificações do Edital.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - AMAVI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 82.762.469/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade "CONVITE", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, sob o regime de empreitada por preço global. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: 9h do dia 14 de julho de 2014. LOCAL: AMAVI. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede da AMAVI ou no endereço eletrônico [www.amavi.org.br](http://www.amavi.org.br).

Rio do Sul, 2 de julho de 2014.

José Constante

Presidente.



# Consórcios

## AGIR

### Local de Prova do Concurso Público Nº 01/2014 - AGIR

LOCAL DE PROVA

UNIASSELVI - FAMEBLU

R: DR. PEDRO ZIMMERMANN, 385 - SALTO DO NORTE - BLUMENAU/SC

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	SALA	DATA	HORA
54625	ABEL DOS SANTOS	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54428	ADEMIR MANOEL GONCALVES	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54657	ADRIELI ROBERTA SCHONS	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54245	AGNALDO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 214	06/07/2014	0900
54432	ALANA CARDOSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 214	06/07/2014	0900
54584	ALESSANDRA MONTE BADALOTTI	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
53087	ALEXANDRE AMILTON DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 214	06/07/2014	0900
54613	ALEXANDRE DE ABREU GOMES	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54608	ALEXANDRE WIPPEL EGER	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53451	ALINE APARECIDA BORGES CARLIM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 214	06/07/2014	0900
53643	ALINE CRISTINA CASAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 214	06/07/2014	0900
54272	ALINE MIYUKI UI	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53619	ANA PAULA BENEVENUTTI	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53318	ANDERSON DENIS PERIN	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53020	ANDERSON LOBO	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54099	ANDRE ROBSON GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54393	ANDRESSA BERNO BENETTI	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
53862	ANGELA MARIA VAZ GAVASSO	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53490	ANTHONIA DA SILVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53364	ANTONIO CANDIDO SOBRINHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54440	ARACELIA MACIEL FERREIRA	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53578	ARNO MARCIEL STEINER	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53800	AUZEMAR GERALDO TAMEIRAO JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53070	BEATRIZ ADRIANO DA SILVA	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53291	BELISE MEISTER ARNOLD RUFINO	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53107	BIANCA GOULARTE VICENTE	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900

54409	CALEBE MENON DA CUNHA	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53040	CARLOS VINICIUS FEITOZA PRIMARANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54448	CAROLINE BAGGIO NICOLOSO	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54383	CECILIA AGEITOS MENDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53823	CHARLES HENRIQUE SCHUSTER	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54558	CHARLES LAUBENSTEIN	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
54395	CLAUDIA REGINA SARDA VIEIRA	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53648	CLAUDIO EDUARDO SILVA	OUVIDOR	A 212	06/07/2014	0900
54168	CLEUMAR ZANELLA	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54309	CRISLEY TAISE DE SOUZA	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54451	CYNTHIA KARINA GIRARDI KORTE	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54479	DAIANE DAY	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53139	DANIEL MELLIM MAYER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54458	DANIELLA DE SOUZA MARTINS	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54257	DIANDRA MENDES MEDEIROS	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
53397	DIEGO LUNARDI	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54442	DIRCEMA LOPES DUARTE ALBERTI	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54614	DJENIE CRISTIANE VANZUIT	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54400	EDMAR WRUCK	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54426	EDNO SILVEIRA SILVA	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
53536	EDSON JOSE DA SILVA	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900

54380	EDUARDO HENDGES DO NASCIMENTO	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54307	EDUARDO JOSE PANDOLFO	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
53164	ELAINE VAILATI DE SOUZA	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54574	ELIO BRAZ PEREIRA	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54555	ELISABETE RIBEIRO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54637	ELVIANE LUANA WILKE	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
53529	ERICH ANTHONY PROCHNOW	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54616	FELIPE RICARDO PIETSCH	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54291	FERNANDO GERN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54384	FLAVIO FERREIRA AMARAL	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
53727	FRANCIANE ALINE FROHLICH	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54556	FRANCIELE LIPPEL	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900

53784	GABRIEL DE ABREU BURGOS GONCALVES	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54252	GABRIELE SIEGA	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54197	GERSON UHLMANN	OUVIDOR	A 213	06/07/2014	0900
54250	GILMARA LUCIANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53841	GILSON CANDINHO	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54651	GIOVANE GLESIAS FELDHAUS	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54597	GUILHERME KURT PIETSCH	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54652	GUILHERME TREVISAN COSTA	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54425	GUSTAVO COLOMBO CHICHERO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53821	HEINZ DIETER PUHLMANN	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900

53409	HELIO GIOVANE MACHOTA	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
53308	HUGO AURELIO BRAGA BACARO	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54551	HUMBERTO CARLOS BORGES	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54385	IRIS PEIXOTO OLIVEIRA SIMON	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54452	IVAN BARTHEL	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54603	IVANIR SARTORI	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
53343	JAMERSON DA SILVA	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54661	JAMES GABRIEL SDRIGOTTI	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
53049	JANICE NEUHAUS	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54381	JAQUELINE FERNANDA ROSA	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54466	JAQUELINE SUSAN MACHADO	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
53055	JENIFFER VIVIANI DE SOUZA E SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53339	JESSICA ALBERTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54456	JESSICA CAMPOS DA SILVA	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
54306	JESSICA CAROLINE COELHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54434	JESSICA CECHIM BUENO MARQUES	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
53552	JULIANA CAMILA MORENA RODRIGUES	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54591	JULIANA PEREIRA	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
53916	JUSSARA ANDRESSA CATTONI	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
53488	LARISSA UMBELINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53393	LEANDRO HENRIQUE FERNANDES DE SOUSA	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54450	LEANDRO KNISS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900

53077	LEONARDO DE PAULA CAETANO	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
53053	LUAN FELIPE LUIZ	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54244	LUANA NAIARA SILVA DA LUZ	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
54618	LUCIANE BERNARDINO	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
53631	LUCIANE BERNARDINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54413	LUCIANE OSS EMER	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54246	LUIS EDUARDO TESTONI	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54394	LUIS RICARDO BARBOSA RODRIGUES	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54320	LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA MAFFIOLETTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53445	LUIZ FERNANDO SURDI	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54577	MAICON CIPRIANI GONCALVES	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54605	MAIKE MANSKE VOLLES	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54559	MANOLO BARONCELLO	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54404	MARCIO MACHOSKI	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54553	MARCO AURELIO MULLER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54438	MARIANA JUSTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53514	MARIANA RAMOS CORDEIRO	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54449	MARINA ALVES VIAN	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54632	MARISTELA LIZ DE OLIVEIRA HECKERT	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54224	MARISTELLA MATOS VIEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54422	MARTINA RUDOLPH	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900

54581	MICHEL RODRIGO PEREIRA	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54279	MICHELE KAROLINE BENVENUTTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53284	MIRELLY DE SOUZA CALADO	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54502	MORGANA CASATTI	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54457	NICOLE SALEN DALLABONA FERREIRA	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54014	ORONDINA DOS SANTOS	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54623	PAOLO ADRIANO FERACIN	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
53517	PATRICIA BAYER GOMES	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
53140	PRISCILA HABECK SERAFIN	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
53222	PRISCILA HADLICH	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54373	RAFAEL KNISS	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54607	RAFAEL RUCINSKI	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
53030	RAMSES OLIVEIRA COSTA	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
53894	RENATA CAROLINE JANSEN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53279	RICARDO MICHEL GRIPA	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54359	RICARDO MORITZ DEPAZ	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54372	RIQUELME ALEXANDER STAHNKE	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
54644	ROBERTA ASSI	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54392	ROBERTO DE ANDRADE PEDROSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54415	RODRIGO MERINI	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54377	RODRIGO PAULO GARCIA	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54621	RONAN BERGAMO MICHELASSE	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900

54587	ROSANA RICHTER	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54406	ROSILENE MULLER ALEXANDRE	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54650	SABRINA FURLANO	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
53274	SAMIRA DAROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
53941	SERGIO PEREIRA RODRIGUES	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900
54374	STEFFI CARQUEJA KLOTZ	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54398	TAIS RENATA ANDRE	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54429	TALIA STRECIWILK ANTONIOLLI	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
54435	THIAGO GUIMARAES SAKATA	ENGENHEIRO CIVIL	A 212	06/07/2014	0900
54454	VALDECIR KUHN	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54299	VALDETE KORZ	CONTADOR	A 212	06/07/2014	0900
54240	VANESA DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54528	VANESSA STEFFENS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54437	VINICIUS SAUL BRESSIANI	ENGENHEIRO CIVIL	A 213	06/07/2014	0900
53016	VITOR ZANELLA JUNIOR	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54565	VIVIANE LARA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A 215	06/07/2014	0900
54576	WANESSA SCHUTZ	OUVIDOR	A 214	06/07/2014	0900
54387	WILSON RIBEIRO FILHO	ECONOMISTA	A 212	06/07/2014	0900

## ARIS

### Processo Administrativo Punitivo Nº 001/2013

Processo Administrativo Punitivo nº 001/2013

Auto de Infração nº 001/2013

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água - SAA, de Chapecó-SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO nº 001/2013. ADVERTÊNCIA ANULADA. FALTA DE OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OFENSA AO ART. 5º, LIV, DA CF/88 EM CONJUNTO COM OS ART. 9º DA RES.NORMATIVA/ARIS Nº 002/2011 E ART. 6º DA RES. NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. Recurso conhecido e provido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, dar provimento ao recurso, cancelando a penalidade de Advertência oriunda do Auto de Infração nº 001/2013. Participaram do julgamento, realizado no dia 09 de maio de 2014, os Srs Conselheiros Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista e Nádia Boff Ribeiro. Florianópolis, 26 de maio de 2014

André Antunes Miquelante  
Conselheiro Relator  
DO RELATÓRIO

Trata-se do Auto de Infração n. 001/2013, emitido pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS em 02 de agosto de 2013 à Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN, especificamente ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA do município de Chapecó/SC, em razão da reincidência de 06 (seis) não conformidades evidenciadas na Fiscalização de 12 de julho de 2013 e documentadas no Relatório de Fiscalização RF - SAA - CHAPECÓ - 003/2013 e apresentadas no Termo de Notificação n. 056/2013, referente ao processo administrativo n. 241/2013. O relatório técnico RF - SAA - CHAPECÓ - 003/2013 traz em seu corpo, e transcrita abaixo, as não conformidades nas Obras da Nova ETA do SAA de Chapecó/SC:

1. Apresentar irregularidades quanto à informação prestada;
2. Falhas nos projetos que contribuíram para atraso das obras de ampliação da ETA;
3. ART's com data de vencimento fora dos prazos;
4. Falta de projeto de tratamento dos lodos da ETA;
5. Falta de licença ambiental para as obras da ETA;
6. Descumprimento de prazo para término das obras.

Traz ainda o Termo de Notificação n. 056/2013, também datado em dia 02 de agosto de 2013 as determinações com os respectivos prazos para adequações.

ITENS	DETERMINAÇÕES	PRAZOS (DIAS)
1	Encaminhar relatório mensal com a real situação dos estágios da obra, sempre até o quinto dia útil de cada mês. Identificação, de forma detalhada, dos investimentos realizados diretamente pela CASAN e os constantes na contratação da obra.	Até 06/09/13



2	Correção imediata das falhas de projeto e elaboração dos detalhamentos das conexões a serem executadas para interligação a unidade existente. Cumprir as normas técnicas para implantação da ETA. Encaminhar documento atestando o feito. Informar com antecedência, a todos os usuários e a ARIS, a interrupção programada do fornecimento de água, quando da necessidade para execução das obras da ETA.	Até 15/08/13
3	Apresentar as ART's da execução e da fiscalização da obra.	Até 15/08/13
4	Apresentar o projeto de tratamento de lodo e cronograma de implantação a fim de cumprir as normas de lançamento e disposição dos lodos (resíduos) do tratamento.	Até 06/09/13
5	Apresentar as licenças ambientais necessárias à execução da obra.	Até 15/08/13

Já o Auto de Infração n. 001/2013 traz em seu corpo, além das não conformidades descritas no Termo de Notificação n. 056/2013, o enquadramento quanto aos dispositivos legais contravindos pela CASAN, de acordo com as não conformidades apresentadas no Termo de Notificação n. 056/2013 e conteúdo do Relatório de Fiscalização 003/2013:

ITENS	DISPOSITIVOS INFRINGIDOS	PENALIDADE
1	Art. 14, IV da IN 003/11 - fornecer sempre informação idônea a ARIS, ao titular dos serviços ou ao usuário. Infração do grupo 4.	Advertência
2	Art. 12, XIV da IN 003/11 - cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Infração do grupo 2.	Advertência
3	Art. 11, IX da IN 003/11 - dispor de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e devidamente capacitado, para a operação e manutenção das instalações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, comprovado através de documento hábil. Infração do grupo 1.	Advertência
4	Art. 13, IV da IN 003/11 - dispor adequadamente a água e os resíduos resultantes da limpeza das unidades da Estação de tratamento de Água (ETA) e dos reservatórios. Infração do grupo 3.	Advertência
5	Art. 12, XX da IN 003/11 - obter no prazo adequado, junto às autoridades competentes, as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução de obras ou de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como não arcar com os custos respectivos.	Advertência

Para tanto, em que pese à gravidade da conduta, a ARIS aplicou a penalidade de advertência, fundamentada nos artigos 4º, § 2º, 14, II e VI e artigo 16 da Resolução/ARIS n. 003/2012.

Adiante, ficou definido o prazo de 15 (quinze) dias para interposição de recurso por parte da autuada, de acordo com o Art. 12, § 1º, V, da IN 002/11, após recebimento do Termo de Notificação n. 056/2013, seguido do Auto de Intimação n. 001/2013.

Em 22 de agosto de 2013 a autuada apresentou as alegações de defesa ao contido no Auto de Infração n. 001/2013, embasado no termo de notificação n. 056/2013 através do CT/COMITÊ - 132 e seus anexos.

Em seu conteúdo, referente ao Item 1 do Auto de Infração n. 001/2013, a CASAN entende não haver fornecimento de informações idôneas a ARIS, e sim divergência/discrepâncias pontuais que não foram causadas por dolo e/ou má fé, entendendo ser

equivocada a imposição de penalidade. Exemplificou ao dizer do processo dinâmico de impermeabilizações, sendo continuamente realizado no andamento das obras, de forma que concluída uma etapa da obra é iniciada nova frente de trabalho. Apresentou ao longo do Doc. 1 Relatório Firmado pelo Gerente de Construção da Companhia, Eng. Fábio Krieger, acompanhado de registros fotográficos da obra e relatório de medições, contendo, também, o resumo sucinto das obras e a situação das unidades em construção. Quanto ao Item 2 e 3 do Auto de Infração n. 001/2013, foi apresentado, através da CI Nº 324/GOPS/SRO/2013 (fl.68 a fl.74), os esclarecimentos e justificativas hábeis a não imposição de qualquer penalidade. Através do Doc. 02 - Memorando Interno GPR n. 079/2013, firmado pelo Gerente de Projetos da Companhia, Eng. Evandro André Martins, foi apresentado às considerações para a correção imediata das falhas de projeto e os procedimentos para instalação das conexões a serem executadas para interligação a unidade existente, bem como os documentos que atestam o feito. Informou que caso necessário a interrupção do fornecimento de água, este terá sua programação agendada pela SRO para execução das obras da ETA. Porém, de acordo com a vistoria realizada em 12 de julho de 2013, concluiu-se, através dos processos de licitações, que a CASAN possuía conhecimento da possibilidade de não término da obra como previsto no cronograma enviado à ARIS, 30 setembro de 2013.

Foi apresentado através do DOC. 03, as Anotações de Responsabilidade Técnica nº 4801749-8 e 4801072-9, atendendo as determinações impostas no Item 3 do Auto de Infração n. 001/2013. Através do Doc 5 - Memorando Interno GPR n. 081/13 firmado pelo Gerente de Projetos da Companhia, Eng. Evandro André Martins, foi explicitada as considerações referente ao Item 4 do Auto de Infração n. 001/2013. Conforme a GPR o projeto hidráulico arquitetônico da unidade de tratamento do lodo (resíduos) do tratamento já está concluído, com plantas em anexo, porém o projeto executivo levará 8 meses após a confirmação da área não garantida para a implantação do tratamento de efluentes, haja vista, que a ampliação da ETA utilizou a área total do terreno de propriedade da CASAN. Através da CT/D - 1256, pertencente ao Doc. 08, é solicitada a cessão da mencionada área (6.500 m²) à EMBRAPA para instalação do sistema de tratamento de efluentes da ETA. O Doc. 09 - CT/D -1308, apresenta o tramite de pedido de cessão do terreno da EMBRAPA, justificando ser esta a única área possível para a implantação da unidade de tratamento de efluentes. Encontra-se, porém, neste local, o Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar - CEPAF.

Referente ao Item 5 do Auto de Infração n. 001/2013, foi anexado ao CT/COMITÊ - 132 o Doc. 06 - CI nº 176/2013, encaminhado a Procuradoria Geral, informando que para que seja iniciado o processo de regularização ambiental é necessária a definição do sistema de controle ambiental da ETA, visto que a inexistência deste torna inviável o licenciamento do referido SAA. Ainda, que apenas após a definição do sistema de controle ambiental da ETA serão iniciados os estudos de conformidade ambiental do empreendimento e iniciado o processo de licenciamento ambiental de correção do SAA (LAO Corretiva). Que, portanto, sem estas definições prévias, fica prejudicada qualquer informação referente aos prazos para regularização ambiental do empreendimento e, alerta ainda, que estudos desta natureza levam em média 180 dias para serem realizados. Comprometeu-se a dar início aos estudos assim que a proposta para o sistema de controle ambiental for definido. Nestes termos, o Diretor Geral da ARIS manteve o Auto de Infração nº 01/2013, pelos seus próprios fundamentos, imputando à CASAN a penalidade de ADVERTÊNCIA com fundamento no artigo 98 do protocolo de intenções de criação da ARIS, constante da Lei Municipal 6.052, de 30 de junho de 2011, do município de Chapecó, e artigos 4º, I, em conjunto com o disposto nos artigos 13, IV e 12, XX, todos da Resolução n.º 003/2011 da ARIS, encaminhando os autos ao Conselho de Regulação.

É o relatório



**III - DO VOTO**

Após analisar os documentos acostados ao processo, nota-se que o Termo de Notificação foi corretamente preenchido, conforme artigo 8º da Resolução nº 002/2011 da ARIS. O auto de infração, no entanto, difere do estipulado no artigo 9º da Resolução nº 002/2011 e artigo 6º da Resolução nº 003/2011 da ARIS, que citam:

Art. 9º - O prestador de serviços terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do recebimento do Termo de Notificação, para manifestar-se sobre seu objeto, inclusive juntando a documentação que julgar conveniente.

§ 1º Decorrido este prazo, uma cópia do Termo de Notificação, acompanhada do Relatório de Fiscalização e de eventual manifestação do prestador de serviços, será encaminhada para análise do Diretor Geral da ARIS, cuja publicidade será realizada por meio de publicação destes documentos no endereço eletrônico da ARIS.

Art. 6º - Não será instaurado processo administrativo punitivo antes do prestador de serviços ter sido previamente comunicado através de Termo de Notificação a respeito das infrações praticadas.

O procedimento administrativo praticado pela ARIS não foi cumprido à risca, conforme o artigo 9º da Resolução nº 002/2011, combinado com o artigo 6º da Resolução nº 003/2011 da ARIS, acima transcritos.

Vale ressaltar, porém, que as não conformidades apontadas no termo de notificação são reincidentes, a exemplo do Item 4 - Falta de projeto de tratamento dos lodos da ETA e Item 5 - falta de licença ambiental para as obras da ETA, ambos documentados desde o Relatório de Fiscalização - RF-SAA-01/2011, elaborado em 15 de dezembro de 2011.

Embora as não conformidades 1, 2 e 3 encontram-se solucionadas, a CASAN solicitou a ARIS, por meio do Ofício CT/D - 0209, de 08 de fevereiro de 2012, o prazo de 300 (trezentos) dias para elaborar projeto e implantar o tratamento e destino final do efluente produzido, para solucionar a não conformidade 4. Passados mais de 12 meses do término do prazo solicitado pela prestadora, ainda não há definição do local de instalação e tampouco foi elaborado o projeto da unidade de tratamento de efluentes da ETA de Chapecó. Desta forma, torna-se claro o descumprimento do item 04 do Auto de Infração n. 001/2013.

Quanto ao item 05 do Auto de Infração n. 001/2013 a prestadora alega que a obra de ampliação da ETA foi iniciada sem a licença ambiental, pois a obtenção da mesma estava ligada especificamente a definição do sistema de controle ambiental da ETA. Tal afirmação serve apenas como justificativa da ação da prestadora e torna explícita a inexistência de licença ambiental das obras de ampliação da ETA, infringindo tanto a legislação ambiental vigente como também às Resoluções Normativas 001 e 003 da ARIS.

Desta forma, mesmo diante do não cumprimento dos itens 04 e 05 do Auto de Infração n. 001/2013 pela CASAN em tempo excedente ao hábil e da não observância de cumprimento integral das Resoluções 02/2011 e 03/2011 por parte da ARIS, deve-se o Procedimento Administrativo n. 241/2013 retornar a ARIS para que se proceda ao cumprimento integral do artigo 6º da Resolução Normativa 03/2011 da ARIS, dando oportunidade de defesa ao notificado, cumprindo, desta forma, este princípio constitucional.

**IV - DECISÃO**

Em que pese a Autuada não alegar eventual prejuízo, entendo que a matéria é de ordem pública (devido processo legal), devendo ser observada pela Administração de ofício, independentemente da alegação da parte, razão pela qual o Auto de Infração deve ser anulado, devendo os autos retornar a Diretoria da ARIS para reabertura do prazo de manifestação da CASAN, a partir do termo de notificação nº 001/2014.

É o voto.

**Processo Administrativo Punitivo Nº 004/2014**

Processo Administrativo Punitivo nº 004/2014

Auto de Infração nº 004/2014

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água - SAA, de Concórdia-SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. FALTA DE COMUNICAÇÃO SOBRE A INTERRUPÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS DIAS 24, 26, 27, 28 E 29 DE DEZEMBRO DE 2013. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 139, 140 PARÁGRAFO ÚNICO E 149, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 001/2011 C/C ARTIGO 12,III, DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE RACIONAMENTO EM ALGUNS BAIRROS (RODÍZIO). OFENSA AO ART. 8º, I, "K" C/C ART. 14, I E IV DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 004/2014. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 09 de maio de 2014, os Srs Conselheiros Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 16 de maio de 2014

Michele Batista

Conselheira Relatora

**DO RELATÓRIO**

Em 06/01/2014, a CASAN foi notificada pela ARIS, através do TN nº 001/2014, com a seguinte descrição dos fatos apurados:

**"3 - DESCRIÇÃO DOS FATOS APURADOS**

A CASAN, não comunicou de imediato a ARIS sobre:

3.1 - interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água ocorrido nos dias 24, 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2013 e, em ofensa aos artigos 2º, III, IX e XI, 25, 40 e 43 "caput" da Lei federal nº 11.445/2007; artigos 3º, III, IX XI, 17 e 32, do Decreto Federal n. 7.217/2010; artigos 5º, 139, 140 Parágrafo Único e 149 da Resolução/ARIS nº 001/2011;

3.2 - a implantação de sistema de racionamento em alguns bairros (rodízio) em ofensa ao artigo 8º, I, "k" do Protocolo de Intenções, ratificado pela Lei Municipal nº 4.378, de 15 de dezembro de 2011, de Concórdia/SC.

**4 - NÃO CONFORMIDADES A SEREM CORRIGIDAS E PRAZOS PARA ATENDIMENTO**

A CASAN deverá enviar relatório da situação concreta, bem como dos procedimentos realizados para sanar imediatamente a situação de desabastecimento no Município, no prazo de 5 (cinco) dias.

**5 - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES**

Determina-se à CASAN que promova imediatamente:

I - o retorno regular do abastecimento de água no Município;

II - a comunicação à ARIS, ao usuário e ao poder concedente de todas as situações de emergências que possam resultar na interrupção dos sistemas e/ou causem transtornos à população, inclusive as ações de racionamento no fornecimento de água.

III - a instalação de sistema de proteção e alerta no local impedindo a ação de vândalos, bem como adote medidas que garantam a continuidade dos serviços prestados de forma adequada e ininterrupta em caso de falta de energia elétrica."(grifo nosso)

Por sua vez, a CASAN encaminhou o ofício nº 0021, datado de 14/01/2014 apresentando ao Diretor Geral, a manifestação da Superintendência Regional de Negócios do Oeste - SRO quanto à providências adotadas, conforme CI nº 005/2014 do Chefe da Agência de Concórdia, Sr. Norberto Antonio Farina.

Neste ofício, datado do dia 10/01/2014, o chefe da agência informa que o problema crítico de desabastecimento se deu em 05/12/2013.

E que:

"neste período ocorreu abastecimento por rodízio, pois no decorrer dos dias seguintes outros problemas influenciaram na normalização do sistema." (fls. 08)

Salienta que no dia 23/12/2013, o sistema estava normal, sem sistema de rodízio, mas devido a vazamentos algumas manobras de registro estavam sendo realizadas.

Afirma o chefe da agência:

"Além dos vazamentos que provocam o desabastecimento..." (fls. 08)

E ainda, que "Quanto às não informações para a ARIS foi uma falha interna, pois na reunião do dia 23/12 foi solicitado o adicionamento da Agência Reguladora, da Prefeitura Municipal, do MP e Corpo de Bombeiros." (fls. 08 - grifo nosso)

Quanto às determinações da ARIS, o chefe da agência alega: "...o sistema esta abastecido desde o dia 23/12, sem manobras de rodízio; já está incluído o e-mail da Agência para futuras informações; (...) É importante esclarecer que no dia 24/12 a 30/12, no nosso 0800 foram 10 reclamações de falta de água e no da Prefeitura foram 04 reclamações." (fls 08)

Os autos foram remetidos ao Diretor Geral que decidiu pela instauração do processo administrativo com a aplicação da penalidade de advertência com fundamento nos artigos 139, 140 e 149, todos da resolução normativa/ARIS nº 001/2011, art. 8º, I, "k", do contrato de consórcio público, em conjunto com os artigos 12, III e 14, I e IV, da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011.

Sendo assim, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, em 05 de Fevereiro de 2014, emitiu Auto de Infração nº 004/2014 em face da CASAN, relativo a comprovação das não conformidades descritas no Termo de Notificação, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

### "3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 06 de janeiro de 2014, foi encaminhado o Termo de Notificação nº 001/2014, referente a interrupção dos serviços de abastecimento de água ocorrido entre os dias 24 de dezembro de 2013 e 29 de dezembro de 2013. Em resposta, a AUTUADA demonstrou que falhou ao não comunicar a Agência Reguladora dos acontecimentos e suas consequências no abastecimento de água em Concórdia.

Ainda, restou comprovado que Cia. Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, além de não comunicar o ente regulador sobre a interrupção do serviço público de abastecimento de água, realizou manobras de rodízio nos dias 05/12/2013 e 29/12/2013, repassando informações inidôneas ao ente regulador, em ofensa aos artigos 139,140 e149, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 01/2011, artigo 8º, I, "k", do Protocolo de Intenções c/c artigos 12, III e 14, I e IV, da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011.

Sendo assim, a AUTUADA descumpriu aos seguintes dispositivos legais:

Art. 12, III da IN 003/2013 - Comunicar imediatamente à ARIS e aos órgãos competentes situações de emergências que possam resultar na interrupção de prestação dos serviços ou causem transtornos à população;

Art. 14, I da IN 003/2013 - estabelecer medidas e procedimentos de racionamento e racionalização no abastecimento de água

sempre com previa autorização a ARIS;

Art. 14, IV da IN 003/2013 - fornecer informação idônea a ARIS, ao titular dos serviços ou ao usuário;

Da decisão, a CASAN apresentou recurso, requerendo, em síntese, a reconsideração da decisão que determinou a aplicação da penalidade de advertência, por entenderem que as situações de desabastecimento são apenas pontuais e que a grande maioria não suporta falta de água, não havendo falha de comunicação.

Ainda que não houve racionamento de água e que as manobras de rodízio realizadas, deram-se para suprir a demanda frente as dificuldades pontuais do sistema.

Por fim, alega que não houve comprovação de qual informação prestada pela CASAN deu-se com caráter não idôneo, não havendo indícios que concluam em sentido contrário, devendo ser reconhecido pelo conselho de regulação as razões do recurso para ao final julgar improcedente a aplicação da penalidade de advertência, ante o fato de que inexistiram problemas de desabastecimento do sistema de Concórdia, com exceção de dois casos pontuais de usuários do Município.

Nestes termos o Diretor Geral da ARIS, manteve o Auto de Infração nº 04/2014, pelos seus próprios fundamentos, imputando a CASAN a penalidade de ADVERTÊNCIA com fundamento aos artigos 139,140 e 149, todos da Resolução Normativa/ ARIS nº 01/2011, artigo 8º, I, "k", do Protocolo de Intenções c/c artigos 12, III e 14, I e IV, da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011, encaminhando os autos ao Conselho de Regulação.

É o relatório.

### DO VOTO

Após realizar uma aprofundada leitura nos documentos apresentados e que compõe o processo e considerandoos documentos juntados que neles há, entendo que não assiste razão a a Autuada/ Recorrente, senão vejamos:

Quanto a falta de informação/comunicação, o próprio chefe da agência reconhece que houve uma falha por parte da CASAN, e que a partir da reunião do dia 23/12/2013, a CASAN comunicaria as ocorrências do SAA para a ARIS.

Acontece que no dia 24/12/2014, o funcionário Luciano Schossler Mendonça, encaminhou e-mail com o assunto: "Interrupção no abastecimento de água - Concórdia", nele o funcionário relata que o abastecimento na região do bairro dos Estados restará suspensa temporariamente. A ARIS não foi comunicada!(fls.29)

Já no dia 26/12/2014, o funcionário Gérson de Souza da Silva, encaminhou e-mail com o assunto: "Interrupção no abastecimento de água - Concórdia", nele o funcionário relata que o abastecimento na região da parte alta do loteamento Portinariterá seu retorno a normalidade de forma gradativa. A ARIS não foi comunicada!(fls.28)

No dia 27/12/2014, o funcionário Gérson de Souza da Silva, encaminhou e-mail, às 07:39, com o assunto: "Fornecimento de água", nele o funcionário relata que o abastecimento no loteamento Frei Lency II, devido ao rompimento da adutora o abastecimento encontrava-se prejudicado, com previsão para retorno o outro dia no final da manhã/início da tarde, ou seja, mais de 30 horas de desabastecimento. A ARIS não foi comunicada!(fls.27)

No dia 29/12/2013, o funcionário da CASAN, Gérson de Souza da Silva, encaminhou e-mail, às 06:33, com o assunto: "Abastecimento de água", nele o funcionário relata que o abastecimento será em sistema de rodízio nos bairros prejudicados pelo desabastecimento que são: 1) vista alegre; 2) primavera; 3) lot. Vila militar;

4) lot. bom pastor; 5) lot. bela vista; 6) lot. vila uniao; 7) lot. Jardim flor; 8) santa veneto; 9) nova Brasília e 10) parte da catarina fontana. A ARIS não foi comunicada! (fls.26).

Inobstante, haver se comprometido em informar a ARIS - conforme ata da reunião do dia 23/12/2013, bem como própria afirmação do chefe da agência - a CASAN não comunicou o ente regulador dos fatos ocorridos entre os dias 24 a 29 de dezembro de 2013. Muito menos do rodízio ocorrido no dia 05/12/2013 e no dia 29/12/2013.

O chefe da agência, no dia 10/01/2014, informou que o abastecimento por rodízio ocorreu devido ao desabastecimento no dia 05/12/2013, e somente naquele período. Ocorre, que no dia 29/12/2013, o abastecimento por rodízio ocorreu em 10 bairros do Município, fato não informado pelo chefe da agência, demonstrando conduta não idônea na prestação da informação ocorrida em meados de janeiro do corrente ano.

Ainda, restou demonstrado que houve interrupção em diversos locais e não em apenas duas situações isoladas como alegado pela CASAN. Muito pelo contrário, a interrupção ocorreu por diversas situações que foram omitidas pela CASAN.

Os e-mails anexados aos autos demonstram, sem sombra de dúvidas, que o sistema de abastecimento de água -- SAA, sofre interrupções diárias e em diversos locais, não sendo apenas situações pontuais de intermitência.

A farta documentação acarreada aos autos (e-mails da ouvidoria do Município) comprovam que as interrupções ocorreram e, continuam ocorrendo, até os dias de hoje.

Quanto ao sistema de segurança no reservatório pulmão, a alegação da CASAN, de que está em "fase de homologação e prazo de entrega de uma válvula controladora por GRPS", (fls. 09), o que dificultará a ação de vândalos, não restou comprovada.

Sendo assim, atendidos os pressupostos de admissibilidade, conheço das alegações de defesa como Recurso, nego provimento ao recurso, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do processo administrativo nº 001/2014 e, conseqüentemente, do Auto de Infração nº 004/2014, impondo-se a aplicação da penalidade de advertência a Cia. Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

### Procedimento Administrativo N. 279/2013

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 279/2013

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 115/2013

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN - MUNICÍPIO DE PORTO BELO

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 22/2014

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS emitiu Termo de Notificação nº 115/2013 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Porto Belo - RF - SAA 03/2013, com as seguintes não-conformidades:

ITENS	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO (em dias)
I	QUANTO A CAPTAÇÃO	
01	Há falhas quanto à limpeza e organização: a. Foi constatado que o entorno do ponto de captação de água do Sistema Principal está em condições inadequadas de limpeza - vegetação rasteira crescendo junto ao poço de sucção; b. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do ponto de captação de água do Sistema Principal; c. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do ponto de captação de água do Sistema Vila Nova.	60 90 90
02	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatada a inexistência de grade que impeça a passagem de materiais grosseiros flutuantes ou em suspensão junto à tomada de água da captação do Sistema Vila Nova; b. Foi constatado que a barragem de captação de água do Sistema Vila Nova está assoreada.	150
II	QUANTO A ESTAÇÃO DE RECALQUE DE ÁGUA BRUTA - ERAB DO SISTEMA PRINCIPAL	
03	Há falha quanto à limpeza e organização: foi constatado que o entorno da ERAB está em condições inadequadas de limpeza.	60
04	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatada a existência de vazamento de água junto às motobombas da ERAB; b. Foi constatado que a pintura da ERAB e dos seus equipamentos está em condições inadequadas de conservação.	150
05	Há falha que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: foi constatada a existência de fiação elétrica exposta na ERAB.	60
III	QUANTO AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	
06	Há uso de tecnologia defasada: a. Foi constatado que a tecnologia do colorímetro utilizado nas análises laboratoriais realizadas na ETA do Sistema Principal é defasada; b. Foi constatado que a tecnologia usada na dosagem de produtos químicos na ETA do Sistema Principal é defasada.	150
07	Há falhas quanto à limpeza e a organização: a. Foi constatado que o entorno da ETA do Sistema Principal está em condições inadequadas de limpeza e organização; b. Foi constatado que na ETA do Sistema Principal há dependências em estado inadequado de limpeza e organização; c. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ETA Vila Nova.	60 60 90
08	Há falha quanto à segurança e/ou proteção: foi constatado que o portão de acesso a ETA do Sistema Principal é mantido aberto e sem dispositivo de travamento.	60
09	Há falha que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: foi constatado que na ETA do Sistema Principal os cilindros de cloro estão dispostos diretamente no piso.	60



10	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatado que no depósito de produtos químicos da ETA do Sistema Principal não há livre acesso entre às pilhas de sacarias, impossibilitando a ventilação adequada das pilhas; b. Foi constatado que na dependência onde estão localizados os filtros da ETA do Sistema Principal não há janelas que impeçam o acesso de insetos e pássaros e limitem a entrada de poeira; c. Foi constatado que a viga que auxilia na movimentação dos cilindros de cloro da ETA do Sistema Principal está em condições inadequadas de conservação; d. Foi constatado que na ETA do Sistema Principal há dependências em estado inadequado de conservação; e. Foi constatado que às tintas de preparo e armazenamento de soluções químicas da ETA do Sistema Principal estão em estado inadequado de conservação; f. Foi constatado que o vertedouro triangular instalado na calha da casa de química da ETA Vila Nova está em condições inadequadas de conservação; g. Foi constatado que na ETA Vila Nova há um banheiro com a porta voltada para o ambiente interno da casa de química; h. Foi constatado que o filtro da ETA Vila Nova está em condições inadequadas de conservação; i. Foi constatado que na casa de química da ETA Vila Nova há janelas com vidros quebrados; j. Foi constatado que a pintura da casa de química da ETA Vila Nova está em estado inadequado de conservação.	150
11	Não há tratamento e/ ou disposição adequada dos subprodutos do tratamento de água.	360
IV	QUANTO AS ESTAÇÕES DE RECALQUE DE AGUA TRATADA - ERAT e BOOSTER	
12	Há falhas quanto à limpeza e/ou organização: a. Foi constatado que a ERAT 01 está em condições inadequadas de limpeza; b. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAT 01; c. Foi constatado que ERAT Dimas está em condições inadequadas de limpeza; d. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação da ERAT Dimas; e. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do Booster da Âncora; f. Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação do Booster do Araújo.	06 90 60 90 90 90
13	Há falha que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: foi constatada a existência de fiação elétrica exposta na ERAT 01.	60

14	Há falha quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatado que a pintura da ERAT 01 e de seus equipamentos está em condições inadequadas de conservação; b. Foi constatado que há vazamento de água junto às motobombas da ERAT 01; c. Foi constatado que a pintura da ERAT Dimas e de seus equipamentos está em condições inadequadas de conservação; d. Foi constatada a existência de vazamento de água junto às motobombas da ERAT Dimas; e. Foi constatada a existência de vazamento de água junto à motobomba do Booster da Âncora; f. Foi constatado que a pintura do Booster da Âncora e de seus equipamentos está em condições inadequadas de conservação; g. Foi constatada a inexistência de motobomba reserva no Booster do Araújo.	150
V	QUANTO AOS RESERVATÓRIOS	
15	Há falha quanto à limpeza e/ou organização: foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação dos reservatórios.	60
16	Há falhas que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e /ou a movimentação de materiais: a. Foi constatada a inexistência de guarda corpo na cobertura dos reservatórios; b. Foi constatada a inexistência de guarda corpo ou grade de proteção junto à caixa do registro de manobras de um dos reservatórios.	150
17	Há falha quanto à manutenção e/ou conservação: foi constatado que a pintura dos reservatórios está em condições inadequadas de conservação.	150
VI	QUANTO AOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS	
18	Foi constatada a inexistência de anotação de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe do responsável pelo sistema de abastecimento de água.	90
19	Não há licença ambiental da ETA e não há outorga de uso da água dos mananciais supridores do SAA.	360
20	Não há planos de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água.	90

\*A numeração dos itens segue a mesma numeração do RF - SAA 03/2013.

Devidamente notificada em 23 de janeiro de 2014, a CASAN por meio do CT/Comitê 0065, apresentou resposta fls. 79/113.

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades foram realizadas, em parte, pela Concessionária Estadual. Outras estão com prazo em andamento e algumas medidas não foram realizadas pela CASAN.

Assim, as não conformidades de nºs II (5); III (07 e 09); IV (12 e 13) e VI (18 e 20), elencadas no Termo de Notificação nº 115/2013 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o RF - SAA - Porto Belo - 011, de junho de 2014.

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II - Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Porto Belo, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao

prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

As razões apresentadas pela CASAN, fls. 79/113, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Procedimento Administrativo nº 279/2013. Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades identificadas nos itens II (5); III (07 "a" e 09); IV (12 "a" e "c" e 13) e VI (18 e 20).

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 1.928/2011, que autorizou o ingresso do Município de Porto Belo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra ou serviço;

IV - intervenção administrativa; e

V - declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º - Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º - Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual. Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a

regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, IX e XII; 12, XIV e 13, XVI, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens II (5); III (07 "a" e 09); IV (12 "a" e "c" e 13) e VI (18 e 20), do TN nº 115/2013.

### III - Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 279/2013

Florianópolis, 26 de junho de 2014.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

### Procedimento Administrativo N. 46/2014

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 46/2014

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 28/2014

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN - MUNICÍPIO DE PORTO BELO

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS  
DECISÃO Nº 21/2014

#### I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS emitiu Termo de Notificação nº 28/2014 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, tendo em vista o Relatório de Visita Técnica na ETA Principal do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Porto Belo - RF - SAA 10/2014, de fevereiro de 2014, com as seguintes não-conformidades:

ITENS	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO
1	Instalação do SAA em estado inadequado de limpeza, organização e conservação.	IMEDIATO
2	Não cumprir as normas técnicas e os procedimentos para operação das instalações do SAA.	IMEDIATO

Devidamente notificada em 09 de abril de 2014, a CASAN por meio do CT/COMITÊ 0127, apresentou resposta.

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram tomadas pela CASAN.

Assim, as não conformidades de nºs 1 e 2, elencadas no Termo de Notificação nº 28/2014 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o parecer técnico nº 92/2014, de 23/06/2014.

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS.



**II - Mérito**

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas na Estação de Tratamento do SAA do Município de Porto Belo, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequação da prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

As razões apresentadas pela CASAN, fls. 17/19, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Procedimento Administrativo nº 46/2014. Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades de números 1 e 2, muito menos, apresentou o projeto de desassoreamento da lagoa de acumulação de água bruta, conforme determinado.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 1.928/2011, que autorizou o ingresso do Município de Porto Belo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra ou serviço;

IV - intervenção administrativa; e

V - declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º - Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º - Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual. Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço,

intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenas anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, XII e 12, XI e XIV, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN apresente o cronograma de execução da obra de desassoreamento da lagoa de acumulação de água bruta.

**III - Decisão**

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 46/2014.

Florianópolis, 24 de junho de 2014.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

**Ata da 34ª Reunião do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).**

ATA DA 34ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS) \_\_

ATA DA 34ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos trinta dias do mês de maio, do ano de dois mil e quatorze (30/05/2014), às 13 horas e 30 minutos, estiveram reunidos em Florianópolis, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs(as). Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Gilberto Valente Canali, Michele Batista, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação Sr. Ricardo Martins, o Coordenador de Normatização Sr. Ciro Loureiro Rocha e Coordenador de RH/Jurídico Sr. Magnus Caramori. Os trabalhos da 34ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados com a seguinte pauta: 1) Relatório de Ouvidoria; 2) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 3) Distribuição do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 03/2014. Autuado: Cia. Águas de Itapema. Município de Itapema e sorteio do Conselheiro Relator da matéria; 4) Distribuição do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 05/2014. Autuado: CASAN. Município de Porto Belo e sorteio do Conselheiro Relator da matéria; 5) Distribuição do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 06/2014. Autuado: CASAN.

Município de Bombinhas e sorteio do Conselheiro Relator da matéria; 6) Distribuição do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 12/2014. Autuado: CASAN. Município de Concórdia e sorteio do Conselheiro Relator da matéria; 7) Assuntos Gerais. O Sr. Gilberto Valente Canali fez a abertura e agradeceu a presença de todos os presentes e passou a palavra ao Sr. Ricardo Martins que apresentou o relatório das manifestações registradas na ouvidoria da ARIS entre os meses de abril e maio. Relatou que neste período houveram 36 manifestações. Na sequência o Sr. Ricardo Martins apresentou as atividades da Diretoria de Regulação. Anunciou que a ARIS participou do Congresso ítalo-brasileiro de Engenharia Sanitária realizado em Natal/RN; que participou da câmara técnica de saneamento da ABAR; que houveram 6 visitas técnicas em sistema de abastecimento de água; 3 reuniões com prefeituras municipais; participação em uma audiência pública referente a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Penha; que houveram 39 fiscalizações em sistema de abastecimento de água; que houveram análise de 13 processos administrativos de operadoras de abastecimento de água; que foram emitidos 23 pareceres referentes aos processos administrativos de operadoras; e a lavratura de 42 termos de notificações de operadoras de abastecimento de água. Em seguida o Sr. Ricardo Martins informou que a ARIS está avaliando as metas dos planos de saneamento básico de 9 municípios da AMURES. Posteriormente, o Sr. Gilberto Canali realizou o sorteio da relatoria de 4 processos administrativos punitivos. Salientou sobre o prazo de 30 dias para elaboração do relatório e do voto. Os sorteados foram os Srs. Marcos Fernando Zanella para relatar os recursos interpostos nos Processos Punitivos: 1) Auto de Infração nº 03/2014. Autuado: Cia. Águas de Itapema. Município de Itapema; 2) Auto de Infração nº 05/2014. Autuado: CASAN. Município de Porto Belo; 3) Auto de Infração nº 06/2014. Autuado: CASAN. Município de Bombinhas. Willian Carlos Narzetti para análise do recurso interposto em face Processo Punitivo - Auto de Infração nº 12/2014. Autuado: CASAN. Município de Concórdia. Posteriormente, ficou agendada a próxima reunião do Conselho de Regulação para o dia 27 de junho de 2014. Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Gilberto Valente Canali, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, membro do Conselho de Regulação da ARIS, lavrei a presente ata, da qual dou fé pública.

Gilberto Valente Canali (Presidente do Conselho da ARIS)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Marcos Fernando Zanella (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

### **Ata da 35ª Reunião do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS).**

ATA DA 35ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS) \_\_\_\_

ATA DA 35ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e sete do mês de junho, do ano de dois mil e quatorze (27/06/2014), às 13 horas e 30 minutos, estiveram reunidos

em Florianópolis, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs(as). Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Gilberto Valente Canali, Michele Batista, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação Sr. Ricardo Martins e Coordenador de RH/Jurídico Sr. Magnus Camori. Os trabalhos da 35ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados com a seguinte pauta: 1) Aprovação da ata da reunião anterior; 2) Relatório de Ouvidoria; 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 4) Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 03/2014. Autuado: Cia. Águas de Itapema. Município de Itapema; 5) Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 05/2014. Autuado: CASAN. Município de Porto Belo; 6) Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 06/2014. Autuado: CASAN. Município de Bombinhas; 7) Apresentação de relatório e voto do Processo Punitivo - Auto de Infração nº 12/2014. Autuado: CASAN. Município de Concórdia; 8) Assuntos Gerais. O Sr. Gilberto Valente Canali fez a abertura e agradeceu a presença de todos os presentes e passou a palavra ao Sr. André Miquelante para que fizesse a leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, o Sr. Ricardo Martins apresentou o relatório das manifestações registradas na ouvidoria da ARIS referente ao mês de junho. Relatou que neste período houveram 38 manifestações. Na sequência o Sr. Ricardo Martins apresentou as atividades da Diretoria de Regulação. Anunciou que a ARIS participou dos seguintes eventos: Simpósio de Auditoria de Obras Públicas do TCE/SC - XVI SINAP; do Curso de Direito do Saneamento - TCE/SC; do Congresso Brasil/Alemanha de Resíduos Sólidos; da Assembleia da ASSEMAE onde apresentou a metodologia de revisão tarifária de Jaraguá do Sul; da Reunião com Agência AguasParaná; da Assembleia AMURES/CISAMA, referente a avaliação das metas dos PMSB; da Audiência Pública sobre Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) da região da Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES); da Audiência Pública sobre o PGIRS - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP); da Audiência Pública sobre a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Caçador. Posteriormente, complementou informando que a Diretoria de Regulação e suas coordenadorias realizaram também: Revisões tarifárias - estudo de critérios para revisão tarifária de Itapema; 2 estudos de reajustes tarifários de água e esgoto; Reunião com Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sobre reajuste tarifário de água e esgoto do município de Itapema; 2 fiscalizações; Abertura de 17 processos administrativos; Elaboração de 18 Relatórios Técnicos; 16 Análise de Processos; Emissão de 10 pareceres; Emissão de 2 Autos de Infração; de 12 Termos de Notificação; e Análise das Curvas de Projeção Populacional nos municípios das Associações de Municípios: AMURES (17 municípios); AMAUC (16 municípios); AMAI (13 municípios); Outros (5 municípios); Elaboração de 117 Relatórios Técnicos de Gerenciamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico (RTG). Participaram de reunião na Câmara de Vereadores de Itapema; Informou que estão sendo realizados estudos para definir metodologia para controle dos Contratos de Concessão; Acompanharam a ação civil pública do Ministério Público Federal em Concórdia. No item seguinte da pauta referente aos Procedimentos Administrativos Punitivos - Auto de Infração nº 03/2014 - Autuado: Cia. Águas de Itapema no Município de Itapema/SC, Processo Punitivo Administrativo - Auto de Infração nº 05/2014, Autuado: CASAN no Município de Porto Belo e Processo Punitivo Administrativo - Auto de Infração nº 06/2014, Autuado: CASAN no Município de Bombinhas foi apresentado, a plenária do Conselho, o relatório e voto do Conselheiro Marcos Fernando Zanella, propondo pela manutenção da aplicação da penalidade de advertência. Os conselheiros manifestaram-se verbalmente e, por unanimidade, votaram pela manutenção da aplicação da penalidade de advertência, seguindo o voto do Relator. Em seguida,

referente ao Processo Punitivo Administrativo - Auto de Infração nº 12/2014, Autuado: CASAN no Município de Concórdia foi apresentado à plenária do Conselho o relatório e voto do Conselheiro Willian Carlos Narzetti, propondo pela manutenção da aplicação da penalidade de advertência que foi acolhida pelos Conselheiros em votação verbal unânime. Em assuntos gerais, o Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, informou a exoneração do Ouvidor, a partir do dia 30 de junho, e apresentou currículo e propôs a contratação do Sr. Luiz Aurélio de Oliveira, tendo sido aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Posteriormente, ficou agendada a próxima reunião ordinária do Conselho de Regulação para o dia 1º de agosto de 2014. Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Gilberto Valente Canali, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, membro do Conselho de Regulação da ARIS, lavrei a presente ata, da qual dou fé pública.

Gilberto Valente Canali (Presidente do Conselho da ARIS)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Marcos Fernando Zanella (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

#### **Deliberação N. 008/2014**

DELIBERAÇÃO n. 008/2014

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sanitário e dos preços dos serviços complementares no município de Itapema.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pela Concessionária Águas de Itapema, responsável pela prestação dos Serviços de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos no município de Itapema, anexa ao processo administrativo ARIS n. 032/2014, na qual a concessionária requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário; de acordo com o parecer técnico da Diretoria de Regulação, também anexo ao referido processo, vem DELIBERAR:

Fica autorizada a Concessionária Águas de Itapema a promover o reajuste de 1,8380% sobre a Tarifa Referencial de Água (TRA) atual, e a Tarifa Referencial de Esgoto (TRE) atual, de forma linear em cada faixa de consumo, e também na Tabela de Serviços Complementares.

Deve a Concessionária respeitar e aplicar a estrutura tarifária original do contrato de concessão.

Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação pela ARIS e da divulgação aos usuários pela Concessionária Águas de Itapema.

A veiculação do comunicado de reajuste deve se dar no mínimo, em jornal de circulação corrente no município, em rádio, site da Concessionária, comunicação oficial ao Executivo Municipal e à Câmara de Vereadores.

Solicita-se que sejam encaminhados a esta agência: cópia do jornal onde foi feita a publicação e cópia da nova tabela tarifária praticada, informação dos meios de comunicação onde foram veiculadas as informações.

Deve a Concessionária encaminhar as informações solicitadas no item 4 do Parecer Técnico 19/2014 da Diretoria de Regulação da ARIS.

Florianópolis, 18 de junho de 2014.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

Publicado na página 597 da Edição n. 424, do Diário Oficial dos Municípios, veiculado em 8 de fevereiro de 2010. Disponível em: HYPERLINK "http://www.diariomunicipal.sc.gov.br" www.diariomunicipal.sc.gov.br ou HYPERLINK "http://www.aris.sc.gov.br" www.aris.sc.gov.br.

Art. 40. Compete à Direção Geral:

II - definir a revisão e o reajuste dos valores das tarifas e demais preços públicos decorrentes da efetiva prestação dos serviços de saneamento básico, com base nos estudos encaminhados pelas entidades reguladas e parecer elaborado pela Diretoria de Regulação da ARIS;

### **CIGA**

#### **Extrato Contrato 293 - PGT - Rio Negrinho**

Extrato de Contrato nº 293/2014

Programa de Gestão Tributária - Rio Negrinho

CONTRATANTE: Município de Rio Negrinho

CNPJ: 83.102.756/0001-79

CONTRATO MUNICIPAL Nº: Contrato de Rateio Nº 097/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 30 de maio de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**CIS/AMURES****Extrato de Inexigibilidade de Licitação**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2014 - CIS/AMURES

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CLINEMEDI - CLINICA MEDICA DE CAPIVARI DE BAIXO S/S Objeto: Ultrassonografias diversas conforme tabela CIS/AMURES, no Anexo I do Edital de Credenciamento 01/2014. Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Lages, 01 de Julho de 2014.

Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro

Presidente Comissão Licitação (Pregoeira).